

TÂNIA MARIA GOMES DA SILVA

**“VOCÊ ACHA QUE A GENTE VAI PODER COM HOMEM?”: PRÁTICAS
CONJUGAIS ENTRE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES**

CURITIBA

2007

TÂNIA MARIA GOMES DA SILVA

**“VOCÊ ACHA QUE A GENTE VAI PODER COM HOMEM?”: PRÁTICAS
CONJUGAIS ENTRE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES**

Tese apresentada ao Curso da Pós-Graduação
em História, Setor de Ciências Humanas, Letras
e Artes da Universidade Federal do Paraná,
como requisito à obtenção do título de Doutora
em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Paula Vosne Martins.

CURITIBA

2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

S568v Silva, Tânia Maria Gomes da
Você acha que a gente vai poder com homem? práticas
conjugais entre mulheres das camadas populares / Tânia
Maria Gomes da Silva. -- Curitiba : [s.n.], 2007.
303 [1] f.

Orientadora : Prof. Dr. Ana Paula Vosne Martins.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Curso
da Pós-graduação em História, 2007.

1. História das mulheres. 2. Família. 3. União
consensual. I. Universidade Federal do Paraná. Curso de
Pós-graduação em História.

Cdd 21.ed. 981.0082

TERMO DE APROVAÇÃO

TÂNIA MARIA GOMES DA SILVA

“VOCÊ ACHA QUE A GENTE VAI PODER COM HOMEM?”: PRÁTICAS CONJUGAIS ENTRE MULHERES DAS CAMADAS POPULARES

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profª Drª Ana Paula Vosne Martins
Departamento de História, UFPR

Prof. Dr. Antônio César de Almeida Santos
Departamento de História, UFPR

Profª Drª Cleci Eulália Fávaro
Departamento de História, Unisinos

Profª Drª Hilda Pívaro Stadniky
Departamento de História, UEM

Profª Drª Miriam Adelman
Departamento de Ciências Sociais, UFPR

Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin
Departamento de História, UFPR

Curitiba, 12 de abril de 2007.

Quando criança eu costumava ouvir partes de conversas dos adultos, assuntos que as crianças não deveriam tomar parte. Lembro-me de inúmeras vezes ter ouvido minha mãe dizer num sussurro cuidadoso: “Fulana é tão boa, mas amigada”. Roland Barthes dizia que as palavras têm magia e dançam na boca. Amigada foi palavra que despertou em mim instigante curiosidade. Estou aqui a saciar, portanto, a minha sede de menina.

Por isso e por muito mais, esse trabalho é dedicado à MARIA DE FREITAS CASTRO, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi realizada graças ao apoio de muitas pessoas e instituições, às quais sou profundamente grata. **Gostaria aqui de destacar algumas:**

Às **vinete mulheres** que fizeram parte dessa pesquisa, por terem aberto suas portas e corações para todas as minhas dúvidas e curiosidades. À paciência e gentileza com que sempre me receberam, o meu eterno agradecimento.

À **professora Dr^a Ana Paula Vosne Martins**, minha orientadora, que me propiciou as condições necessárias para o desenvolvimento do doutorado.

Aos **professores doutores Antônio César de Almeida Santos e Sérgio Nadalin**, pela paciente colaboração no exame de qualificação.

À **professora Dr^a Hilda Pívaro Stadniky** (UEM), pelo apoio amigo e encorajador desde a etapa inicial desse trabalho.

Ao **meu pai, José Gomes da Silva**, que despertou em mim o prazer pela leitura.

Ao **Dr.Osvaldo Alves**, que ampliou meu horizonte de leituras.

A **Dennis James Bezzant** pelo apoio e compreensão com as minhas muitas ausências.

Aos amigos que partiram: **Marcos Chaves de Oliveira** (Didi), **Marcos Eduardo Dacache Balieiro** e **José Antônio Moreira**.

Às amigas **Áurea Céli Monteiro Martins**, **Sonia Guillen**, **Maria Antonieta Leite**, **Maria Gomes Secco** e **Vina Zacchia**.

Ao **funcionário de Viação Garcia**, **Nivaldo Euclides da Fonseca**, cuja colaboração foi fundamental nas minhas inúmeras viagens à Curitiba;

À **CAPES**, pela Bolsa de Estudos.

SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS | viii |
| LISTA DE QUADROS E TABELAS | ix |
| RESUMO..... | x |
| ABSTRACT..... | xi |
| | |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| | |
| CAPÍTULO 1 | |
| UNIÕES CONSENSUAIS NO BRASIL..... | 30 |
| 1.1 REPRESENTAÇÕES DO CASAMENTO | 38 |
| 1.2 TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA | 45 |
| | |
| CAPÍTULO 2 | |
| MULHERES POBRES: UM UNIVERSO DE PESQUISA | 66 |
| 2.1 CONCEITO DE POBREZA | 72 |
| 2.2 HISTÓRICO DA CIDADE | 79 |
| 2.3 O SEXO DA POBREZA..... | 88 |
| 2.4 AS SUTILEZAS DA MEMÓRIA | 93 |
| 2.5 AS ENTREVISTAS..... | 99 |
| | |
| CAPÍTULO 3 | |
| OUVINDO A FALA DAS MULHERES | 119 |
| 3.1 SEM VÉU, SEM GRINALDA: MULHERES QUE NUNCA SE CASARAM..... | 124 |
| 3.2 CASAMENTOS LEGAIS SEGUIDOS DE UNIÕES CONSENSUAIS..... | 148 |
| 3.3 UNIÕES CONSENSUAIS SEGUIDAS DE OFICIALIZAÇÃO | 164 |

| | |
|--|----------------|
| CAPÍTULO 4 | |
| VIVÊNCIAS FEMININAS | 181 |
| 4.1 MULHERES E EDUCAÇÃO..... | 183 |
| 4.2 AS MULHERES NO MUNDO DO TRABALHO | 191 |
| 4.2.1 Mulheres e Trabalho Doméstico | 201 |
| 4.3 A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE | 210 |
| 4.4 MULHERES E SEXUALIDADE | 228 |
| 4.5 INFIDELIDADE: UM DIREITO DOS HOMENS? | 239 |
| 4.6 UNIÕES CONSENSUAIS E CASAMENTOS LEGAIS: ANALISANDO AS DIFERENÇAS..... | 246 |
| CONCLUSÃO | 262 |
| REFERÊNCIAS..... | 267 |
| ANEXOS | 292 |
| APÊNDICE..... | 299 |

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

| | | |
|---------|---|--|
| CEBRAP | – | Centro Brasileiro de Análise e Planejamento |
| CECAF | – | Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família |
| CMNP | – | Companhia Melhoramentos Norte do Paraná |
| COHAPAR | – | Companhia de Habitação do Paraná. |
| DORT | – | Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho |
| IBGE | – | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| LER | – | Lesões por esforços repetitivos |
| PCN's | – | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PNAD | – | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio |
| PSDB | – | Partido Social Democrata Brasileiro |
| PTB | – | Partido Trabalhista Brasileiro |
| SBT | – | Sistema Brasileiro de Televisão |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas, segundo o tipo de união no Brasil 1960-2000 | 48 |
| QUADRO 1: Informativo da situação conjugal dos pais das entrevistadas | 124 |
| QUADRO 2: Informativo do método utilizado para controle da natalidade..... | 215 |
| QUADRO 3: Causas da dissolução da união conjugal das entrevistadas..... | 246 |

RESUMO

Este trabalho é o resultado de entrevistas realizadas com vinte mulheres moradoras das camadas populares do município de Mandaguari, norte do Paraná, que viveram em algum momento de suas vidas, ou estão vivendo atualmente, relações conjugais sem a oficialização civil e/ou religiosa, aqui denominadas uniões consensuais. A idéia foi captar, através de suas falas, a maneira como estas mulheres, de idades bastante variadas e que compartilham condições socioeconômicas e culturais bastante próximas, vivenciam a experiência cotidiana da conjugalidade informal, num mundo profundamente marcado pela necessidade de a tudo legalizar e ordenar. As discussões envolveram fases bastante distintas de suas vidas, buscando traçar um contínuo desde a infância até o tempo presente, percebendo as diversas experiências que elas foram acumulando ao longo de suas existências. Embora se tenha privilegiado o período especificamente ligado à vivência da união consensual, ou das uniões consensuais, visto que para alguma delas esta foi uma experiência que se repetiu, a pesquisa buscou abrir um leque temporal maior de averiguações e questionamentos. Desse modo, interessou-nos compreender na sua inteireza como elas foram dando rumo e sentido às suas vidas desde a infância até a maturidade. Procuramos demonstrar que, à parte o fato de não terem legalizado a união conjugal com seus companheiros, essas mulheres vivenciam um cotidiano conjugal e familiar muito mais próximo do casamento tradicional do que costumeiramente se julga e antes reproduzem do que negam os valores do casamento. As uniões consensuais emergem assim, dotadas de um significado que passa muito ao largo da contestação das normas e dos costumes que norteiam o casamento tradicional e dão sustentabilidade ao modelo familiar brasileiro.

Palavras-chave: mulheres, união consensual, pobreza.

ABSTRACT

This work is the result of interviews carried out with twenty economically disadvantaged women of various nature age groups living in Mandaguari, Paraná, who all share similar socio-cultural backgrounds and who contributed to this document their personal experience of what it is to be a woman living in a non-consensual, de facto relationship without official recognition from either church nor state. Moreover, the scape of this investigation encompasses distinct periods with each of the individual women's lives, from childhood through to adulthood, thereby drawing attention to particular accumulated and repeated patterns of experiences of codependence eventuating in their current conjugal situation as home provider/spouse, outside the recognition of civil/religions ceremony. More specifically however this investigation into particular patterns of life experience reveals a more intimate question as to how these women have found meaning and identity in their lives while bonded to partners in a non-traditional marriage situation that would usually undermine and deny their values.

Key words: women, consensual union, poverty

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é abordar experiências de mulheres das camadas populares de Mandaguari, norte do Paraná, que vivem ou já viveram, em algum momento de suas vidas, relações conjugais sem a oficialização legal e religiosa, aqui denominadas preferencialmente uniões consensuais. Constitui-se numa continuação da dissertação de Mestrado, intitulada **“Não existe pecado ao sul do Equador: uniões consensuais nas camadas populares de Mandaguari”**. Naquela ocasião foram entrevistados trinta casais, de idades variadas, moradores dos principais bairros da periferia do município. Quanto à profissão predominava, entre os homens, os trabalhadores rurais, também chamados bóias-frias, e entre as mulheres o maior número era de donas-de-casa, seguidas de perto pelas empregadas domésticas e as trabalhadoras rurais. O objetivo da pesquisa era detectar as razões que os induziam a optar por esse modelo informal de conjugalidade e a falta de recursos para arcar com os custos da oficialização do casamento apareceu como um fator determinante das uniões consensuais.

No âmbito do direito, a terminologia adotada para este tipo de relacionamento é união estável, como atesta a Constituição de 1988, a qual optou pela expressão por entender que ela não carregava um cunho estigmatizante e vexatório como as que mais popularmente designavam essas relações informais: amigamento, concubinato, união ilegítima e mancebia, todas carregadas de forte conteúdo moral acusatório.

A preocupação desta tese é compreender como as mulheres vivenciam uma relação conjugal pautada pela informalidade em um mundo onde a tudo se busca

normatizar, registrar, ordenar e onde o casamento e todo o seu cortejo ritualístico ainda é um valor, apesar de um grande número de mulheres das camadas populares jamais conseguir realizá-lo. Embora a idéia central tenha sido averiguar como elas se relacionam afetivamente com seus companheiros, tentando decodificar as estratégias de resistência e de poder que elaboram em um mundo onde se encontram duplamente marginalizadas, em função da classe e do gênero, analisa também suas trajetórias de vida: as relações estabelecidas com a família de origem; as redes de solidariedade com a vizinhança; os motivos que as conduziram a um casamento informal; se tiveram outras experiências conjugais, legais ou não; as representações que possuíam acerca da virgindade, do amor, da infidelidade, da maternidade e do casamento; a maneira como elas foram construindo uma compreensão de si mesmas e trabalhando suas memórias. Perceber, enfim, como essas anônimas moradoras de uma pequena cidade do norte do Paraná, moradoras de bairros pobres e vítimas de privações as mais diversas, conduzem a sua vida cotidiana.

O conceito de representação tem sido vastamente utilizado pelos historiadores da chamada nova história cultural, que se consolidou após a crise dos paradigmas que embasaram as ciências humanas até pelo menos a segunda metade do século XX. Na contramão de Marx e dos *Annales*, a história cultural inverte os pressupostos estruturais e representativos de tais correntes: a realidade é construída culturalmente e as representações do mundo social é que são constitutivas da realidade social (CARDOSO, 2000, p.11).

Representação é, portanto, a maneira de se apreender o real. Nesse sentido, estabelece as relações entre o sujeito e o mundo social, permitindo compreender cada vivência tanto de maneira pessoal e singularizada, tanto quanto dando sentido

a uma realidade social mais ampla (MOSCOVICI apud ARPINI, 2003, p.21). Por isso, a fala dos indivíduos não pode ser percebida como uma interpretação de mundo que se efetiva de maneira isolada, mas compondo um sistema de idéias-imagens de representação coletiva, mediante o qual eles se atribuem uma identidade, estabelece suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a condução de suas vidas (PESAVENTO, 1995, p.16).

A representação, embora não se confunda com a vivência, com a experiência, é o pensar-sentir a vivência. Tem lugar segundo uma base material que nutre o nível simbólico e por ele é alimentada. Na realidade concreta não se pode separar o material e o simbólico; um é constitutivo do outro. Sem correr o risco de deslizar para uma oposição idealista, pode-se afirmar que as representações que homens e mulheres fazem da realidade social operam como forças propulsoras de novas ações (SAFFIOTTI, 1992, p.209).

Apesar de acreditarmos que nas camadas populares o mundo ainda é dos homens, aqueles que falam, que decidem, que ordenam, nem por isso pensamos a mulher como uma figura passiva e submissa. Elas reagem, subvertem a ordem e criam caminhos novos que lhes permitem maior controle sobre suas vidas. Assim tem sido ao longo da história. Mas é preciso esclarecer que, embora pensemos as uniões não legalizadas como possível estratégia feminina de conquista de liberdade, não perdemos de vista a resistência dos homens a esta conquista. Estamos diante de um processo que não se dá sem conflitos, permeado por avanços e recuos. Lipovetsky (2000, p.39) sustenta, e concordamos, que o desejo de dominação ainda é, mesmo nos dias atuais, a tônica na conduta masculina.

A primeira dificuldade com a qual nos deparamos na análise das uniões consensuais residiu na nossa opção por um recorte temporal que privilegia o tempo

presente. Não estamos falando apenas das dificuldades do ponto de vista metodológico, epistemológico ou ético de se trabalhar com uma história que está em pleno processo de acontecer ou da dificuldade real de se lidar com pessoas de carne e osso que podem, a qualquer momento, discordar e reagir às nossas interpretações de suas vidas, ou mesmo questionar a maneira como devolvemos suas falas. O que se apresentou particularmente difícil foi encontrar trabalhos de historiadores que se debruçassem sobre as uniões consensuais na contemporaneidade.

É fato aceito que o interesse dos historiadores por aspectos da vida privada só se deu a partir das últimas décadas do século vinte, mas, no que diz respeito ao aspecto cronológico, esta incursão foi feita quase sempre às apalpadelas. À soleira do privado, diz Perrot (1995, p.9), o historiador se portou como um burguês vitoriano, isto é, de maneira hesitante, por pudor, incompetência ou respeito pelo sistema de valores que fazia do homem público o único que merecia ter sua história contada. Foi preciso o despotismo dos Estados totalitários; a reflexão foucaultiana sobre os múltiplos mecanismos do poder; as lutas particularizadas de grupos de distintas classes sociais, raça e sexo suscitar interrogações que levassem à discussão sobre as relações entre o público e o privado, o individual e o coletivo, o masculino e o feminino para que se abrissem portas para abordagens mais intimistas e se criassem condições de desenvolvimento do interesse pelo individual e o particular.

Segundo Prost (apud PERARO, 1997, p.2), o público é o Estado, e tudo o que escapa ao seu poder pode ser computado como fazendo parte do espaço privado, como é o caso da família. Vai, assim, na contramão da definição de Áries (1981), que nos é apresentada pela mesma autora. Segundo este, a história da vida privada está ligada à idéia de sociabilidade, à passagem de uma sociabilidade anônima de

grupos em que as pessoas se reconheciam para uma sociedade anônima em que predominavam ou um espaço profissional ou um espaço privado.

Segundo Ariés (1981, p.272), é muito raro que um historiador que trabalhe um período anterior ao século XVII encontre nas fontes iconográficas cenas de interior e de família. Não que a família não existisse, ela apenas não existia como sentimento, por isso o mundo desenvolvia-se nas ruas, nas assembléias, nos mercados ou nas igrejas. O que predominava era a vida em público. Foram as transformações sócio-econômicas, políticas e culturais, transcorridas a partir do século XV, que levaram à construção de um tipo de sociedade que privilegiou a idéia e um “sentimento” de família.

A sociedade se torna íntima e o espaço público deixa de ser o local de sociabilidade. As ruas se tornam lugar de movimentação de pessoas indiferentes umas às outras e o espaço privado se transforma, por excelência, no espaço protegido da vida. A família sofre as conseqüências dessas mudanças, pois em seu interior começa a se configurar o modelo de família burguesa que surge no século XIX e que, segundo Sennett (1988, p.222), foi o instrumento usado pelas pessoas para resistir às transformações econômicas e demográficas da sociedade. Estas mudanças se fizeram sentir inicialmente entre as classes mais favorecidas, mas terminaram contaminando os demais grupos sociais e, no século XX, a família nuclear estava plenamente consolidada.

No caso do Brasil, a definição de privado apresenta controvérsias no sentido de definição de fronteiras com o mundo público. Aliás, essa dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada deve ser sempre relativizada porque, em termos práticos, há sempre o cruzamento entre estas áreas. A família moderna sofre constante interferência do Estado, poder público, através do desenvolvimento decorrente da

formação de capital, que lhe presta serviços educacionais, de saúde e assistência social (CARVALHO, 1992, p.37).

Enquanto na Europa, como os autores citados atestam, o século XIX é reconhecidamente o tempo de valorização da vida privada, de fechamento das famílias e de ocultamento dos indivíduos, o que vai se refletir até mesmo na arquitetura, que cria um estilo de morar muito mais impenetrável a olhos e ouvidos externos, o mesmo não vale para o caso brasileiro. Aqui tivemos, segundo Alencastro (1997, p.16) uma ordem privada prenhe de contradições com a ordem pública.

Homens donos de homens, como podemos definir a sociedade escravocrata, dificultavam, quando não impediam, o distanciamento entre os campos de atuação do público e do privado. Ademais, o mundo da casa grande era um microcosmo em que circulavam diferentes sujeitos que se ligavam uns aos outros não apenas por parentesco, mas por sistema de compadrio; de propriedade, no caso dos escravos; de amizade e múltiplos interesses.

Embora haja uma profusão de historiadores que tenham ousado se embrenhar numa reflexão voltada à história da vida privada, transitando das pesquisas sobre as famílias, às histórias individuais e corriqueiras, como exemplificam os estudos sobre as relações conjugais, legais ou não; a sexualidade, o corpo, a criança, etc, vemos que estes estudos ficaram circunscritos, de maneira muito evidenciada, ao período colonial. No Império e primeiros anos da República o interesse é consideravelmente menor. Já quando o momento observado é a segunda metade do século vinte as pesquisas mingam quase completamente.

A visita a qualquer livraria especializada ou às bibliotecas pode ser profundamente frustrante para o historiador que queira discutir o tema das uniões

conjugais, consensuais ou não, na contemporaneidade, exceto se buscar valer-se da colaboração de sociólogos ou antropólogos. Nesse caso, certamente será mais bem sucedido. Portanto, trilhamos um caminho investigativo conduzido por referenciais que analisam o nosso objeto a partir de um recorte temporal bastante distinto daquele com o qual trabalhamos.

Encontrar pesquisas de historiadores sobre as uniões consensuais no tempo presente é um trabalho de garimpo. Por que essa ausência? Ela seria resultado de desinteresse ou incompreensão? Esse silêncio parece resultar de uma dificuldade do historiador em lidar com a complexidade da história do presente. Não que isso signifique pensar o presente desconectado do passado, ou implique admitir que a questão da objetividade absoluta da pesquisa e do distanciamento entre pesquisador e objeto ainda seja uma questão mal resolvida na historiografia. Essa dificuldade parece já ter sido sanada. Entendemos que o complicador pode estar na definição da densidade do presente, isto é, quando termina o passado e quando começa o presente?

Ferreira (1996, p.15), define por passado o período anterior aos acontecimentos de que um indivíduo se recorda e pensa a história do tempo presente como incapaz de oferecer aos historiadores uma visão retrospectiva e cuja característica básica é a presença de testemunhos vivos que podem vigiar e contestar o pesquisador, afirmando sua vantagem de estar presente no momento do desenrolar do tempo. A história do tempo presente é uma história que se desenrola perante os olhos do historiador.

A singularidade da história imediata está, pois, no fato inegável da presença física do historiador no seu tema e no seu tempo. Aquele que a escreve é testemunha e historiador e se, enquanto (des)creve a história, não pode deixar de

ignorar o rigor científico, não pode igualmente deixar de agir como um ator em direta relação com o seu tema (CHAUVEAU e TÉTART, 1999, p.25). Não há como esconder “debaixo do tapete” suas ideologias, seus juízos de valores e sua condição de sujeito do seu tempo. Para nós isso ficou bastante claro, dada a dificuldade que tivemos, em determinados momentos, na compreensão dos relatos de nossas entrevistadas, que se distanciavam muito de nossa compreensão de mundo.

A análise das uniões consensuais a partir do trabalho com documentos envelhecidos pode oferecer menores percalços do que a observação de seres humanos de carne e osso, mas vale lembrar que todo processo investigativo apresenta, cada qual à sua maneira, complexidades específicas e, por isso, vemos a história do presente por uma perspectiva otimista. Chartier (1998, p.216) sugere, assim, que a falta de distanciamento temporal entre pesquisador e objeto pode ser, em vez de um inconveniente, um instrumento importante para a melhor compreensão da realidade, uma vez que ambos partilham as mesmas categorias e referências.

Visto que a nossa opção foi pela história do tempo presente, recorreremos ao recurso da história oral e buscamos no testemunho de vinte mulheres que conhecem a experiência da informalidade na relação conjugal, respostas aos nossos questionamentos. Esta opção exigiu de nós uma busca da compreensão da memória. Não bastava, é fato, apenas nos munirmos de gravador e boa vontade de percorrer as vilas em busca de mulheres dispostas a nos contar suas experiências, mas entendermos a complexidade que marca o conceito. No capítulo II discutiremos a definição da memória, por ora busquemos a compreensão das mudanças historiográficas que permitiram a inclusão das mulheres na história.

Pesquisas envolvendo as experiências das mulheres têm se tornado cada vez mais freqüente no mundo acadêmico. Entre os historiadores essa tem sido uma opção bastante recorrente desde o ceticismo com o conceito iluminista de modernidade que defendia a descoberta de um método racional de decifrar leis de mudança na história e de atinar com uma teoria da história capaz de prever o futuro. No pensamento ilustrado dominava o conceito de um sujeito humano universal, o que levou à exclusão das mulheres e outros sujeitos pelos historiadores. O ceticismo e a crítica ao Iluminismo e o positivismo cientificista tornaram aceitáveis um conhecimento que se pretende antes concreto do que científico, abstrato ou normativo, abrindo alternativas para a interpretação da mudança no tempo e para a integração na história da experiência social das mulheres. A historiografia contemporânea criticou a modernidade racionalizadora dos ilustrados, voltando-se para a relativização dos conceitos e para a crítica da ideologia cartesiana. Diversificaram-se em correntes variadas: revisionismo neomarxista, Escola de Frankfurt, historiadores das mentalidades ou do discurso, no sentido da desconstrução de Derrida, ou nas linhas de interpretação de Foucault. Dentro dessa vertente revisionista, as contribuições de Lucien Febvre e Marc Bloch foram fundamentais no avanço da história social, voltada aos múltiplos aspectos da vida cotidiana dos diferentes grupos sociais (SILVA DIAS, 1992, p.46).

A incorporação das mulheres pela historiografia não se deu de imediato à criação dos *Annales*, mas ao tomarem uma direção que se afastava do conceito cartesiano de conhecimento da realidade, os historiadores criaram as condições para que essa inclusão se desse.

Segundo Silva Dias (1992, p.48), uma história social das mulheres pressupõe uma cuidadosa análise interpretativa da historicidade dos conceitos; trabalha com

processos não determinantes, secundários ou alternativos; com estrutura, conjuntura, eventos, temporalidades diversas, que se entrecruzam no tempo. Seu processo de interpretação implica na análise de estruturas que se rompem a cada instante, a fim de que as mulheres, enquanto sujeitos e agentes da história, não permaneçam presas a categorias fixas ou universais. Isso porque não mais é possível pensar as mulheres como fazendo parte de um universo unitário e fixo, mas é sempre preciso trabalhar com a idéia de diversidade e de multiplicidade que envolve suas representações e práticas cotidianas.

Como lembra Castro (1997, p.127), longe de constituírem uma área de saber marginal e restrita, estes estudos têm se revelado capaz de renovar a reconstituição dos processos sociais, historicizando determinados conceitos, como os das categorias de gênero, família, público/privado, cidadania, sociabilidades, transcendendo definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina. Nesse particular, ofereceu condições para se questionar o *status quo* vigente, construído por arbitrárias diferenças entre o mundo dos homens e o mundo das mulheres.

Nas últimas décadas tem crescido o número de trabalhos sobre as mulheres, pondo fim a um silêncio que foi a marca da historiografia tradicional. Silêncio que, denunciou Varikas (1994, p.63), fez com que o tema não se constituísse num campo legítimo e plenamente integrado aos currículos mesmo na França e nos Estados Unidos, os pioneiros nesses estudos.

A descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou dos próprios questionamentos que estas fizeram acerca de si próprias, rejeitando uma estrutura de supremacia masculina solidamente aceita e negando a visão clássica da inferioridade do sujeito feminino. Para muitas, começou a parecer incômodo viver num mundo em que estivessem diluídas dentro da idéia de um sujeito universal. É a partir de suas lutas íntimas, portanto, que as mulheres iniciam um questionamento quanto à realidade social, criando os primeiros movimentos feministas, marcados por uma grande diversidade de reivindicações.

Nos Estados Unidos, onde o feminismo eclodiu estimulado pelo movimento dos Direitos Civis e pelas políticas do governo, as medidas governamentais buscaram se valer do potencial feminino para incrementar a expansão econômica. Políticas foram implantadas no sentido de reverter a discriminação sexual, possibilitando iguais oportunidades de trabalho para ambos os sexos. Visando o mesmo fim, as faculdades e as escolas de graduação deram início a cursos variados, oferecendo bolsas de estudo e buscando dotar as mulheres de uma formação de nível superior. (SCOTT, 1992, p.63).

Ainda que o feminismo como ideologia política possa ser identificado desde o século dezenove, é somente a partir dos anos 1970 que ele surge como novidade no campo acadêmico e se impõe como uma tendência teórica inovadora e de forte potencial crítico e político. O movimento surge num quadro epistemológico marcado

por crises, como o descrédito nos grandes modelos explicativos da sociedade: marxismo, estruturalismo, freudismo, enfim, as “metanarrativas”, como qualifica Lyotard (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.7).

A emergência do pós-modernismo, forma de cultura contemporânea que questionou as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos ou os fundamentos definitivos de explicação, criou condições para se discutir temas que sempre haviam sido deixados à margem das preocupações das Ciências Sociais. Contrariando as normas do pensamento iluminista, os pós-modernos vêem o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, formado por culturas desunificadas que geram um grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades (EAGLETON, 1998, p.7).

O objetivo das feministas passou a ser a busca de uma nova compreensão da realidade em que o papel das mulheres foi resignificado, ou desconstruído, para usarmos um termo cunhado por Jacques Derrida, autor que é caro aos pós-modernistas.

Desconstrução tem sido a palavra correntemente utilizada para explicar o pensamento da sociedade ocidental, marcado pelo dualismo entre o bom e o ruim, o certo e o errado. As diferenças entre homens e mulheres tenderam a serem explicadas dentro dessa lógica binária, sendo os homens considerados como o elemento superior, e as mulheres marcadas pela inferioridade. O objetivo das feministas passou à busca de uma nova compreensão da realidade. Assim, desconstruir, dentro do propósito feminista, não foi uma tentativa de negar o masculino, mas de desestabilizar a sua autoridade e supremacia.

A crítica da cultura feminista adquire importância num contexto bastante específico. A partir da década de 1970, começa a se evidenciar o debate, hoje irreversível nos meios políticos e acadêmicos, em torno da questão da “alteridade”. No plano político e social esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos que se consolidam como novas forças políticas emergentes. No plano acadêmico filósofos pós-estruturalistas como Foucault, Deleuze, Barthes, Derrida e Kristeva intensificam a discussão sobre a crise e o descentramento da noção de sujeito, introduzindo como temas centrais do debate acadêmico, as idéias de marginalidade, alteridade e diferença (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.8).

Sem pretendermos nos alongar nas controvérsias colocadas ao e pelo feminismo, entendemos que, de todo modo, essas indefinições contribuíram para evidenciar a ausência da figura feminina nos estudos históricos, criando as bases para o surgimento da História das Mulheres que, num primeiro momento, foi feita muito mais por feministas de outras áreas de estudo do que por historiadoras (DEL PRIORE, 2001, p.217).

Para Scott (1992, p.64), a conexão entre a história das mulheres e a política feminista conquanto seja óbvia, é também complexa. O ponto de partida, afirma a autora, se dá quando as ativistas reivindicaram uma história que estabelecesse “heroínas” e provasse a participação política feminina na história, o que sempre fora negado. É aí que entram as historiadoras. Mais tarde, entre a metade e o final da década de setenta, a história das mulheres irá se afastar da política e ampliar seu campo de questionamento, documentando e escrevendo todos os aspectos da vida das mulheres no passado, independente destes aspectos envolverem posições

políticas ou não. Desse modo, trabalhos sobre a família, a maternidade e a sexualidade da mulher ganham nítida atenção.

Os primeiros estudos históricos sobre as mulheres estiveram muito marcados pela preocupação com a dialética da dominação versus opressão, dando pouco ou nenhum destaque às múltiplas formas de resistência que estas elaboraram ao longo do tempo para fugir à dominação masculina. Enquanto a produção historiográfica dos anos 1970 esteve fortemente marcada pela influência teórico-metodológica assentada nas premissas epistemológicas da história social e com forte influência do marxismo, que vê a opressão feminina em função do capitalismo, as produções acadêmicas buscaram, a partir dos anos oitenta, trazer à tona um conjunto de estudos que revelam suas presenças na vida social, nas práticas cotidianas, ressaltando as estratégias de sobrevivência e as múltiplas formas de resistência que, silenciosamente, as mulheres impuseram à dominação masculina. Desse modo, os “estudos das mulheres” inovaram profundamente a historiografia ao trazer não apenas o “sexo frágil” para o cenário histórico, mas a própria cultura feminina, dando conta de temas ligados ao seu universo cultural, social e sexual, dando visibilidade ao espaço privado. O feminismo questionou a lógica da identidade e das oposições binárias que construíam a interpretação masculina do mundo (RAGO, 2000, p.53):

Para Elan (1997, p.65-74), após séculos de história ocidental, que tem sido estritamente a narrativa sobre o “grande homem”, os historiadores gradualmente voltaram a atenção para o problema da representação da mulher. O que significa escrever uma história das mulheres? Como seria ela? Primeiro de tudo, a história se tornou o local onde o feminismo pôde alterar a exclusiva universalidade do homem como sujeito. Fez emergir, assim, um novo conhecimento sobre as

mulheres que discute o papel central que os homens tradicionalmente têm ocupado nas narrativas históricas.

Por outro lado, pensar a mulher significou avançar por caminhos sinuosos, desconhecidos, como a esfera do privado e das relações cotidianas, território ao qual os historiadores pouco estiveram atentos. Assim, singelezas sem importância maior para a história tradicional tiveram de ser buscadas com um novo olhar, porque logo se evidenciou que era nos pequenos detalhes que se tornava possível detectar as fontes mais preciosas quando se tratava do universo feminino. Foi preciso assim, como tão poeticamente ressaltou Bosi (1995, p.7), ir ao fundo das casas, às cozinhas e oficinas, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas.

Se é verdade que a evolução do feminismo levou à emergência da história das mulheres, ou seja, da política para a história especializada, por outro lado, logo se evidenciou que não bastava incluí-la nos discursos, sendo preciso mais do que reconhecer que a visão de mundo sempre fora construída de maneira androcêntrica. É dentro desse repensar de posições e possibilidades que o gênero surge como uma categoria analítica.

Para Scott (1991, p.5), a palavra gênero começou a ser usada mais seriamente como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos, distinta, portanto, do biológico. Gênero também é usado para sugerir que os assuntos sobre mulheres são necessariamente informações sobre os homens, que o estudo de um implica no estudo do outro, entendendo gênero como um primeiro modo de dar significado às relações de poder ou por meio do qual, o poder é articulado.

O uso do gênero como categoria de análise acarretou uma grande inovação nos estudos sobre o feminino, incorporando o estudo relacional entre homens e

mulheres e recusando a generalização que havia em torno do termo “mulher”. Se o feminismo colocou a mulher na pauta das discussões e visibilidades, denunciando a existência de um mundo machista e excludente, a categoria relacional de gênero permitiu pensar estas diferenças fugindo da idéia de natureza e remetendo a análise para um prisma social e cultural. Passou-se das justificativas biológicas para a compreensão cultural dos comportamentos masculinos e femininos, rompendo definitivamente com a política e adotando um espaço próprio de discussões, desprovido de propósitos ideológicos imediatos.

Esta trajetória é entendida de modo bastante distinto pelos historiadores. Para alguns, um estudo das mulheres que se faça fora das grandes questões que o feminismo, especialmente o marxista, levantou é despolitizado e, por isso mesmo, não faz mais do que levantar questões sem criar condições de resolvê-las. O conceito de gênero, menos rígido do que patriarcado compreende a desigualdade entre homens e mulheres como o resultado de uma construção social e aponta possibilidades de mudanças. A escolha de qual seria a terminologia mais adequada – gênero ou patriarcado – para se discutir as relações entre homens e mulheres em qualquer esfera da vida social não tem se dado sempre de maneira tranqüila. Eles seriam conceitos distintos, mas não necessariamente opostos.

Pateman (apud SAFFIOTTI, 2004b, p.55) considera que o abandono do conceito de patriarcado representaria a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Saffiotti (2004b, p.60) não nega a utilidade do conceito de gênero, mas defende que o seu uso não implica em deixar de lado o de patriarcado. Apesar de algumas

feministas o rejeitarem, para essa autora, o conceito de patriarcado está no cerne da exploração e dominação homem-mulher.

A problemática da desigualdade entre os gêneros passou a ser pensada menos como uma questão econômica, com considerável atenuação ou mesmo o desaparecimento da influência marxista que marcou os primeiros estudos sobre o tema. As ações humanas passaram a serem compreendidas também como resultado de uma ordem simbólica ou representativa e não mais formuladas somente em função de atividades práticas e do caráter utilitário (SALHINS, 2003, p.7).

Para Scott (1994, p.11-27) reconhecer que existe uma história das mulheres e que ela tem suas próprias especificidades, como o fez a história social, não muda o passado e nem altera a situação atual das mulheres. Para ela é preciso avançar mais, indo de encontro a uma atitude que mais do que mera denunciadora possibilite a real transformação no estatuto da vida das mulheres. Reconhece, assim, uma certa frustração diante de uma história que não produziu impactos muito significativos nos estudos históricos em geral, justamente pela falta de um arcabouço teórico que dê conta de responder porque as mulheres foram excluídas da história e que, indo além dessa reflexão, permita operar de modo crítico, compreendendo como a história opera e promovendo mudanças epistemológicas que efetivamente transformem a dicotomia entre o feminino e o masculino.

Mesmo reconhecendo que “gênero é uma categoria útil para a análise histórica”, admite que o conceito não tem força analítica suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes: “uma política feminista mais radical (e uma história feminista mais radical) parece-me pedir uma epistemologia mais radical” (SCOTT, 1994, p.16). Para ela, pós-estruturalistas como os filósofos Michel Foucault e Jacques Derrida, podem fornecer as ferramentas teóricas para se passar

de uma história meramente analítica para uma história transformadora. Muito especialmente este último, cujo conceito de desconstrução ela parece privilegiar, embora admita problemas ao se empregar na história métodos da literatura, confessando que o que lançava eram pareceres parciais, idéias reconhecidamente inconclusas ou disparatadas. Cuidadosa, chega a afirmar: “não estou sugerindo a aplicação dogmática dos ensinamentos de nenhum filósofo em particular e estou ciente das críticas feministas a eles” (SCOTT, 1994, p.16).

A autora, conquanto tenha sido bastante cautelosa ao expor suas idéias, não esteve isenta de críticas. Tilly (1994, p.29-62) é uma dessas vozes discordantes, primeiramente por defender que a história das mulheres provocou mudanças muito significativas na historiografia, dando provas de muita astúcia e imaginação no uso das fontes. Argumenta que os trabalhos sobre as mulheres não estão marcados por meras análises isoladas, mas encontram-se vinculados a outros temas históricos, como o poder das idéias ou as forças que governam as transformações estruturais, tendo um caráter analítico e não meramente descritivo como acusou Scott (1994). Mesmo admitindo que alguns trabalhos sobre as mulheres possam ser taxados de puramente descritivos vê a necessidade de se pensar o momento em que estes estavam sendo feitos. Dessa maneira, é mais compreensiva e afirma que, pressionadas pela urgência evidente que havia em redescobrir a vida e as realizações das mulheres, muitas historiadoras pensaram que isto era suficiente em si, mas merecem o mérito de terem desnudado o papel das mulheres na história, reorientando o interesse pelas pessoas comuns. Considera, ainda, que são os métodos da história social, em oposição aos literários e filosóficos, os mais apropriados para o desenvolvimento das categorias de análise e dos questionamentos que possam interpelar todos os historiadores e as historiadoras.

Num dos aspectos, entretanto, Tilly (1994) e Scott (1994) parecem estar em comum acordo. Segundo Varikas (1994, p.65) “as duas historiadoras lamentam o uso excessivamente descritivo da noção de gênero na história das mulheres e concordam sobre a necessidade de torná-la uma verdadeira categoria de análise que possa questionar os conceitos dominantes da disciplina histórica”. O caminho a ser indicado é que nos deixa entrever as divergências: o pós-estruturalismo, para uma, a história social para outra.

Para Del Priore (2001), conquanto gênero seja um conceito válido e útil, não deve ser confundido com a história das mulheres, cuja tarefa não é a de desconstruir os discursos masculinos sobre a mulher, mas ultrapassar a pobreza dos fatos que tornou suas vidas tão descarnadas. Demonstrando pouca preocupação com as críticas que têm sido feitas quanto à história das mulheres não ter sido capaz de promover grandes modificações na história geral, esta autora se pergunta: “Para que serve a história das mulheres? E dá a resposta: “[...] para fazê-las existir, viver e ser. Essa é, afinal, uma das funções potenciais da história” (DEL PRIORE, 2001, p.235).

Exemplo dessas múltiplas divergências é aquela que atentou para a diferença não entre homens e mulheres, mas para as “diferenças dentro da diferença”, a chamada “terceira onda” do movimento feminista. Revisitando Marx, as historiadoras das mulheres começaram a levar em conta as relações de poder através das quais mulheres oprimiram outras mulheres. Assim, classe, raça, religião e sexualidade surgiram como diferenciais importantes (PIERUCCI, 1999, p.133).

As feministas norte-americanas e anglo-saxãs, especialmente, reconheceram que as mulheres constituíam uma categoria instável. Como ressalta Riley (apud ELAN, 1997, p.69), a história do feminismo tem sido uma peleja contra uma rígida identificação de mulher e encoraja que esta batalha seja contínua. Para ela, não há

razão para lamento, pois são justamente estas indefinições que fazem a força do feminismo.

É válido lembrar que as mulheres compartilham uma condição social de opressão pelo fato de viverem em uma sociedade patriarcalmente estruturada e que constantemente se legitima, mas esta opressão é vivenciada diferentemente por cada mulher, de acordo com a classe social a que ela pertence e ao lugar que ocupa na estrutura desigual de oportunidades (CARSON, 1995, p.187). Abordar historicamente o sujeito feminino implica em reconhecer essas diferenças e clivagens, admitindo não haver uma, mas inúmeras identidades femininas que se modificam continuamente.

Como nos foi dado perceber, foram muitos os caminhos percorridos na luta das mulheres: da igualdade acima das diferenças passamos à diferença de gênero, para finalmente chegarmos a uma nova descoberta empírica, a das diferenças entre as mulheres, denunciando a multiplicidade feminina. No século do globalismo, a resposta parece estar, ambigüamente, nas singularidades.

Embora o crescimento de trabalhos acadêmicos enfocando a mulher seja uma realidade, parece-nos importante que cresça o número de pesquisas que enveredem por aspectos cotidianos de grupos sociais marcados pelo anonimato e pela pobreza. Hoje as mulheres estão em toda parte, não só ocupando espaços no mundo acadêmico e no trabalho, na organização familiar, nos movimentos sociais e nas atividades políticas, mas também, e muito expressivamente, nos pontos de marginalização, nas atividades de trabalhos informais, nas ruas de prostituição, nas favelas e nas vielas abandonadas, como moradoras de rua sem qualquer amparo.

Foi dentro desse contexto de mudanças que a historiografia das mulheres alcançou grande notoriedade, recusando a idéia simplista de que homens e

mulheres podiam ser pensados como sujeitos portadores de uma mesma identidade. Da mesma maneira, evidenciou-se a diferença no interior do universo feminino, feito de mulheres de diferentes nacionalidades, religiões, escolaridades e níveis sociais. Marcados pela “invisibilidade das diferenças”, os primeiros estudos sobre as mulheres terminaram cedendo espaço para interpretações mais complexas (CALDWELL, 2000, p.92; PIERUCCI, 1999, p.35).

Para Fraser (2002, p.65) nenhuma análise que busque compreender as causas da opressão feminina apenas pelo que denominou de “política do reconhecimento”, ou de modo mais objetivo, das identidades culturais, parece ser sustentável. Por isso a autora vê com cautela essa mudança no foco das discussões, pois acredita que, se a abordagem econômica, por ela denominada “política da distribuição”, pode ser tida como reducionista e pouco elucidativa para explicar uma sociedade androcêntrica, também os estudos feministas voltados especificamente às questões da identidade, das diferenças e das representações, têm servido para mascarar a questão das injustiças sociais. Ela sugere, assim, uma teoria de gênero bidimensional, que permita pensar gênero em suas afinidades com classes e com status. Sozinha, pensa a autora, nenhuma delas dá conta de nos fazer compreender e desarticular o processo de submissão e opressão da mulher.

Pela perspectiva distributiva, gênero pode ser uma ferramenta utilizada para analisar como se dá a desigualdade na organização do trabalho: trabalhos reprodutivos não pagos, realizados pelas mulheres *versus* trabalho produtivo pago, geralmente masculino. Gênero também estrutura a divisão de trabalho pago entre os melhores salários, o dos homens, e os menores salários, o das mulheres. Portanto há uma estrutura econômica que gera formas específicas de injustiças de gênero. Pela perspectiva do reconhecimento, gênero aparece como uma diferenciação de

status, codificando padrões culturais de interpretação e de avaliação, como o androcentrismo, que privilegia traços associados à masculinidade, tanto quanto desvaloriza tudo o que seja codificado como feminino (FRASER, 2002, p.64).

Embora não se invalide essa visão mais ampliada, a questão que tem sido colocada como um alerta é em que medida esse deslocamento das análises, que passou preferencialmente do âmbito econômico para o âmbito da cultura, estaria colaborando para um reducionismo às avessas, porque desarticula uma questão da outra.

Em especial no caso do Brasil, onde o índice de pobreza e de desigualdade social apresenta taxas alarmantes, é preciso considerar que, para que tenhamos uma sociedade justa do ponto-de-vista da inclusão das minorias, é emergencial que ocorra, simultaneamente, a consolidação de uma sociedade economicamente justa. Concordamos com Pinto (2000, p.81-82), para quem, em uma sociedade que apresenta trinta milhões de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza, nenhuma discussão que busque a paridade entre os gêneros pode se dar unicamente a partir do viés cultural.

De qualquer maneira, foram essas mudanças gradativas nas premissas epistemológicas que norteiam o campo historiográfico que permitiram que se investigasse a vida das mulheres, em especial no âmbito familiar, local onde elas têm grande poder de influência.

As mulheres, mesmo quando inseridas no mesmo recorte de idade e de classe, têm experiências individualizadas que merecem ser recuperadas, daí julgarmos importante recuperar vivências, valorizando a procura de suas individualidades e as múltiplas maneiras pelas quais essas mulheres das camadas populares enfrentam a luta cotidiana. Elas enfrentam as dificuldades munidas de idéias e de valores que

compõem uma bagagem ideológica comum a outros membros da sociedade e que, por isso mesmo, pressupõem uma gama já conhecida de respostas. É inegável, no entanto, que na vida diária essas mulheres também se reinventam, pois, embora acreditemos que por pertencerem a uma classe social comum elas congreguem experiências e referenciais culturais, nem por isso elas agem de modo necessariamente uniforme.

Embora o fato de compartilharem as mesmas condições econômicas e culturais termine por levá-las à construção de um universo simbólico comum isto não impede que elas elaborem respostas particulares de enfrentamento do mundo no acontecer cotidiano.

Para Heller (1972, p.17-20), a vida cotidiana é aquela a que estamos constantemente ligados, onde expressamos nossas ideologias, sentimentos e paixões. Para esta autora, somente quando adquirimos habilidades capazes de nos inserir no cotidiano é que efetivamente assumimos nossa plena condição de adultos. Entretanto, se é na vida cotidiana que os seres humanos aprendem o viver, internalizando idéias e comportamentos, é também nela que novas idéias nascem – ainda imprecisas, ainda contraditórias, porque estão fora do sistema. De qualquer forma, elas já contêm os elementos necessários à promoção de transformações, tanto na vida individual, quanto na coletividade, porque todo indivíduo tem liberdade para, além da alienação, fragmentar-se em novos papéis.

O pensamento dessa autora ajuda-nos a compreender as diferentes respostas que, em alguns momentos, essas mulheres têm frente à vida, apesar da homogeneidade socioeconômica e cultural que as identifica.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizamos a metodologia da história oral, que nos possibilitou enveredar pela vida conjugal e familiar dessas anônimas

moradoras da periferia de Mandaguari. As mulheres entrevistadas têm idades bastante distintas. A mais idosa nasceu na década de 1930 e a mais jovem em 1987, abarcando, assim, seis décadas de experiências. O marco temporal compreende um período delimitado entre 1930 e o ano de 2004, momento da coleta dos depoimentos. A distância etária que as separa não chega a impedir que, em muitos momentos, haja grande similaridade de idéias e de comportamentos entre elas.

Este trabalho tem uma dívida inegável com as disciplinas fronteiriças, em especial a antropologia, a sociologia e a demografia que, ao entenderem que a família se constitui num dos principais agentes de socialização, tornaram-se mais predispostos que os historiadores à sua análise. Quando a família passou a ser percebida com interesse pelos historiadores tornou-se necessário atentar para a figura das mulheres, visto que elas sempre ocuparam um papel primordial dentro do espaço doméstico e familiar. Não por outra razão, a história da família e a história das mulheres ganharam notoriedade em momentos muito próximos.

O estudo da família possibilitou uma revisão profunda na história social do Brasil (SAMARA, 1989; CORRÊA, 1982). As novas imagens da família bateram de frente com o modelo patriarcal, monogâmico e “ordeiro”, como defendeu Freyre (2000a). As pesquisas mais recentes buscaram relativizar a importância de um modelo ordenado, então predominante, levantando a questão de que também no que dizia respeito às mulheres talvez fosse necessário um repensar das concepções. Autoras como Samara, Nizza da Silva, Silva Dias, Algranti, entre outras, alertaram para a necessidade de se estudar a população feminina levando em conta as variáveis regionais, econômico-sociais, raciais e temporais. As novas pesquisas confirmaram os equívocos decorrentes de uma visão que tentava impor

para todas as mulheres comportamentos uniformizados e suscitaram os primeiros questionamentos quanto à propalada posição submissa e assexuada da mulher colonial, inclusive aquelas da elite, reconhecendo uma práxis cotidiana que comportava uma grande pluralidade de situações e atitudes que haviam escapado aos estudos pioneiros.

Além da dívida para com essas historiadoras, os resultados que apresentamos aqui devem muito à demógrafa Elza Berquó, em especial quando a autora discute a chefia familiar feminina e o aumento das uniões consensuais nas últimas décadas em todos os segmentos sociais; à socióloga Maria da Conceição Quinteiro, que trabalha as uniões consensuais nas camadas altas e médias, discutindo o comportamento das mulheres dentro desses relacionamentos informais; as antropólogas Cláudia Fonseca e Tânia Salen, que perscrutaram a vida familiar de mulheres das camadas populares. Todos esses trabalhos estabelecem interlocuções com a história e deram-nos um subsídio inestimável.

Em linhas gerais, a bibliografia aqui utilizada estabelece uma relação entre a história da família e a história das mulheres e embora saibamos que ambas diferem e têm suas particularidades, há ligações inegáveis entre elas.

O título da tese: **“Você acha que a gente vai poder com homem?”** nos foi sugerido da fala de uma entrevistada e, na verdade, constituiu-se idéia repetida por várias de nossas depoentes, ainda que de formas diferenciadas. Decorre, assim, da constatação de que por mais que gire o mundo e se transformem os costumes, as mulheres continuam acreditando numa identidade masculina imutável e dotada de superioridade.

Esta pesquisa está dividida em quatro capítulos. No capítulo 1 discutimos as uniões consensuais a partir de uma contextualização histórica que nos permitiu

acompanhar a permanência dessa prática dos primeiros anos de colonização portuguesa no Brasil até a contemporaneidade, mostrando como passado e presente se encontram profundamente articulados. Analisando dados estatísticos do IBGE é possível perceber o aumento crescente no índice das uniões consensuais, bem como um refluxo no número de casais que oficializam o vínculo conjugal no âmbito civil e religioso, ainda que esse seja o modelo predominante. Discutimos também outras importantes transformações na esfera da família na atualidade, tais como o aumento de casais que rompem os vínculos conjugais, o aumento de famílias monoparentais e a redução do número de filhos por casal. A idéia é perceber as transformações na dinâmica da nupcialidade no Brasil, embora aponte também para as permanências, evidenciando um cenário marcado por uma profunda articulação entre o novo e o velho, o tradicional e o moderno.

No capítulo 2 apresentamos alguns conceitos importantes na elaboração da pesquisa, tais como pobreza e geração. Analisamos particularmente a questão da pobreza em Mandaguari, a partir de uma breve discussão sobre a formação do município e o processo migratório que conduziram as entrevistadas e suas famílias para a região. É apresentada ainda uma discussão sobre a metodologia da história oral e, nesse contexto, o capítulo insere um sub-capítulo onde apresenta as primeiras informações sobre as depoentes e expõe o processo das entrevistas.

O capítulo 3 privilegia, pela primeira vez, a fala de nossas depoentes, que aparecem de maneira mais definida. Não por outra razão o capítulo é intitulado “Ouvindo a fala das mulheres”. Dada a impossibilidade de expor a vida de cada uma delas na sua inteireza, o que seria instigante, limitamo-nos a privilegiar parte dos depoimentos e, a partir desses relatos selecionados, tentamos articular uma

compreensão social mais ampla, delineando características que demarquem vivências comuns entre as diferentes experiências.

Este capítulo, portanto, apresenta um pouco da vida familiar de nossas depoentes, a relação estabelecida com a família de origem, a infância e a adolescência, período muito fugaz para a maioria delas. A discussão focaliza tanto um tempo pregresso na vida de nossas depoentes quanto o momento atual, quando elas já estão vivendo relações conjugais, legalizadas ou não, tendo filhos, separando-se, recasando-se, inserindo-se no mercado de trabalho, formal ou informal, buscando meios de sobrevivência num mundo profundamente marcado pela precariedade e traçando estratégias para se subtraírem ao mando e autoritarismo dos homens.

Intitulado “Vivências femininas”, o capítulo 4 amplia o espaço de discussão envolvendo as experiências de nossas entrevistadas, o que já vinha sendo feito a partir do capítulo precedente. A história da educação feminina no Brasil e a participação das mulheres no mercado de trabalho em diferentes temporalidades foram objeto de análise e sustentam as informações sobre o grau de escolaridade de nossas entrevistadas e a inserção delas na esfera produtiva, predominantemente informal. Inserimos uma discussão sobre o trabalho doméstico, uma atividade pouco compartilhada com os companheiros; como evidenciam outros pesquisadores. Levantamos discussões sobre as experiências sexuais dessas mulheres, a vivência da maternidade, o comportamento de cada uma delas diante da infidelidade dos companheiros e apontamos as causas que levaram algumas a romperem com antigos relacionamentos. Por fim, analisamos como essas mulheres, de baixo capital econômico e cultural, para usarmos uma expressão de Bourdieu, vivem uma união conjugal não legalizada tanto do ponto de vista prático quanto simbólico. A idéia não

é, evidentemente, esgotar as possibilidades do assunto ou tecer conclusões definitivas, mas antes abrir o debate acerca de uma prática tão entranhada na cultural brasileira, a das uniões consensuais, e, muito especialmente, o papel que, dentro dela, está reservado às mulheres.

CAPÍTULO 1

UNIÕES CONSENSUAIS NO BRASIL

1 UNIÕES CONSENSUAIS NO BRASIL

Nesta terra há um grande pecado, que he terem os homens quasi todos suas negras por mancebas, e outros livres que pedem aos negros por mulheres, segundo ho costume da terra, que he terem muitas mulheres. E estas deixam-nas quando lhe apraz, o que he grande scandaloso para a nova Igreja que o Senhor quer fundar.¹

Nosso objeto de estudo, conforme já foi dito, são as uniões conjugais consensuais na contemporaneidade. Nesse capítulo apresentamos a discussão centrada, basicamente, na experiência feminina e nosso propósito foi o de descortinar a íntima relação que se pode e se deve estabelecer entre as mulheres que hoje pesquisamos e aquelas do passado, no que diz respeito a uma situação de exclusão e marginalização econômica e cultural que lhes impõe distintas formas de amar, casar, gerar, viver. Uma vez que no Brasil a condição de exclusão de parcela significativa da população é evidente, há que se buscar um melhor entendimento na análise dos modelos de família e conjugalidade.

Embora atualmente estejam despertando a atenção de juristas e de estudiosos, uniões consensuais não se constituem em um fenômeno novo no Brasil. Trabalhos clássicos, como os de Freyre (2000a)², mostram-nos que esse modelo de

¹ Carta escrita pelo padre Manuel da Nóbrega, provincial da Companhia de Jesus no Brasil, ao Padre Mestre Simão, provincial da Companhia em Portugal, no ano de 1549 (LOPES, Eliane Cristina. **Tratar-se como Casado e Procriar**: concubinato, campo fértil da bastardia. São Paulo: Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, USP. 1996, p.1 [Texto 01. Série Seminários Internos]).

² **Casa Grande e Senzala**, trabalho clássico de Gilberto Freyre é uma obra que teve diferentes níveis de aceitação. Já foi criticada, depois exaltada, mais tarde novamente renegada. O autor foi acusado de se deixar levar por preconceitos, de tomar como absoluto para todo o país um comportamento que seria exclusivo de um determinado grupo social, além de desconsiderar

conjugalidade foi prática freqüente desde os primeiros séculos da colonização. Não falta documentação, particularmente cartas de religiosos e relatos de viajantes, que lamentam essa degeneração de costumes entre os primeiros portugueses que, esquecidos dos preceitos da fé cristã, amancebaram-se, primeiro com as gentias, mais tarde com as negras e brancas pobres, numa miscigenação de raças que constrangia os defensores da moral e dos bons costumes.

Freyre (2000a, p.95), ao analisar o comportamento dos colonizadores portugueses, chegou à conclusão de que estes, dotados de uma moral sexual mais frouxa do que os colonizadores ingleses na América do Norte e raramente se fazendo acompanhar de suas mulheres e filhos, não tiveram alternativa senão o concubinato. Para Buarque de Holanda (1995, p.53) a colonização portuguesa nos trópicos se fez de modo bastante “aventureiro”, o que não implica admitir irresponsabilidade ou pouco caso com o empreendimento colonizador, mas o entendimento de que esse contingente de homens solitários e dotados de grande plasticidade social, numa quase completa ausência de orgulho de raça³, encontrou em terras brasileiras o clima necessário para a formação de relações menos sólidas entre homens e mulheres.

diferenças regionais na análise que fez da família brasileira. De todo modo, ressaltamos, ser o seu trabalho uma fonte imprescindível para qualquer estudioso da família brasileira. É preciso ainda dizer a seu favor, que sua obra antecipa no Brasil as discussões da História Nova de Bloch e Febvre. Para Peter Burke, a originalidade de Freyre coloca-o no mesmo patamar que Fernand Braudel. Basta um único olhar para as fontes utilizadas por ele para nos apercebermos de seu pioneirismo: registros paroquiais de batismo, casamentos e óbitos, fotografias, mapas, plantas de casas e engenhos, atas das Câmaras Municipais, estudos genealógicos, diários de família, cartas de jesuítas, relatos de viajantes, enfim toda uma documentação pouco ortodoxa para a época. A abertura feita por Freyre quanto ao estudo da família brasileira a partir de uma documentação bastante inusitada foi destacada por NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: S.A. Queiroz, Editora da USP, 1984, p.2. Essa discussão pode ainda ser encontrada em CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. In: _____. et al. **Colcha de Retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.7-38. O trabalho de Freyre merece especial atenção também em BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução Klauss Brandini Gerhasdt, Roneide V.Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

Para Prado Júnior (2000, p.103), a falta de mulheres brancas sempre foi um problema de toda colonização européia em territórios ultramarinos, mesmo naqueles em que se processou de modo menos aventureiro do que no Brasil. Enquanto nos Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia sempre que a imigração de grupos familiares não foi suficiente para a formação de uma sociedade que não sucumbisse à mestiçagem, recorreu-se muitas vezes ao transporte de grande leva de mulheres brancas recrutadas na Inglaterra, tal providência faltou no Brasil⁴. Daí se verem os colonos destituídos de mulheres socialmente adequadas ao casamento. A impetuosidade característica do português e a sua ausência total de freios morais, no pensar de Prado Júnior (2000), completaram um quadro de ausência total de regras: as uniões mistas se tornaram práticas comuns e, quase sempre, à margem do casamento. Tais uniões “irregulares”, como assim as definiu Prado Júnior (2000), de tão freqüentes que eram, passaram à categoria de situações perfeitamente admitidas e aprovadas sem restrições pela moral dominante.

Mas havia outras razões responsáveis pelo grande número de casais que se uniam de maneira consensual, além da solidão dos homens. Nizza da Silva (1998, p.12), fala no alto custo do processo matrimonial, da exigência de inúmeros documentos e da lentidão para se comprovar algumas questões importantes para a

³ O autor destaca a facilidade dos portugueses para as relações inter-raciais, numa mistura de povos que já era fato antes mesmo de 1500 (BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.53).

⁴ A rainha D. Catarina, seguindo o procedimento de D. João III e atendendo aos rogos dos religiosos que viviam em terras brasileiras, mandava recolher órfãs nos mosteiros de Lisboa e as enviava para o Brasil, a fim de que aqui se casassem. Essas jovens, em sua maioria, eram descendentes da pequena nobreza e, em razão da morte dos pais, viviam recolhidas em conventos ou em casas de famílias. Enviadas à colônia traziam aos futuros maridos a promessa de um cargo público na administração colonial portuguesa. Essa política foi adotada por Portugal, com maior ênfase no século XVI, especialmente para as possessões da Ásia. O envio das chamadas “órfãs da rainha” para o Brasil, porém, foi sempre em número insuficiente. Ao todo se tem notícias da vinda de dezoito mulheres órfãs para o Brasil. (NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998 e SCHUMACHER, Schuma (Org.). **Dicionário de Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorga Zahar, 2000).

realização do casamento, tais como idade núbil, atestado de residência e certidão de óbito do primeiro cônjuge, no caso de pessoa viúva. Esta última era de excepcional importância para o impedimento da prática da bigamia que, tanto quanto o concubinato, era duramente combatida pela Igreja. Por isso mesmo, essa autora não encara o concubinato apenas como uma questão de libertinagem ou de desrespeito às leis da Igreja, mas o resultado de inúmeras dificuldades, especialmente as econômicas. A falta de recursos como obstáculo ao casamento era uma realidade concreta especialmente para as mulheres escravas, libertas e brancas pobres em um mundo onde as dificuldades impostas ao sexo feminino imperavam de maneira vigorosa e a ausência de um marido/companheiro se constituía numa condição depreciativa. Por sua vez, as autoridades apontavam vários fatores que serviam de entraves ao casamento: a vadiagem dos homens; o atraso da agricultura, que dificultava a subsistência e estimulava o nomadismo; o hábito dos homens tornarem-se religiosos e, além disso, o recrutamento militar que mesmo em época de paz arrebanhava grande contingente de jovens solteiros (NIZZA DA SILVA, 1984, p.18-25).

Em que pese dificuldades impostas pela Igreja, Faria (1998, p.59) mostrou no seu estudo sobre a família colonial na região de Campo dos Goitacases (atual norte do Rio de Janeiro), ter havido dificuldades para a oficialização do casamento, mas sublinhou que o clero costumava ser indulgente com aqueles que, argumentando pobreza, não tinham como validar o matrimônio. Os párocos contornavam todos os impedimentos. A mesma complacência por parte da Igreja é encontrada na Província do Mato Grosso, no século XIX, conforme Peraro (2001, p.144).

Não poderia mesmo ser diferente, uma vez que os esforços do Concílio de Trento (1545-1563) de impor as regras matrimoniais perderiam sentido se a Igreja

impusesse muitos obstáculos aos que desejassem se casar. Desse modo o número de casamentos cristãos no Brasil foi muito superior ao que normalmente se supõe e ultrapassou mesmo o círculo das elites. Embora sexo entre etnias distintas, escravidão e concubinato formassem um tripé fundamental das relações sexuais na Colônia, como durante muito tempo se afirmou em nossa historiografia, o casamento legal não ficou restrito às famílias de elite, tendo se difundido muito além do estreito círculo dos homens bons da colônia (VAINFAS, 1997, p.237) e envolvendo mesmo os escravos, conforme a historiografia dos últimos anos tem indicado (SLEENES, 1999).

A conclusão a que se chega é que a questão das uniões consensuais, dos casamentos, da ilegitimidade e da bastardia no Brasil colonial só pode ser explicada quando ligada a outras variáveis (SCOTT, 2005, p.30). O correto, portanto, é não estabelecer uma íntima relação entre uniões consensuais e pobreza, mas também não desprezar uma farta documentação que nos mostra que as uniões legais eram principalmente prerrogativas da elite.

A compreensão da estrutura familiar brasileira que se consolida nos primeiros séculos de colonização pode ser enriquecida a partir da análise de nossas raízes culturais. Até bem pouco tempo havia grande controvérsia acerca da definição de cultura. A corrente francesa, formada no século XVIII e influente no XIX, a identificava com civilização, freqüentemente ligada à grande arte, contrapondo-a à posição ideológica dos alemães que defendiam a cultura como sinônimo de tradição. Os argumentos modernos seguem um consenso geral sobre o significado de cultura no sentido de pensá-la como sendo essencialmente uma questão de idéias e valores que são construídos diferentemente por povos distintos, uma atitude mental coletiva, distinguindo-a de raça e de posições biológicas (KUPER, 2002, p.45-71). A cultura é

aqui entendida dentro dessa perspectiva: um sistema simbólico de um grupo humano, sua maneira de pensar, sentir, fazer e agir.

Não podemos deixar de levar em consideração que a cultura brasileira foi, além de transplantada, marcada pela conjunção das três matrizes (indígena, africana e européia), formando um tecido cultural que foi se diferenciando pelas influências do meio, pelas diversidades econômicas, pela criatividade nativa e pela incorporação de contextos culturais estrangeiros. Ainda que tenha sido inegável o predomínio da cultura portuguesa, não houve um total abafamento das demais. Distinguiu-se no Brasil um nível cultural erudito marcado pela branquidade e europeidade que buscava identificar-se aos modelos europeus no modo de morar, de vestir, de comer, de educar-se, de rezar, de casar e de morrer; e o procedente das camadas subalternas, mais aberto à convivência humana (VANNUCCHI, 1987, p.9).

A catequese, uma das mais importantes manifestações da Contra-Reforma, encarregou-se de fixar valores cultivados pela classe dominante, entre eles o casamento religioso, mas há que se considerar sempre o distanciamento havido entre o que era a norma e o que era o comportamento (WERNECK SODRÉ, 1988, p.7-11).

Mesmo em Portugal as regras matrimoniais se mostravam elásticas e já faziam parte do modo de vida portuguesa, só sendo seriamente coibidas após a influência tridentina. A própria legislação metropolitana reconhecia dois tipos de casamento: o realizado “às portas da Igreja” e o “presumido ou por juras”, que acontecia sem as “bênçãos de Deus” (LOPES, 1996, p.1).

O combate ao concubinato, tanto na metrópole quanto na colônia, não apresentou resultados imediatos. Analisando as formas de organização familiar em Portugal nos séculos XVIII e XIX, Scott (2002, 2005) demonstrou as diferenças entre

o Norte e o Sul daquele país em relação aos sistemas familiares, em especial quanto à questão da ilegitimidade. No Portugal do Norte (principalmente o Minho) predominavam os sistemas baseados na família troncal, baixos níveis de nupcialidade, elevadas idades médias ao casamento e altos níveis de celibato. O Sul seria caracterizado por altos índices de nupcialidade, idade de acesso ao matrimônio mais baixa e altas taxas de fecundidade. Esse trabalho parece-nos importante à medida que possibilita um estudo comparativo entre a sociedade da colônia e a lusitana, nossa matriz formativa, discutindo a herança que nos foi legada pelos colonizadores portugueses.

A região do Entre Douro e Minho é tida como a área de maior incidência de emigração para a América Portuguesa devido a vários fatores: um sistema de heranças que privilegiava um filho em detrimento do outro, pouca oportunidade de trabalho fora da agricultura e escassez de terra. Isso explica, segundo a autora, a pesada emigração masculina que caracterizou a região, bem como o surgimento de uma multiplicidade de papéis desempenhados pelas mulheres minhotas, entre eles a expressiva chefia feminina dos domicílios que, em determinadas épocas, ultrapassou os 35%, e um elevado índice de ilegitimidade (SCOTT, 1999, p.218-236; SCOTT, 2002, p.218-219; SCOTT, 2005, p.30-31).

Podemos pensar que se a vinda dos homens que emigraram para a América Portuguesa produziu alterações no comportamento das mulheres que ficaram, levando-as a construírem alternativas no enfrentamento do cotidiano, o mesmo diz respeito aos homens que, uma vez no Brasil, buscaram estabelecer organizações familiares alternativas, sem que isso possa ser exatamente computado a um comportamento sexual desregrado nato. Todavia constatamos que, embora a colonização tenha sido marcada pela alta incidência de uniões consensuais, o

casamento, por influência do Direito Canônico e do Direito português, se constituía num ideal. Já em relação ao concubinato, a hierarquia eclesiástica fazia questão de considerá-lo um pecado e um crime, resultado de um longo processo de cristandade que fez do matrimônio monogâmico, indissolúvel e destinado à procriação o único espaço da sexualidade (DIEHL, 2002b, p.231).

1.1 REPRESENTAÇÕES DO CASAMENTO

No Brasil, o primeiro documento dedicado à discussão do casamento foram as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Resultado da reunião de um numeroso grupo de religiosos convocados por Dom Sebastião Monteiro de Vide, arcebispo da Bahia, as Constituições compõem um regimento eclesiástico que buscou contemplar as diferentes situações de comportamentos e costumes praticados no Brasil. Tendo como eixo norteador as leis tridentinas e o direito canônico português, as Constituições preocuparam-se de maneira enfática com os chamados delitos da carne: sodomia, incesto, estupro, bigamia e os concubinatos. Este último já vinha sendo considerado, desde o século XVII, pecado público e escandaloso (GOLDSCHMIDT, 1988, p.132)⁵.

⁵ O concubinato foi o delito da carne mais presente na devassa ocorrida nas Minas Gerais, em 1738. Embora ocorressem vários tipos de crime, a ênfase no concubinato justificava-se pela sua superioridade: 87,4%. O incesto, o segundo em termo de representatividade quantitativa, correspondia a 1,7% do número total dos crimes arrolados, o que nos revela bem quão arraigada era a prática das uniões consensuais (LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato. In: BARRETO, A. E. M. et al. **História Econômica**: ensaios. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. p.43-58).

A Igreja colonial insistia em vigiar o comportamento dos casais, mas a Coroa portuguesa tinha coisas mais urgentes para atentar, visto que a atividade colonizadora não se deu da noite para o dia e demandou constantes cuidados. Inicialmente houve necessidade de patrulhamento da costa para garantir a posse da nova terra, em especial contra as invasões holandesas; a experiência marcada por pouco sucesso na distribuição das capitanias hereditárias, a dificuldade na consolidação das instituições administrativas, a revolta constante dos gentios e a decepção da Metrópole com “[...] um país sem ouro nem prata, desprovido das riquezas da Índia [...]” (FAORO, 2000, p.117). Com o avançar do tempo, vieram os altos e baixos das atividades econômicas e as conspirações pela independência, como a guerra que Napoleão travava na Europa contra a Inglaterra e que teve conseqüências imediatas para a Coroa Portuguesa, sendo a mais radical a transferência da família real para o Brasil. Além dessas dificuldades, havia também a crise do sistema colonial posto em xeque pelas aspirações da burguesia que, ansiosa por chegar ao poder, condenava o sistema de monopólios e privilégios que regulava as relações entre metrópole e colônia.

Enquanto na etapa pré-colonizadora a política expansionista portuguesa se constituía quase fundamentalmente em estabelecer o livre exercício do monopólio comercial, com exclusão das demais potências, a etapa colonizadora propriamente dita demandava a árdua tarefa de organizar-se de maneira a se ajustar aos interesses monopolistas⁶. Por isso mesmo, durante o período colonial as questões envolvendo a moralidade e os bons costumes foram preocupações mais explícitas

⁶ Os textos de MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978, particularmente os introdutórios mostram bem as dificuldades enfrentadas pela metrópole portuguesa para consolidar a colonização na América.

da Igreja. Um exemplo é que os registros de casamento, nascimento e óbito foram deixados a cargo exclusivo dos párocos⁷.

Há que se considerar, também, que muitos clérigos viviam amancebados. Dentro do contexto eclesiástico de salvação da alma, Goldschmidt (1998, p.164), faz saber que os padres que atuavam na colônia eram muito mais atingidos pela censura popular quando falhavam em sua função de propiciar a vida eterna aos fiéis do que ao cometerem transgressões sexuais e muitos deles mantinham concubinas. Havia discrição para com tais situações por parte dos bispos, mas certamente veladas.

Não defendemos que houvesse por parte da Igreja total permissividade ou que o Estado português aceitasse com despreocupação o comportamento dos colonos, mas as preocupações da primeira para com a moral e os bons costumes, aí incluso muito especificamente a formação das famílias, eram, sem dúvida, maiores do que as das autoridades portuguesas. Casamento no Brasil, durante muito tempo, foi assunto de párocos.

Somente em 1870, no decorrer do Império, sob a Lei n.1829, o Estado passou a se encarregar dos registros civis, devendo a Igreja enviar às autoridades a série de informações registradas nos livros eclesiásticos.

⁷ As relações entre Estado e Igreja variaram muito de país para país. No caso do Brasil, houve, em princípio, uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado coube o papel de garantir a soberania portuguesa sobre a colônia do ponto de vista administrativo, tarefa que pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores. Já à Igreja coube o papel de enquadramento dos indivíduos dentro de um ideal de obediência, que, aliás, se tornava complementar à tarefa do Estado, mas que passava ainda pelo controle das almas na vida diária. Essa relação resultou de um mecanismo conhecido como padroado, em que havia ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e organização da Igreja em todas as terras descobertas. Ver FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995 (Didática); ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro); FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 10.ed. São Paulo: Editora Globo, Publifolha, 2000. v.1 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

Em um trabalho clássico sobre as mulheres e a família paulista no século XIX, Samara (1989, p.87) concluiu que os matrimônios se realizavam em círculos limitados e sujeitos a normas que agrupavam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio-econômica. As uniões esporádicas e os concubinatos dinamizavam as relações entre os sexos e permitiam a mesclagem dos grupos sociais. Mesmo que o casamento tenha ocupado um lugar estratégico fundamental como mecanismo de mobilidade social, a sociedade estava constituída de maneira que vários indivíduos se viam postos à margem e aos quais não restavam alternativas outras senão concubinatos, uniões passageiras, ilegitimidade, formação de famílias lideradas por mulheres, etc.

O início das transformações urbanas, resultado da vinda da Coroa Portuguesa em 1808 e das transformações econômicas, afetou sensivelmente a sociedade brasileira, mas não é possível pensar que por conta disso a estrutura das famílias e a dinâmica da nupcialidade tenham se transformado completamente. Em nosso ponto-de-vista é preciso considerar que na família as mudanças não são apenas sentidas, mas também geradas.

Com a Proclamação da República se deu o reconhecimento do casamento civil, mas não ocorreu sua imediata adoção. Sua obrigatoriedade ficou explícita na Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e constituiu-se em questão controversa entre os próprios republicanos. Quintino Bocaiúva, por exemplo, entendia que casar não era função do Estado, cabendo-lhe apenas constatar e autenticar a existência da união conjugal para resguardo dos efeitos civil que dessa união derivavam (LEONZO, 2005, p.206).

Mesmo quando se estabeleceu a legitimidade da família apenas quando resultante da celebração do matrimônio civil legalizado, a prática das uniões

consensuais permaneceu. Pode-se dizer que mesmo sendo vítima de todo tipo de condenação, de denúncia e de acusação, as relações conjugais não oficializadas seguiram sendo práticas bastante comuns no Brasil, funcionando como uma estratégia de proteção e de amparo por parte de mulheres pobres, inseridas em uma sociedade onde as relações de gênero eram extremamente desiguais e onde ser sozinha, embora não fosse prática incomum, as desqualificava socialmente (SILVA DIAS, 1995, p.31).

Não é fácil traçar um panorama rígido das possibilidades matrimoniais no Brasil devido às variações do nosso sistema legal, tornando difícil uma análise que englobe períodos mais extensos. O tipo de informação a respeito do estado conjugal da população, através do censo, sempre foi muito variável. O de 1872, por exemplo, só considerou, quanto ao estado civil, os solteiros, os casados e os viúvos; o de 1890, no mapa destinado à coleta de informações, acrescentou a condição de divorciado; também o de 1900 inquiriu sobre os divorciados. Já em 1920 voltou-se ao critério de 1872; o de 1940 incluiu no boletim de família o quesito relativo à condição de desquitado, instruindo para o preenchimento do boletim que as pessoas casadas segundo a lei estrangeira e que tivessem obtido o divórcio, em vez de desquitado deviam responder divorciado, ao prestarem suas informações. Mesmo procedimento foi adotado no censo de 1950 (BERQUÓ, 1998, p.412).

No final do século XIX o Brasil foi palco de grandes transformações, como o fim do regime escravocrata, o crescimento das cidades e a chegada dos imigrantes, portadores de diferentes formas de pensamentos e práticas. Some-se a isso o surgimento de vozes femininas inconformadas com a exclusão da mulher das atividades econômicas e políticas. O início da imprensa feminina, as associações de mulheres na luta pelo movimento abolicionista e o direito ao voto foram atitudes que

mudaram o perfil da sociedade brasileira no século XX (HAHNER, 1981, p.24) e, sem dúvida, contribuíram para modificar o modelo de família.

Não que a República fosse progressista quanto às questões da família constituída pela união consensual ou sensível aos direitos da mulher, como podemos perceber no Código Civil de 1917, onde prevaleceu a imagem da mulher como mãe-esposa-dona de casa, referendando o discurso da Igreja, dos médicos e juristas, mas o novo regime abriu espaço para visões menos preconceituosas e que, paulatinamente, conduziram a avanços⁸. Exemplo disso é o Estatuto da Mulher Casada, de 1962, que corrigiu várias aberrações⁹: aboliu a incapacidade jurídica da mulher casada; atribuiu-lhe a condição de “colaboradora” do marido na sociedade conjugal; reconheceu o pátrio poder à mulher que contrai novas núpcias sobre os filhos do leito anterior, etc. Embora ainda tenha mantido alguns princípios discriminatórios, como o direito do marido de pedir a anulação de casamento quando constatada a não virgindade da esposa ou do pai de deserdar a filha “desonesta”, o Estatuto amenizou as injustiças (VERUCCI, 1988, p.56). Dado o papel significativo

⁸ No último quartel do século XIX uma série de mudanças legais transformou a instituição familiar em distintos países. Leis sobre a propriedade das mulheres casadas propiciaram a elas a capacidade econômica legal ou, pelo menos, um pouco mais de proteção. Novos códigos civis foram sendo aprovados seqüencialmente na Inglaterra, Suíça, Alemanha, Japão, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. Em países como a Índia, a Coréia e a China uma série de leis aboliram costumes de grande simbolismo, como a imolação das viúvas, na Índia (THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000**. Tradução Elisabete Dória. São Paulo: Contexto, 2006).

⁹ Pela legislação anterior ao Estatuto da Mulher, embora o marido e esposa fossem tidos como titulares, o pátrio poder só era exercido por ela na falta ou impedimento do marido. Antes do Estatuto o marido tinha o direito irrestrito de fixar domicílio da família e a recusa da mulher em acompanhá-lo se constituía em abandono do lar, podendo ser argüida pelo marido como injúria grave. O dever de coabitação persistiu na legislação vigente, mas melhorou a situação da mulher, que pode recorrer ao Juiz se a mudança de domicílio representar um prejuízo para ela. Conforme as circunstâncias o juiz tinha prerrogativa de ordenar, em proveito do marido e dos filhos, o seqüestro temporário de parte dos rendimentos particulares da mulher. Deve-se ressaltar, no entanto, que essa situação de subalternidade da mulher era amenizada pelo Código Civil (1916), que lhe legava o direito de dispor do produto de seu trabalho, podendo com ele adquirir bens móveis ou imóveis, não entrando esses bens para a comunhão. De todo modo, na prática as mulheres pouco recorreram a esse direito devido à falta de conhecimento. Ver mais detalhes em VERUCCI, Florisa. Esboço de um novo Estatuto Civil da Mulher. In: CARVALHO, Nanci Valadares (Org.). **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.84-102.

que a mulher ocupa no seio da família, mesmo quando parece figura menor, é inegável que a transformação de sua condição legal vai influir sobre as relações estabelecidas entre elas e seus maridos, companheiros, pais, filhos.

Esses avanços jurisprudenciais culminariam na Constituição de 1988 que admitiu a igualdade de direitos entre o homem e a mulher dentro da sociedade conjugal e reconheceu a união consensual como forma legítima de constituição familiar. Este reconhecimento da união estável como forma legítima de organização familiar, segundo Berquó (1998, p.415), é uma das mudanças mais marcantes no panorama da nupcialidade brasileira.

As uniões consensuais, antes privilégio das classes subalternas, atinge hoje um número cada vez maior de pessoas das mais diferentes classes sociais. A escolha desse modelo informal de conjugalidade pela classe média tem sido pensada como uma contestação do vínculo matrimonial, ao passo que, nas camadas populares, elas são vistas como o resultado da pobreza, que inviabiliza os gastos com a oficialização (QUINTEIRO, 1990, p.8). Concordamos, pois se assim não fosse, como explicar as várias cerimônias de casamentos coletivos gratuitos, realizados de Norte a Sul do Brasil? Nelas, milhares de casais pobres oficializam relacionamentos que já duravam anos. Tal fato nos aponta para uma direção contrária àquela que vê nas uniões consensuais uma recusa ao casamento tradicional ou ao modelo de família. Os pobres, quando podem, casam-se oficialmente, o que lhes confere uma distinção social nada desprezível. Em 15 de dezembro de 2001, por exemplo, 239 casais de Mandaguari oficializaram o vínculo conjugal numa cerimônia coletiva organizada por iniciativa conjunta dos poderes executivo e judiciário.

1.2 TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Analisando a situação de casais franceses que vivem em uniões consensuais, Ariés (1983, p.128-137), ressalta que uma prova de que esse modelo de relacionamento não significa uma falência das relações conjugais está na tendência de muitos casais oficializarem a relação após a chegada dos filhos. É como se, uma vez pais, eles se vissem mais impelidos à idéia de legitimidade. Apesar de não pretendermos refutar a tese do autor, achamos prudente fazer a ressalva de que, pelo menos no caso do Brasil, o pertencimento de classe é que norteia esse procedimento. A nossa pesquisa mostrou-nos que para as famílias pobres a chegada dos filhos torna ainda menos viável a oficialização do vínculo conjugal, uma vez que as despesas se tornam maiores e a vida mais sacrificada. O casal pode até ter, de início, planos de legalizar a união, mas a maioria termina não os realizando porque com os filhos os gastos aumentam e esse sonho torna-se cada vez mais distante quando se precisa optar entre o leite das crianças e os gastos com a cerimônia.

No Cartório de Registro Civil de Mandaguari o preço estipulado para a oficialização do casamento é de R\$188,50. Quando realizado no próprio domicílio do casal este preço chega a R\$350,00¹⁰. São valores que extrapolam a realidade das famílias que compõem o nosso universo de pesquisa. Por esse motivo, caminhamos na mesma linha de interpretação formulada por Durhan (1986, p.84-99), para quem

¹⁰ Dados fornecidos pelo Cartório de Registro Civil de Mandaguari em 2004. Para efeito de parâmetro de comparação informamos que o valor do salário mínimo neste momento da pesquisa era de R\$160,00 (cento e sessenta reais). Em 2006, o custo de um casamento civil no Cartório de Registro de Mandaguari é de R\$210,00 e não mais são realizados nos domicílios. O valor do salário mínimo atualmente é de R\$350,00.

entre os segmentos mais empobrecidos, ao contrário do que ocorre nas camadas médias, uniões consensuais não se constituem em contestação ou novo modelo matrimonial, mas antes uma solução mais condizente com as condições materiais de existência dos cônjuges e a explicação mais afinada com a realidade com a qual esses sujeitos se deparam.

Das vinte mulheres que entrevistamos, apenas quatro têm um rendimento mensal fixo: três recebem aposentadoria e uma trabalha como empregada doméstica. Apesar desta não ter carteira assinada, o fato de receber um salário mensal a coloca em uma situação privilegiada junto às demais que são as donas-de-casa que nada recebem e as que estão no mercado informal, com rendimentos bastante flutuantes e incertos. Pode-se pensar em termos de renda familiar, isto é, agregando os ganhos dos companheiros, mas ainda assim a situação não se torna menos precária. A maioria dos homens recebe baixos salários, quer estejam na informalidade ou não. A média salarial das famílias das nossas depoentes é bastante baixa¹¹.

Após séculos de esforços para disciplinar a família constituída unicamente através do casamento, os discursos religiosos, jurídicos e médicos, especialmente divulgados entre o final do século XIX e início do XX, parecem ter falhado. Profundas transformações demográficas, socioeconômicas e culturais repercutiram intensamente na sociedade brasileira, provocando mudanças irreversíveis na esfera familiar. O casamento legalizado, instituição basilar da sociedade, enfraqueceu, e as uniões consensuais, sinônimos de desordem e anomalia, apresentam um crescimento considerável ao longo do século XX. Vejamos os dados:

¹¹ Informação sobre o perfil socioeconômico das nossas depoentes será explicitado de forma mais abrangente na unidade IV.

Em 1960, 6,5% dos casais brasileiros viviam uniões consensuais, havendo um crescimento na década seguinte para 6,9%. Na década de oitenta, era de 11,8 o percentual das consensuais, de acordo com dados do CEBRAP (1986).

É importante observarmos o crescimento ocorrido especialmente entre as décadas de 1970 e 1980. Só em São Paulo, a proporção de uniões consensuais entre indivíduos de quinze e dezenove anos quadruplicou neste mesmo período (BERQUÓ, 1998, p.421).

Levando-se em conta que o divórcio já era uma possibilidade desde 1977, muitos casais em que um dos cônjuges já havia sido casado e que, por força da legislação que lhes impedia o recasamento só tinham como opção a união consensual, poderiam ter oficializado o casamento, fazendo recuar a taxa de conjugalidade informal. Isto não ocorreu.

Chegamos em 1995 com quase um quarto dos casamentos se enquadrando dentro dessa categoria informal, ou seja, 23,5% dos casais brasileiros viviam uniões consensuais (BERQUÓ, 1998, p.420). Informações recentes não deixam qualquer dúvida quanto à expansão das uniões consensuais no cenário matrimonial brasileiro. Os dados do último censo demográfico apontaram 28,3% dos casais brasileiros vivendo uma união conjugal não legalizada (IBGE, 2000).

A Tabela 1, apresentada a seguir, ilustra bem o comportamento matrimonial dos brasileiros, nos últimos cinquenta anos, em relação ao modelo de casamento civil e religioso e união consensual.

TABELA 1: Pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas, segundo o tipo de união no Brasil 1960-2000

| Tipo de união | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 1995 | 2000 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Civil e relig | 60,5 | 64,6 | 63,8 | 58,0 | 55,0 | 50,1 |
| Consensual | 6,5 | 6,9 | 11,8 | 18,4 | 23,5 | 28,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Fundação IBGE (censos de 1960, 1970, 1980 e 1991), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1995 (apud BERQUÓ, 1998, p.419) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo 2000.

Observando a tabela notamos que entre 1960 e 1970 são passados dez anos para que as consensuais apresentem um crescimento de 0,4%. Todavia, entre a década de 1970 e a seguinte, uniões consensuais aumentaram 4,9%. Isso se explica, em parte, pelo desenvolvimento de um estilo de comportamento mais liberal, resultado das rápidas mudanças trazidas pelo aumento da escolaridade, em especial a feminina; a expansão do mercado de trabalho; a urbanização crescente e pela “modernização” do país. Em nove anos, ou seja, entre 1991 e 2000, as uniões consensuais crescem 9,9%. Ainda que o casamento civil e religioso continue sendo o tipo de união predominante no cenário matrimonial brasileiro, encontra-se em queda, enquanto a união consensual assume importância cada vez mais significativa.

Atualmente as uniões consensuais no Brasil deixaram de ser privilégio das camadas populares porque as visões depreciativas a seu respeito se amenizaram. À luta pela emancipação política, que caracteriza bem os séculos XVIII e XIX, seguiu-se uma batalha pela constituição de uma sociedade não repressiva, onde os indivíduos se tornaram cada vez mais libertos de controles sociais. Esse “afrouxamento” nos costumes é uma característica muito peculiar à sociedade contemporânea, onde os modelos universalistas de casamento foram abandonados,

dando lugar a situações conjugais mais heterogêneas. Não por outra razão, o casar certinho, isto é, “de véu e de grinalda”, deixou de ser a única maneira legítima de constituição do núcleo familiar, as separações e os recasamentos se tornaram práticas corriqueiras e os indivíduos passaram a viver de maneira mais livre suas aspirações.

A democratização da vida pessoal, para usar uma expressão de Guiddens (1993, p.200), tem nas mulheres suas agentes principais, ao contrário da luta pela democracia no domínio público, empreendida basicamente pelos homens. O ingresso das mulheres no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade feminina colocaram-nas diante de novas possibilidades de realização pessoal, levando-as a adotar padrões de comportamento antes tidos como aceitáveis apenas para aquelas que não tinham “um nome a zelar”. A passagem de uma sociedade regulada por ordens restritas para uma sociedade mais igualitária contribuiu para o surgimento de novos comportamentos no âmbito da família.

Ao optarem por uniões sem legalização, os casais não estão deixando de pensar a família como *locus* de afeto, mas simplesmente buscando renegociar novos estilos de vida, segundo sua própria identidade. A união consensual, por ser destituída de formalização de rituais e de alianças familiares, possibilita aos casais levarem a cabo seu projeto pessoal sem interferências. Esse procedimento é mais evidente nas camadas médias, pois nas camadas populares a proximidade com o grupo familiar é a mesma daquela vivenciada em um casamento legal, ou seja, os mais pobres reproduzem nas uniões consensuais o modelo de comportamento que marca o casamento tradicional, com forte interação entre os membros das famílias de origem (QUINTEIRO, 1990, p.18-22).

Concordamos com a autora, tanto mais que, conforme nos foi possível evidenciar, o primeiro lugar de morada do jovem casal das classes populares é a casa dos pais, já que, quase sempre, não detêm os recursos necessários para a construção da casa própria ou mesmo para o pagamento de um aluguel. Desse modo, desde os primeiros momentos estabelece-se uma íntima conexão com o grupo familiar de origem, com considerável perda de privacidade do casal.

A individualidade, uma característica intrínseca da vida moderna, é pouco perceptível entre os pobres. As carências terminam por fazer que os indivíduos necessitem, com muita frequência, do apoio do grupo familiar ou das redes de solidariedade da vizinhança, prejudicando a conquista de um espaço onde possa exercer sua livre condição de sujeito (SARTI, 2000, p.47). Essa dependência pode ser manifestada de variadas maneiras: uma mãe que trabalha e necessita do auxílio dos avós para cuidar das crianças enquanto ela se ausenta; um casal de velhos sem aposentadoria e que só conta com a ajuda dos filhos e amigos próximos para a obtenção de alimentos e remédios; uma casa onde alguém enfermo necessita de cuidados especiais, além das tradicionais trocas de favores diários, como o empréstimo de uma xicarazinha de arroz, um bocadinho de açúcar, um copo de leite para o mingau de uma criança. Quanto mais o Estado se ausenta na elaboração de políticas públicas que atendam a esses grupos empobrecidos, mais se fortalecem esses laços de dependência mútua, dificultando a conquista da individualidade.

Um exemplo bastante expressivo das mudanças de valores no âmbito da família no Brasil foi a diminuição do preconceito contra casais que rompem os vínculos conjugais. Desde 1942, o desquite já era uma realidade, mas os que recorriam a ele, especialmente as mulheres, ficavam em uma posição muito pouco confortável. Sem alternativa de refazerem a vida conjugal de maneira legítima,

muitos casais de maior poder aquisitivo terminavam indo se casar no Uruguai, numa tentativa de diminuir o preconceito por viverem em tal situação. Embora esses casamentos não tivessem validade jurídica no Brasil, serviam como atenuantes da vergonha que uma união informal proporcionava às famílias tradicionais.

A Lei n.6.515/77, que regulamentou o divórcio representou uma profunda mudança no estatuto da família, uma vez que desmarginalizou a situação de inúmeros casais e possibilitou a chance de recasamento. Dados recentes indicam que entre 1991 e 2002 houve um aumento de 30,7% (23.470 em números absolutos) no número de separações e de 55,9% (45.375) no de divórcio (IBGE/PNAD 2002)¹² no Brasil. Por se tratar de dados obtidos juntos ao Cartório de Registro Civil, aí não estão contempladas as dissoluções dos arranjos familiares resultado de uniões consensuais.

Como resultado direto desse quadro, uma das características atuais da sociedade brasileira é o aumento de famílias monoparentais, aquelas em que só o pai ou só a mãe vivem com os filhos, contando ou não com outros parentes no domicílio. Quando comparadas com as famílias nucleares, elas ainda são minoria, mas estão em crescimento. A maioria dos domicílios monoparentais é chefiada por mulheres: 24,9% (IBGE, 2000).

Levando-se em conta estudos demográficos anteriores, detectou-se que as mulheres responsáveis por domicílio são hoje mais jovens do que no passado. As chefes de monoparentais, em 1970, tinham a idade média de 50 anos, com

¹² A mesma pesquisa detectou que as maiores taxas de separação judicial se deram no estado de São Paulo e Santa Catarina (1,1 para cada mil habitantes), sendo a menor no Amazonas (menos de 0,1 para cada grupo de 1000 pessoas). A idade média dos cônjuges na época da separação foi de 37,7 anos para os homens e 35 para as mulheres. Estados como o Rio Grande do Sul têm uma média mais alta (39 anos para os homens e 36,4 para as mulheres), enquanto a taxa masculina mais baixa é encontrada na Paraíba (35,8 anos) e a feminina é no Amazonas (32,8 anos).

predomínio de viúvas; nessa última década, não ultrapassaram os 44 anos, predominando as descasadas (BERQUÓ, 2002, p.251).

A maior proporção de domicílios sob chefia feminina encontra-se na região Nordeste (25,9%), seguida pelo Sudeste (25,6%). Além das mudanças culturais, a intensidade migratória tem sido responsabilizada pelos índices mais elevados na região Nordeste. Domicílios sob chefia feminina são fenômenos tipicamente urbanos: 91,4% estão localizados nas cidades.

Entre as capitais, onde a chefia feminina é mais expressiva, destaca-se Porto Alegre (38,2%). Nesse caso, o fato de a expectativa de vida feminina no Rio Grande do Sul ser uma das mais elevadas no país é uma das causas que conduzem a esse resultado (IBGE, 2000, p.11). No Sudeste a explicação pode estar tanto no fato desta região ser a mais urbanizada do país, o que estimula a ocorrência de monoparentais femininas, quanto fazer parte de uma continuidade comportamental.

Vários estudos já demonstraram que no século XVIII mudanças estruturais importantes, resultado da crise das atividades mineradoras, diversificaram profundamente a economia desta região, fazendo emergir um grande número de mulheres, inclusive escravas, trabalhando no comércio para sustento próprio e dos filhos. A maioria dessas mulheres era mãe solteira. Também a migração masculina intensa tanto em Minas quanto em São Paulo, e o mais elevado índice de mulheres negras, pardas e pobres sem dote, desestimulavam os casamentos e faziam crescer o número de mulheres sozinhas chefiando domicílios (SILVA DIAS, 1995, p.90; FIGUEIREDO, 1997, p.42; MELLO E SOUZA, 1982, p.181). Embora essa mão-de-obra feminina não contasse com muitas oportunidades de ganha-pão, havendo poucas mulheres assalariadas, elas distribuíam-se pela cidade em atividades de artesanato caseiro e sobreviviam da fabricação doméstica de panos grossos e

roupas, cerâmicas, telhas e objetos de barro, velas, doces, licores, lavagem de roupas, etc (SILVA DIAS, 1995, p.214-217).

Atualmente a renda de metade das mulheres chefes das monoparentais não ultrapassa 1,8 salário mínimo (IBGE, 2000, p.24). Como agravante elas apresentam um grau de analfabetismo superior ao da população feminina em geral, o que traz, como consequência, menores rendimentos. A taxa de analfabetismo entre as mulheres responsáveis pelo domicílio caiu no país como um todo, passando de 31,3% em 1991 para 20,5%, em 2000, mas ainda é tida como bastante alta (IBGE, 2000, p.20).

As mulheres mais jovens apresentam uma taxa de escolarização maior, resultado da ampliação da escolarização para o sexo feminino e do desenvolvimento da industrialização no país, sobretudo na década de 1950, que contribuiu para um sensível aumento da procura feminina pela instrução, vinculada à modernização do país (LOURO, 1997, p.447).

Continuando a discussão das mudanças no panorama da família no Brasil, convém destacarmos a queda da taxa de fecundidade, que passou de 5,8 filhos por mulher na década de 1970, para 2,6 em 1992, chegando a 2,3 filhos em 2001 (PNAD, 2001). Envolvida em projetos de ordem pessoal e profissional, muitas mulheres estão tendo filhos mais tarde ou simplesmente abrindo mão da maternidade. A maior inserção de mulheres no mercado de trabalho é um dos motivadores dessa diminuição do número de filhos, visto que o acesso a creches ou a escolas de tempo integral ainda não pode ser pensado como uma possibilidade a que todas as famílias tenham acesso. Assim, ter ou não ter filhos, ou pelo menos tê-los em menor número, significa a diferença entre estar inserida ou excluída do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Ressaltamos a necessidade de se atentar para os diferentes estratos sociais em que essas transformações estão se dando. Essa consideração nos vem devido à constatação de que, enquanto nas camadas médias e altas o casamento vem perdendo sua força simbólica, tendo deixado há muito de ser o ideal de muitas mulheres, o mesmo não pode ser percebido nos estratos mais empobrecidos. Nossa pesquisa empírica evidenciou que o casamento tradicional e todo o seu cortejo ritualístico – o vestido de noiva, o véu, a grinalda, a aliança, o bolo – ainda é o sonho da maioria de nossas depoentes, independentemente da faixa etária. Do mesmo modo, se tudo indica que a maternidade, tanto quanto a dedicação exclusiva aos filhos, deixou de ser uma obrigatoriedade para a mulher moderna, nada nos leva a supor que nos estratos populares essa mentalidade esteja plenamente consolidada.

Essa diferente visão de mundo em relação ao comportamento reprodutivo pode ser compreendida se levarmos em conta o fato de que, para aqueles que vivem em circunstâncias de extrema pobreza, ter muitos filhos pode ser uma forma racional de lidar com a realidade, pois eles são mão-de-obra e segurança na velhice. Poderíamos ainda, seguindo os passos de Scavone (2004, p.71), pensar que o fato de muitas mulheres não terem uma profissão fora do espaço doméstico, atividade desvalorizada e invisível, faça com que a presença das crianças se transforme numa auto-valorização pessoal e social. Isto serve tanto para as mulheres que só trabalham em casa quanto para as que desempenham alguma atividade temporária, igualmente desprestigiada. Embora as classes populares estejam colaborando com a inflexão das taxas de fecundidade, diminuindo o número de filhos, a ideologia da maternidade continua sendo ainda um elemento muito presente nesse universo cultural.

Há uma grande ambigüidade quando as mulheres tentam definir a maternidade, ora apresentada como uma benção, ora como um fardo. No depoimento de nossas entrevistadas mais velhas os filhos foram descritos como a melhor coisa que Deus lhes deu. Embora façam muita questão de dar ênfase às dificuldades que tiveram para criá-los, nem por isso deixam de bendizer a beleza da maternidade, como se qualquer comentário contrário viesse colocar em xeque a identidade sagrada do ser mãe. Já as mulheres mais jovens, que estão em pleno processo de cuidado com as suas crianças, descreveram a maternidade de maneira bem menos idealizada. Duas em particular afirmaram que cuidar dos filhos constitui-se na tarefa mais penosa na vida de uma mulher, algo que, afirmou-nos uma, a deixa quase “tererê”¹³.

Parece-nos que as mulheres mais idosas passam por um processo de seleção das memórias, com o apagamento daquelas que poderiam, de algum modo, ir de encontro à imagem oficial da mãe feliz e plenamente realizada no amor de seus filhos. Para Kofes e Piscitelli (1997, p.348), lembrar é uma recriação de experiências marcadas pelo gênero. Não é que se defenda uma memória de homem e uma memória de mulher que se ancore na biologia, mas há uma possível especificidade da memória em resultado das práticas sócio-culturais presentes na sociedade.

A importância da recuperação da memória das mulheres acerca da maternidade foi destacada por Martins (2005a, p.2) como uma maneira de compreender o que realmente significa para elas ser mãe, buscando descortinar outras visões acerca dessa experiência que tem sido erroneamente pensada como uma prática comum a todas as mulheres. As memórias maternas, diz a autora, são

¹³ Expressão de cunho popular que significa maluca, louca.

narrativas diversas de práticas e sentimentos, antes que da unidade de uma abstrata e ideológica natureza feminina.

É dentro, pois, desse contexto de mudanças na família, acrescidas de conquistas a cada nova década, que autores como Vaitsman (1994, 2001) julgam possível falar na falência do modelo nuclear e na emergência de uma “família pós-moderna”. Nesta, as relações conjugais são bastante instáveis e as normas e os valores, tais como “até que a morte os separe” ou “felizes para sempre”, tornaram-se absolutamente frágeis. Marcada pela heterogeneidade, pluralidade, flexibilidade e incerteza, o que realmente caracterizaria a família hoje, assegura esta autora, seria justamente a ausência total de um modelo dominante.

Concordamos com a emergência dessas mudanças, mas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que muito daquilo a que rotulamos como “novo”, na verdade, pode ser mais facilmente entendido como “permanências”. Como muito sabiamente atestou Almeida (1987, p.53-66), o processo de modernização da sociedade brasileira é muito mais uma redefinição do tradicional ou, dito mais claramente, como o fez Velho (1987, p.81), algo que tem sido considerado moderno, na verdade está apenas se apresentando em uma nova roupagem.

Isto porque inúmeras famílias nunca se encaixaram dentro da tríade pai, mãe e filho(s). Na sociedade brasileira são presentes variações no modelo de família, com as pessoas organizando suas vidas de um modo muito mais livre do que ditam as regras. Essa diversidade nos arranjos familiares ao contrário de fragilidade deve antes ser pensada como respostas encontradas pelas classes populares para enfrentar as dificuldades cotidianas dentro de sua lógica cultural própria.

Ocorre que em uma sociedade marcada pelo elitismo e pelo privilégio dos estratos mais enriquecidos, os novos modelos de família têm recebido uma gama de

novos termos: produção independente, descasamento, família de escolha, etc. Já entre os pobres, o preconceito se evidencia na adoção de uma terminologia muito mais preconceituosa para designar práticas semelhantes: mães solteiras, famílias desestruturadas, filhos abandonados, etc. (FONSECA, 2002, p.276).

Já foi visto como, nos últimos anos, o número de famílias brasileiras constituídas pelas uniões consensuais extrapolou qualquer expectativa, ou seja, a imagem do casamento tradicional como um valor social está profundamente diluída. Aqui nos interessa, em particular, discutir como essas mudanças na estrutura da família estão sendo vivenciadas pelas mulheres das camadas populares, percebendo as maneiras pelas quais elas vêm incorporando e adotando novos comportamentos de conjugalidade.

Vamos trabalhar com uma hipótese central: a de que uniões consensuais, por não serem legalizadas, possibilitam a essas mulheres maior autonomia na relação com os companheiros, podendo ser desfeitas sem as complexidades jurídicas que envolvem o rompimento de um casamento institucionalizado. A isso se soma o fato de essas famílias serem desprovidas de bens materiais significativos para partilha, fazendo que as uniões consensuais se apresentem menos complexas, quer em seu processo de formação quer quando da dissolução dos vínculos. Dessa forma, as mulheres com as quais conversamos, embora admitam que “casar e amigar é a mesma coisa, pois o que importa é viver bem”, foram unânimes na afirmativa de que o casamento tradicional implica maiores responsabilidades. O que não quer dizer que elas estejam menos comprometidas na busca do sucesso de uma união consensual. Essa é a tese que nos dá os indicativos iniciais da pesquisa.

Não ignoramos o fato de que muitas mulheres em uniões consensuais possam enfatizar viver e possuir uma liberdade conjugal maior do que a realidade confirma.

Fontes orais não nos contam apenas aquilo que vivem, mas também aquilo que lhes parece o melhor de ser vivido. Neste particular, Hamburger (1998, p.443) já nos fez ver que a mídia televisiva transmite às mulheres das classes subalternas um ideal de feminidade que não é condizente com dependência e obediência e, no caso específico das telenovelas, temos a reprodução de padrões com os quais as telespectadoras não necessariamente concordam ou vivenciam no seu cotidiano, mas que servem como referência legítima para que elas se posicionem. É raro uma telenovela que não reserve para o seu capítulo final a cena de um casamento com igreja repleta de convidados e flores.

O casamento formal, como pudemos detectar, é pensado como um vínculo que leva, necessariamente, à subordinação ao marido. Ao casar na igreja as mulheres se vêem como que impelidas a uma relação onde o homem é a cabeça do casal e a quem elas devem obediência. Além disso, uniões não legalizadas têm um caráter de maior transitoriedade e a maior facilidade com que podem ser rompidas diminui o poder dos maridos.

A bibliografia especializada tende a insistir na instabilidade das relações consensuais, reforçando-lhes o caráter fluídico, mas a durabilidade destas em Mandaguari chamou-nos particular atenção, tendo sido possível encontrar casais vivendo juntos por períodos consideravelmente longos. Dos trinta depoimentos colhidos em pesquisa anterior, encontramos dois casais coabitando há mais de vinte anos; cinco entre onze a dezenove anos; seis entre seis a dez anos e quatorze entre dois a cinco anos. Três estavam juntos há menos de um ano (SILVA, 2001, p.150).

Obviamente uniões legalizadas também se desfazem e seria impossível qualquer negativa nesse sentido, mas além dos trâmites burocráticos que envolvem a sua dissolução há também aspectos religiosos e morais que as fazem serem

pensadas como relações mais sólidas.

A maior instabilidade das uniões consensuais têm sido apontadas por vários pesquisadores (KOGUT, 1976; WOORTMANN, 1978; QUINTEIRO, 1990; GREENE e RAO, 1992, BERQUÓ, OLIVEIRA e CAMARGO, 1997). Entretanto julgamos pertinente não partir para teses generalizadas, pois sabemos que muitos casais vivem uniões consensuais por toda uma vida. Reafirmamos ainda que o fato de essas mulheres se dizerem mais livres não implica, necessariamente, que estejam menos comprometidas com o sucesso da relação conjugal.

Quando em uma entrevista um homem diz: “mulher quando não é casada qualquer briguinha vai embora”¹⁴, pode-se estar diante de um impasse ao se levar em conta que atualmente os órgãos financiadores das moradias populares, como a COHAPAR¹⁵, por exemplo, preferem que os imóveis sejam registrados em nome das mulheres, pois são elas quem efetivamente mantêm-se junto aos filhos, são menos nômades e, por isso mesmo, oferecem mais segurança. Em suma, as mulheres, ao contrário dos homens, são aquelas que ficam.

¹⁴ Depoimento colhido durante elaboração da dissertação de Mestrado: SILVA, Tânia Maria Gomes da Silva. **Não Existe Pecado ao Sul do Equador**: Uniões Consensuais nas Camadas Populares de Mandaguari 1980-2000. Maringá, 2001. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Setor de Ciências Humanas, Universidades Estaduais de Maringá e Londrina. p.75.

¹⁵ Companhia de Habitação do Paraná.

Como entender, então, essas visões tão diferentes? As mulheres são aquelas que “seguram todas as barras” ou são aquelas que “por qualquer briguinha vão embora”? É claro que sabemos não ser possível trabalhar com um padrão de comportamento absoluto, único, mas as ambigüidades femininas podem ser desconcertantes.

Sem dúvida, as mulheres criam alternativas para escapar ao poder dos homens. Poder que pode aparecer mais evidenciado no mundo dos pobres, mas não está circunscrito a ele. Entre os homens pobres talvez não haja tanta dissimulação do machismo, como termina por ocorrer nas camadas médias e altas, onde este se reveste de disfarces sutis. Os homens das camadas populares esperam que suas mulheres cuidem da casa, dos filhos e deles próprios; enquanto aqueles das camadas médias e altas não hesitam em pedir que suas mulheres interrompam uma carreira acadêmica e profissional em nome do cuidado dos filhos ou para acompanhá-los em mudanças que, para eles, significam ascensão profissional e para elas podem significar exatamente o inverso.

A dificuldade do homem pobre em assumir o papel de mantenedor, típico das relações burguesas, poderia ser outro fator que propiciaria, em alguns casos, uma maior autonomia por parte das mulheres. Não encontrando no companheiro a segurança sonhada, as mulheres tomam uma maior consciência de suas potencialidades. Na fragilidade do outro, elas redimensionam suas forças, pois, quando o homem não consegue se responsabilizar adequadamente pela manutenção da casa, sua autoridade sobre a companheira e os filhos fica abalada (SOIHET, 1989; SARTI, 1996).

Quando o dinheiro para o sustento da casa é insuficiente é mais comum que a responsabilidade seja computada ao homem. Nesses casos, mesmo a mulher

assumindo o controle de manutenção da unidade doméstica, ela continua depositando na figura masculina a autoridade moral da família. Para Duque-Arrazola (1997, p.357), isso ocorre porque na concepção de família está tão arraigada a figura paterna que mesmo em sua ausência essa referência não se anula. O patriarcalismo do grupo doméstico está inscrito num plano superior da sociedade global não podendo, por isso mesmo, ser desfeito facilmente.

Em nossa pesquisa nos foi dado inferir que entre mulheres pobres a busca de um companheiro se faz imperativa. Tal fato pode se dar por questões culturais, fazendo que a mulher seja sempre vista como “incompleta” sem a presença de um homem, tanto quanto por razões mais prementes, como necessidade de proteção e de amparo em um meio social normalmente hostil para com as mulheres. Ou seja, via de regra, a mulher necessita do homem, quando não para ajudá-la em termos práticos, ao menos para lhe dar segurança emocional em um mundo que ainda é, inegavelmente, masculino. Após a saída do companheiro, muitas vezes apenas simbólica e não efetiva, a mulher busca em pais, irmãos, tios, ou, como mais comumente acontece, no filho mais velho, aquele que vai ocupar o lugar central na unidade familiar, e que Salem (1981, p.93) denomina o “filho eleito”. Percebendo-se à mercê desses intermediários masculinos, a mulher deixa transparecer a imagem de alguém que não se afirma como sujeito de seu destino e que não realiza sua identidade de ser humano, uma vez que parece existir não para si, mas para e através dos outros. A autora, no entanto, não desconsidera o que chama de “experiência de sobrevivência”, onde descortina a outra face dessas mulheres capazes de lidar com as adversidades e de suportar “coisas de homem”, o que vem destoar dessa imagem de fragilidade.

Trabalhando com essa dupla face da auto-representação feminina, demarcada por ambivalências e contradições, essa autora indaga quês razões levariam as mulheres a privilegiar sua suposta impotência e fragilidade. Em seu entendimento, pode-se encontrar essa resposta na ideologia familiar patriarcal, que demarca distintos papéis para homens e mulheres, levando estas últimas a se sentirem impotentes para assumirem atitudes tradicionalmente tidas como masculinas. Em especial o de protetor. Nesses casos, as mulheres tornam-se coniventes com tal *status* diferenciador.

Já Macêdo (2001, p.71) não percebeu no universo das mulheres com as quais trabalhou que o chamado “filho eleito” fosse uma figura de importância como arrimo de família. Ao contrário, ela constatou que os filhos mais velhos preferem sair de casa tão logo se casam, constituindo domicílio próprio e buscando construir suas autonomias.

Em nosso entendimento, as duras condições de vida das populações pobres terminam criando uma dependência entre os membros da unidade doméstica, independentemente do sexo. Homens e mulheres necessitam igualmente uns dos outros. Tendemos a concordar preferencialmente com Salem (1981), e achamos que as mulheres procuram sim se acercar de um elemento masculino, pois essa presença faz da família uma entidade moral positiva e mais respeitável, ainda que identificar o homem como a figura central na família não deva nos levar, por conseqüência, a pensar a mulher como alguém privado de qualquer autoridade.

Para Azevedo (1988, p.10), a sociedade brasileira está sob a influência de duas síndromes complementares: a feminopatia e a virilopatia. A característica da primeira é convencer a mulher de sua fragilidade e desamparo, reforçando nela a crença de ser alguém que, sem o olhar masculino que a confirme, não tem

identidade própria. Já a virilopatia é a síndrome do homem pensado como aquele que tem de provar a cada dia uma série de proezas e de desempenhos diferentes. Isso explica porquê o papel de provedor é tão significativo para os homens. Se as mulheres são aquelas que buscam o reconhecimento através da submissão, os homens se valorizam enquanto aqueles que amparam, que protegem. É uma simbiose bastante expressiva.

É preciso ainda levar em conta que a família pobre é composta por ramificações em que não apenas as figuras masculinas e femininas de pai/mãe são depositárias de responsabilidade. No caso do cuidado da prole, por exemplo, esse é sempre dividido com outros membros da rede familiar, como avós, tias, madrinhas e até mesmo os vizinhos.

Essa ajuda é especialmente importante quando sabemos que o Estado não tem elaborado políticas públicas notadamente eficientes para atender as necessidades dessas populações de baixa renda: serviço de apoio psicossocial, cultural e jurídico, programas de complementação de renda, geração de postos de trabalho e atendimento às crianças e aos adolescentes cujos pais se encontram permanentemente ausentes em virtude do trabalho. Onde falham os poderes públicos é que entram os parentes e os vizinhos. Mas é preciso que se leve em conta que essa rede de microsociabilidades é sempre muito frágil, porque composta de indivíduos em situações quase sempre precárias. Às vezes, um tio, geralmente o irmão da mãe, pode ajudar uma mulher sozinha com seus filhos, ou um irmão pode fazer o mesmo pela irmã, mas esse homem terá sempre sua própria família a lhe solicitar amparo, diminuindo sua margem de atuação. Por isso, como acusou Carvalho (2000, p.18), essa solidariedade familiar só pode ser reivindicada

se for entendido que a família, ela própria, também carece de proteção para processar proteção.

De todo modo, há uma ambigüidade que permeia o mundo dessas mulheres pobres. Estar envolta em uma rede familiar de apoio e de proteção pode ser algo profundamente tranquilizador, mas pode, também, por outro lado, dificultar a tomada da vida nas suas próprias mãos.

Nesse capítulo discutimos as uniões consensuais dentro de uma contextualização histórica que nos permitiu pensá-las como práticas recorrentes das classes populares desde os primeiros anos de colonização até o momento atual. O propósito não foi o de construir uma história linear e com características evolutivas, porém julgamos pertinente recorrer à historiografia que trata da formação da família brasileira para uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo. O entendimento de que a família brasileira apresentou facetas muito variadas na elaboração de práticas alternativas no enfrentamento das dificuldades da vida cotidiana deve sempre funcionar como um fio condutor quando se busca estudar as uniões consensuais.

Nosso propósito foi o de perceber como as uniões conjugais não legalizadas no âmbito civil e religioso, que são comumente taxadas de “ilegais”, “promíscuas” e “ilegítimas”, se constituíram (e se constituem) em maneiras práticas de viver o dia-a-dia por sujeitos que, via de regra, pareciam (e parecem) fadados a um único destino: a de excluídos.

Nosso olhar aqui esteve basicamente centrado na experiência feminina e nosso propósito foi o de mostrar a íntima relação que se pode e se deve estabelecer entre as mulheres que hoje pesquisamos e aquelas do passado, no que diz respeito a uma situação de exclusão e marginalização econômica e cultural que lhes impõe

distintas formas de viver. Posto que em nosso país a condição de exclusão de uma parcela significativa da população é ainda um dado evidente, há que se buscar uma maior compreensão na análise dos modelos de família e conjugalidade. Esses modelos alternativos de relacionamentos conjugais devem ser pensados não como consequência de despreocupação com regras de comportamentos ou ausência de valores morais, como algumas vezes se tentou fazer acreditar, mas como o resultado de uma vida marcada por dificuldades diversas que terminavam levando os casais mais pobres a optarem por uma união informal, mais rápida, mais econômica e que parece melhor atender às suas necessidades imediatas de companheirismo e amparo.

CAPÍTULO 2
MULHERES POBRES:
UM UNIVERSO DE PESQUISA

2 MULHERES POBRES: UM UNIVERSO DE PESQUISA

A esperteza é a alma dos pobres, meu filho
(SUASSUNA, 2004).

Um dos momentos que oferece maior angústia ao pesquisador é talvez a definição de seu universo de estudo, determinando com exatidão que sujeitos irão compor a sua pesquisa empírica, estabelecendo delimitações precisas. Em nosso caso, a opção foi o recorte por gênero, as mulheres, e por classe, os pobres.

Apesar da questão de classe e de gênero ter sido utilizada como recorte de nossa pesquisa, levamos em conta também outros determinantes. Buscamos construir uma pirâmide etária, ou seja, trabalhamos com pessoas de diferentes idades, estabelecendo um leque que perpassou as experiências de mulheres dos dezesseis aos setenta e um anos de idade, buscando perceber mudanças geracionais.

Em sua acepção histórica e sociológica, o termo geração designa um conjunto de pessoas que nasceram mais ou menos na mesma época e que têm experiências históricas comuns ou, pelo menos, uma determinada proximidade cultural. Não se trata do mesmo conceito de coorte, formada por pessoas nascidas numa mesma época ou da mesma idade, e que é utilizada pelos demógrafos, mas sim de pessoas que foram modeladas numa mesma influência educativa, política ou cultural, que vivenciaram e foram impressionadas pelos mesmos eventos e terminaram por desenvolver uma identidade comum (FORQUIN, 2003, p.3).

Além disso, nossa pesquisa contemplou o estudo de mulheres que já foram casadas legalmente antes de viverem uniões consensuais, mulheres que estabeleceram apenas uniões consensuais ao longo de suas vidas e aquelas que viveram algum período em união consensual e depois oficializaram a relação, com os companheiros com quem atualmente estão juntas, ou com outros homens.

Do mesmo modo, buscamos perceber a experiência de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho e mulheres que são apenas donas de casa, isto é, mulheres que são provedoras e mulheres que dependem economicamente de seus maridos. Procuramos atentar tanto às demarcações socioeconômicas quanto às de cunho simbólico e, desse modo, julgamos ter escapado de uma atitude reducionista, como nos alerta Bruschini (1990, p.78).

Na sua obra clássica, **O Segundo Sexo**, publicada em 1949, a filósofa francesa Simone de Beauvoir (BEAUVOIR, 1980) fez uma observação que entendemos como um dos mais importantes *insights* feministas: “ninguém nasce mulher, torna-se”, querendo, com isso, fazer entender que a identidade feminina é definida culturalmente e não biologicamente, resultado contínuo das pressões culturais onde as mulheres se encontram inseridas. Sua tese parece-nos válida à medida que nos induz a uma compreensão do comportamento do homem e da mulher a partir de uma lógica cultural e não biológica, como se convencionou acreditar por tanto tempo. Isso fez cair por terra uma série de padronizações no entendimento da feminilidade, tais como a mulher é passiva, intuitiva, dócil, insegura e emotiva, enquanto os homens são ágeis, fortes, capazes, racionais e seguros de si. Em outras palavras, a idéia de uma essência feminina deixou assim de ser tida como algo real.

Buscando subsídios na idéia da autora francesa, é importante sempre que enveredarmos pela discussão das experiências femininas atentarmos para a variável classe, pois consideramos que as meninas das camadas populares tornam-se mulheres de maneira muito distinta daquelas pertencentes às camadas superiores. Ainda que a ideologia da classe dominante esteja sempre conduzindo modelos de comportamento e nela a maior aceitabilidade das uniões informais já se faça sentir desde há pelo menos as duas últimas décadas, entre as jovens das camadas subalternas persiste uma visão do casamento ainda bastante tradicional e de forte significado. O casamento legal para as mulheres pobres ainda é visto como um ato de valor e as uniões informais, ainda que mais freqüentes, são tidas como ligações menores. Isso fica muito explicitado em seus relatos, como poderá ser percebido adiante.

Exemplo disso é que o casamento tradicional é tido como uma aspiração de muitas delas. Também o desejo por filhos que, veremos em capítulos posteriores, continua sendo uma fonte importante de auto-afirmação. Se as mulheres das camadas populares sempre foram mais audaciosas na quebra de modelos de comportamento tidos como ideais (seja assumindo de maneira mais livre os filhos ilegítimos ou ocupando os espaços públicos de uma maneira muito mais desembaraçada do que o faziam as mulheres burguesas, como atesta um valioso corpo documental), isto não significa aceitar que elas, ao quebrarem as tradições na prática, o façam também no nível das idéias. Com efeito, seus discursos estão marcados por considerações impregnadas de tradicionalismo sempre que discorreram sobre a virgindade, a divisão de papéis entre homens e mulheres na sociedade, o cuidado com os filhos e com a casa e, o que aqui nos interessa mais

diretamente, o sonho de se vestirem de noiva, usarem aliança e terem um “papel” (que é como definem a certidão de casamento).

Não é o caso de dizermos que todas as mulheres das classes privilegiadas sejam mais abertas e receptivas às transformações nas relações entre os gêneros, mas claramente é o caso de pensarmos que elas dispõem de maiores possibilidades de contato e intimidade com a cultura questionadora da posição discriminatória da mulher na sociedade contemporânea. Assim, a questão da sexualidade liberada da reprodução; a igualdade de direitos da mulher no trabalho e na educação; a divisão das tarefas domésticas com os homens, temas que fizeram parte da agenda feminista, lhes é mais familiar do que às mulheres das camadas subalternas. O próprio feminismo não chegou a essas últimas na mesma proporção que às primeiras. Isso não nos leva obrigatoriamente a aceitar que ser mulher das camadas superiores pressupõe ser feminista, mas implica em admitir que essa teoria lhes atingiu de maneira mais efetiva.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo relativa à percepção que as mulheres expressam em relação ao feminismo e ao machismo em nossa sociedade evidenciou que, se quesitos como porte do município (pequeno, médio ou grande) e local de moradia (cidade ou campo), demonstram ter pouca influência na compreensão do feminismo, por outro lado, o índice de escolaridade, faixa etária e a renda familiar são referenciais mais expressivos. Assim, diante da questão apresentada se a entrevistada se considerava feminista, obtiveram-se os seguintes resultados: separando as jovens de quinze a vinte e quatro anos, 35% se consideram feministas; das que têm mais de sessenta anos, a percentagem foi de 17%. Quando se levou em conta a questão da escolaridade, se disseram feministas 15% das que nunca foram à escola e 35% daquelas que freqüentaram até o

segundo grau, sendo que o maior índice encontrado foi entre as universitárias. Entre as que vivem em famílias com renda de até dois salários mínimos, 26% se disseram feministas. Há um aumento significativo entre aquelas procedentes de famílias de maior renda: chegam a 39% entre as que vivem em domicílios com renda familiar igual ou superior a vinte salários mínimos, embora estas representem apenas 2% da amostra de duas mil e quinhentas e duas entrevistadas (SOARES, 2004, p.163).

O resultado encontrado quando se analisa a questão etária é facilmente compreensível quando se leva em conta que a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres faz parte de uma demanda particularmente recente. Tendo surgido nos anos 1960 em países centrais, particularmente Estados Unidos e Europa, a luta pela igualdade de gênero no Brasil só se tornaria uma demanda mais evidenciada na década seguinte. Portanto, atingindo poucas mulheres de maior idade. Quanto à renda mensal e nível de escolaridade achamos que no caso brasileiro são fatores que se encontram bastante interligados. A população mais pobre é também aquela que tem menor acesso às escolas e principalmente acesso à universidade, que é majoritariamente onde se instauram esses debates.

Achamos importante apontar que a condição de pobreza não excluiu as mulheres das lutas reivindicatórias, mas é o caso de atentarmos para a especificidade do caso brasileiro. Embora houvesse aqui um movimento de mulheres que não pode ser totalmente dissociado do movimento feminista, teve suas especificidades: foram movimentos organizados para colocar em xeque a opressão da mulher, no que se irmana com o feminismo, porém, a partir da condição de donas-de-casa, esposas e mães, lutando por creches, moradias, transportes, etc. Portanto, uma luta muito mais pela inclusão social do que necessariamente por igualdade de direitos com o sexo oposto (PINTO, 2003, p.43).

2.1 CONCEITO DE POBREZA

A preocupação com a questão da pobreza encontra-se no começo das análises sociológicas, já se evidenciando no final do século XVIII, motivada em grande parte pela idéia de que nas sociedades industriais a pobreza, conquanto fosse um problema terrível, era inevitável. Além disso, surge na literatura marxista tanto como um objeto de análise empírica, a exemplo do estudo clássico de Engels sobre a classe trabalhadora inglesa, como nas tentativas de se estabelecer a teoria de que a miséria dos trabalhadores era uma consequência inevitável do capitalismo (GUTIÉRREZ, 2005, p.21).

Particularmente na América Latina, a questão da exclusão social sempre foi tida como um dos problemas fundamentais a ser enfrentado por antropólogos e sociólogos, que tentaram buscar marcos teóricos e analíticos que dessem conta de explicá-la. Assim, surgiram dois enfoques teóricos principais. Um que a aproximava da noção de marginalidade e outra que a ligava mais diretamente à noção de estratégia. Mas a pobreza não pode ser tida como uma realidade uniforme, posto que cada sociedade demarcou as necessidades mínimas de qualidade de vida para seus membros. Para os economistas clássicos, por exemplo, a pobreza foi tida como fundamentalmente necessária, não apenas porque impedia o crescimento populacional excessivo, mas porque incitava os indivíduos ao trabalho. Diferentes posições reconhecem que a pobreza se identifica com privação e carência e se liga à questão da desigualdade, considerando pobre todo indivíduo que está privado de certos tipos de serviços, tais como habitação, água potável, eletricidade, educação, saúde, etc (GUTIÉRREZ, 2005, p.21-27).

A antropologia e a sociologia usaram o conceito de marginalidade para compreensão da pobreza. O termo marginalidade apareceu pela primeira vez em 1928, em artigo de Robert Park, "*Human migration and the marginal man*", que se centrou basicamente na análise das minorias étnicas nos Estados Unidos em contraposição com a maioria dominante anglo-saxã. A Escola de Chicago intensificou o uso desse conceito, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, quando começaram a aparecer os núcleos populacionais em setores periféricos das principais cidades americanas, como as barriadas, os cantegriles e jacales, as vilas misérias, as favelas, as callampas e os ranchos, em Lima, México, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Santiago do Chile e Caracas, respectivamente. Posteriormente o conceito passou a abarcar também os bairros pobres situados dentro das cidades. De todo modo, o conceito de marginalidade relacionava-se com núcleos populacionais segregados em área não incorporadas ao sistema de serviços urbanos, em casas improvisadas e sobre terrenos ocupados ilegalmente (GERMANI apud GUTIÉRREZ, 2005, p.28).

Segundo a autora, a questão da pobreza ficou, desde então, muito ligada à qualidade da habitação, de modo que se acreditou, erroneamente, que o fim das moradias precárias solucionaria mais ou menos a questão da marginalidade. Visto esse equívoco, se incorporou aos aspectos urbanísticos, o dado cultural e, mais tarde, ainda que a qualidade da moradia ainda fosse utilizada, bem como o quesito mercado de trabalho e consumo, foram acrescentados novos recortes à análise da pobreza, tais como o conjunto de direitos civis, políticos, econômicos e sociais em que vivem os pobres e que lhes impede toda possibilidade de participar mais ativamente dos benefícios do desenvolvimento ou de aproveitar as vias de ascensão social.

Diferentes trabalhos que centram a atenção nos estudos dos aspectos culturais das populações pobres tendem a apontar duas direções opostas. Uma que sustenta que esses grupos humanos são culturalmente diversos do resto da população, possuindo o que se convencionou chamar de “a cultura da pobreza”, enquanto outros sugerem o contrário. Oscar Lewis é o representante mais conhecido da primeira orientação. Segundo ele, a cultura da pobreza pode ser definida como uma estrutura e lógica própria de vida que se transmite de geração a geração. Afirma ainda que, nas sociedades modernas, a cultura da pobreza não é apenas uma questão de carência econômica ou de desorganização, mas pode ser visto como algo positivo, à medida que oferece aos indivíduos uma série de recompensas, entre elas a solidariedade entre seus membros, sem a qual dificilmente conseguiriam sobreviver. Este autor descreve uma série de características que, no seu entendimento, podem ser consideradas como definidoras da cultura da pobreza: falta de integração e participação efetiva nas principais instituições da sociedade; condições habitacionais deficientes; espírito gregário; mínimo de organização, inexistência da infância como uma etapa prolongada e protegida da vida; precoce iniciação sexual, alto índice de abandono de mulheres e crianças; elevado número de uniões consensuais; marcada predisposição ao autoritarismo e ênfase na solidariedade familiar. Lewis foi muito criticado por seu conceito de cultura da pobreza, em especial por dar um enfoque psicossocial sem considerar outros aspectos relativos à organização social e econômica dos pobres (GUTIÉRREZ, 2005, p.29-32).

Desde a década de 1960, na América Latina, as investigações sobre a pobreza passaram a seguir a perspectiva analítica do materialismo histórico, que abordou a temática do subdesenvolvimento no terceiro mundo a partir do paradigma da

chamada teoria do desenvolvimento que, no Brasil, tiveram em Fernando Henrique Cardoso e Paul Singer expoentes expressivos. Para ambos, a marginalidade seria a consequência de uma determinada fase do desenvolvimento capitalista. Há ainda uma linha de pensadores que acredita que a massa empobrecida cumpre uma função concreta nos países subdesenvolvidos que não é a de formação de um exército de reserva, como pressupôs o materialismo clássico. Antes, partem do princípio que os grupos marginalizados produzem bens e serviços em atividades de baixa produção e que não requer capital, utilizando os desperdícios da civilização industrial.

Nos anos 1970 e na década de 1980, a análise da pobreza passa a ser posta nos mecanismos de reprodução das unidades familiares, tidas como estratégia de sobrevivência; definida como o conjunto de atividades levadas a cabo pelas classes populares para obter recursos alternativos no enfrentamento de seus problemas crônicos. Isso pode ser percebido na ajuda mútua que os pobres prestam uns aos outros, de modo a sanar o abandono a que se encontram relegados pelos poderes públicos.

No Brasil o discurso sobre os pobres sempre foi bastante variável, seguindo a trajetória descrita por Gutiérrez. Um recuo na história nos faz ver que eles foram vítimas, ora de discriminação, ora de compaixão. Na virada do século XIX para o XX, com a implantação do regime republicano, legisladores e higienistas trabalharam com a tese, plenamente aceita pela sociedade da época, de que os pobres se constituíam numa classe “perigosa” e desprovida de moral, amontoados em cortiços imundos, gerando filhos sem controle e embriagando-se de forma descontrolada. Visando alcançar o progresso e amparados por um discurso médico que buscava se apresentar como científico, racional e moderno, os governantes tomaram medidas

para disciplinar esse mundo anárquico. Vendo a si mesmos como guias ou mentores, os médicos desqualificaram todas as outras falas, criando um monopólio do saber que deveria ordenar a vida nos seus mais variados aspectos, mas muito especialmente no âmbito da família.

Não se pode negar que os conhecimentos médico-científicos contribuíram sobremaneira para uma melhoria da vida da população pobre, em especial das mulheres e seus filhos, fazendo declinar consideravelmente as taxas de mortalidade infantil e materna, mas por outro lado, estabeleceu-se rígido controle sobre o corpo feminino. Não se buscou negar a maternidade, mas enquadrá-la dentro de padrões normativos que cercearam a liberdade feminina. Nesse caso, o poder que pesou sobre elas retirou-lhes a autonomia (MARTINS, 2005a)¹⁶.

Embora visto com reservas, o pobre era alguém que, se bem orientado, poderia ter uma vivência dignificante e, por isso, medidas como a implantação da puericultura, da derrubada dos cortiços e de saneamento das cidades, buscaram um ordenamento de suas vidas e de suas famílias (RAGO, 1985, p.163-164).

Entre os anos trinta e quarenta do século vinte, sob inspiração do governo getulista, a ética do trabalho dividiu os pobres em duas categorias: o trabalhador e o vadio. A carteira de trabalho passou a ser o símbolo do valor de um homem, pelo menos até que com a expansão urbana e o conseqüente desemprego o sistema produtivo não desse mais conta de absorver a todos. Portanto, ter um trabalho passou a representar muito mais um golpe de sorte do que necessariamente uma virtude. Essa conscientização de que o pobre era apenas vítima contribuiria para sua valorização, cujo apogeu se daria nos anos 1960, quando grupos políticos de

esquerda e setores intelectuais denunciaram as mazelas do sistema capitalista excludente e desumano (SARTI, 1996, p.19).

Nos dias atuais, como parte de um processo que se repete no tempo, o pobre, e muito especialmente o morador da favela, voltou a ser visto de maneira bastante preconceituosa e, dado o aumento incontrolável da violência, a ser considerado uma ameaça à sociedade. Para Zaluar (1998, p.252), a falta de segurança que tem dominado as cidades brasileiras abala a paz social e gera círculos viciosos de violência cotidiana nos quais os pobres se tornam os mais temidos e acusados, reforçando a justificativa de violência e injusta repressão de que são vítimas. A pobreza é, assim, determinante ora da vitimação, ora da ação violenta.

Embora já tenha seduzido inúmeros pesquisadores, o tema da pobreza continua fonte de controvérsias, porque não se encontra um denominador comum quando se trata de efetivamente definir: “quem são os pobres?” De modo amplo e, de certa forma, simplista, poderíamos dizer que o pobre é aquele que não dispõe do necessário a uma vida digna e que está privado de uma moradia decente, não tem acesso aos serviços de assistência e proteção social, tem baixa escolaridade, etc. É diferente, contudo, do indigente, aquele que vive uma situação de pobreza absoluta, carente do mínimo social, tais como os mendigos e os andarilhos (SARTI, 1996, p.11). Para esta autora, há ainda que se distinguir o pobre do favelado. Este último

¹⁶ Entrevista realizada com a historiadora Ana Paula Vosne Martins, pela Fundação Fiocruz, Rio de Janeiro. 2005a Disponível em: <<http://www.fiocruzbr/ccs/entrevista/ana-martins.htm>>. Acesso em:

passou a ser mais pobre do que o pobre morador da periferia. Porém, um breve olhar em algumas favelas, como as do Rio de Janeiro ou de qualquer outra capital brasileira, permite-nos ver a grande heterogeneidade que caracteriza esses locais. Há moradias com carros na garagem, antenas parabólicas, televisores coloridos e, até mesmo, computadores conectados à Internet, sinônimos expressivos dos bens da modernidade, contíguos a barracos mal construídos e apertados. Não é preciso ir tão longe. Os bairros onde realizamos nossa pesquisa também são exemplos bastante expressivos destas disparidades.

Se, como já dissemos, não é fácil definir “quem são os pobres” dentro de um contexto amplo, propomos uma análise microscópica, simplificando o questionamento a “quem são os pobres de Mandaguari?” Ou ainda: “quem são e como vivem as mulheres pobres de Mandaguari?”

As nossas entrevistadas são, em sua maioria, paranaenses. Sete delas nasceram em Mandaguari e nove migraram de cidades vizinhas: Faxinal, Ivaiporã, Açaí, Roncador e Mandaguaçu. Quatro mulheres vieram de Minas Gerais. Algumas chegaram acompanhando os pais, migrantes seduzidos pela promessa de enriquecimento resultante da expansão cafeeira do Norte do Paraná; outras vieram com seus maridos ou, como no caso de Teresa, fugindo dos maus tratos do marido. É importante buscarmos compreender como e porque essas mulheres, sozinhas ou acompanhando suas famílias, buscaram Mandaguari como local de moradia.

Ao analisarmos a história da formação da cidade poderemos compreender como se fez a trajetória de vida das nossas entrevistadas. De certo modo, a história da cidade reflete a construção de vida dos sujeitos que nela habitam.

2.2 HISTÓRICO DA CIDADE

A fundação de Mandaguari está diretamente ligada aos acertos realizados entre o então presidente Arthur Bernardes e investidores ingleses. Em 1924 esteve em visita técnica ao Brasil uma missão, formada principalmente por ingleses, a Missão Montagu e que culminou na fundação da Companhia de Terras Norte do Paraná, mais tarde denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A CTNP realizou a venda de inúmeros lotes que se espalhavam por diferentes partes da região e diversas famílias começaram a chegar de distintos pontos do país, notadamente Minas Gerais e São Paulo, bem como do exterior, para o patrimônio de Três Bocas, atual Londrina, de onde tomavam outras direções, abrindo caminho no meio da mata virgem. Foi assim que muitas famílias chegaram ao local onde se situa hoje o município de Mandaguari (CARVALHO, 2000, p.53; CMNP, 1975, p.54-56).

Da série de medidas adotadas pelo governo federal após a crise de 1929, uma em especial teve o efeito de incrementar a região Norte do Paraná: a proibição de novas plantações de café em terras paulistas. Como o produto permanecia como importante produto de exportação, ocorreu o deslocamento do eixo de plantação para o Paraná (CASAGRANDE, 1999, p.221). O café se tornou, a partir de então, um elemento fundamental não apenas da economia da região, mas da própria definição da identidade dessa região. Tudo se fazia pelo e para o café.

A fama da fertilidade das terras paranaenses seduzia mesmo aqueles que viviam em terras distantes: escravos, alemães, portugueses, italianos, espanhóis, japoneses, todos repletos de esperanças num futuro mais promissor do que aquele que lhes garantia a terra natal. A promessa de enriquecimento povoava o imaginário

dos colonos que chegavam a uma terra “vazia”, portanto promissora, e onde pretendiam erigir uma sociedade nova.

Embora bastante festejada como tendo sido o resultado de uma colonização pacífica e justa, a questão das terras na região Norte, sempre esteve eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Ao contrário do discurso levantado pela Companhia a região não era totalmente inexplorada e a exclusão dos indígenas e caboclos que lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam há anos mostra bem essa realidade (TOMAZI, 1999, p.66).

No depoimento das nossas entrevistadas que vieram acompanhando os pais ou os companheiros, deparamos a todo instante com a esperança de ascensão social trazida pelo deslocamento migratório. Vejamos em momentos distintos do depoimento de D.Ângela, de setenta e um anos de idade, como chegavam a Minas Gerais notícias sobre o norte do Paraná, terra onde “a fartura era muita e o dinheiro fácil”, bastando que se tivesse vontade e coragem de enfrentar o trabalho.

Meus pais se casaram em Machadinho. Minha mãe tinha doze anos. Em 1939 ou 1940 eles vieram para Mandaguari, Lovat. Naquela época chamava Lovat. Já tinha os filhos (...) Queriam melhorar de vida. Minha mãe veio chorando, não queria vir, deixar a família dela, entrar para aquele sertão. Naquele tempo a gente falava sertão. Não queria vir, mas tinha de vir acompanhando o marido. Veio novinha com cinco filhos [...] Meu pai comprou um pedaço de terra na Estrada Alegre. Veio sozinho e depois voltou para buscar a família. Comprou cinco alqueires no planalto. Aí todos nós naquela alegria. Morava na casa de palmito coberta de palha de arroz, cozinhas na pedra no terreiro. Ficamos tocando roça branca (arroz, milho, feijão), porque café não dava na baixada, geava demais. Veio com aquela intenção de melhorar porque Minas era muito difícil, pobreza, sem terra pra trabalhar. Lá não tinha roça, só fazenda [...]. A decisão de vir para o Paraná? Falavam de Vitória. Falavam que era bom pra comprar terra e era mesmo. O café dava de galho no chão. Galho de laranja, café, cana. A gente andava bem arrumado, passei a ser criada com seda, tinha dinheiro, tinha animal, vaca de leite. A coisa mais bonita. Mas a gente não tinha comida no início. A mãe fazia bolinha de feijão com fubá para enganar as crianças: ‘come filho, olha que bonitinho’. Aqueles caquinho dentro de casa, aquelas panelinha. Não tinha

açúcar no início. A gente descalço. Mas a gente não sente nada, é criança. Depois foi melhorando. Ele (o pai) se deu bem. Comprou terra. Tinha quinze alqueires. Comprou. Depois foi vendendo, não combinou com a minha mãe, perdeu tudo. Terra ficou com ninguém, com nada. Tinha carro na garagem, não sei o que fez com aquilo. Começou a gastar dinheiro, batia na minha mãe, batia muito nela. Fazia muita coisa com mulherada, ia na zona. Meu pai saía daqui pra ir para Apucarana com um amigo atrás de mulher. Vai saber o que fazia por lá.

Não era apenas aqueles que, como o pai de D.Ângela, dispunham de algum capital para a compra de terras que se deixavam seduzir pela promessa de enriquecimento. Também trabalhadores pobres e descapitalizados tinham esperanças de ascensão social e viam na vinda para o norte do Paraná uma chance de melhorar de vida. O trecho da entrevista abaixo, colhido de D.Elza, de cinqüenta e quatro anos, ilustra bem essa esperança que atingia a todos, sem fazer distinção social.

Morava em Minas Gerais, Teófilo Otoni. Vim com o marido para a colheita de café. O carro, o caminhão ia buscar. Buscava, vinha, voltava. Nós ficamos trabalhando na fazenda, sítio. Os outros voltou, nós ficamos. Nós não compramos nada, não tinha como comprar. Onde achava serviço ia entrando. Às vezes o patrão era bom, a gente ficava. Não lembro quando eu vim. Quando eu vim era aquele tempo da geada, geada preta, geada brava dos cafezal, matou tudo. Chegava a fofar a terra. A menina tinha um ano e pouco, a outra era bebê. A gente ouvia falar lá em Minas que aqui a terra era boa para ganhar dinheiro. Falavam que era bom, que dava para ganhar dinheiro melhor do que lá. De fato é mesmo. O que achava ruim era o frio, porque em Minas não tinha isso. Não conhecia geada. Trouxe nós para uma fazenda perto de Apucarana. Aí fomos para Borrazópolis trabalhar na fazenda. A gente plantou café, feijão, colheu tudo e depois saímos. Eu conheci Mandaguari vendendo galinha. Morava em Jandaia e saía de lá e vinha vender aqui porque o preço era melhor. Aí gostei, Mandaguari dava mais dinheiro.

Diante da informação de D.Elza de que as filhas vieram crianças procuramos analisar as certidões de nascimento das mais velhas e concluímos que a chegada em Mandaguari deu-se por volta de 1963/1964. A família nunca mais voltou a Minas

Gerais. Em Mandaguari construíram uma casinha de madeira onde foram criando os filhos e os netos, dividindo o terreno sempre que um deles resolve se “amontoar”, como nos diz, para que eles possam ir fazendo “seus ranchinhos”.

Também a família de Conceição deixou Minas Gerais em torno de 1957 confiante de que a migração para o estado do Paraná era uma chance de se obter um lote de terras maior do que aquele que lhes era possível adquirir em Minas Gerais, local onde a mobilidade social esbarrava nas grandes propriedades de terras nas mãos de uns poucos afortunados: “as terra (sic) tudo lá já tinha dono, cada fazendeiro era dono de muita terra e não dava para comprar um pedaço pequeno prá gente que era mais pobre trabalhar”.

Ela afirma que foi o pai quem decidiu vir para o Paraná. “Porque diz que aqui tinha muito dinheiro. Ouvia dizer lá. Vendeu o sítio e veio para ter mais. Acabou não teve nada, acabou tudo. Nós era bastante irmão. Minha mãe já era falecida. Então quando nós chegou, nós fomos para Jandaia, aí depois nós veio para Mandaguari”.

Conceição nos conta que embora a vida de seu pai e seus irmãos tenha sido muito dura e de trabalho exaustivo eles conseguiram ter “alguma coisinha pouca” e até mesmo puderam contratar empregados para as épocas onde o trabalho era mais exaustivo. Contudo estes recursos nunca chegaram a efetivamente os deixar numa posição econômica de tranquilidade. Tanto que toda a família terminou se dispersando e vivendo em locais extremamente precários, verdadeiros mocambos na periferia da cidade.

É interessante observar que apesar dessas famílias terem tido seus sonhos de enriquecimento frustrados após a vinda para Mandaguari, parece ter persistido por muitas décadas no imaginário a idéia de que o norte do Paraná era uma terra realmente abençoada. Aparentemente o insucesso que elas tiveram com o

deslocamento migratório não abalou a crença na “terra prometida”. Diante do fracasso econômico a que as famílias se viram submetidas era de se esperar que essas mulheres falassem com menos entusiasmo sobre a decisão dos pais de terem deixado sua terra natal e a vinda para o Paraná. Numa aparente contradição, não é o que ocorre, como demonstra uma idéia muito recorrente de que em Mandaguari a pessoa podia enriquecer de um dia para o outro, bastando subir o preço do café em São Paulo: “a pessoa dormia pobre e no outro dia acordava rica, porque o preço do café subia lá”. Este “lá” era São Paulo, local distante, mas que para elas significava o centro das decisões econômicas.

Durhan (1973, p.112-123) já demonstrou em seus estudos sobre a migração para São Paulo que além dessas pessoas terem uma visão muito limitada e pouco articulada das razões que levaram seus pais a migrarem, há também uma percepção bastante incompleta da razão pela qual a mudança não lhes trouxe efetivamente a melhoria de vida almejada. Como analisou, a história das famílias rurais é uma história de fracassos constantes na busca de um ideal inatingível. Para as famílias de sitiantes é freqüentemente uma história de despojamento de propriedade e para colonos, parceiros e camaradas, uma história de contínuos esforços frustrados para se tornarem proprietários, como nos exemplifica o depoimento de Conceição.

Se as primeiras décadas da colonização foram marcadas pela prosperidade, a situação se inverteria de maneira drástica com a passagem dos anos. Para Casagrande (1999, p.232), o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), ao estender aos trabalhadores rurais a maioria dos direitos adquiridos pelos trabalhadores assalariados urbanos foi vista como uma ameaça pelos proprietários, à medida que os trabalhadores começaram a reivindicar o pagamento de indenizações. Como

agravante as geadas de 1965 e 1975 destruíram inúmeros cafezais e causaram grandes prejuízos à lavoura. Como consequência, ocorreu dispensa maciça de trabalhadores que se viram obrigados a migrar para a periferia urbana ou a se deslocarem para outras regiões do país. Some-se a isto, a capitalização do campo, através da política oficial adotada que promovia a erradicação do café, financiamento para passagem para outra lavoura e facilidades para mecanização e compra de insumos industrializados.

No final da década de 1970, de acordo com Tomazi (1999, p.83), foram expulsos da região norte do Paraná um total de 1.134.612 pessoas da zona rural, havendo um incremento na população urbana de 529.193 pessoas. Muitos se deslocaram para o Mato Grosso, em busca de um novo lugar imaginário construído pela propaganda. Os que ficaram na região tornaram-se bóias-frias, em resultado da modernização da agricultura.

Dentro desse contexto, podemos entender a situação de desaceleração econômica do município de Mandaguari. Todavia, embora Mandaguari já não dispusesse de condições econômicas satisfatórias, sua fama de terras férteis e de cultura de café bastante promissora parece ter demorado a esmorecer. Em 1980, a chamada década perdida, se agravou o empobrecimento das famílias, e em 1990, com o aumento populacional e a consequente defasagem de moradias, intensificou-se na cidade o número de núcleos habitacionais, tendo surgido três grandes aglomerados populares: Conjuntos Mandaguari, Ipacaray e Paulo Pimentel. Financiados pela Caixa Econômica Federal eles somavam, no final da década de 1990, um total de 783 casas. O Conjunto Ernesto Tolezzi (Popular II) e a Vilma Palma/Dizolina, junto com os outros três citados formam os chamados “Cinco Conjuntos” e totalizavam, de acordo com a Prefeitura Municipal, 1277 casas. O

antigo bairro Aeroporto, hoje Jardim Boa Vista, foi um dos bairros que mais sofreu este processo de “inchaço”. As terras, anteriormente propriedade da Aeronáutica, foram sendo invadidas por famílias pobres e logo se viram tomadas por inúmeros casebres, que hoje estão desaparecendo para dar lugar a construções um pouco melhor acabadas. Os antigos moradores venderam suas propriedades precárias por preços bastante baixos e foram sendo empurrados para partes mais distantes desse bairro ou mesmo de outros que continuam surgindo de maneira pouco organizada. A população pobre foi sendo cada vez mais expulsa para as zonas distantes e desprovidas de serviços básicos (SILVA, 2001, p.41).

Com o financiamento da COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) construíram-se ainda os Conjuntos Vila Verde e Tancredo Neves sob regime de mutirão¹⁷. Quanto à Vila Vitória, o Jardim Esplanada e o Jardim Progresso I e II são bairros bem mais antigos e com condições sociais mais heterogêneas, embora predominando famílias de assalariados.

A chegada de novos moradores com condições econômicas menos precárias do que a dos antigos, sem dúvida, transformou os bairros. Essa transformação não se dá, como pode parecer, apenas no aspecto físico. Os bairros vão se elitizando e aqueles que chegam parecem querer fugir do passado de pobreza que marcava os tempos antigos. Quem vive no Jardim Boa Vista, por exemplo, não gosta mais de vê-lo chamado pelo velho nome de Jardim Aeroporto. Isto parece lembrar-lhes o tempo, não tão distante, em que o bairro era um dos mais precários da cidade, com o lixo situado em sua entrada e onde crianças e adultos se amontoavam em busca de

¹⁷ Um trabalho interessante sobre a participação das mulheres em projetos de mutirão e a importância que esse trabalho coletivo adquire na construção de uma identidade de gênero é MELLO, Annette. **Mulheres em Construção**: casas, sonhos, subjetividades. São Paulo: EDUC, 1999.

objetos e alimentos. Do mesmo modo nos confessa uma entrevistada que na Vila Vitória os rapazes já não querem mais namorar as moças do bairro, e vice-versa. Parece que no imaginário dessas pessoas os moradores da “cidade”, isto é, de bairros centrais, são superiores.

Também Pesavento (2001, p.30), ao estudar os excluídos na cidade de Porto Alegre no século XIX, nos fala da ocorrência de mudanças de denominação das ruas à medida que a cidade se “civiliza”: lá a rua da Olaria, rua da Margem ou travessa dos Venezianos cederam lugar a outras nomenclaturas mais adequadas, geralmente nomes de generais e personagens ilustres. Buscava-se com isso a construção de uma imagem menos pejorativa dos moradores.

As nossas entrevistadas são moradoras dos seguintes bairros: oito do Jardim Boa Vista; quatro da Vila Vitória; três do conjunto Tancredo Neves; três do Jardim Esplanada e uma do Carvoeiro, além de dona Teresa, residente em Apucarana¹⁸. Todos esses bairros têm uma população de baixa situação socioeconômica e cultural bastante uniforme.

Algumas diferenciações puderam ser percebidas no que se refere à moradia. Enquanto algumas mulheres estão vivendo em casas de um único cômodo, com paredes de madeira, sem janelas, sem luz elétrica e sem as mínimas condições de dignidade, outras vivem em casas que apresentam um grau satisfatório de conforto e comodidade. Embora fogão, televisão e rádio estivessem presentes em quase todas as residências visitadas, o mesmo não se deu com a geladeira, bem menos freqüente. O telefone pôde ser encontrado em cinco residências, atendendo muito

¹⁸ Explicaremos na continuação deste capítulo o motivo de termos entre nossas entrevistadas uma mulher moradora da cidade de Apucarana.

mais a uma questão de *status*, uma vez que os moradores confessaram não ter como pagar a conta, razão pela qual raramente o usam.

Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2000), nos informam que o telefone foi o bem durável que mais cresceu no país, chegando a um número significativo de residências pobres, o que não deixa de ser uma ironia, pois, se a sua posse não é mais restrita à elite, como no passado, o seu uso continua sendo.

Como as indústrias em Mandaguari nunca foram em número suficiente para atender a demanda, o subemprego tem se tornado a única saída para as famílias empobrecidas. A situação das mulheres é ainda mais difícil, pois como não há trabalho suficiente para todos, a tendência é que elas cedam a vez para os homens, restando-lhes tão somente trabalhos informais, os chamados “bicos”, como os de coletoras de papel para reciclagem ou de diaristas sem locais fixos de trabalho. Há também um grande número de mulheres trabalhadoras rurais, as chamadas “bóias-frias”.

A população de Mandaguari está estimada em 33.468 habitantes. O rendimento médio mensal da população é de R\$453,47 por pessoa, sendo o rendimento dos homens estipulado em R\$546,29 e o das mulheres R\$320,46. Na cidade há um total de 9.758 homens com rendimentos contra 6.809 mulheres. A maioria da população empregada, 5.410 pessoas, recebe até um salário mínimo; 4.891 recebem de mais de um a até dois salários mínimos; 2.295 recebem mais de dois salários mínimos; 1.944 recebem mais de três até a cinco salários mínimos; 1.240 recebem de mais de cinco até a dez salários mínimos e, por último, há uma pequena parcela que recebe de mais de dez a até vinte salários mínimos e totalizam 610 indivíduos. Na ponta da pirâmide social estão os mais ricos, aqueles que

recebem mais de vinte salários mínimos, são 177 habitantes, contra 9.520, que não têm nenhum tipo de rendimento (IBGE, 2000).

Em 1997 o Governo do Paraná definiu o Mapa da Pobreza no Estado a partir de combinação de três indicadores: condições de domicílio, saneamento básico e situação social dos moradores. Numa escala de graduação dividida em quatro itens: razoável, menos crítica, crítica e muito crítica, definiu-se Mandaguari como município em condição razoável, no âmbito urbano, e no âmbito rural, em condição menos crítica (GOVERNO DO PARANÁ, 1997). Como podemos facilmente inferir, embora a cidade não apresentasse, naquela ocasião, um estado total de pobreza, mostrava uma situação economicamente instável. Este quadro não parece ter se alterado muito.

2.3 O SEXO DA POBREZA

As mulheres, especialmente essas com as quais trabalhamos, pobres e vivendo à margem da sociedade, só muito recentemente se transformaram em assunto de interesse dos historiadores. O ponto de partida para a mudança em direção a uma preocupação mais democrática por parte dos historiadores foi a escola dos *Annales*, movimento surgido na França a partir de 1929 que, segundo Vainfas (2002, p.17) se constituiu, antes de tudo, como uma sensibilidade, um conjunto de estratégias voltadas para combater o tipo de história predominante no século XIX e início do XX. Contra essa história historicizante, Febvre e Bloch

propuseram uma história problematizadora do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, de sentir e de pensar.

Os *Annales* mudaram o eixo da direção das pesquisas do âmbito exclusivamente político para o econômico e o social. Se não incorporaram, em um primeiro momento, temáticas ligadas ao mundo feminino, contribuíram para que isso se desse mais tarde¹⁹.

Após a ruína dos grandes modelos explicativos, as metanarrativas, como denominou Lyotard (1997, p.36-38), a história das mulheres, das crianças, dos homossexuais, dos negros, dos povos indígenas, entre outros sujeitos esquecidos, emergiu com força. Moradores das favelas, homens sem uma profissão específica, mulheres pobres e seus filhos ilegítimos invadiram o território dos historiadores. É o caso de nossas entrevistadas: donas-de-casa que não estão inscritas nos dados do Ministério do Trabalho e nem integram as estatísticas governamentais. Nosso trabalho se insere dentro dessa nova abordagem historiográfica à medida que é construído através do registro da memória de mulheres pobres, sujeitos silenciados em função de sua condição social e sexual.

Mandaguari, com seus pouco mais de trinta mil habitantes, a maioria do sexo feminino, não parece ser exatamente um *locus* dos mais interessantes para uma pesquisa histórica. Ainda mais quando o que se leva em conta não é a chegada das primeiras famílias de imigrantes europeus atraídas pela fertilidade do solo e pela possibilidade de enriquecimento longe da miséria e sofrimento que assolava a

¹⁹ Embora Bloch e Febvre sejam, inegavelmente, os pais de um movimento vitorioso contra o antigo paradigma iluminista, antes deles, ou contemporâneos a eles outros historiadores já haviam mostrado seus descontentamentos com os rumos estreitos que a pesquisa histórica vinha tomando (FONTANA, Joseph. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: EDUSC, 1998). Ver também BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Europa do pós-guerra; ou as lutas e divergências políticas que transformaram um município que, no final da década de 1950, estivesse classificado entre os dez municípios mais progressistas do Brasil (FONTES, 1975, p.81) se transformasse em uma cidade tão pacata.

Entretanto, Mandaguari nos interessa e muito. Não por seus bairros centrais, de ruas largas e arborizadas. Foi sobre seus bairros mais pobres e afastados, de ruas incertas e de casas simples, algumas tão minúsculas que nelas mal cabíamos que centramos nosso olhar: bairros da periferia. Foi aí que fizemos nossa investigação.

Para Durhan (1986, p.86), a periferia é o espaço próprio dos pobres e a expressão mais clara de seu modo de vida. São os bairros menos servidos por transportes e serviços públicos e deixados no quase abandono. Para Caldeira (1984, p.7), o termo periferia tornou-se tão exaustivamente usado nos discursos políticos, nos planos governamentais e nas análises sociológicas, que se banalizou, de modo que, embora pareça dizer muita coisa, já não diz nada. Segundo essa autora, a palavra é usada para designar os limites, as franjas das cidades, substituindo expressões mais antigas como “subúrbio”. Entretanto não se limita a uma representação geográfica, pois, além de indicar distância, aponta para aquilo que é precário, carente, desprivilegiado em termos de serviços públicos e infra-estrutura urbana.

Uma vez nesses bairros, não nos interessou a vida de seus homens, muitos deles trabalhadores rurais, desempregados ou em atividades informais. O que nos aguçou a curiosidade e nos atraiu o olhar foram as mulheres. Mulheres quase sem estudo, com seu palavreado simples, suas mãos calejadas, seus ritmos feitos de trabalho de um eterno igual. Esposas labutando noite e dia, no tanque e no fogão;

mulheres empregadas domésticas; mulheres bóias-frias desembarcando dos caminhões com seus rostos e corpos cobertos de terra. A mesma terra roxa que tantas ambições já despertou. Mulheres-mães aflitas nos portões gritando por seus filhos; mulheres-vizinhas sentadas nas soleiras das portas das casas confessando sonhos; mulheres-meninas buscando encontrar seus pares; mulheres amantes tramando segurar seus homens.

A procura por uma lógica em seus comportamentos nem sempre foi frutífera, levando um observador desavisado a se assustar com o distanciamento entre suas falas e suas práticas. São mulheres que fugiram de casa muito jovens, mas que desejam ver suas filhas casadas na igreja, vestidas de véu e grinalda. São mulheres que traem seus maridos, mas lamentam que a filha tenha se casado grávida. São mulheres que sofrem violência doméstica, são covardemente espancadas pelos maridos, mas que enfrentam as adversidades da vida com coragem. Frágeis ou poderosas? Quem são elas?

Antes de prosseguirmos na discussão dos passos deste trabalho e dos resultados obtidos com investigação empírica, parece-nos importante ressaltar como se deu o procedimento da pesquisa, informando mais detalhadamente ao leitor quem são essas mulheres com as quais decidimos trabalhar. A escolha de nossas entrevistadas não foi pautada por critérios quantitativos, mas por uma preocupação com suas experiências frente ao assunto abordado.

Embora tenhamos buscado dar destaque a momentos distintos da vida de nossas depoentes, nosso ponto de convergência foi aquele ligado ao das uniões conjugais consensuais, razão pela qual, em nosso entendimento, nossas entrevistas podem ser mais bem definidas como de recorte temático.

Os depoimentos foram transcritos, quase invariavelmente, do modo como foram expressos, respeitando a linguagem e a escolha de palavras dos entrevistados. Algumas vezes foram cortadas repetições desnecessárias e feitas omissões de certos trechos da fala, desde que não houvesse modificações no teor do que foi dito, conforme instruções de Alberti (2004, p.173-228)²⁰.

Foi possível perceber alguns enganos nas falas dessas mulheres, principalmente quanto à idade, à primeira união consensual, à chegada do primeiro filho ou aos relatos similares. Na verdade, elas eram mais jovens ou mais velhas do que supunham quando determinados fatos narrados aconteceram. Nada, entretanto, que nos fizesse pensar em um erro proposital ou que nos levasse a trabalhar com a idéia do falso. Nem sempre as falhas e as distorções da memória precisam ser vistas necessariamente como um problema, o mesmo podendo ser dito das omissões. Muitas vezes é preciso dar atenção especial ao que se omite ou ao que foi dito pela metade. Um suspiro, um olhar que se volta para o chão, um sorriso encabulado, podem nos dizer muito se estivermos atentos a compreender o significado imperioso que se revela no que é apenas sugerido. A verdade também é dita em silêncios.

Quando conversamos com mães e filhas, pudemos perceber que, embora as histórias fossem narradas de forma muito semelhante, elas eram interpretadas de modos bastante distintos, o que é perfeitamente compreensível, levando-se em conta que diferentes indivíduos não possuem visões de mundo similares. Os

²⁰ Todas as vezes em que se usou [...], queríamos expressar cortes nas falas, em razão de repetições desnecessárias ou observações que não acrescentariam muito ao conteúdo geral da fala.

indivíduos significam o mundo de acordo com uma bagagem cultural própria, bagagem essa que é continuamente construída e reconstruída ao longo da vida.

O depoimento oral é singular e único justamente pelo fato de que não deixa de ser verdadeiro simplesmente porque não aconteceu exatamente tal qual é narrado, podendo ser pensado antes como psicologicamente verdadeiro (PORTELLI, 1997, p.13-33; HALL, 1992, p.157-160). Os “erros” e “desacertos da fala” podem revelar muito, de forma que é preciso compreender o que leva uma determinada mulher a narrar sua história de uma determinada maneira e não de outra. Por que uma mãe nos diz que graças a Deus “sua filha casou certinha”, se sabemos, e sabemos que ela também o sabe, que sua filha trabalha como garota de programa em um bar de mulheres? Por que uma mãe nos diz em quase lágrimas que a justiça lhe tomou os filhos e nos conta de seu sofrimento, quando, na verdade, vasculhando detalhes, visitando instituições, ficamos sabendo que ela, na verdade, os entregou e nunca os buscou? Para melhor compreendermos essas sutilezas contidas no depoimento oral sem resvalarmos em uma atitude que o deslegitime, é preciso recorrer a uma compreensão mais ampliada. Portanto, nosso trabalho não se esgotava apenas em nos munir de gravador e ouvir relatos, mas atentar para as complexidades que envolvem o “lugar” da memória.

2.4 AS SUTILEZAS DA MEMÓRIA

Embora sob a influência positivista a memória tenha sido vista com declarada reserva, nem sempre foi assim. Os gregos fizeram dela uma deusa, *Mnêmesis*, cuja

importante missão consistia em fazer lembrar aos homens os feitos dos deuses. Do endeusamento à rejeição, o seu uso esteve no cerne das controvérsias historiográficas. Sua desvalorização coincidiu com o surgimento da ciência histórica no século XIX, quando o documento escrito tornou-se para o historiador o equivalente ao objeto evidente e claro, nomeado como o primeiro postulado do método histórico. Essa confiabilidade seria tanto maior quando o documento fosse produzido pelos órgãos e instituições oficiais. A partir desses referenciais científicos e filosóficos, a memória passou a ser totalmente desacreditada como fonte documental para o ofício do historiador. No entanto, o final do século XIX e início do XX trouxeram grandes mudanças no campo das ciências e de outras áreas de conhecimento²¹ que quebraram a hegemonia do caráter absoluto do modelo clássico de conhecimento científico, possibilitando a (re)valorização da memória (MONTENEGRO, 2005, p.5).

Segundo Rousso (1998, p.94) a memória é, no sentido básico do termo, a presença do passado, um passado que nunca é exatamente aquele do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, coletiva. Essa argumentação não é uma novidade. Na verdade, a defesa da memória como um processo coletivo já estava colocado desde 1925 no trabalho clássico do sociólogo francês Halbwachs (2004, p.41), para quem nossas idéias, reflexões e sentimentos são sempre inspirados pelo grupo, ainda que, de todo modo, guardem sempre por referência aquilo que somos.

²¹ Para uma discussão sobre os novos paradigmas científicos ver BRANDÃO, Denis M. S.; CREMA, Roberto (Orgs.). **O Novo Paradigma Holístico: ciência, filosofia, artes e mística**. São Paulo: Summus, 1991 e SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

A questão central da obra de Halbwachs (2004) consiste na afirmação de que toda memória é sempre coletiva e não depende apenas da subjetividade do sujeito, mas do seu relacionamento e pertencimento social. Distintos grupos sociais elaboram de maneiras diferentes suas lembranças coletivas.

As mudanças teóricas e metodológicas no campo científico têm levado muitos historiadores a refletir sobre a validade de se trabalhar com as questões da memória, da oralidade e da narrativa. Para Halbwachs (2004, p.84), quando a memória falha, ocorrendo o esquecimento, é que tem começo a história, fixada por relatos escritos. Embora não discorde dessa oposição entre a história e a memória, Nora (1993, p.3), entende que a categoria memória é que deixa de existir justamente quando passa a ser reivindicada pelo discurso histórico. Nora (1993) pensa que a história, por ser uma operação intelectual, dessacraliza a memória. Enquanto aquela é sempre uma reconstrução problemática e incompleta do que já não mais existe, essa última, ao contrário, é um fenômeno sempre atual.

A história (...) operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no passado, a história liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é [...] múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (NORA, 1993, p.9).

Se existe uma memória individual influenciada pelo coletivo não se pode dizer que exista uma memória coletiva no sentido de uma representação do passado que seja compartilhada ao mesmo tempo por toda uma coletividade. Diante desse obstáculo teórico, os historiadores, de modo geral, admitem que as representações

do passado, observadas em determinada época e lugar, desde que apresentem um caráter recorrente e repetitivo e que digam respeito a um grupo significativo, tendo aceitação nesse grupo ou fora dele, constituem a manifestação mais clara de uma memória coletiva (ROUSSO, 1998, p.95-98).

À parte os impasses, o que já se tornou um denominador comum é que a memória deixou de ser pensada como mero depósito de experiências aguardando seu resgate, preservada em estado puro. A memória é um processo dinâmico em que o passado e o presente se inter-relacionam continuamente.

Um ponto fundamental quando se analisa a memória diz respeito às lembranças e esquecimentos. Relembrar, segundo Halbwachs (2004, p.23) não é, de modo algum, trazer de volta o passado tal como ele um dia se deu, mas antes uma reconstrução de momentos já vividos e que são “reinventados” a partir das experiências que o indivíduo vai acumulando no tempo transcorrido entre o fato acontecido e o fato lembrado. O passado é sempre reconstruído e repensado. A memória de cada um de nós dependerá sempre, como já foi dito, das relações que estabelecemos com a família, com a classe social, com nossos grupos de convívio. Lembrar é, por isso mesmo, uma ação coletiva e que só se sustenta no interior de um grupo, nunca isoladamente.

Difere, assim, da teoria do filósofo francês Bergson (1979, p.12), também um estudioso dos aspectos da memória. Seu trabalho, que antecede o de Halbwachs (2004), defende que as lembranças são únicas e alcançam o indivíduo como por meio de uma evocação.

Bergson (apud FREITAS, 2002, p.64-65), na construção de sua teoria sobre a memória, privilegia o indivíduo e suas lembranças, ignorando, o meio social do qual

esse indivíduo procede. O ato de lembrar é visto por ele como uma fonte que permite a apreensão factual do passado, ou seja, o resgate de um acontecimento que, pela força da evocação mnemônica, liberta-se das malhas temporais e nos alcança de maneira inviolada. Portanto, recordar para ele é, diferentemente de Halbwachs (2004), reviver integralmente o passado.

Segundo Diehl (2002a, p.119), para poder ser tornada histórica e gozar as prerrogativas de cientificidade, aspirando, ao menos, ser fonte histórica com credibilidade, a memória precisa passar pelo processo crítico de teorização e metodização.

Teorizar significa pensar a memória como fonte histórica em termos de especificidade científica como elemento contextualizado de interpretação histórica. Significa perspectivar a memória como elemento de orientação sobre a experiência do passado humano. Teorizar representa as diversas estratégias de argumentação na forma de teorias explicativas e de interpretação. Metodizar é genericamente entendido como processo que permite inserir a memória – a experiência – do passado nas perspectivas orientadas sobre este mesmo passado, de tal forma que a memória adquira o qualificativo de histórico. Metodizar significa buscar regras de pesquisa histórica que tornam o passado histórico, objetivo e com plausibilidade científica.

Este autor argumenta sobre a necessidade de critérios claramente definidos e de regras de pesquisa quando tratamos da memória como fonte histórica, lembrando que questões vinculadas às posições político-ideológicas do narrador e do historiador não podem ser desconsideradas.

Ressaltamos que todo ato de narrar lembranças e comunicar experiências está também, inevitavelmente, marcado pelas diferenciações estabelecidas pelas construções de gênero. Todavia, dizer que as lembranças estão marcadas pelo

gênero não é, de modo algum, afirmar que as mulheres têm uma lembrança específica enquanto mulheres ou os homens enquanto homens porque a biologia assim determina ou que a divisão de papéis assim os define, mas tão somente admitir uma possível especificidade da memória feminina, resultado não do biológico e sim das práticas sócio-culturais presentes nas operações que constituem a memória e que estão imbricadas nas relações masculinas/femininas reais (KOFES e PISCITELLI, 1997, p.348).

Trabalhar com a memória feminina não é procurar por uma “verdade” que foi ocultada, mas permitir uma multiplicação na compreensão do passado deixando que as mulheres falem, do mesmo modo como os homens sempre falaram. Não é, tampouco, delimitar espaços para a memória feminina, circunscrevendo-a em relatos de família, de sexualidade, da relação com os filhos, mas permitir que elas extrapolem os limites da vida privada, quebrando as fronteiras entre o universo masculino e o feminino (BRITO, 1993, p.189).

Retornando ao exemplo de nossa entrevistada que insistia na dolorosa separação dos filhos, achamos ser mais pertinente não trabalhar com a idéia de que ela mentia, o que nos parece por demais simplista. Achamos mais prudente tentar compreender as “verdades” ou as “versões das verdades” que estão no bojo do seu depoimento.

Sabemos que ao trabalhar com a memória, os sentimentos, as lembranças, enfim, com a vida de seres humanos feitos de carne e osso e não com sujeitos imaginários, é imprescindível compreendermos que as ambigüidades, os desacertos e as incoerências surgem a todo o momento como parte natural do trabalho.

2.5 AS ENTREVISTAS

Nossa pesquisa envolveu mulheres de faixas etárias variadas, a fim de montar um quadro mais significativo das experiências vividas. Ao todo foram ouvidas vinte mulheres entre 16 e 71 anos, seis das quais já haviam participado das entrevistas para a dissertação de Mestrado. Todas, indistintamente, mostraram-se receptivas às entrevistas, embora algumas estivessem mais abertas ao diálogo. A todas elas demos um nome fictício, buscando preservar-lhes a intimidade. É importante ressaltar que, em nosso caso específico, um longo percurso de trabalho de assistência social, desenvolvido junto à Comunidade Social Cristã Beneficente²², permitiu que não fôssemos elementos estranhos ao mundo da periferia, uma vez que a maioria de nossas entrevistadas já era conhecida.

Todas as depoentes têm filhos e tivemos a oportunidade de trabalhar com quatro mulheres cujas filhas também fizeram parte do universo das entrevistas. D.Teresa é mãe de Elisa, Júlia e Rosário; D.Elza é mãe de Roselaine e Fátima; D.Ângela é mãe de Valdicéia e Eni é mãe de Dorothea (Apêndice A). Para nós foi importante trabalhar com mães e filhas, não só porque esse procedimento nos permitiu perceber mudanças geracionais, mas porque o confrontar de seus depoimentos nos deu mais segurança, visto que as histórias apresentaram pouquíssimas divergências. No caso específico de D.Teresa e suas filhas é impressionante como elas foram tecendo narrativas que se articulavam de maneira muito similar.

²² Entidade filantrópica fundada em 1984 pelo médico Osvaldo Alves, em Mandaguari.

Além disso, os depoimentos das mães nos apresentaram um quadro bastante interessante da maneira como elas têm para as filhas expectativas de vida muitas vezes distintas daquelas que vivenciaram, sonhando para estas uma história que passa bastante diversa daquela que elas próprias viveram. Apesar de ter sido muito evidente o desejo das mães de que suas filhas trilhassem caminhos diferentes daqueles que elas próprias percorreram, há grande similaridade na vida conjugal dessas mulheres. De um modo geral, mãe e filha se parecem muito na maneira como constroem suas relações com os companheiros ou com a prole, bem como na forma como prescrevem para si modelos de comportamentos. A atitude observada entre a grande maioria das entrevistadas pode ser qualificada como marcada por tendências conservadoras. Desse modo, reforçamos que, embora essas mulheres quebrem muitas normas sociais, o mundo em que vivem ainda é feito de tradições.

Já se afirmou muitas vezes que o processo de urbanização e de industrialização termina por enfraquecer os valores familiares tradicionais; discussão que pode ser encontrada, por exemplo, no estudo clássico feito por Cândido (1971). Entretanto, nem sempre a adoção de novas atitudes significa necessariamente que se neguem valores antigos, havendo tão somente uma simbiose do novo e do velho. É desse modo que os hábitos, os costumes e os comportamentos sociais terminam se reproduzindo, ainda que sofram um processo de modelação que lhes oxigena. Vale lembrar que, no Brasil, desde os anos 1960 houve uma significativa intensificação do processo migratório, propiciando um intercruzamento de experiências e valores do mundo rural e do mundo urbano.

Desse modo, ainda que se possa afirmar que os pobres demonstram apego aos valores tradicionais, entre eles sempre se pôde encontrar mais facilmente a ruptura com determinadas normas e valores que sempre permearam o mundo das

elites, porque as pressões sociais incidem sobre eles de forma menos pesada. Portanto, esse é um universo onde o novo e o velho encontram-se em contínuo embate.

A história das formas de organização familiar no Brasil sempre tendeu a uma visão bastante dualista. De um lado, historiadores que defendem a hipótese da família patriarcal e de elite, marcada pela legitimidade, monogamia, rígido controle da sexualidade feminina e obediência de seus membros à figura central do patriarca (FREYRE, 2000a). Contrapondo-se a essa, haveria a família da grande massa da população pobre, marcada pela ilegitimidade, instabilidade, sexualidade desenfreada e irresponsável das mulheres e dos homens. Nos últimos anos tem havido considerável revisão dessas posições estáticas por parte dos historiadores.

Estudos como os de Samara (1989), por exemplo, demonstraram que em São Paulo do século XIX era comum a existência de famílias com característica nuclear: estruturas mais simples, menor número de membros, mulheres chefes de família, possibilidade de insubmissão das esposas, etc. Seus estudos apontam para a existência de várias formas de organização familiar que se sobrepunham no mesmo espaço social. Assim, casamentos e concubinatos, famílias nucleares e famílias extensas, estão presentes como elementos que se conjugam.

Embora a família, como ensina Segalen (1986, p.5) não seja um objeto passivo das leis econômicas e sociais, mas local de resistência onde os membros se adaptam estrategicamente às diversas situações, não podemos deixar de considerar que a marginalização econômica e a exclusão social são elementos formadores de determinados padrões comportamentais que se mantêm no tempo. Exemplo típico é o das mulheres que fugiram de casa com os seus namorados.

Entre nossas entrevistadas tivemos dez exemplos de fuga. Dessas mulheres, uma tem três filhas que seguiram o mesmo procedimento, o que ela lamenta profundamente; oito têm filhas ainda pequenas e esperam que não repitam o mesmo “erro” que cometeram no passado, e uma outra se lastima pelas filhas que, embora não tenham fugido, “amasiaram-se” muito cedo em vez de procurar “melhorar” suas vidas. Ou seja, o “amigamento”, para usar o linguajar que lhes é próprio²³, é tido como uma união menor.

O mesmo procedimento pode ser observado em relação à educação, que é sempre muito valorizada, apesar de nenhuma dessas mulheres ter um grau de instrução expressivo, sendo a maioria analfabeta ou semi-analfabeta. Apenas uma entrevistada contrapôs-se à opinião da maioria, por acreditar que, na escola, a filha estaria sujeita a aprendizados pouco recomendáveis. Essa, contudo, não foi a regra. A educação formal é considerada como um diferencial capaz de mudar consideravelmente a vida não só do indivíduo, mas também de toda a família, que se veria beneficiada pela ascensão de um de seus membros.

Os pais tendem a incentivar os filhos e as filhas ao estudo, depositando neles(as) expectativas de uma melhoria de vida que não lhes foi possível conquistar pessoalmente. A escolarização dos filhos aparece revestida de um possível canal de ascensão social. Esses planos, quase sempre, terminam em fracasso, pois como evidenciaram as análises do Censo Demográfico do IBGE, ano 2000, as probabilidades de uma criança pertencente aos estratos mais empobrecidos da população atingir o ensino de nível superior é bastante reduzida.

²³ Nenhuma das entrevistadas sabia o significado do termo união estável.

Incluimos no rol das pesquisadas cinco mulheres que, no momento atual, já não estão vivendo a união consensual. A maioria delas oficializou o casamento em uma cerimônia coletiva ocorrida em 2001, em Mandaguari, em iniciativa conjunta da prefeitura e do poder judiciário²⁴. De todo modo, foram mulheres que, em algum momento de suas vidas, viveram uniões informais, seja com os companheiros atuais ou não, o que lhes autoriza a discutir o tema. Essa opção se fez em parte porque queríamos comparar essas duas realidades: a de mulheres que conjugam a experiência de uniões consensuais e casamentos legalizados, e a daquelas que têm apenas experiência de uniões informais.

É importante ressaltar que, entre essas vinte mulheres, uma merece destaque por apresentar a seguinte distinção: D.Teresa é atualmente moradora da cidade de Apucarana. Sua mudança se deu recentemente, mas como ela acompanhou o início deste trabalho, julgamos procedente mantê-la na pesquisa. Ela viveu muito tempo em Mandaguari, onde iniciou a vida com o novo companheiro, criou suas filhas, teve netos, viu suas filhas seguirem-lhe os passos ao também fugirem de casa e optarem por uniões não legalizadas. A despeito de atualmente residir em outro município, sua história nos parece significativa, o que nos fez optar pela sua permanência.

²⁴ Em 1999, um vereador do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) apresentou um projeto de lei que buscava autorizar a regulamentação de uniões consensuais de casais mandaguarienses, a expensas da prefeitura. Agentes comunitárias municipais entrevistaram, na ocasião, 3.011 famílias, que representavam aproximadamente um terço da população total do município. Das famílias visitadas, foram encontrados 586 casais vivendo uniões consensuais (19,46%), e 1.875 (62,27%) casais oficialmente casados, seja só no civil, só no religioso ou em ambas as instâncias. Foi incluída na amostragem apenas a população de quatro bairros. Considerando que a pesquisa teve como área de abrangência aproximadamente um terço da população do município, a Prefeitura concluiu que o número de casais vivendo uniões informais girava em torno de 1.758 casais. O projeto foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, mas recebeu o veto da prefeita do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), que considerou inviável para o erário público arcar com essa despesa. A lei foi novamente submetida a plenário, os vereadores derrubaram o veto e a lei foi sancionada, tendo entrado em vigor no dia 12 de julho de 1999. Entretanto, foram passados muitos meses até que foi posta em prática, o que só viria a acontecer em 15 de dezembro de 2001. Nesta ocasião, 239 casais oficializaram o vínculo conjugal numa cerimônia coletiva.

Todas as entrevistas foram gravadas e os encontros se deram, quase sempre, na casa das próprias mulheres. Duas entrevistas tiveram de ser feitas em nossa própria residência por questões estratégicas, uma vez que essas mulheres queriam privacidade na hora dos depoimentos²⁵. Os depoimentos de Neuza e de Beatriz, que são vizinhas, foram colhidos na casa da primeira, no mesmo dia, embora separadamente. Neuza esteve presente durante a fala de Beatriz, mas o contrário não ocorreu. Todos foram realizados individualmente, exceto os das irmãs Rosário e Júlia, que nos deram depoimentos conjuntos, por sugestão delas próprias. Tal exceção de modo algum influenciou negativamente no resultado da entrevista; ao contrário, como Rosário é uma pessoa extremamente tímida, a presença da irmã deixou-a mais à vontade.

A duração das entrevistas foi variada. Ainda que tenhamos buscado manter a média de duas horas de conversação com algumas delas, terminamos tendo vários encontros e, portanto, o total das gravações excedeu muito a isso. Com algumas não chegamos a completar duas horas de conversação, mas foram, sem dúvida, a minoria.

Com cada uma dessas mulheres, tivemos, no mínimo, dois encontros, um para agendar a entrevista e outro para efetivá-la, mas também não se constituíram na regra. Algumas entrevistas se deram em quatro, cinco ou até em mais visitas, por

²⁵ Janaína Amado alerta sobre os procedimentos éticos que devem guiar o historiador ao trabalhar com a metodologia da história oral. Segundo essa autora, no afã de “acertar as contas com o passado”, muitos depoentes terminam revelando fatos e condutas que podem, mais tarde, gerar crises devastadoras, alterando dramaticamente suas vidas e seus destinos, provocando sérias crises familiares. Sobre a relação ética e história oral ver AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. **Usos e Abusos da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

motivos vários: algumas mulheres não tinham muita disponibilidade de tempo e as entrevistas precisavam ser curtas, o que nos obrigava a retomá-las; em outros casos, porque estávamos diante de mulheres bastante prolixas em suas narrativas, contando-nos suas experiências com grande riqueza de detalhes e, diante do interesse que isso nos despertava, era sempre necessário dar continuidade ao encontro. Em alguns casos, se estabeleceu uma camaradagem e, quando voltávamos ao bairro para uma nova entrevista, terminávamos entrando em suas casas para um café, um bate-papo e aí, nesse caso, os assuntos fluíam, uma vez que a confiança já estava estabelecida. Foi nesses momentos de descontração que pudemos perceber sutilezas que nos haviam escapado nos primeiros encontros.

É importante ressaltar que nesses momentos em que não estávamos realizando o trabalho propriamente dito, em que não estávamos munidos de gravador – elemento até certo ponto estranho e que pode ser altamente constrangedor – as conversas eram sempre de cunho muito pessoal. Houve casos de mulheres que chegaram a modificar o teor de uma informação. Em um exemplo específico, durante a entrevista, uma mulher havia feito poucos comentários que mostrassem insatisfação com o marido e a vida conjugal. No momento em que caminhávamos pela rua conversando banalidades, ela terminou por queixar-se imensamente da falta de interesse do marido pelo trabalho, de seu não comprometimento com a manutenção da casa e com o fato de isso obrigá-la a trabalhar duas vezes mais para dar conta de pagar todas as contas, enquanto ele passava o dia inteiro cuidando da filha e da casa, sem qualquer atividade remunerada. As esposas que sustentam seus maridos vivenciam uma situação econômica mais desfavorável em relação às mulheres que se encontram sozinhas. Como nos ensina o ditado: “antes só do que mal acompanhada”.

Quando foi rompida a dicotomia público/privado para a relação entre homens e mulheres e quando estas últimas passaram a ocupar um lugar no mercado de trabalho, considerou-se essa conquista como um ganho; o que de fato supomos ser. No entanto, à medida que as mulheres assumem mais responsabilidades, alguns homens recuam, e isso pode ser um agravante porque termina por impor às mulheres uma sobrecarga maior de trabalho, de pobreza e de solidão (VAITSMAN, 2001, p.19). A luta pela igualdade, muitas vezes, foi mais vantajosa para os homens.

No caso específico de dona Teresa, o marido parece ter se acomodado aos serviços domésticos, aos tratos com a filha, tendo mesmo voltado aos estudos, o que tem feito com enorme prazer, deixando o trabalho extradoméstico e a busca do sustento a cargo exclusivo da mulher. Não estamos aqui fazendo um julgamento negativo a respeito dessa relação, mas parece-nos interessante destacar, na fala de dona Teresa, um preconceito às avessas. Afinal, não foram sempre as mulheres que elevaram seus reclames contra os maridos, porque eles não consideravam o cuidado com a casa e com os filhos uma atividade que se pudesse qualificar como “trabalho”? A desvalorização das atividades domésticas sempre se constituiu em uma velha queixa das mulheres e aqui temos o discurso masculino fielmente reproduzido na fala de dona Teresa. Por que as mulheres não aceitam o modelo inverso daquele contra o qual se insubordinam?

Esta situação parece apontar a permanência do tradicionalismo na compreensão das relações entre os gêneros. Há um padrão de comportamento tipicamente feminino, pois o cuidado com a casa e com os filhos se contrapõe e se complementa ao masculino, que é buscar fora o sustento da casa, havendo uma “desvalorização” daqueles homens que não correspondem a essa expectativa. Mesmo que saibamos que essa não é a prática, visto que as mulheres pobres

sempre estiveram e estão exercendo cada vez mais atividades extradomésticas, o homem, como o provedor, ainda é o modelo ideal e o que figura no imaginário.

Sabe-se o quanto as mulheres, independentemente de classe social, lutaram pela igualdade de direitos com os homens, mas ir para o trabalho todas as manhãs e deixar o marido limpando a casa, preparando o almoço ou cuidando de uma criança é algo que certamente nunca figurou nas representações que as mulheres construíram acerca do casamento, mesmo porque a identidade masculina está muito associada ao valor do trabalho. Mais do que recurso de sobrevivência material, o trabalho parece ser o elemento capaz de “formar um homem”. Conseguir escapar dessa armadilha, aceitando outros paradigmas, ainda é um passo desacertado para algumas mulheres.

Algo que mereceu destaque durante nosso trabalho de pesquisa foi a falta de privacidade que acompanhou a maioria das entrevistas realizadas, o que em um primeiro momento, pareceu-nos absolutamente constrangedor. No entanto foi uma situação à qual terminamos por nos adaptar, uma vez que compreendemos que a dinâmica desses bairros da periferia tem os vizinhos como extensão da casa, na maioria das vezes. É como se a vida de um fosse a vida de todos.

Mesmo quando nos contavam detalhes íntimos de suas vidas e de seus relacionamentos conjugais, essas mulheres não pareciam se intimidar quando uma platéia silenciosa e de olhos ávidos ia entrando devagarinho, sem pedir licença, e se amontoando pelos cantos da sala. Eram mulheres, principalmente crianças e, raras vezes, homens. Neste último caso, quase sempre homens da própria família, pois era pouco comum que vizinhos do sexo masculino fizessem parte dessa prática. Isso pode ter ocorrido porque as entrevistas eram realizadas à tarde, momento em que

eles normalmente estavam no trabalho. O certo é que a presença dos maridos era perturbadora, diminuindo a liberdade do diálogo.

Acostumados com a moral burguesa, que é marcada pelo ocultamento da vida privada, pareceu-nos quase constrangedor o modo como essas mulheres nos contavam detalhes de suas vidas na presença de vizinhos e de conhecidos, sem qualquer dificuldade. Foi preciso vencer a barreira do preconceito que, afinal, estava em nós mesmos para ouvi-las falar tão abertamente de si diante de tantos expectadores. O estranhamento com o outro marcou este trabalho. A nossa luta foi entender o que havia em nós mesmos que nos fazia tão avessos à vida e à realidade da periferia. Não era nossa intenção um olhar preconceituoso, embora devamos admitir que nem sempre pudemos facilmente escapar dele.

Por mais que buscássemos a isenção foi como integrante de uma classe média e letrada que construímos as diretrizes interpretativas desse trabalho. Por isso mesmo julgamos mais acertado não buscar forjar uma igualdade de condição com nossas entrevistadas e acreditamos que foi o fato de não termos tentado ignorar nossas diferenças, mostrando de maneira muito sincera nossas surpresas, o que permitiu que se estabelecesse entre nós e as depoentes uma relação de cordialidade.

Ao pesquisador pede-se rigor. No entanto, como não deixar de perceber, durante a entrevista, que o tom de nossa voz se alterava em um misto de espanto e de incredulidade diante de certas narrativas? Como evitar o susto quando Maria nos informou que há onze anos vivia em união consensual com o padrasto, ou quando dona Teresa nos contou que decidiu ir viver com o companheiro após conhecê-lo na

rodoviária de Jandaia do Sul²⁶, conversar por algumas horas e ouvir a proposta mágica para uma mulher sozinha e com três filhas para criar: “vamos viver mais eu?”.

Portanto foi quase como estrangeiros que aportamos a esses bairros; falávamos a mesma língua, mas nem sempre a mesma linguagem. Isso, que nos tolheu em alguns momentos, impedindo-nos de penetrar no universo visitado, também nos fez capazes de perceber aspectos cotidianos que às nossas entrevistadas pareciam normais e corriqueiros. Chamou-nos, assim, particular atenção o modo como essas mulheres definem a situação conjugal que estão vivendo. Ao contrário do que podemos perceber nas discussões fora desse universo popular, em especial nos ambientes acadêmicos, onde se faz questão de uma terminologia mais rebuscada, como união estável ou consensual, ali o termo “amigado” é dito sem qualquer dificuldade, conquanto muitas tenham declarado já terem sido vítimas de preconceito justamente em função dessa opção conjugal. Temos, nesse caso, um quase paradoxo. Embora se digam marginalizadas por não serem legalmente casadas, ou mesmo quando comentaram o peso que o termo “amigado” carrega, não foram poucas vezes em que, diante da nossa indecisão quanto a que palavra empregar para definir seus estados civis, terminamos auxiliadas por elas, que se diziam “amigadas”, a palavra sendo dita com toda naturalidade.

Conforme já foi dito, algumas mulheres estão muito mais propensas a falar de si do que outras, o que fazem sem qualquer constrangimento, independentemente do assunto em pauta. É particularmente gratificante quando nos deparamos com

²⁶ Jandaia do Sul situa-se a oito quilômetros de Mandaguari.

entrevistadas mais desinibidas porque a conversa flui de maneira muito mais natural e tranqüila, sem exigir de nós o esforço que normalmente acompanha tais trabalhos. Qualquer pesquisador que já tenha utilizado a metodologia da história oral sabe quão difícil e custoso é manter uma conversação quando o informante é uma pessoa lacônica, seja por timidez, seja por desconfiança. De um modo geral, contudo, nossas entrevistas foram marcadas por um clima de confiança e de entrega muito gratificante, o que, sem sombra de dúvida, contribuiu sobremaneira para a realização deste trabalho.

Vale lembrar que as entrevistadas, em sua maioria, já eram nossas conhecidas e, quando não, nos foram apresentadas por alguma que o era, o que facilitou muito os contatos. Pudemos perceber, de maneira muito expressiva, a importância das relações de vizinhança cada vez que chegávamos em uma casa onde penetrávamos pela primeira vez, acompanhados de alguma pessoa conhecida. Esta funcionava como intermediária não só nos apresentando no bairro aquelas mulheres que viviam uniões consensuais, como também agendando encontros e fornecendo alguns detalhes sobre o melhor horário para as visitas, confidenciando se estas deveriam ser feitas em momentos em que o marido estivesse ausente, caso ele pudesse se mostrar insatisfeito ou intolerante com a nossa presença, ou mesmo tomando conta das crianças quando essas insistiam em tirar a atenção da mãe com quem conversávamos.

O gelo e a desconfiança eram logo quebrados por aquela que nos servia de guia, pois além de nos apresentar como pessoa que estava fazendo um trabalho “importante” para a universidade, fazia questão de enfatizar que isso, de alguma maneira, poderia, no futuro, trazer-lhes algum benefício. Quanto a isso, chamou-nos

a atenção a valorização da universidade como local capaz de gerar medidas sociais transformadoras²⁷.

Esquecidas pelos poderes públicos, vivendo em uma situação bastante precária, não foi incomum o fato dessas mulheres depositarem em nós expectativas que não podíamos atender, como a colaboração na obtenção de luz elétrica, os recursos para reformas em seus barracos, o atendimento a um membro da família envolvido com drogas ou o socorro a um vizinho ou vizinha que necessitasse de atendimento médico. Nesse sentido, a pesquisa nos deu a exata dimensão da situação de pobreza e de exclusão a que esses grupos estão submetidos.

As entrevistas foram realizadas no período de 28 de janeiro a 03 de agosto de 2004 e, embora tivéssemos um roteiro pré-elaborado de perguntas, nossos encontros não estiveram limitados por ele, ou seja, sempre que a entrevistada sentiu a necessidade de enveredar por outros caminhos e lembranças que não exatamente aquelas propostas por nós, deixamos que o fizesse livremente. Foi, portanto, um processo em que nos portávamos ora como condutores, ora como conduzidos, e, de modo algum, perdemos o fio condutor de nosso trabalho ou nos afastamos de nosso objeto de análise. Esse procedimento nos proporcionou encontros mais cordiais, possivelmente porque as mulheres se sentiram mais tranqüilas à medida que puderam deixar as lembranças fluírem livremente.

²⁷ Quando realizávamos as entrevistas para o Mestrado junto a moradores do Jardim Boa Vista tivemos em Teresa uma excelente colaboradora. Era ela quem agendava as visitas e sempre nos acompanhava às casas, no primeiro encontro. Em uma ocasião tivemos a oportunidade de ouvi-la explicar a uma família a razão de ser importante que eles nos dessem seus depoimentos: "isso aí que ela tá fazendo é bom porque lá na universidade eles fica sabendo que nós vive assim e que nós não pode. Quem sabe aí, eles fazem alguma coisa que ajuda nós?", Ver SILVA, Tânia Maria Gomes da Silva. **Não Existe Pecado ao Sul do Equador**: Uniões Consensuais nas Camadas Populares de Mandaguari 1980-2000. Maringá, 2001. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Setor de Ciências Humanas, Universidades Estaduais de Maringá e Londrina. p.53.

Acusadas de “faladeiras”, “tagarelas”, “matracas” e de outros termos igualmente depreciativos, o que na verdade ocorre é que essas mulheres pobres pouca oportunidade têm de falar de si de uma maneira mais profunda e que envolva discussões sobre o corpo, a sexualidade, o amor, a infidelidade. Isso foi comprovado quando mais de uma entrevistada lamentou o final dos trabalhos, alegando que os encontros as tornavam mais “leves”. Passando por emoções variadas, rindo algumas vezes, chorando outras, essas mulheres puderam colocar o dedo em algumas de suas feridas, expurgando-as ou não, mas, de todo modo, remexendo-as, e uma frase foi ouvida com muita frequência no transcorrer destes encontros: “minha vida dava uma novela”.

Nosso trabalho apresentou algumas particularidades. Acompanhando a bibliografia especializada sobre os trabalhos com história oral, não encontramos em nenhum deles referência a pagamento aos informantes, fato que ocorreu durante os nossos trabalhos. Vale frisar que por iniciativa nossa e nunca por exigência das entrevistadas. Apesar desse expediente não ter sido utilizado com todas elas, acabou se impondo como necessário, pois, como muitas trabalhavam como bóias-frias, diaristas ou na coleta de material para reciclagem, a disponibilidade de tempo para nossos encontros era bastante reduzida. Estes normalmente ocorriam no final da tarde, quando então elas se mostravam bastante cansadas e, conseqüentemente, com menor disposição para o diálogo. Além disso, as entrevistas precisavam ter uma durabilidade bastante exígua, porque logo era hora dos filhos voltarem da escola e o marido do trabalho, exigindo delas o preparo do jantar e outras providências. Aos sábados e domingos, ainda que as mulheres estivessem um pouco mais livres, dois inconvenientes se impunham de forma já largamente percebida em ocasiões anteriores: havia um maior número de vizinhos

disponíveis para participar das entrevistas e a presença dos maridos, que gerava certo desconforto, ora porque solicitavam atenção das mulheres, ora porque algumas se mostrassem mais tímidas na presença deles. Vale reforçar que, se a presença de vizinhos não chegava a causar tensão, a do marido era, quase sempre, perturbadora.

Em face desses inconvenientes, julgamos procedente combinarmos com aquelas mulheres, cujos horários eram menos elásticos, o pagamento de um valor em dinheiro equivalente ao que receberiam se estivessem em serviço. Quantias irrisórias, mas que, para elas, significava a parcela de contribuição no orçamento doméstico e que, para nós, deu condições de avançar mais rapidamente nos trabalhos.

É preciso considerar as especificidades dos sujeitos com quem se realiza um trabalho dessa natureza, daí defendermos que o pesquisador que utiliza esse método não deve se deixar guiar por técnicas e normas rígidas, mas deverá saber conduzir-se de maneira original na busca de alternativas aos transtornos com que irá se deparando ao longo do trajeto.

No nosso universo de pesquisa, as famílias nucleares, entendidas como o pai, a mãe e os filhos do casal, naturais ou adotivos, foram pouco presentes. Predominaram as famílias recompostas, ou seja, aquelas formadas pela mulher, o homem e os filhos tidos em uniões anteriores. Nesse caso, não foram encontradas famílias recompostas por membros procedentes do lado masculino. Todas eram constituídas por filhos da mulher.

Em relação aos idosos (após os sessenta anos), Peixoto (2004, p.76) observa que a co-residência também acontece mais freqüentemente no universo feminino,

visto que as mulheres recorrem mais ao suporte moral dos familiares. Já os homens idosos preferem morar só ou viver uma segunda união.

Entre as famílias analisadas, foi pouco evidente a presença de parentes vivendo em um mesmo domicílio. Apenas Aparecida e Custódia vivem essa situação, cuidando do sogro e do tio, respectivamente. Por outro lado, é muito freqüente a presença dos novos casais vivendo no mesmo lote do grupo familiar, em casas contíguas, o que, como pudemos comprovar, costuma ser fonte permanente de conflitos. Nesses casos, embora haja exceções, há uma tendência à uxorilocalidade, ou seja, o novo casal se fixa junto ao grupo da esposa.

Roselaine mora nos fundos da casa da mãe, ladeada por duas irmãs²⁸. Andréa divide o quintal com a avó, o irmão e o pai e, por fim, Neuza divide o terreno com uma filha casada e se prepara para mais uma construção para a outra, que se casará em breve. Graça é uma exceção, pois divide o terreno com a sogra, os cunhados e as cunhadas.

Apenas uma entrevistada paga aluguel: todas as demais mulheres vivem em casa própria, o que aponta para uma situação econômica muito mais precária do que em princípio parece supor. Não tendo condições de arcar com custos de aluguel essas famílias levantam seus barracos em terrenos cedidos pela prefeitura ou, na maioria das vezes, junto à casa dos pais. De qualquer modo, se diferenciam de outros pobres, porque têm casa própria. Ainda que possuam um simples barraco, como efetivamente é a maioria dos imóveis, ser proprietário constitui um diferencial simbólico bastante significativo.

²⁸ A mãe de Roselaine, Elza, faz parte de nosso grupo de entrevistadas, bem como uma das irmãs, Fátima.

Freyre (2000b, p.17) já se referiu à importância da casa na vida do brasileiro, a qual ricos e pobres sempre se agarram, resquícios, segundo ele, da nossa formação patriarcal, ecos da casa-grande a que se acostumou ver como um porto seguro:

O brasileiro [...] é um tipo social em que a influência da casa se acusa ecológica e economicamente em traços da maior significação. Gosta da rua, mas a sombra da casa o acompanha. Gosta de mudar de casa, mas ao pobre nada preocupa mais que comprar seu mucambo; e o rico, logo que faz fortuna, levanta palacete bem à vista da rua.

A casa figura no imaginário como local de segurança e espaço sagrado da família. O modelo de família nuclear burguesa que, na Europa, ganhou nítidos contornos a partir do século dezoito, veio acompanhado, entre outras coisas, de uma modificação na estrutura das casas, criando nos espaços domésticos locais específicos para as refeições, as salas de visitas, os dormitórios, em especial o do casal, local de maior intimidade e, muitas vezes, vedado aos próprios filhos. Para Habermans (1982, p.226-234), a privatização da vida, uma característica muito específica do mundo burguês, pode ser observada na mudança do próprio estilo arquitetônico, que deu fim à “casa inteira”, isolando os membros da família em espaços específicos da casa. Essa demarcação de espaços foi sendo considerada cada vez mais aristocrática. A preservação da intimidade se tornou um quesito indispensável a todo bom cidadão. Janelas fechadas e protegidas com grossas cortinas de veludo nada deixavam entrever do que se passava no interior dos lares. E é no quarto dos casais que essa obsessão pelo ocultamento se tornou mais expressivo. Entretanto, as maneiras de morar popular nunca seguiram esse padrão de intimidade próprio do mundo burguês. As classes pobres não puderam jamais separar seus membros, demarcar espaços, de modo que a habitação popular

sempre foi, por excelência, um espaço de e para “todos”. Homens, mulheres e crianças, muitas vezes, dividem o mesmo quarto, quando não um único colchão.

Das casas visitadas, poucas foram as que efetivamente estavam organizadas dentro de um padrão divisório convencional, ou seja, quartos separados para os pais e os filhos, uma sala, a cozinha, o banheiro, enfim, a clássica casa burguesa. Vivendo em casas minúsculas com paredes feitas de tábuas finas e sempre muito próximas, aos vizinhos não escapa sequer a vida íntima do casal.

Quando o homem vive com a esposa numa unidade doméstica em que já há outro homem, geralmente seu pai ou seu sogro, sua autoridade fica bastante reduzida. Essa é uma situação vivida com um desconforto que não se disfarça. Roselaine e Miltinho exemplificam bem esse tipo de situação. O casal sempre viveu nos fundos da casa dos pais dela (a mãe Elza e o padrasto). No mesmo terreno moram as irmãs e suas famílias. Ao fundo, pois o terreno é comprido, há uma família estranha ao grupo para quem Miltinho vendeu, anos atrás, a casa onde moravam. Venderam tudo o que tinham, inclusive a casa, e foram embora para Paranavaí(PR), mas terminaram perdendo tudo num incêndio e tiveram de voltar para Mandaguari. Sem casa, foram morar com os pais dela, mas como nos confessou Miltinho numa fria manhã em que nos sentamos do lado de fora da casa buscando o calor do sol, o sogro é pessoa muito autoritária: “o velho quer mandar em tudo”²⁹. Sem condições para alugar um barraco, a solução do casal foi fechar um cômodo da casa e tentar

²⁹ Embora fossem as mulheres que nos interessassem, não nos furtávamos ao bate-papo com os maridos, caso eles aparecessem para o diálogo. Apenas não gravávamos suas falas e nem nos detínhamos de maneira mais específica em seus depoimentos. Com vários deles tivemos longas conversações, que de certa maneira contribuíram para o nosso trabalho. Talvez motivados pela fato de não terem suas falas gravadas, eles se mostrassem mais abertos e policiassem menos suas opiniões.

individualizá-lo um pouco. Assim, mesmo tão próximos, eles se sentem um pouco mais independentes e Miltinho já não se vê tão agredido na divisão de poder.

Graça também reclama do fato de dividir o terreno com a família do marido. Confessa-nos que o seu sonho é poder morar num lugar só seu. As casas muito próximas impedem a privacidade da família e embora não possamos afirmar com segurança, pareceu-nos que o seu relacionamento com os parentes do marido não é amigável. Todas as vezes que estivemos em sua casa Graça estava com todas as portas e janelas fechadas, reclusa dentro de sua casa de uma maneira bem pouco comum entre os pobres, que normalmente têm portas e janelas sempre abertas, num grande compartilhamento de suas vidas.

Como já enfatizamos, não é incomum que essa proximidade das famílias gere brigas e desentendimentos, que, algumas vezes, vão terminar na delegacia de polícia. Nessas horas toda a família, e mesmo os vizinhos mais próximos, tomam parte dos acontecimentos, palpitam, uns buscam acalmar os ânimos, enquanto outros agem no sentido inverso.

O resultado direto dessa proximidade, como não poderia deixar de acontecer, é que nesses bairros quase não há segredos. Talvez isso nos explique o fato de que, durante as entrevistas, as mulheres não se sentissem constrangidas em falar suas histórias diante de tantos ouvintes. De um modo ou de outro se termina por saber de tudo e de todos.

As uniões consensuais, por se desfazerem mais facilmente, terminam sendo experiências que se repetem. Pudemos encontrar doze mulheres que viveram uma única união consensual e oito que viveram duas ou mais uniões informais. Roselaine foi a que apresentou maior número de companheiros ao longo de sua vida. Foram cinco uniões consensuais até o momento.

Praticamente todas as depoentes iniciaram suas vidas conjugais muito precocemente. As mulheres falavam-nos de suas infâncias e, em seguida, já eram mulheres casadas e com filhos. É como se a adolescência fosse um período inexistente. É possível que elas se casem jovens porque pensam o casamento e, por conseqüência, o homem, como depositário de muitas esperanças. Tenha a união um caráter legal ou consensual, aparece sempre associada à idéia de melhorar de vida, o que recobre diferentes significados não excludentes entre si. Em primeiro lugar a mulher que trabalha fora ou que vive com parentes vê no casamento/união consensual, a possibilidade de trabalhar na esfera doméstica, trabalhar para si e ter uma casa só sua (SALEM, 1981, p.51-97).

Para as que viveram o abandono na infância, a união conjugal surge como um estabilizador das relações afetivas, a exemplo de Maria, Andréa e as irmãs Júlia, Rosário e Elisa. Por outro lado, a libertação também se dá pela possibilidade de “conhecer” o mundo, em contraste com a “prisão” da casa dos pais, como foi percebido no caso de Fátima.

Finalizando este capítulo, gostaríamos de destacar algumas características que nos parecem inerentes às uniões consensuais nas camadas populares. Embora sejam relações que muitas vezes se iniciam de maneira muito rápida e tenham uma durabilidade que as estatísticas apontam inferiores à das uniões legalizadas, nem por isso devem ser pensadas como relações em que os parceiros vivam uma rotina conjugal diferenciada daqueles que são legalmente casados. O fato de não oficializarem a união no âmbito civil e religioso não os torna menos comprometidos com o sucesso da relação e nem os faz defensores da quebra dos valores e dos comportamentos que, em linhas gerais, norteiam o modelo tradicional de família na nossa sociedade.

CAPÍTULO 3

OUVINDO A FALA DAS MULHERES

3 OUVINDO A FALA DAS MULHERES

E conheceu um homem maduro, de bons modos, sisudo, que era aquilo mesmo que ela andava querendo para ter um apoio na vida, cansada de sofrer, de tanta orfandade. Enfeitiçou o homem, o namoro, as coisas mesmas da vida. Você junta comigo, disse o homem, pra Deus a gente estamos casados, quando aparecer um padre por aqui ele dá a benção (DOURADO, 1999)

Até o presente momento apresentamos nossas entrevistadas de maneira pontual, muito mais falando sobre elas do que lhes dando liberdade para que falassem sobre suas vidas e experiências. Não é esse o procedimento a ser seguido neste capítulo. Como o próprio título evidencia, será aqui que, pela primeira vez, elas discorrerão de maneira mais aprofundada sobre suas experiências de vida, nos trazendo informações importantes sobre a infância, a relação com os pais, os sonhos da adolescência, o início da sexualidade, as uniões conjugais, a convivência com os companheiros e os filhos. Para facilitar o entendimento das experiências, vamos dividir as mulheres por grupos: as que só viveram uniões conjugais consensuais, as que se casaram no civil e/ou religioso e depois, rompido o vínculo, viveram uniões consensuais e as que seguiram caminho inverso, isto é, viveram uniões consensuais e depois se casaram.

Nosso objetivo é analisar as experiências de nossas entrevistadas, privilegiando variados momentos de suas vidas e não somente o momento atual da vivência da conjugalidade consensual. Algumas falas são longas, talvez

demasiadamente explicativas, mas julgamos que são importantes, à medida que nos mostram como estas mulheres foram direcionando suas vidas.

Uma contribuição decisiva para a incorporação das mulheres na historiografia veio como resultado de novas posições teóricas que pressupõem soterradas as balizas epistemológicas tradicionais, como o sujeito humano universal, a Verdade, a Razão, que norteavam as Ciências Humanas (SILVA DIAS, 1992, p.39) e que se conjugaram à adoção e à confiabilidade em novos recursos de pesquisa, antes tidos como não “científicos” e confiáveis: o depoimento oral, o diário, as fotografias, as cartas pessoais, a literatura, etc. Particularmente o trabalho dos historiadores orais parece-nos ter auxiliado numa compreensão mais aprofundada da vida das mulheres, em particular aquelas das camadas subalternas. Não queremos insinuar que a história oral leve à descobertas maiores do que qualquer outra metodologia, mas ressaltamos sua importância no resgate das vozes femininas.

O registro de memória dos indivíduos modernos é subjetivo, fragmentado e ordinário como suas vidas. Seu valor como documento histórico está justamente nessas características, bem como em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. Para Gomes (2004, p.14) na cultura desse modelo de sociedade, a noção de verdade se vincula com as idéias de foro íntimo e de experiência de vida dos indivíduos, marcantes para as definições de conhecimento e ética próprias ao individualismo. A verdade, nesse contexto sociocultural, não mais se esgota numa verdade factual, objetiva e submetida a prova, mas incorpora um vínculo direto com a subjetividade/profundidade desses indivíduos. A verdade surge não mais como uma unidade, mas como algo que, a despeito de sua pluralidade, pode ser aceita. Isso porque as vidas e as memórias individuais são também plurais.

Foi partindo da compreensão de que a experiência das mulheres está profundamente marcada pela multiplicidade, que traçamos as linhas condutoras deste trabalho.

Vinte mulheres tomaram parte em nossa pesquisa e delas colhemos depoimentos que mereciam ser transcritos na íntegra, posto que há vidas cujas trajetórias são muito ricas e que mereciam melhor acompanhamento. Entretanto esse é um procedimento impraticável, dado as condições de tempo e de espaço que um trabalho dessa natureza nos disponibiliza. A saída foi, assim, privilegiar alguns depoimentos em narrativas mais detalhadas, interligadas por depoimentos mais sucintos. Então, a partir dessas experiências individuais, procuramos articular uma experiência social mais ampla, delineando características que demarquem vivências comuns entre as mulheres.

Nossas entrevistadas compõem um grupo diversificado de experiências relacionadas às uniões conjugais. Vamos classificá-las dentro dos seguintes modelos:

Algumas mulheres só viveram a experiência de união consensual, ou seja, nunca oficializaram um relacionamento conjugal, seja no âmbito civil e/ou religioso. São elas: Dorothea, Andréa, Fátima, Eni, Dinorá, Elisa, Beatriz e Rosário. Um segundo grupo é constituído por mulheres que se casaram no civil e/ou religioso e depois estabeleceram uma ou mais uniões consensuais: Custódia, Maria, Roselaine, Teresa, D.Ângela, Valdicéia e Conceição. Por fim, temos o grupo formado por mulheres que primeiramente viveram uniões não legalizadas e, mais tarde, se casaram no civil e/ou no religioso: Aparecida, Graça, Elza, Neuza e Júlia.

Importa-nos frisar que os valores do casamento tradicional têm idêntica referência nas camadas populares, entre casais unidos de maneira informal: a

fidelidade, especialmente a feminina, é bastante valorizada; a superioridade masculina é evidente; o cuidado da casa e dos filhos está a cargo das mulheres; predominam os mesmos laços de parentesco nas relações com a família dos cônjuges, isto é, sogros, sogras, cunhados e cunhadas compõem o universo familiar do casal. Enfim, as uniões consensuais, quanto menos distantes estiverem do modelo tradicional de casamento, maior aceitabilidade terão. Desse modo, a família se intromete, palpita, aconselha, aparta brigas e desentendimentos. A atenção da família sobre o casal vivendo união consensual requer atenção dobrada e o controle que ela exerce é maior do que sobre os casais legalmente casados, já que é ela, a família, que, nesse caso, faz o papel da lei ausente (QUINTEIRO, 1990, p.18).

Entre as nossas entrevistadas, seis são filhas de pais que viveram (ou vivem) uniões consensuais e quatorze procedem de famílias cujos pais casaram-se legalmente. Entretanto, como podemos perceber através do quadro a seguir, os pais de Júlia, Elisa e Rosário, que são irmãs, casaram-se após um período de vida conjugal consensual. Vale ressaltar ainda que entre aquelas cujos pais foram legalmente casados, há casos, como os de Andréa, Valdicéia, Teresa, Maria e as irmãs Elisa, Júlia e Rosário em que os pais, por motivo de separação ou morte do cônjuge, iniciaram novos relacionamentos, desta vez não legalizados. De modo que de uma maneira ou de outra todas as nossas entrevistadas transitam num mundo marcado por relações conjugais constituídas fora dos trâmites legais. Se os pais vivem união informal, a prática se torna mais aceitável para os filhos, reproduzindo um costume que atravessa gerações, tornando-se parte do universo cultural dessas famílias.

QUADRO 1: Informativo da situação conjugal dos pais das entrevistadas

| Nome da Depoente | Situação Conjugal dos Pais* |
|-------------------------|------------------------------------|
| Andréa* | União legal |
| Elisa* | União legal |
| Júlia* | União legal |
| Rosário* | União legal |
| Beatriz | União legal |
| Graça | União legal |
| Valdicéia* | União legal |
| Neuza | União legal |
| Teresa* | União legal |
| Conceição | União legal |
| Elza | União legal |
| Ângela | União legal |
| Maria | União consensual |
| Aparecida | União consensual |
| Fátima | União consensual |
| Dorothea | União consensual |
| Roselaine | União consensual |
| Custódia | União consensual |
| Dinorá | União consensual |
| Eni | União consensual |

* Essa informação se refere à situação conjugal em que os pais viviam à época do nascimento das nossas entrevistadas. Essa ressalva nos parece importante, pois alguns casais terminaram se separando e iniciando novos relacionamentos. É o caso, por exemplo, dos pais de Andréa. Embora fossem legalmente casados quando do nascimento desta, terminaram se separando e tanto a mãe quanto o pai tiveram outros relacionamentos, desta vez consensuais. O mesmo ocorreu no caso de Elisa, Júlia, Rosário, Valdicéia e Teresa.

3.1 SEM VÉU, SEM GRINALDA: MULHERES QUE NUNCA SE CASARAM

Como mostrado anteriormente, oito mulheres nunca tiveram a experiência do casamento legal. União consensual foi a única forma como constituíram suas famílias, embora não houvesse qualquer impedimento legal, de suas partes ou das dos companheiros, para que oficializassem o vínculo conjugal. Nenhuma delas foi

anteriormente casada e todos os homens envolvidos com elas são solteiros, viúvos ou desquitados³⁰.

Para essas mulheres a união consensual surgiu como uma possibilidade de realização do sonho de ter uma casa e um amparo para ter e criar os filhos. No início, especialmente as mais jovens, tendem a sonhar com o ritual do casamento, com os preparativos que envolvem toda uma rede de confidências entre amigas, parentes e vizinhança, que vai da escolha do enxoval e do modelo do vestido até detalhes mais íntimos, desejos repartidos em segredos, como a noite de núpcias. Com o passar do tempo, esses sonhos vão desmoronando, à medida que a idade vai avançando e um marido não aparece, fazendo crescer o medo de ficar “para titia”, uma preocupação que ainda persiste entre muitas mulheres. Outras vezes, ainda, o casal decide viver junto por um tempo, esperando logo oficializar o relacionamento, o que termina muitas vezes não ocorrendo.

Exemplo disso é D.Dinorá, cinqüenta e sete anos, há trinta e oito vivendo uma união consensual estável com o Sr.Mendonça. Dessa união resultaram dez filhos, dos quais dois rapazes e uma moça são solteiros e vivem com o casal; entre os demais alguns são casados no civil e outros vivem em união consensual.

Os pais de D.Dinorá também viveram união consensual e, mais tarde, após o falecimento do seu pai, ela nos informou que sua mãe arrumou um novo parceiro. Ao que parece, sua mãe só iniciou este relacionamento após a saída da filha de dentro de casa, visto que a entrevistada diz ter sido criada apenas pela mãe e pelo tio, não fazendo qualquer menção ao padrasto, mas esta não foi uma informação que aprofundamos.

³⁰ Não foi encontrado nenhum homem ou mulher que fosse divorciado. O divórcio talvez não apareça como uma possibilidade real para os pobres. De todo modo, não temos dados capazes de nos dar segurança a essa hipótese, porque não investigamos a questão de maneira específica.

Embora D.Dinorá tenha dito que o fato de ter filhos e filhas vivendo uniões consensuais seja algo que não faz nenhuma diferença, terminou por nos confessar que, se eles fossem casados, teriam mais segurança, mostrando-nos, mais uma vez, que os discursos muitas vezes se mostram inconsistentes no continuar das conversações. O casamento legalizado é constantemente referido como aquele que “dá segurança” e é apresentado como a situação desejável para os filhos.

Embora não houvesse nenhum impedimento legal para o casamento, uma vez que o Sr.Mendonça é viúvo e D.Dinorá, solteira, sua família não se opôs à decisão de que fossem viver juntos: “porque a gente morava lá nos matos, era muito difícil a vida, né? Aí foi passando, o tempo passando e a gente também apuradão. Foi indo, foi indo, aí a gente criou esta fiarada. Dez fio não é brincadeira, aí nós fiquemo assim amontoado toda vida”.

Embora para a maioria dessas mulheres a idéia de que “casar e viver bem” é o que importa, há no discurso de algumas delas, em especial das mais jovens, um desejo pelo casamento tradicional. Esse representa o arranjo tido como o ideal, como expressam muito bem os depoimentos.

O dia foi um dia bão (do casamento coletivo), muito bonito e graças a Deus é a coisa mais bonita que tem o casamento abençoado por Deus [...] Mudou para melhor, né? Está melhor porque o menino, a gente ia na missa e ele não conseguia ficar quieto na igreja. Aí batizou ele, nós casou, batizou ele, ficou tudo aí, melhorou tudo (Graça).

Inclusive não é por causa de bens, porque a gente não tem nada não, mas por causa da lei de Deus, né? Primeiro Deus, casamento é muito importante (Custódia).

É, apesar de tudo o que eu sofri eu acredito, nem que seja um pouquinho, mas um pouquinho do meu sonho ainda não conseguiu destruir não. Apesar de tudo ainda não destruí. Se não for com este,

que já foi meu muito tempo, quem sabe um dia eu consiga abrir o meu coração de novo e conseguir uma pessoa que possa colocar uma aliança no meu dedo e entrar comigo dentro de uma igreja, de noiva. [...] Mesmo que eu estava bem velhinha, nem que eu tivesse com uma bengala, mas que eu realizo, eu realizo [...]. No religioso. Sempre tive este sonho de entrar numa igreja assim de mão dada, poder casar, receber a benção do padre. Este sonho é meu e é um sonho que eu sempre sonhei. Seja o dia que for, nem que for prá mim estar assim na beira do caixão. Deus que me perdoe, alguém chegar e falar assim: 'casa com ela só para ela ir feliz embora'. Esse sonho eu ainda vou realizar (Dorothea).

Observemos a maneira como o casamento tradicional é idealizado como capaz de transformar positivamente a vida da família. No caso de Graça isto é particularmente notado quando ela associa a melhora de comportamento do filho com o fato dele haver sido batizado; batismo que só se torna viável devido ao casamento dos pais. Entretanto é no depoimento de Dorothea que a idealização do casamento como algo que distingue as pessoas se torna mais evidenciada. Instigante, sua fala nos deixa perceber o status diferenciador entre uma mulher casada e a que se encontra apenas amigada e, ainda mais, a valorização dos rituais que envolvem o casamento: a aliança, o vestido de noiva, a entrada na igreja, a benção do padre. É provável que tendo sido criada pelos avós, não tendo podido conhecer o pai e vivendo num ambiente de carência ela visse no casamento uma maneira de se integrar a um modelo de família que a sociedade prescreve como o ideal.

Eni tem 58 anos e uma vida marcada por muitas atribulações. Analfabeta e mãe de sete filhos, ela teve duas uniões consensuais e esteve, no período entre uma e outra, vivendo da prostituição. A primeira união consensual durou quatro anos e teve início quando fugiu de casa aos treze anos. Dessa relação nasceu Dorothea. A segunda união consensual já dura trinta e três anos. Parte desses quatro anos em que durou o primeiro relacionamento, o companheiro esteve preso em Curitiba.

[...] ele pedia pra mim: ‘tira eu daqui que nós vai viver, nós vai prá outra cidade’. E eu besta fiz tudo. Tirei ele, arrumei advogado, vendi a roupa minha para pagar advogado para ele, fiquei sem nada. Vendi até data³¹ para tirar ele da cadeia. Porque aqui era grande, era tudo nosso. Vendi duas datas para pagar advogado para ele. Ele ficou o que? Quinze dias comigo e foi para Apucarana e roubou a minha irmã, foi embora para o Paraguai.

Desiludida, ela confessa que começou a beber e a se prostituir: “caso de amor de homem eu não acredito mais”.

Nesse momento pudemos perceber uma contradição na fala de Eni. Embora ela nos diga que sua entrada no mundo da prostituição tenha se dado em consequência dessa desilusão amorosa, terminou por nos confessar que já se prostituía enquanto o companheiro estava preso porque precisava de dinheiro para pagar o advogado que cuidava de livrá-lo da prisão.

Durante o período em que esteve se prostituindo Eni teve um filho, cujo pai desconhece. Nos últimos tempos, isso tem sido fonte de discussões entre mãe e filho, curioso de suas raízes.

Minha vida é um livro aberto, vou falar que eu sei quem é o pai? Não sei porque eu tinha três amantes, eu ficava com os três. Foi muito difícil porque ele queria né, ele queria conhecer o pai dele, sabe? Falei: ‘eu não vou mostrar o pai porque eu não sei quem é o seu pai’. Aí ele ficou muito nervoso porque ele queria conhecer. Eu falei: ‘eu não posso falar qual é seu pai, que eu não conheço, não sei qual dos três. Não sei se é o Sr. [...], se é o Sr. [...] ou se é o [...]’. Então né? ‘Ah, mãe, então a senhora também errou demais, pelo amor de Deus’. Ele falava: ‘a senhora errou demais. Puxa vida, poderia marcar então quem que era meu pai’.

Ao contrário do que é atualmente percebido, quando o uso de preservativo, especialmente o masculino, virou símbolo central da saúde da mulher, o uso de práticas preventivas não era imperativo no relacionamento de Eni com seus clientes.

³¹ Data é o mesmo que lote, terreno.

A vida de mulheres entregues à prostituição é bastante penosa. Para a entrada e a permanência nestes locais onde exercem a atividade é sempre necessário que se estabeleçam negociações com a dona do local, disputa com as profissionais mais antigas, negociações com os clientes quanto a preço e práticas sexuais, o que as coloca frente a contínuas tensões (PASINI, 2001, p.277). Com Eni não foi diferente. Consumindo bebidas em excesso e obrigada a longas noites em bares, ela terminou contraindo tuberculose. Encaminhada para Curitiba encontrou o atual companheiro, abandonando de vez a prostituição e dando início a uma união conjugal consensual duradoura.

O casal separou-se por algum tempo, período em ela viveu alguns outros casos sem maiores conseqüências, não chegando a coabitar. Ele também conheceu outra mulher, com quem morou por algum tempo e tiveram um filho. Um dia, quando ele viu Eni bebendo em um bar com outro homem, a procurou querendo retomar o relacionamento.

Embora Fonseca (2000, p.28) defenda a tese de que nas camadas populares os direitos de um homem sobre sua mulher são estabelecidos por e durante o tempo que durar o convívio, em nosso trabalho não foi o que evidenciamos, não tendo sido incomum que alguns homens aceitassem mal quando suas ex-companheiras buscavam novos relacionamentos. De certa forma, eles as abandonam, mas continuam considerando-as como uma propriedade, e vê-las com outro pode ser profundamente constrangedor para sua honra.

Contudo, se há uma honra masculina, há igualmente uma honra feminina que é a de não permitir que essa intromissão ocorra.

Fui, enchi, tomei uns mé de acordo, entrei lá dentro, peguei a mulher pros cabelo e falei: 'vagabunda, segura o seu macho aí porque eu arrumei um macho prá mim e seu macho não quer. Então você segura ele, se você não segurar eu vou matar ele lá no meu quintal'. Ela é uma sonsona. Não falou nada. Mas ele não viveu com ela. Só fez o filho, voltou de novo para minha casa (Eni).

Eni e o companheiro retomaram a relação, mas nunca a oficializaram. A casa onde vivem é composta de sala/cozinha, dois quartos e banheiro. O quintal é grande, há algum material de construção espalhado em torno dele aguardando um momento propício para aumentar a casa. Os móveis são poucos e velhos, destacando-se o aparelho de TV e o telefone, conquista recente e muito valorizada. Por não terem guarda-roupas, ou por não serem em número adequado, as roupas ficam empilhadas umas sobre as outras em caixas de madeira ou mesmo sobre o sofá da sala.

Além de Eni moram na casa o filho que sofre de problemas mentais decorrentes de uso de droga, uma filha solteira e seus quatro filhos, todos de pais diferentes³², além de Dorothéa e seu filho mais velho. Na ocasião da entrevista o companheiro de Eni estava internado em Curitiba. A situação da família é bastante precária. Exceto pela aposentadoria do companheiro e do filho doente, ninguém mais nessa família tem uma renda fixa e sobrevivem de bicos. Eni, algumas vezes, trabalha na roça, colhendo café ou cortando cana, e nos momentos mais difíceis, não esconde que recorre à mendicância.

Vamos agora nos deslocar para a história de Dorothéa, 36 anos. Ela nos conta ter sido estuprada pelo primeiro namorado, aos onze anos. Ele a teria levado a um

³² Em janeiro de 2005, quando voltamos a visitar essa família para averiguação de alguns dados que nos pareciam confusos, fomos informados de que, por ordem judicial, essas quatro crianças haviam sido entregues ao Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família (CECAF). Os dois menores já haviam sido encaminhados à adoção, enquanto os mais velhos aguardavam uma posição judicial.

baile, dopado e, em seguida, mantido com ela o ato sexual, do qual ela diz não se lembrar, tendo tudo se passado muito rápido. Como o rapaz era figura perigosa, traficante de drogas, Eni achou prudente não dar queixa à polícia, apesar de Dorothéa ter nos informado que, em razão desse ato violento, sofreu uma hemorragia e necessitou ser internada. O que daria à família uma prova bastante convincente, caso resolvesse proceder à queixa.

Vamos nos deter em dois pontos. Primeiramente não nos cabe aqui questionar ou não a veracidade do depoimento. Se Dorothéa perdeu a virgindade de maneira forçada ou se assim o diz em função de não querer passar a imagem de uma moça fácil, importa-nos menos.

Não é incomum que as mulheres, em função da valorização social da virgindade, se coloquem estrategicamente numa posição de fragilidade e impotência quando buscam explicar a sua perda. Algumas procuram ainda falar na grande dor sentida quando do momento da penetração e do sangramento abundante, ratificando com isso as formas de controle do corpo feminino. Por isso mesmo, as falas de nossas entrevistadas são, quase sempre, acompanhadas do uso de subterfúgios como: “fui forçada, me perdi, fui obrigada a ceder, eu não queria aquilo” e nos remetem às mesmas queixas encontradas por Esteves (1989, p.172) ao analisar processos criminais de defloração em meninas das camadas populares do Rio de Janeiro, no século XIX.

Buscando suporte nas observações de Afrânio Peixoto, que ressalta o caráter himenofilista do brasileiro, Esteves (1989) afirma que a primeira relação sexual das meninas estudadas foi sempre descrita como um momento de dor intensa e sangramento abundante, embora os estudos atuais comprovem que a dor até pode existir e o sangramento ser intenso, mas não atingiriam a tantas mulheres ao mesmo

tempo. O que nos parece mais provável é a dificuldade dessas jovens, Dorothea inclusa, em aceitar que tomaram parte no ato sexual porque sentiram desejo, que também buscavam o prazer e que a entrega se deu de maneira consciente, algo que é sempre tido como uma prerrogativa exclusiva dos homens. Separadas delas no tempo, Dorothea nos traz as mesmas imagens ideológicas do corpo e da sexualidade.

Relativizamos, assim, a importância da veracidade ou não do depoimento de Dorothea quanto ao fato de sua primeira experiência sexual ter se dado por estupro. Como considerou Salem (2004, p.18), mente-se muito ao falar de sexo, mas mais importante do que saber se a verdade foi alcançada é considerar as falas e as auto-representações do entrevistado como expressão de preceitos normativos e valorativos que presidem sua identidade de gênero. Se Dorothea não foi estuprada, vamos caminhar no sentido de entender a sua fala como fazendo parte de uma conhecida dificuldade das mulheres em admitirem suas escolhas sexuais e seus desejos.

Andréa, outra depoente que nunca se casou, perdeu a virgindade aos 14 anos. Afirmando desconhecer qualquer método contraceptivo, inclusive a camisinha, ela terminou engravidando.

Pode-se alegar que tanto Dorothea quanto Andréa fogem à responsabilidade apresentando uma falsa ingenuidade. Seria injusto, contudo, desconsiderar o ambiente em que essas meninas cresceram. Ambas foram educadas por suas avós, com as quais dificilmente puderam conversar sobre as questões ligadas ao corpo e à sexualidade. Desse modo, não é preciso maiores sondagens para saber que elas não devem ter tido qualquer aconselhamento sobre o corpo, o prazer, o ato sexual.

Ter perdido a virgindade para Andréa, do mesmo modo que o foi para Dorothea, e mesmo para mulheres mais velhas, não foi algo tranquilo. A virgindade é um valor simbólico importante que a mulher sabe que funciona como moeda de troca em um mercado matrimonial escasso.

Pode-se alegar, ainda, que a perda de virgindade nesses dois casos só foi traumática à medida que ambas, tanto Dorothea quanto Andréa, não estavam legalmente casadas, o que, sem dúvida, funciona no imaginário feminino como um importante “desbloqueador” das angústias e culpas. Mas não é só por isso. D.Ângela, aos 71 anos, ainda relembra o horror da noite de núpcias, embora estivesse casada na Igreja e no Civil, como pregava a lei de Deus e determinava a dos homens.

Fomos lá para uma pensão, a coisa mais difícil que eu nunca tinha visto na minha vida. Muito difícil. Mas o que vai fazer, né? Um homem maduro, ele tinha vinte anos. Foi assim uma coisa boba, porque a gente nem roupa para dormir não tinha. Foi aquela coisa assim. No primeiro dia, não teve jeito de nada, no terceiro dia, no quarto dia, uma semana, aí que conseguiu. Foi assim, a vida é essa. [...] Ixe, a gente tem medo. HorrORIZADA. Ai meu Deus do céu, era prá mim parecer que já estava morrendo, parece que já estava no outro mundo. Dava vontade de correr, mas correr para onde, filha? Lá numa pensão, naquele fim de mundo, desconhecido, uma criança. Difícil. Uma coisa muito horrível (D.Ângela, casada no civil e no religioso aos 12 anos de idade).

Retornemos à história de Dorothea que, aos dezesseis anos, iniciou uma relação consensual, da qual nasceram dois filhos. Logo que conheceu o companheiro achou prudente contar-lhe que já não era mais virgem, mas ele falou que não, “que ela estava inteirinha”.

Vemos como a fala do namorado reforça o tabu da virgindade, que é o que faz da mulher uma pessoa inteira. Viveram juntos menos de dois anos, até que o

companheiro se envolveu com outra mulher e a abandonou grávida e com uma criança de um ano e três meses. Ela informa que essa mulher “fez uma armação pra ele. Ele engravidou ela e o pai dela obrigou ele a casar, como eu não tinha pai ao meu favor, ela acabou conseguindo o que queria”.

Notemos que ela supervaloriza o poder da figura masculina ao enfatizar que, por não ter pai, portanto um homem, figura que simboliza toda a autoridade, é que termina por ser abandonada. A mãe, mulher, não tinha autoridade suficiente para lhe defender. Não é que o vamos perceber em todos os depoimentos.

Ao entrevistarmos Conceição, 47 anos, analfabeta, vamos nos deparar com uma reação totalmente diferente. Diante da gravidez da filha menor de idade, Conceição a manteve em sua casa somente até o nascimento da criança, quando então procurou o rapaz e exigiu que ele reparasse a situação, ameaçando procurar a polícia caso ele não assumisse a paternidade.

Também Andréa, cuja perda da virgindade seguiu-se uma gravidez, não precisou do pai para defendê-la. O namorado, em uma reação pouco surpreendente, alegou que o filho não era dele e que ela havia engravidado de propósito. Aos vinte anos, o rapaz não parecia nada disposto a assumir suas responsabilidades. Alegar que as mulheres querem apenas dar um nome a seus filhos tem sido uma prática muito freqüente entre os homens, mas estamos vivendo tempos novos e, para o bem ou para o mal, as técnicas científicas modernas têm contribuído para reverter injustiças: “então eu falei: você que sabe, você não assume, eu levo você na justiça. Levei e ele assumiu. Foi feito tudo, exame de DNA, a doutora fez de graça. Aí ele assumiu. Teve de assumir, né?”.

Esse caso merece algumas considerações. Andréa alegou desconhecer a possibilidade de uso de pílula anticoncepcional, mas não mostra a mesma ingenuidade quanto aos meios de reconhecer a paternidade de seu filho³³.

Para Fonseca (2002, p.278), a televisão tem sido responsável pelo amplo destaque dado aos testes de paternidade. Não por outra razão, a autora afirma que, durante os anos noventa, no Rio Grande do Sul, a quantidade anual dessas investigações oscilava entre 50 e 100, número que chegou aproximadamente à casa dos 600 por ano, na década seguinte. Como nesses números estão computados apenas aqueles casos que chegaram à corte de apelos, pode-se deduzir que os números estão subdimensionados. Ou seja, teste de DNA, embora seja uma técnica científica sofisticada e até há pouco tempo desconhecida, já faz parte do universo de mulheres de todas as classes sociais³⁴.

A atitude complacente tomada por Eni para com o companheiro da filha Dorothea contrasta tanto com a de Conceição, que mostra maior consciência dos direitos de sua filha e luta por eles, quanto com a tomada por Andréa que, mesmo sendo ainda muito jovem, não hesita em ameaçar ir à justiça em busca de seus direitos. Como já viemos enfatizando desde o início, são mulheres aparentemente iguais do ponto-de-vista econômico e cultural, com trajetórias de vida com grandes semelhanças, mas que, nem por isso, perdem suas identidades, suas maneiras individuais de agir e de reagir frente às adversidades. Nas pesquisas envolvendo as

³³ As novelas têm contribuído para popularizar a prática. São tramas mirabolantes, acompanhadas de norte a sul do país, que não escapam às telespectadoras de todas as classes sociais, trazendo à tona discussões sobre os testes de DNA. O mesmo pode ser dito no caso dos jornais televisivos.

³⁴ Programas como o do Ratinho, da Rede SBT, tem dado amplo destaque a esses temas. Os apresentadores pagam pelos exames e provocam grande estardalhaço em torno do assunto.

mulheres é preciso que estejamos sempre atentos às diferenças, não perdendo também a sensibilidade para entender as semelhanças que as unificam.

Dorothea, tal como a mãe, é uma figura mais passiva diante das agressões que sofre. A ideia de uma mulher que chega e lhe toma o companheiro, por exemplo, será muito recorrente na sua fala. Por mais resistência que ela tenha construído contra os homens, ela reserva também para as mulheres porção considerável de sua desconfiança. É sempre uma outra mulher que chega e lhe rouba a felicidade, valendo-se do mesmo artifício: dizendo-se grávida. Os homens, nesse caso, comportam-se como ingênuas criaturas que, nada podendo fazer, assumem esses filhos com a nova companheira e a abandonam. É como se esses homens, manipulados e indefesos, não tivessem qualquer responsabilidades nesses abandonos; partem porque não têm como reagir aos ardis das mulheres, de quem são sempre vítimas. Numa situação de evidente vulnerabilidade, ela busca uma maneira de desculpar os homens que, de um modo ou de outro, a fizeram sofrer e é sempre às mulheres que reserva suas críticas.

A segunda união consensual de Dorothea durou três anos e o casal teve três filhos. Ela nos conta que com o tempo João (vamos chamar assim este novo companheiro) passou a lhe agredir fisicamente. Esta será uma situação bastante comum nos vários depoimentos.

Beatriz, 29 anos, é outra vítima da violência doméstica. Ela fugiu de casa aos dezesseis anos e viveu cinco anos com o primeiro companheiro, com quem teve dois filhos. Como ele fosse muito agressivo, ela o abandonou e, mais tarde, iniciou uma segunda união consensual, que dura sete anos, tendo tido mais dois filhos.

Ele chegava bêbado, ele me batia, batia nas crianças, quebrava tudo. Aí eu achei melhor separar porque senão uma hora ia acontecer uma tragédia. [...] Ele bebia, ficava fora de si, parecia que entrava um bicho dentro dele, porque ninguém podia. A mãe dele entrava no meio, o pai dele entrava [...] assim, às vezes me levava prá casa dela porque [...] ixe, é triste. Eu não sei de onde vem tanta força, se eu fosse enfrentar ele, nossa, ele me quebrava todinha.

No caso de Beatriz, um fracasso considerável no primeiro relacionamento não a impediu de iniciar outro, em curto espaço de tempo, mostrando que gato escaldado nem sempre tem medo de água fria, como reza o ditado popular.

As moças costumam se mostrar muito ansiosas para casar e as mulheres separadas para casar de novo, podendo-se supor que esse desejo fosse motivado por imperativos da sobrevivência. Também, mas não só. O motivo do casamento vai além da ordem material. Ao casar, a mulher está em busca também de uma certa satisfação afetiva, além de um *status* mais respeitável. Imagina-se que, se uma mulher está só, é porque não conseguiu quem a quisesse, o que a diminui perante os demais membros da comunidade. Além disso, a mulher sem marido perturba a paz da comunidade, porque ela desafia a virilidade dos homens e atíça o ciúme das outras mulheres. Assim, a presença de um marido/companheiro funciona como um tutor da sexualidade feminina e elimina os problemas (FONSECA, 2000, p.32).

A violência contra as mulheres não é uma exclusividade da sociedade brasileira, mas faz parte de um fenômeno mundial, que independe da riqueza e do grau de desenvolvimento da nação, do nível de escolaridade dos envolvidos, do tipo de cultura, da religião dominante, etc (SAFFIOTTI, 2004b, p.47-94). Muitas mulheres, após anos a fio de agressões físicas e psicológicas, terminam se sentindo co-responsáveis pelas agressões sofridas e aceitando-as. Ora porque não fizeram o jantar, ora porque o salgaram demais, ora porque estavam na rua jogando conversa

fora enquanto deviam estar dentro de casa trabalhando, como é “obrigação de mulher casada”.

Para além dessa atitude de aceitação, cabe ressaltar que o comportamento da justiça brasileira é claramente discriminatório contra as agredidas, podendo-se dizer que alguns juízes chegam mesmo a se valer do senso comum de que “mulher gosta de apanhar”, demonstrando pouca sensibilidade para problemas dessa natureza. Desse modo, reforçam a postura masculina violenta e descaracterizam a instituição “justiça” diante da vítima. Além do mais, a morosidade da justiça torna as mulheres amedrontadas da possibilidade de reação do companheiro, uma vez que elas continuam vivendo próximas aos seus algozes e sem qualquer garantia de proteção³⁵ (CAMPOS, 2001, p.313).

É preciso que a mulher chegue ao limite de sua resistência emocional, atingindo um patamar de dor e de angústia superior às suas forças, para que tome uma atitude. Foi o que ocorreu com Dorothea. Voltemos, portanto, à sua história.

Ela nos conta ter sofrido agressões freqüentes até que um dia o companheiro jogou uma caixa de banana no filho, que estava sentado observando a briga do casal, cortando-lhe a boca.

³⁵ No dia 07 de agosto de 2006 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha em homenagem a esta mulher que protagonizou um caso de violência doméstica e familiar, tendo sofrido duas tentativas de assassinato pelo marido. A nova lei tipifica a violência doméstica como uma das formas de violação dos direitos humanos, altera o Código Penal e possibilita a prisão em flagrante dos agressores, ou tenham a prisão preventiva decretada, quando ameaçarem a integridade física da mulher. Prevê ainda medidas de proteção para toda mulher em situação de risco de vida, como o afastamento do agressor do domicílio e a proibição de sua aproximação física junto à mulher agredida e seus filhos. Ver PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Maria da Penha**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Ver ainda RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Iáris (Orgs.). **Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte**. Brasília, DF: Letras Livre, 2006 e ainda BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**: Relatório de Implementação. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

Dorothea sempre aceitou que o marido a maltratasse, mas quando a vítima foi o filho ela afirma ter reagido. Reage por ele, à primeira vista, mas na verdade por ambos.

Aí eu falei: 'de hoje em diante vai ser assim, se você bater no meu filho ou bater em mim você vai apanhar de novo'. Foi aonde que eu peguei a fraqueza dele, porque eu não sabia que ele não aguentava comigo. Aí eu batia, nós apanhava e batia igual. Ele roxeava meu olho, eu roxeava o dele. Da última vez que eu larguei ele eu deixei ele desmaiado no chão, saí com o olho roxo, não vou dizer que não saí, mas ele saiu todo quebrado.

Cabe trazer para o nosso quadro de reflexões acerca dos depoimentos dessa mulher uma questão particularmente importante que não é a de detectar a veracidade da sua fala, mas antes compreender a lógica interna da sua narrativa. É notável que o seu sentimento de reação à violência tenha sido desencadeado, segundo confessa, apenas quando a vítima é o filho. Emerge daí a imagem da “mãe-leoa”, sempre pronta a defender sua cria. Tendo tido cinco filhos e, por razões diversas, não criado nenhum deles, Dorothea poderia estar preocupada com o julgamento que fazíamos dela, sabendo não se encaixar dentro do modelo de desvelo materno. Sua insistência em afirmar que aceitou calada a violência contra si, mas não quando a vítima é o filho pode muito bem ser uma tentativa de nos mostrar que ela, a despeito de tudo, se encaixa no modelo idealizado da maternidade. Pode ser também que essas considerações não se sustentem e que, de fato, tudo tenha se dado conforme ela relata. Pensar que nas brigas de casais a mulher seja sempre aquela que apanha é uma atitude equivocada que a supõe sempre o lado mais frágil e indefeso na relação entre os sexos.

Evidentemente os maridos, desmoralizados, buscam atingir as companheiras naquilo que as sabem mais vulnerável, os filhos, justificando a argumentação de Cardoso (apud MENEZES, 2001, p.128), de que, quando a mulher toma uma atitude contra as agressões, principalmente a de se separar, se vê obrigada a enfrentar uma situação de instabilidade, de ameaças, de perda da casa, perda da custódia dos filhos e a dura realidade de sobreviver por si só. No caso de Dorothéa, as crianças terminaram sendo levadas pelo Conselho Tutelar após denúncias feitas pelo companheiro de que ela não cuidava adequadamente dos filhos.

Procuramos a pessoa responsável pelo Conselho Tutelar e conversamos também com a psicóloga que atualmente acompanha essa família para nos inteirarmos melhor dos fatos. Dorothéa teve cinco filhos, dois do primeiro relacionamento e três do segundo companheiro. Realmente três de suas crianças foram retiradas dela por ordem judicial e encaminhadas para o Centro de Atendimento à Criança, Adolescente e Família. O mais velho, à época com oito anos, continua no CECAF, embora visite a mãe e tenha por ela um grande apreço, segundo nos relatou a psicóloga que o atende. Uma menina foi entregue à adoção. Duas outras crianças foram entregues pela própria Dorothéa a parentes: à irmã de sua mãe, e outra à tia paterna da criança.

Dorothéa confessa que uma das razões que motivaram o Conselho Tutelar a agir foi a denúncia de que ela estava se prostituindo; acusação que ela nega veementemente, afirmando ter trabalhado como doméstica, na colheita do café e algodão, mas jamais como prostituta.

Pessoas diretamente envolvidas com o trabalho social junto a essa família afirmaram que a causa para a tomada de decisão judicial foi a situação de risco a

que essas crianças estavam expostas. Além dos filhos de Dorothéa, havia ainda as crianças de sua mãe Eni, portanto tios e sobrinhos praticamente da mesma idade, que eram enviadas à rua para esmolar, cheiravam cola, além de sofrer abuso sexual em troca de comida. Já a família tem uma versão totalmente diferenciada; tanto Dorothéa quanto Eni negam essas versões, dizendo que cuidavam das crianças da maneira como podiam e, obviamente, não podiam muito, por serem pobres.

Se foi ela quem nunca demonstrou interesse em ficar com os filhos, conforme nos foi informado, e, no entanto, diz que sofreu muito com a perda deles, está aí evidenciado não necessariamente o comportamento que teve, mas o comportamento que ela acredita que, como mãe, deveria ter tido. Ela até pode ter agido diferentemente, mas sua idéia acerca da maternidade está marcada pelo senso comum: perder os filhos é o máximo do sofrimento para as mães.

A terceira união consensual de Dorothéa durou quatorze anos. Ela frisa com ênfase que não conheceu o companheiro no salão de baile e sim no quintal de sua casa, parecendo demarcar bem locais próprios e impróprios para se iniciar um relacionamento. Namoraram por pouco tempo antes de ir viver com o namorado. Os primeiros momentos transcorreram sem problemas. Mesmo sabendo que ele a traía com outras mulheres, ela nos informa que estava feliz com a união. Causou-nos particular atenção em seu depoimento o fato de o companheiro ter apresentado, à época, uma séria infecção no órgão genital. Ele alegou que, ao manter relações sexuais com outras parceiras, sempre usava camisinha, o que teria causado alergia. A hipótese de uma doença sexualmente transmissível não foi sequer aventada por Dorothéa, o que nos mostra quão vulnerável algumas mulheres estão diante de um ideal de masculinidade que não só aceita, mas também encoraja o envolvimento dos

homens com múltiplas parceiras sexuais, com riscos enormes para suas companheiras.

Não por outra razão, o aumento no número de mulheres casadas ou que têm um parceiro fixo infectadas pelo vírus da Aids assusta os especialistas da área de saúde. Relatório da ONU alertou que a falta de poder relativo de mulheres e meninas sobre seus corpos e sua sexualidade, reforçada pelas desigualdades sociais e econômicas, é que as tornam mais vulneráveis para contrair e lidar com o vírus da Aids (CORRÊA, 2002, p.369).

Apesar dessas dificuldades, Dorothéa afirma que a relação caminhava bem, não fosse a mãe do rapaz. Em uma atitude recorrente, ela acusa a sogra de ter convencido o filho a se envolver com uma antiga namorada, engravidando-a. Os homens são vistos como criaturas aos quais Dorothéa quase nunca imputa responsabilidades; há sempre uma mulher a lhes retirar do bom caminho. É sempre outra mulher que ela responsabiliza pelos fracassos de seus relacionamentos.

A idéia de que a natureza do homem é mais propícia ao adultério foi bastante recorrente nos depoimentos. Embora as mulheres, especialmente as mais jovens, tenham afirmado não aceitar de forma tão passiva a traição, muitas acenaram com a possibilidade de perdão sempre que o companheiro se mostrasse de fato arrependido e disposto a não repetir o erro. Mesmo porque, no fundo, a culpada da traição é quase sempre a própria esposa traída, idéia que perpassou discursos de mulheres de diferentes faixas etárias, ou como exemplifica o depoimento de Dorothéa, a culpa é lançada sobre a outra mulher. A diferença de gerações não parece conduzir a visões de mundo divergentes. Aos trinta e seis anos, Dorothéa tece considerações que muito se assemelham ao que nos foi dito por D.Ângela, 71

anos, a qual também considera que os homens procuram outras mulheres porque as esposas não satisfazem as suas fantasias sexuais. Duas mulheres separadas no tempo, gerações distantes, mas que compartilham idéias tão iguais.

Elisa, 18 anos, e Rosário, 26, são irmãs e também nunca se casaram. Elas fugiram de casa, assim como a irmã Júlia, atualmente com 22 anos, e a mãe Teresa, todas nossas entrevistadas. Teresa se casou por imposição do pai, enquanto Júlia oficializou o relacionamento na cerimônia de casamento coletivo, em 2001. Elisa e Rosário alegaram que os seus parceiros não demonstraram interesse pela oficialização, uma vez que tiveram dificuldade em obter os documentos exigidos. Uma argumentação que já aparecia como justificativa para as uniões consensuais desde o tempo colonial (NIZZA DA SILVA, 1998; FARIA, 1998).

Elisa fugiu de casa aos 14 anos; Rosário aos 19, mas foi Júlia, também aos 14 anos, a primeira a tomar essa atitude. A mãe lamenta o fato, embora tenha tido, na sua adolescência, o mesmo procedimento.

Elisa fala pouco e nos diz que namorou cerca de três meses antes de tomar a decisão de sair de casa. Foi passear na casa da sogra e aí já recebeu o convite, aceitou. A sogra permitiu que ela ficasse, e deu-se o “casamento” dos dois. A experiência inicialmente não lhe agradou. Praticamente uma criança, ela sentiu a falta da mãe e acabou retornando para sua casa; depois de um mês, reatou o relacionamento que já dura cinco anos.

Rosário, como a irmã, fala pouco, mas como no momento de sua entrevista ela estava acompanhada de Júlia, bastante falante, foi se tornando menos lacônica. Contou-nos, por exemplo, que ela decidiu fugir porque já havia falado com a mãe sobre ir morar com o rapaz, mas esta não se mostrou muito compreensiva: “ela

falava assim: 'ah! Não vai'. Ponhando na minha cabeça que eu não fosse, né? E eu tinha aquela ilusão de que se eu casasse, nossa, seria uma coisa assim diferente. Prá mim eu estava até meio iludida". O namorado tinha apenas 14 anos, o que, sem dúvida, deve ter colaborado para a resistência de sua mãe.

Embora Teresa tenha fugido de casa quando jovem, ela condenou o gesto das filhas. Rosário, não age de modo distinto. Perguntamos-lhe como ela pensa o futuro das suas próprias filhas e, de modo algum, sua resposta nos surpreende. Espera que elas tenham um namoro demorado e se casem "normal", isto é, legalmente.

Finalizando o grupo 1, temos Fátima³⁶, 29 anos, cinco filhos e duas experiências de uniões consensuais. Ela é filha de D.Elza e irmã de Roselaine, nossas entrevistadas. O que mais chama a atenção na personalidade dessa mulher é a maneira romântica como encara a vida e as relações conjugais. Isso se reflete na maneira quase excêntrica com que ela iniciou ambos os relacionamentos.

O primeiro companheiro ela conheceu em um rodeio, o que deve ter mexido com a imaginação de alguém que, aos dezessete anos, não conhecia muito do mundo. O rapaz estava se preparando para montar e ela se aproximou para conversar e, sem muitas delongas, disse que tinha gostado dele.

E ele falou: 'eu também gostei de você'. Daí eu falei pra ele: 'ah, mas vocês são todos iguais, passa pelo rodeio, vai'. Aí ele falou que não, que ele ia ficar. Daí então eu vim embora para minha casa, era num sábado. No domingo eu voltei de novo e vi ele dormindo numa baia de cavalos. Eu falei: 'ai que pena que ele está nesse lugar tão sujo, podia estar em casa que não é tanta coisa, mas tem assim um banheirinho para tomar um banhozinho'. E eu não reparei como ele era porque eu estava gostando profundamente dele. Não era assim fisicamente. No domingo era a última noite do rodeio. Aí ele foi e

³⁶ Em 2006 Fátima esteve presa, acusada de receptar objetos roubados. Logo depois as suas cinco crianças foram enviadas pelo juiz para o CECAF, por alegações de maus cuidados. Além disso, houve denúncias de que a filha mais velha, de aproximadamente dez anos, que acompanhava a mãe pela madrugada quando esta recolhia reciclagem, estaria se envolvendo com a prostituição. Fátima nega essas informações e reluta em entregá-los à adoção. Até o mês de Fevereiro de 2007 as crianças continuavam sob a guarda da CECAF.

falou: 'vamos embora'. Eu falei: 'imagina, minha casa não'. Ele falou: 'para sua casa'. Aí a gente entrou num ônibus e viemos junto e eu [...] não estava acreditando. Mas o amor falava mais forte.

Chamou-nos particular atenção sua afirmação quase ilógica de estar gostando profundamente de um rapaz conhecido há apenas um dia, bem como o fato do pai dela ter aceitado o rapaz dentro de casa sem qualquer conhecimento anterior. Como ela outras mulheres iniciaram uniões consensuais de forma bastante rápida. Salvo raras exceções podemos dizer que muitas iniciaram a relação com parceiros praticamente desconhecidos. No caso de Fátima podemos considerar que uma personalidade confessadamente romântica possa nos dar as pistas para a compreensão dessa atitude. Como o primeiro companheiro fazia parte de um rodeio e o segundo procedesse de uma cidade como São Paulo, isso certamente contribuiu para despertar nela o interesse por homens que vinham de um mundo mais excitante do que o seu. Já no caso de Teresa, cuja união foi negociada num primeiro encontro na rodoviária de Jandaia do Sul, não nos parece haver muito a especular. Não nos parece estarmos diante de um tipo de amor à primeira vista, como defenderiam os românticos, mas frente a dois pobres seres necessitados que buscaram apoiar-se mutuamente.

Nesse caso parece-nos interessante recorrer ao trabalho de Shorter (s/d, p.170) sobre o romantismo na formação da família moderna. O surgimento do ideal romântico, que ele considera a mudança mais importante no namoro nos séculos XIX e XX, possibilitou um hiato cada vez maior no status entre os casais legítimos, isto é, a existência do amor fez com que a disparidade social entre os parceiros deixasse de ser um impecilho. Todavia, entre os relacionamentos ilegítimos há uma

crescente convergência no status. A endogamia marca de maneira muito mais intensa os casais pobres, diz o autor.

Para Woortmann (1978, p.77), não é que as regras concernentes ao casamento – namoro / noivado / casamento / monogamia / indissolubilidade – não existam entre os pobres. Tais valores ou princípios, afirma, existem, mas, muito freqüentemente, apenas como um plano ideal remoto, o que denomina de “modelo ideal desistido”.

Azevedo (1981, p.220) nos fala sobre as diferentes etapas pelas quais passou o processo de enamoramento no Brasil entre as elites. No regime patriarcal e familista do Brasil colonial, a escolha de namorados, e melhor seria dizermos maridos, porque era o que de fato se escolhia, era um privilégio exclusivo do *pater familiae*, uma vez que o casamento interessava à solidariedade e à integridade dos grandes grupos de parentesco. Os namoros se faziam sob as vistas da família, eram rigidamente controlados e o noivado fazia parte do processo de transição para o casamento propriamente dito, etapa final das “negociações”. No século dezenove, esse antigo padrão foi substituído pelas exigências do amor romântico, e as moças já podiam escolher, ou pelo menos recusar, pretendentes. Firmava-se a norma de consentimento individual condicionado, elegendo-se os candidatos ao casamento de modo imediato pela simpatia, pela atração física, pela correspondência afetiva, ainda que sempre subordinados a critérios de classes sociais. O papel da família, em especial do pai, ainda era considerável e o noivado continuava sendo uma etapa preparatória bastante valorizada. Nos tempos atuais, o modelo de aproximação dos jovens tem se dado de maneira mais livre, mas, de todo modo, continua havendo uma etapa de preparação para o casamento, nem que seja apenas o “ficar”, que não

deixa de ser também uma fase de reconhecimento. De qualquer forma, há sempre um período de estudo e descoberta mútua e preparação para a vida a dois, embora o noivado esteja caindo em desuso.

É oportuno lembrarmos, que a iniciativa do namoro tradicional quase sempre partia do rapaz, sendo aconselhável que as pretendidas não cedessem muito facilmente. Nisso também houve mudanças, e as moças já não precisam mais nem de muito tempo para pensar e nem das chamadas “alcoviteiras”³⁷. De todo modo, quase sempre coube à mulher o papel mais passivo, embora no nosso entendimento a passividade de uma moça fosse sempre feita de muitas estratégias, de modo que, no fundo, elas sempre tiveram um papel mais ativo do que convencionalmente se acreditou. Ainda assim, fazer a cena era (e é) imperativo.

Fátima subverte todas as ordens. Ela não só toma a iniciativa da conquista como o faz com um completo desconhecido. Indo ainda mais longe, é ela quem o leva para sua casa logo no segundo dia de encontro. Com ele teve dois filhos e o relacionamento só terminou porque o rapaz se envolveu em furtos e foi preso. Quando ele saiu da prisão já a encontrou grávida de outro homem. Dessa segunda união consensual teve três filhos.

³⁷ No Brasil, desde os tempos coloniais, uma das maneiras essenciais nas relações amorosas entre homens e mulheres, era a prática da alcoviteirice. Prática desempenhada tanto por homens quanto por mulheres que se dedicavam a facilitar os namoros ou os encontros sexuais. Essas pessoas se encarregavam de entregar bilhetes para os namorados, facilitar os encontros e algumas vezes chegavam a ceder suas casas para isso.

3.2 CASAMENTOS LEGAIS SEGUIDOS DE UNIÕES CONSENSUAIS

Custódia, Maria, Teresa, Roselaine, D.Ângela, Valdicéia e Conceição compõem o grupo agora em discussão. São mulheres que se casaram no civil e/ou no religioso e que, após a dissolução do vínculo matrimonial, após separação ou viuvez, deram início à união consensual. Dessas, Custódia, Maria, Teresa e Conceição tiveram apenas um companheiro após a separação do companheiro legal. As demais têm experiência de mais de uma união consensual.

Maria, Teresa, Roselaine e Valdicéia foram mulheres cujos casamentos legais decorreram do fato de elas terem fugido com seus namorados. Os pais impuseram, então, o casamento legal.

Roselaine tem 43 anos. Aos treze, o compadre e a comadre de sua mãe a venderam (essa foi sua expressão) para um rapaz de nome Francisco (vamos chamá-lo assim), por uma garrafa de pinga. Combinaram com o rapaz, que ela não conhecia, depois foram falando com Roselaine, tornando-a interessada em conhecê-lo até que um dia apareceram na casa de sua mãe e disseram: “oh, cata suas roupinha e some, vai embora”. Num dia de domingo ela fugiu com o rapaz: “saí porque meu padrasto judiava muito de mim e a comadre da minha mãe ficou com dó de mim. Porque a que mais apanhou lá em casa fui eu”.

Foram primeiro para a casa da mãe dele, que tem se mostrado ser o local sempre procurado pelo jovem casal³⁸. Daí seguiram para um sítio:

³⁸ Quando as moças fogem percebemos que a ida para a casa dos pais dos rapazes não é incomum. O apoio deles parece reforçar o velho ditado popular, bastante preconceituoso por sinal, que diz: “segurem suas cabritas, porque o meu bode está solto”.

Ele me levou pra um bairro de nome Esplanada. Minha sogra morava ali [...] só que era metade da família dele. Colchão era no chão porque era dois cômodos só. Minha sogra morava com eles, com meus cunhados, com meus ex-cunhadaia e com ele [...] enfim nós era bastante. Eu perdi a conta. Ah, eu não gostei muito não (de perder a virgindade). Na cozinha [...] ele esperou todo mundo dos parente dele dormir prá depois fazer a arte. Ainda a mãe dele falou assim naquele dia que nós tinha fugido: 'filho não vai mexer, não vai bulir na menina'. Ele, quando ela viu, ele já tinha feito a arte comigo. Ele já era velho. Ele tinha 22 para 23 anos. Porque a turma dizia que ele servia para ser meu pai ou meu irmão, porque ele era mais maduro do que eu.

A análise dos depoimentos das mulheres que fugiram com seus namorados nos leva a considerar essas fugas muito mais uma válvula de escape a uma vida de insatisfação na casa dos pais que, necessariamente, a busca da liberdade sexual, embora não neguemos também essa possibilidade. É imperioso notar que nesse caso não houve sequer um namoro e ambos eram completos desconhecidos.

A família de Roselaine, como é praxe, procurou a polícia e forçou o casamento, realizado no civil. Como era de se esperar, dada a sua pouca idade e o modo como o relacionamento se iniciou, a união durou apenas quatro semanas. Ela terminou voltando, por pouco tempo, para a casa da mãe. Depois se mudou de Mandaguari e foi trabalhar em uma casa de baile, onde desempenhava a função de empregada doméstica e mulher de programa. Aí conheceu Miltinho (seu atual parceiro), que a levou para viver com ele. Roselaine tinha dezessete ou dezoito anos, não consegue precisar. Não ficaram juntos por muito tempo, pois ela logo o deixou e iniciou seguidos relacionamentos. Procuramos saber qual a duração dessas uniões. Ela nos informa que viveu, com cada um desses homens, períodos que variaram de um a três meses. Com todos chegou a co-habitar, ainda que por um curto espaço de tempo. Conversar com Roselaine é enveredar por um mundo em que nos “equilibramos” com dificuldades. Sua visão de mundo, sua idéia de amor e de

afetividade estão imbuídas de um capital cognitivo bastante distante de nosso universo de compreensão. Há o perigo de acharmos seu depoimento ininteligível ou mesmo fantasioso, risco que não podíamos e não queríamos correr.

A vida de Roselaine foi se desenrolando assim, ora com um, ora com outro homem. O reencontro com Miltinho acabou acontecendo e eles estão juntos a aproximadamente nove anos. Trabalhando na coleta de material para reciclagem, o casal leva uma vida bastante miserável, mas é possível perceber que há uma grande cumplicidade entre eles, à parte as brigas e mesmo as agressões físicas que ela nos confessa não serem incomuns, embora menos freqüentes nos últimos tempos, depois que ambos deixaram de beber.

Por causa dele eu já tomei comprimido com bebida, já me cortei com gilete duas vezes no braço. É onde eu falo que eu não sei o que eu vi. Até hoje eu durmo pensando o que é que eu vi de mistério dele e de bom. Não sei se é dele não deixar faltar nada prá mim das coisas de comer, do bom e do melhor, e ajudar a arrumar as coisas assim de casa que eu sempre preciso, acho que (incompreensível) me prende um pouco pro lado dele.

No depoimento de Roselaine, a idéia de que o companheiro ideal é aquele que não deixa faltar nada para a mulher é seguidamente repetida. Todas as vezes que tentamos conversar sobre sua relação com Miltinho, a maneira como vivem, as expectativas que têm para o futuro, ela sempre retoma a mesma trajetória da fala: ele tem que lhe dar tudo o que ela quer. Evidentemente este “tudo” é tão pouco que chega a ser quase constrangedor quando ela abre o armário e nos mostra os presentes: duas imagens de Nossa Senhora Aparecida, jogos de copo ainda embalados, um pequeno baú onde ela diz guardar suas roupas de passeio. A idéia do homem como provedor está fortemente arraigada no imaginário de Roselaine e

será repetida em todo o seu depoimento de maneira quase obstinada. É fácil entender que tendo vivido num mundo marcado por tantas privações, seu referencial de amor esteja fortemente vinculado aos ganhos materiais que possam advir da relação com o companheiro.

Aos 71 anos, D.Ângela é mineira, mas viveu a maior parte de sua vida em Mandaguari, para onde veio com os pais e cinco irmãos, quando era ainda uma criança. Casou-se antes de completar treze anos de idade, no civil e no religioso. O pai tratou o casamento com o tio do rapaz e ela saiu correndo para não escutar a conversa. Quando retornou o pai falou: “seu casamento já está tratado”.

Ela diz que já conhecia o rapaz e já namoravam há alguns meses. Namoro de criança, só de longe. Iam casar naquele mesmo ano, mas uma geada matou toda a lavoura, e o feijão que era para custear a festa do casamento se perdeu todo. O casamento ficou para o ano seguinte. Viveram dezessete anos casados e tiveram nove filhos.

Com onze meses de casada, já nasceu o primeiro filho e a família só foi aumentando. Ela diz que ele foi um bom marido, não brigava, nunca bateu, nunca reclamava de nada, mas era muito mulherengo. De início ela aceitava, mas um dia se enfureceu, pegou uma espingarda do pai e disse que ia matar a mulher que ele trazia para dentro de casa quando estava sozinho. Ele foi à casa do sogro reclamar, o pai de D.Ângela veio conversar com ela, tomou o partido do genro, falou que aquilo não era nada. Levou embora a espingarda. Ela desistiu de brigar: “ah, eu não vou mais incomodar com esse homem. E deixei por conta. E vivi bastante ano por conta. Deixei fazer o que ele queria. Eu trabalhava, filho não dava tempo, cada ano um filho”. A julgar por esse depoimento percebemos que o fato dos maridos traírem

suas esposas não impedia que cumprissem com suas “obrigações” de homem, isto é, mantinham uma vida sexual normal dentro do casamento.

Um dia o marido sumiu e ficou durante seis meses sem lhe dar notícias. Ela afirma que ele não agüentou as despesas, as responsabilidades de homem casado. Ela ficou cuidando dos filhos, trabalhando e lutando pela sobrevivência.

Quando ele voltou eu estava trabalhando numa casa de nome D.Efigênia. Aí a minha filha chegou com o meu menininho que tinha sete anos e falou: ‘mãe, a senhora não sabe quem é que está lá em casa’. Eu falei: ‘quem?’. Ela falou: ‘o pai’. Eu falei: ‘ai meu Deus do Céu, agora eu não sei se eu chego, se eu volto, como é que eu vou chegar lá?’ Com medo dele. ‘Pronto, o que vai acontecer?’ Estava com medo porque homem sai, será de que jeito que volta? Aí eu cheguei e ele falou (incompreensível). Não cumprimentei, fiquei pra uma banda, assim, com medo, com vergonha. Ele falou: ‘está precisando de alguma coisa em casa?’. Eu falei: ‘não, graças a Deus tem’. Ele saiu e comprou um quilo de lingüiça, daquela mais ruim que tinha (risos), ‘oh! Tristeza’. Aí eu falei: ‘ai, meu Deus, o que é isso?’ Mas ele não voltou muito tempo não, ele ficou uns cinco, seis dias, foi embora de novo. Aí não voltou mais.

D.Ângela cuidava dos filhos e o marido continuou morando na mesma cidade. Ela o via algumas vezes com outras mulheres, até que, mais tarde, ele se mudou para outro Estado e teve mais dois filhos: “quando ele ficou doente a mulher colocou outro dentro de casa e ele ficou vivendo nessa situação difícil”.

D.Ângela viveu muitos anos só, até que os filhos se casaram e ela ficou ajudando a criar os netos. Um dia conheceu um outro senhor e foram viver juntos. Viveram uma união consensual que durou quatro anos. Ele era bom companheiro, tinham gostos parecidos, a vida era tranqüila. Quando ele morreu, ela diz ter se sentido muito sozinha; não queria ir morar com os filhos casados por medo de não dar certo com a nora. Morar com as filhas também ficava pensando que não ia dar certo por causa do genro: “um dia assustei com um grilo na parede. Falei: “vou

arrumar uma companhia”. Não precisou procurar muito. Logo encontrou um senhor também viúvo. Casaram-se no civil há quatro anos.

Valdicéia, filha de D.Ângela, será a próxima depoente a ser investigada. Ela fugiu de casa com o namorado aos 16 anos. Fugiram para a cidade de Toledo, mas retornaram no dia seguinte e o destino, como de praxe, foi a casa da sogra. D.Ângela apareceu com a polícia e exigiu que se casassem. Primeiro, casaram-se no civil e três anos depois conseguiram os documentos que faltavam e houve a cerimônia religiosa.

No depoimento de Valdicéia sobre o momento em que perde a virgindade, vamos nos deparar com uma semelhança muito grande com o que nos foi dado pela sua mãe D.Ângela sobre a sua noite de núpcias³⁹. Apesar de pertencentes a gerações tão diferenciadas, ambas se parecem na maneira como vivenciaram o início da sexualidade. E atentemos também na forma como a mãe criou a filha, que é uma reprodução da maneira como foi ela própria criada.

Minha mãe nunca falou nada, inclusive quando eu vi meu marido sem roupa eu fiquei apavorada. Eu era muito novinha, naquele tempo a gente não tinha televisão, não falava essas coisas, minha mãe nunca explicou nada. Foi ele que me fez mulher. Nossa, eu fiquei com muito medo. Foi sete dias depois que a gente conseguiu transar e eu nem queria aquilo, que eu já estava com medo assim, mas depois foi até gostoso.

Valdicéia terminou se separando do marido quando descobriu que ele tinha outra; depois de um tempo reataram. Apesar de idas e vindas, o casamento terminou de vez e ela viveu pouco tempo sozinha. Logo encontrou outro

³⁹ Ver o depoimento de sua mãe, D.Ângela – p.134.

companheiro, com quem viveu em união consensual até a sua morte. Meses depois, deu início a nova relação consensual. É com este companheiro que vive atualmente.

Maria, vinte e oito anos, também se casou legalmente antes de viver a experiência da união consensual. Tinha apenas treze anos quando fugiu de casa com o namorado. Criada sem mãe, ela diz que a fuga foi uma tentativa de escapar das dificuldades da vida, da madrasta que a maltratava, do pai que bebia, do serviço pesado da roça. O pai obrigou que se casassem e a oficialização foi realizada somente no civil. Viveram juntos quatro meses apenas, mas o suficiente para que ela, aos 14 anos, já tivesse uma filha para cuidar.

O relacionamento de Maria com a sua mãe sempre foi distante desde que essa última saiu de casa e foi viver com Pedro, com quem se casou na Igreja e viveu uma união de onze anos. Maria diz nunca ter tido muito contato com a mãe e com o padrasto.

Quando ele foi morar com minha mãe eu tinha seis anos. Quando eu vi ele de novo eu já era casada, já tinha a menina com dois anos. Depois que a mãe largou eu, a gente, né? Porque nós era em cinco, e veio morar com ele, a gente só viu ele de novo já fazia dez anos que ele já tinha separado.

Maria confessa ter se sentido atraída por Pedro desde então. Depois de um tempo, criou coragem e confessou a ele seus sentimentos. Disso resultou uma união que já dura onze anos e da qual nasceram dois filhos. Além desses, a filha do primeiro casamento também vive com o casal. Ela nos confessa que essa foi uma situação dolorosa e muito difícil de enfrentar. “A gente veve uma angústia assim por dentro, mas a gente não manda no coração, né?”. Ao contrário do pai, sua mãe aceitou bem a situação. Ela diz que as duas conversam normalmente, mas confessa

também que nunca houve entre elas uma relação mais afetiva, de mãe e filha. Sempre foram distantes uma da outra, o que, certamente, tornou mais fácil tanto a escolha de Maria, quanto a aceitação de sua mãe.

Pedro é bem mais velho do que Maria. Tem 64 anos, mas isso para ela é a razão do sucesso do relacionamento. Ela diz que ambos trabalham, dividem as despesas da casa, ajudam-se nos momentos de dificuldade e sua vida é tranqüila. Ela gosta de trabalhar, não só porque o marido ganha pouco como trabalhador rural, com períodos em que fica parado por causa das chuvas, mas porque isso lhe garante independência e lhe dá uma sensação de liberdade.

Maria confessa que vive sempre pedindo perdão a Deus. Quando conversou com o padre para batizar os filhos, confessou: “olha padre, ele é casado na Igreja com a minha mãe”. O padre resmungou: “Meu Deus, que cabeça que vocês têm. Minha Nossa Senhora, o que é que eu faço com esse povo?”. Mas aí ele falou: “não, a gente batiza as crianças porque as crianças não têm culpa nenhuma”.

Aos dezoito, Conceição também se casou no civil e no religioso com um empregado de seu pai. O namoro só aconteceu depois que já haviam providenciado a documentação para o casamento, o pai e os irmãos tinham medo que algo acontecesse e nunca deixavam o casal a sós. Casaram-se, viveram juntos por quase trinta anos e tiveram duas filhas, mas apenas uma sobreviveu. Cinco meses após a morte do marido, ela conheceu outro companheiro, com quem viveu por sete meses em união consensual, recentemente terminada. Ela diz estar à procura de um novo companheiro. Confessa que a busca não tem sido fácil, pois os homens estão pouco interessados em ajudar nas despesas, preferindo viver às custas da mulher.

Embora Conceição afirme estar à procura de um homem que possa ajudá-la nas despesas, confessa-nos também que busca um parceiro que lhe possibilite viver

uma vida sexual prazerosa. Voltaremos a discutir sua experiência mais a frente. Por ora, passemos à história de Teresa.

A experiência de Teresa, 44 anos, abarca uma série de acontecimentos que gostaríamos de destacar. Por ser mãe de três de nossas entrevistadas, Rosário, Júlia e Elisa, seu depoimento permite-nos entender não apenas as maneiras como foi construindo sua própria trajetória, mas também compreender essas outras vivências.

Como fizeram as filhas, anos mais tarde, ela também fugira de casa com o namorado. Tinha à época quinze anos de idade. O pai obrigou que eles se casassem, o que foi feito apenas no civil, mas porque queriam batizar os filhos terminaram se casando mais tarde também na Igreja Católica. A vida do casal foi recheada de conflitos. Embora Teresa não tenha mencionado haver sofrido agressões físicas do marido, os depoimentos das filhas Rosário e Júlia foram bastante contundentes a esse respeito. Ambas emocionaram-se muito, em especial Júlia, cuja natureza falante foi algumas vezes bloqueada por momentos de doloroso silêncio. Talvez por vergonha, talvez por não dimensionar devidamente o problema da violência, Teresa não faz qualquer menção a esse ponto e chegou mesmo a elogiar o marido:

Ele não era um homem ruim. Ele trabalhava, nunca deixou eu trabalhar, ponhava de comer em casa. Só que era muito bailista, passeador e não gostava de me levar. Nós nunca passeava junto. Ele saía sozinho e eu saía com as crianças. Diz que não gostava de andar com mulher e criança atrás. Se uma criança trupicasse ele já dava até um chute.

Observemos como no depoimento das filhas, colhido meses depois, a mesma situação nos é apresentada:

Quando a gente saía a gente não podia trupicar, não podia fazer nada, senão a gente apanhava no meio da rua (Júlia).

Ele falava assim que não ia sair com nós porque passava vergonha com nós (Rosário).

A semelhança nos depoimentos de mãe e filha nos parece importante dado a ser considerado. No entanto não podemos também deixar de aventar a possibilidade, sob pena de excessiva ingenuidade, de que talvez elas não se lembrem exatamente do acontecido, mas estejam apenas reproduzindo a fala da mãe, que deve ter sido repetidamente transmitida ao longo dos anos.

Um dia o marido de Teresa arrumou outra companheira e a levou para viver com ele na mesma casa em que vivia a esposa e os filhos. A situação ficou tão insuportável que a mãe dele e o patrão interferiram e ele alugou uma casa vizinha, onde a mulher passou a viver. Ficaram assim lado a lado: a esposa e os filhos, numa casa, a nova companheira na outra. O que comprava, dividia entre elas:

Chegava em casa e já tirava um pacote de arroz, um pacote de açúcar, um pacote de cada coisa daquela compra que era para o mês e a compra que era pra nós não dava nem pra vinte dias. Aí eu fazia a comida, tirava a comida de todo mundo no prato e eu quase não comia. Eu praticamente ficava sem janta todo dia, a comida não chegava.

O procedimento de Teresa não é incomum. As mulheres, quase sempre, reservam os melhores pedaços do alimento para o marido e os filhos, ficando em segundo plano, especialmente quando o orçamento é curto e elas precisam equilibrar-se nas despesas, mal se alimentando para atender à família.

Quando o marido de Teresa arrumou um serviço no sítio, decidiu que as duas se alternariam nos serviços e ficou combinado que a cada semana uma fosse

cozinhar para ele. Inconformada com tal situação ela resolveu fugir com as filhas para Ribeirão Preto. As meninas tinham, respectivamente, dez, cinco e três anos de idade. O filho de oito anos tinha ido com o pai para o sítio e lá ficou. Chegando em Jandaia do Sul, faltou a passagem para uma das meninas e elas tiveram de ficar paradas na rodoviária, esperando uma solução que não se sabia ao certo de onde viria.

Segundo Teresa, ela estava lá parada e um homem chegou fazendo perguntas sobre ela e as filhas, conversando, conversando, terminou por convidá-la para ir viver com ele e levar as meninas. Com esse desconhecido estabeleceu, após alguns minutos de conversação, uma união consensual que já dura onze anos e que resultou em uma filha.

Aproveitando, ora do depoimento da mãe, ora do das filhas, vamos ver como as coisas aconteceram:

Ele falou que se eu quisesse ficar nós experimentava morar junto. [...] Aí nós pegamos e nós fomos. Nós ficamos uma semana assim numa casinha, ali não tinha água, não tinha porta, não tinha nada. Até eu dei um dinheirinho pra ele fazer uma comprinha e ele comprou [...] Aí nós fomos pra casa de um irmão dele. Fizemos um barraquinho e ficamos lá uns dois mês. Ele trabalhando e eu também [...] Até que um dia eu consegui a minha pensão (com o falecimento do ex-marido) (Teresa).

As filhas lembram bem desse momento.

Ah, eu me senti mal. A mãe veio pro nosso lado, perguntou se a gente aceitava ela morar com ele e eu fiquei assim. Aliás, eu não tinha juízo. Eu tinha apenas oito anos⁴⁰. A mãe veio e falou pra nós.

⁴⁰ Há discordância entre a idade mencionada pela mãe e a que nos é fornecida por Júlia. Parece-nos mais procedente que Teresa esteja correta, porque o filho deixado com o pai era quem tinha oito anos à época. Sendo assim, a idade Júlia deveria ser mesmo dez anos, conforme depoimento de sua mãe.

Primeiro eu vi a mãe conversando com ele lá longe. Pensei assim: 'ué, porque é que a mãe está conversando com aquele homem estranho?' Daí aquele homem com a mala lá do lado. Aí a mãe veio pro nosso lado e falou assim sobre morar com o cara. Logo assim, nem conhecia o homem. Eu não sabia se concordava. E a gente lá esperando o ônibus. Mas a mãe tinha um problema. Ela não tinha dinheiro pra gente seguir viagem e ela achou melhor juntar com o cara (Júlia).

Ah, eu acho errado, porque já de cara assim conhecer uma pessoa. Aliás, não conhecia, encontrou a pessoa, conversou, já foi morar junto. Achei muito estranho. Já saiu de uma enrascada para entrar na outra? (Rosário)

No depoimento das duas, há uma condenação bastante evidente do gesto da mãe. Unir-se a um completo desconhecido lhes parece um gesto totalmente inconseqüente. A verdade é que a vulnerabilidade dessa mulher era extrema, mas apesar das críticas, as filhas reconhecem que não havia alternativa no momento. Para Teresa, a decisão não parece ter sido tomada com dificuldade. Veio o pedido, ela aceitou:

Olha, quem está num mato sem cachorro, tenta qualquer coisa. Aí eu pensei: 'eu vou experimentar'. Ele tinha família, mas não contava com nenhum. Eu também não tinha ninguém. Aí nós arrisquei morar junto. Se desse, bem, se não desse, cada um caçava seu rumo. Mas daí por enquanto está dando. Olha pra mim que tinha três meninas, né? Eu achava um pouco difícil, mas achava que se arrumasse uma pessoa seria mais fácil pra gente viver mais sossegada, porque tão perigoso este mundo de hoje. Foi o que eu decidi fazer. Falar a verdade eu não tive medo nenhum porque do tanto que eu já havia sofrido, não havia mais o que sofrer. Então sem medo nenhum arrisquei (Teresa).

A vulnerabilidade da mulher pobre, após deixar o marido e partir com três crianças de encontro ao desconhecido, torna-a pronta para aceitar qualquer nova possibilidade que lhe ofereça a chance de vir a ter alguma coisa, através de um projeto de união. Apesar de o parceiro ser alguém tão pobre quanto ela, ele é o

homem, o que, no imaginário feminino, simboliza respeito e estabilidade. É difícil para a mulher pobre pensar sua vida sem um companheiro, porque ela sozinha carrega o estigma de incompleta.

Para Salem (1981, p.51), a família é a esfera prioritária de identificação feminina, isto é, o *locus* no qual sua identidade é gerada, construída e referida. Quando o homem está ausente, a mulher tende a se sentir desamparada, exacerbando ainda mais suas privações de classe. Tendo ela um caráter legal ou consensual, o fato é que ter um companheiro vem sempre associado à idéia de melhorar de vida. Para mulheres das camadas mais miseráveis há uma busca do homem para que elas encontrem o sentido de sua própria existência.

Nem precisamos nos valer dessas considerações da autora, que está lidando mais com a questão do ponto de vista simbólico. Podemos nos deter no concreto: mulheres das camadas populares vivem, via de regra, em regiões periféricas, onde o índice de violência costuma ser maior. Portanto, ser mulher e só na periferia é uma situação que apresenta maiores dificuldades, como se vê no caso desta entrevistada.

A situação de desamparo de Teresa é das mais visíveis: sozinha com três crianças, sem dinheiro, sem amigos, sem família, em uma cidade que lhe era desconhecida, não hesita em aceitar a oferta de um homem que embora tão pobre quanto ela e um completo desconhecido tem, ao menos, um predicado: é um homem. Num mundo onde a mulher é tão desprestigiada, isso não é pouco.

As filhas nunca nutriram simpatia pelo padrasto. Nos seus depoimentos, todas alegaram um profundo descontentamento com o novo relacionamento da mãe e, pouco a pouco, foram saindo de casa. Teresa vive hoje em Apucarana com o

companheiro e a filha do casal. Mãe e filhas visitam-se sem muita freqüência, mais por falta de condições de deslocamento do que por desinteresse ou quebra de afeto.

As filhas se mostraram resistentes contra essa atitude de Teresa, pois o abandono de um filho lhes parece um comportamento totalmente distinto daquele que se espera de uma “mãe ideal”, pautado pelo amor, pela compreensão e pelo desvelo (BADINTER, 1985, p.250), mas não a condenam por ter abandonado o marido e é ao pai que dirigem as críticas mais pesadas.

Embora Teresa tenha alegado como razão principal da separação a infidelidade do marido e não ter feito qualquer referência às agressões físicas por parte dele, o depoimento das filhas a esse respeito foi muito contundente. Ambas contaram em detalhes os maus tratos aos quais a mãe era constantemente submetida.

Ixe, ele era muito violento, ele batia muito nela. Nós ficava muito sem saída. No começo eu até achei bom ela sair. Eu pensei: pelo menos ela não fica apanhando, né? (Rosário).

Não era só ela que apanhava, era nós tudo. Só que o bater dele não era de cinto, não era de chinelo, era de pontapé (Júlia).

As filhas acreditam que a mãe nunca deu parte dele à polícia por medo. Como nesses casos o agressor normalmente continua livre é usual que as vítimas se sintam inseguras, temerosas de represálias por parte dos companheiros. Isso contribui para uma diminuição no número de denúncias. É preciso ainda levar em conta o despreparo das delegacias comuns no atendimento às mulheres, posto que dirigidas por homens e, por isso mesmo, insensíveis ao drama vivido pelas mulheres vitimadas pela violência.

A criação, em todo o país, de Delegacias da Mulher, uma das grandes conquistas do movimento feminista, criou a possibilidade de atendimentos menos discriminatórios, tornando pública uma violência antes confinada ao espaço doméstico.

Perguntamos a Júlia e Rosário se elas sofrem, em seus relacionamentos, qualquer tipo de violência física. Júlia diz que nunca, pois não admite que mulher seja feita para apanhar. Timidamente, Rosário nos confessa que sim, que o companheiro já lhe deu um murro na boca. Ela ameaçou procurar a polícia, ele se desculpou, prometeu não repetir a agressão e cumpriu a promessa. Abaixa os olhos e diz visivelmente envergonhada: “mas eu mereci, porque eu enchi muito ele. Eu fiquei falando, falando, falando”. Como já destacamos antes, as mulheres tendem a se auto-responsabilizarem pela violência que sofrem por parte dos maridos ou companheiros.

Finalizando as mulheres desse grupo, temos Custódia, 55 anos, três filhos, sendo dois do primeiro casamento, oficializado no civil e no religioso, que durou seis anos, e uma filha da união consensual atual, com vinte e seis anos de duração. Ao contrário de outras mulheres que se mostraram mais passivas diante da traição dos maridos, o primeiro casamento de Custódia terminou em função da infidelidade. Quando ela soube que estava sendo traída, não teve dúvidas em deixá-lo. Criou, com a ajuda da mãe, os dois filhos até que encontrou o atual companheiro.

Ela diz ter sempre trabalhado muito para ajudar nas despesas da casa, seja como empregada doméstica, trabalhadora rural ou vendendo produtos variados, de porta em porta. Nunca teve medo de trabalho, considera que ter o seu próprio dinheiro lhe dá uma independência da qual não quer abrir mão. Atualmente não tem

um emprego fixo, faz faxinas esporadicamente, mesmo porque tem problemas na coluna que lhe dificultam o trabalho, e vende roupas de porta em porta.

Apesar de o companheiro já tê-la agredido fisicamente, diz que o relacionamento dos dois é bom, ele não deixa faltar nada em casa e a “respeita”. De novo a idéia do provedor dando a tônica do que significa ser um bom parceiro. Além disso, confessa que foi uma única vez que ele tomou uma atitude violenta. Ela chegou a procurar a delegacia de polícia e um advogado, mas quando estava com tudo pronto para encaminhar ao Fórum a filha intercedeu pelo pai, pediu à Custódia que não fizesse nada para que ele não terminasse preso.

Além das questões já superficialmente colocadas⁴¹ por nós no que diz respeito às dificuldades que as mulheres vítimas de violência doméstica encontram para denunciar seus maridos, temos ainda de levar em conta, como nesse caso, a pressão dos filhos para que elas não tomem nenhuma medida contra os maridos. Embora não concordem com a violência contra suas mães, sentem-se divididos quando essa tenta tomar uma atitude que pode resultar em punição aos seus pais. É preciso considerar ainda que muitas mulheres espontaneamente desistem de dar continuidade às queixas registradas porque a “a denúncia do parceiro à polícia

⁴¹ A questão da violência contra a mulher não se constitui em nosso objeto de análise, conquanto tenhamos encontrado entre nossas entrevistadas situações que denunciam essa realidade. De todo modo, não enveredaremos por essa linha de discussão. Sugerimos alguns trabalhos que discutem o tema de maneira mais aprofundada: SAFFIOTTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004b. p.43-60. CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Celi (Orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.23-62. v.4. MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a Virtude e o Pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.169-190. Brandão, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa Buarque. **Horizontes Plurais: novos estudos de gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998. p.51-84.

parece significar para as vítimas um certo rompimento de sua parte com a reciprocidade familiar” (BRANDÃO, 1998, p.63). Ainda, muitas esperam que, com a denúncia, o acusado “leve um susto” e mude de comportamento, sem que seja necessário levar a punição às últimas consequências.

3.3 UNIÕES CONSENSUAIS SEGUIDAS DE OFICIALIZAÇÃO

Esse grupo é representado por Elza, Aparecida, Graça, Júlia e Neuza. Todas viveram uniões consensuais antes da união legal, ainda que não necessariamente com os mesmos parceiros com quem estavam coabitando no momento das entrevistas. Apenas Graça e Júlia se casaram com os homens com os quais já coabitavam.

Júlia, 22 anos, tem dois filhos. É filha de Teresa e irmã de Rosário e Elisa. Antes de oficializar o relacionamento, em 2001, viveu cinco anos em união consensual, após ter fugido de casa aos 14 anos. Se fosse hoje, confessa, não se casaria. Considera a vida de mulher casada/amigada muito difícil, porque logo vêm os filhos, as despesas aumentam e, como acontece no caso dela, não pode realizar nenhum dos seus sonhos. Ela trabalha como empregada doméstica e o marido na colheita de café para a Cooperativa de Cafeicultores de Mandaguari. O salário é pouco, mas eles vão vivendo como podem.

Graça, 37 anos, tem dois filhos. A união consensual durou cinco anos. Quando houve o casamento comunitário, ela e o companheiro oficializaram o relacionamento no civil e no religioso. Para ela, isso foi motivo de muita satisfação, em especial

porque, após o casamento, pôde batizar as crianças. É muito religiosa e sua idéia acerca do casamento envolve fidelidade, especialmente a feminina, comportamento muito respeitoso por parte da mulher e obediência ao marido.

Aos 54 anos, Elza (mãe de Roselaine e Fátima) viveu três uniões consensuais, casou-se no civil com o terceiro companheiro depois de muitos anos de união consensual. Com o primeiro ela viveu um período muito curto. Era muito nova, não tinha ainda 15 anos de idade. Engravidou, mas antes mesmo do nascimento de Roselaine ficou sabendo que ele a traía:

Peguei ele com outra. Eu nem sabia onde é que era, afundei numa zona para achar ele. Achei direitinho. Cheguei lá ele estava num quarto com uma tal de Elizabete. Ela é muito alta, loura, pulou a janela. Entrei lá dentro e rasguei tudo o chapéu dele, a roupa dele, eu arrebentei a porta da zona, sabe, larguei por conta dele pagar.

Ela ri alto enquanto vai deixando deslizar pela memória uma história que, certamente, já lhe foi muito dolorosa, mostrando que o tempo dilui cicatrizes, apaga as mágoas, momento suave de integração entre o sujeito recordador e a coisa recordada. Elza mostra-nos valentia, mas não para manter o companheiro, uma vez que, como faz questão de frisar, logo que ficou sabendo que ele a traía decidiu abandoná-lo e seguiu com a mãe para Muriaé, em Minas Gerais. Segundo seu depoimento, o companheiro teria corrido atrás dela na rodoviária e pedido para ver a filha, mas ela tampou a cabeça da criança com um pano e se foi “sem olhar prá trás”. Ao tentar enganá-la ele é que se viu abandonado. Teve de pagar a conta da quebradeira que ela fez, envergonhando-o perante os amigos, mostrando não ser capaz de manter uma mulher quieta em casa e esperando por ele. Desmoralizou-o,

assim, dupla e publicamente, porque não aceitou passivamente a sua traição e, ainda por cima, o abandonou.

Esses casos de traição e reação das “mulheres valentes”, como as denominou Fonseca (2000, p.113) costumam ser de conhecimento de quase todo o bairro, sendo contadas e recontadas para divertimento da platéia. Inclusive dos homens que, longe de se irritarem com essa demonstração de fragilidade de outro homem, vêm tudo com muita graça. Roselaine, em seu depoimento, fez também menção a esse mesmo caso contado pela mãe, fazendo-nos ver que essa narrativa está bem arraigada na memória familiar.

Fonseca (2000, p.120) já discutiu a tendência que as mulheres têm de contar casos, especialmente os de traição, acrescentando-lhes detalhes pitorescos, buscando torná-los mais interessantes e atraentes aos ouvintes. As histórias contadas por elas seguem a organização “mitológica” da narrativa que tem como característica uma variedade de acontecimentos em que um estado ou ação é substituído pelo seu contrário. Nestes casos são as mulheres que aparecem cheias de coragem e os maridos infiéis são colocados em situação de ridículo, numa clara inversão da ordem.

Pensando na história de Elza questionamos: teria o passado sido ficcionalizado? Ela teria realmente entrado na casa de prostituição em busca do companheiro, fazendo com que a mulher que o acompanhava pulasse pela janela? Teria realmente quebrado mesas e cadeiras, conforme afirma? Não vamos aqui julgar que esses fatos não tenham acontecido, ou que tenham se dado de uma outra maneira e que foi o tempo que fez com que Elza fosse acrescentando detalhes. Ainda que assim o seja, não devemos nos desanimar com um possível caráter fabricado dessa narrativa.

Já discutimos anteriormente o conceito de memória e vimos o quanto ela é construída a partir da experiência social dos sujeitos que recordam. Sabemos que o fato lembrado não é, necessariamente, o fato acontecido, sem que isto deva nos dar, por extensão, uma idéia de que a depoente esteja tentando nos enganar. Levando-se em conta que o sujeito se constrói ao longo de toda uma existência, concordaremos que entre a Elza/passado e a Elza/presente há uma sucessão de acontecimentos que atuam como agentes transformadores da experiência vivida. O que se tem não é um passado perfeitamente identificado com o fato acontecido, mas diferentes leituras interpretativas dele.

Elza diz ter ficado sozinha até conhecer aquele que seria o pai de sua segunda filha, com quem viveria por oito anos. Quando ele também arrumou outra e ela ficou sabendo, não teve dúvidas, abandonou-o. A filha deixou com ele, levou só a mais velha. Sem ter para onde ir, aceitou o convite do vizinho (que chamaremos agora em diante de José) para ir morar com ele. Nota-se que o que norteia esses relacionamentos é, quase sempre, a necessidade imediata.

Uma noite, chegavam juntos do bar quando o ex-companheiro veio procurar briga: “Estava com uma [mulher] e depois queria brigar por causa de mim?”. O dia estava amanhecendo. Como um caçador que vai à busca de sua presa, o ex-companheiro apareceu acompanhado da nova mulher, não se sabe se disposto a levar Elza de volta ou se queria mesmo era apenas provocar tumulto: “aí o José sacou de uma mão de pilão, já tacou nele. Ele catou com a mão esquerda. O bicho era desgramado, magrelo, feroz”. Ri alto. De novo a memória sendo revisitada com prazer, as dores todas já exorcizadas pelo tempo: “aí, minha filha, o que é que restou depois? O José matou ele. O delegado falou: ‘você pega e toma conta dela agora. Oh, você ficou sozinha, você pega e fica com ele’. E tamos aí”. Ela ainda

pensou em ir embora, disse que não gostava dele, mas acabou ficando. José ficou pouco tempo na prisão; enquanto isso, ela seguiu trabalhando na lavoura e cuidando das filhas.

O que mais nos chama a atenção nesse e em outros depoimentos foi a coragem diante da vida que essas mulheres possuem. Não hesitam em abandonar um companheiro e partir, carregando filhos pequenos, sem dinheiro, sem trabalho. Talvez tenham aprendido com a pobreza a viver nos limites.

Aparecida, aos vinte e nove anos, tem quatro filhos e a experiência de duas uniões consensuais. Com o primeiro fugiu de casa aos treze ou quatorze anos, diz não recordar com exatidão. Tinham uma semana de namoro: “a gente ficou uma semana namorando e ele nunca passou dos extremos comigo. Tanto é que eu me **perdi** depois que fui para a casa dele. Então eu pensei: este aí é um grande homem. Grande homem? Grande bosta”.

O caráter do namorado é dimensionado a partir de sua conduta de não passar dos extremos com ela, isto é, respeitar sua virgindade e não tentar seduzí-la. A expressão “eu me perdi” faz parte da fala de quase todas as mulheres que deixaram de ser virgem antes do casamento e vem sendo usado por décadas a fio, em seguidas gerações. Mudam-se valores, revolucionam-se comportamentos, mas essa expressão permanece.

Para Salem (2004, p.55), os homens das camadas populares gostam de enfatizar que sem sexo não existe relacionamento, mas abrem uma exceção quando “se gosta” de verdade da parceira. Para ela, esse arranjo é a tradução mais radical da idéia de que a parceira fixa constitui uma categoria antes moral do que sexual de mulher. Cabe observar que suas “vontades” são geralmente satisfeitas pelas mulheres da rua, o que lhes permite a tolerância. Tolerância essa que, a nosso ver,

pode não ser mais do que uma estratégia para convencer as moças de suas intenções sérias. Aparecida, pelo que nos diz, acreditou assim.

Tendo ido morar com os pais do namorado após a fuga, sua vida foi marcada por sofrimento. Sem estudo, sem uma profissão definida, um filho para criar e grávida do segundo, ela acabou retornando para a casa dos pais. Após a separação, sua relação com o pai de seus filhos não se rompeu de forma imediata. A cada quinze dias ele a visitava. “Vinha só para comer a fruta”, completa uma vizinha que, nessa hora, está presente à entrevista e que parece saber da vida de Aparecida tanto quanto esta própria. É a ela que Aparecida recorre quando alguma data lhe falha, algum detalhe lhe escapa.

Mas depois ele mandava em mim, sabe, era horrível, aí eu vi que não dava mais, não queria mais. Ele vinha e eu era obrigada a ficar com ele porque ele me batia, essa aí (aponta para a amiga), é que andava me defendendo. Aí eu conheci o Zaqueu. A gente ficava, namorava escondido. Aí um belo dia eu disse: ‘não, agora eu não quero, não quero e não quero mesmo’. Daí onde que acabou mesmo.

Como todo homem que vê na mulher uma sua propriedade, o ex-companheiro, preterido, não se conformou, como vimos ocorrer também no depoimento de outras mulheres. Os maridos, apesar de maltratarem suas esposas, não aceitam ser abandonados, porque se sentem donos de suas mulheres e esperam delas submissão e obediência.

No começo ele queria brigar com o Zaqueu, sabe? Que ia matar, que ia fazer e acontecer. Aí teve um dia que o Zaqueu acho que deu uma de garnizé, enfrentou ele. Aí nunca mais, acabou aí. Aí nunca mais ele se envolveu na nossa vida, mas no começo ele vivia direto na nossa casa, disfarçando que ia ver os moleque.

Contrariando uma tendência no padrão da nupcialidade brasileira, Aparecida tem quatro anos mais do que o atual companheiro. Eles estão vivendo juntos há sete anos, os dois últimos já com a relação legalizada na cerimônia de casamento coletivo promovida pelos órgãos públicos do município, e também no religioso, por influência da tia. Mas confessa que depois de tanto tempo vivendo união consensual, já não fazia mais diferença. Decepcionada com a dura vida, Aparecida nos conta a história de uma conhecida:

O marido não dava valor nela, ele judiava dela. Judiava assim, ele não batia, não bebia, igual ao meu assim, só que não dava valor nela. As coisas que ela fazia ele não dava valor. Aí ela conheceu esta mulher, uma tal de [...], diz que ela é até gerente. Elas foram ficando amigas, ficando amigas, eu acho que as duas se apaixonaram e estão até morando juntas. Estão felizes. Ela estava magra. Se você ver ela agora, ela engordou, só vive sorrindo, é direto comprando roupa, calçado. É melhor do que se estivesse vivendo com o marido dela. Não estou falando? O culpado de tudo é os homens. (.....) Prá mim é desconhecido, prá mim é estranho, porque duas mulher? Às vezes não, né? Eu, nunca passou pela minha cabeça isto daí, mas vai que a mulher tem uma relação com outra e gosta? Eu não posso dizer que desta água não beberei porque eu não sei o dia de amanhã, mas que eu acho estranho, eu acho estranho. Bem estranho mesmo duas mulher junto.

Podemos decompor a fala da entrevistada em duas partes: num primeiro momento, decepcionada com os homens e com os maus tratos que eles submetem as mulheres, Aparecida se mostra liberal e compreensiva até mesmo quanto a uma relação homossexual, mas não sustenta essa opção por muito tempo, e logo seu depoimento se torna mais conservador a esse respeito. Temos ainda que sua idéia do que significa um marido maltratar a mulher é bastante incomum, pois não se circunscreve a maus tratos físicos, mas à violência emocional, que quase sempre é minimizada ou mesmo não-perceptível como uma forma de violência. Ela pensa, assim, dentro de uma ótica nova.

Bourdieu (1998, p.47) já nos alertou que a violência simbólica se constitui por intermédio da adesão que o dominado concede ao dominante e, por extensão, à dominação. Por isso mesmo parece-nos tão importante que Aparecida veja na falta de atenção do marido uma forma de maltratar a mulher, embora não esteja caracterizada a agressão física. Ela extrapola o senso comum que tende a minimizar a violência contida nas ofensas verbais diárias, na não-verbalização do afeto, na desatenção e na falta de cuidados, e reelabora a prática conjugal.

Embora consciente da dificuldade que seria criar sozinha quatro crianças, Aparecida diz ter, algumas vezes, vontade de se separar de Zaqueu. Essa é uma mulher com quem conversamos desde 1996, para os primeiros trabalhos de elaboração de uma monografia de especialização em história social. Entrevistá-la sempre foi muito prazeroso, porque ela não tem o que se poderia chamar popularmente de “papas na língua”. Nenhum assunto lhe é fonte de constrangimento, a tudo ela responde e fala sem rodeios sobre suas experiências e sentimentos mais íntimos.

Tendo uma vida marcada por lutas constantes e sofrimentos, tanto pelas dificuldades financeiras quanto por relações amorosas feitas de decepções, ela parece nunca esmorecer, ainda quando se fragiliza e fala de suas dores e suas lágrimas silenciosas durante a noite. Durante a entrevista, é interessante perceber que ela nos coloca questões que ela mesma vai respondendo, verdadeiros processos de catarse onde expulsa mágoas e encontra explicações para seus questionamentos mais íntimos. Frágil, quando fica sozinha com as crianças, vemos essa mulher assumir uma nova vida com o segundo companheiro e lutar lado a lado com ele para melhorar de vida. E isso, de fato, acontece, pois, como ela mesma nos chama atenção, a casa onde vivem atualmente é muito diferente daquela que

visitamos pela primeira vez. Antes de madeira, a casa agora é de tijolo, motivo de indisfarçável orgulho. Eles têm até mesmo telefone e um carro na garagem, ela faz questão de frisar.

Aparecida é uma mulher que tem consciência de sua força. Não teme romper um casamento infeliz e recomeçar tudo de novo, mesmo com quatro filhos. Se fôssemos usar uma palavra para definir o que acontece com essa mulher e com tantas outras que não aceitam se submeter à traição ou a um casamento infeliz, a que nos parece mais adequada é “empoderamento”⁴². Esta palavra é aqui pensada no sentido de tomada de consciência de poder de força, de luta, de resistência, sem precisar da presença masculina, pelo menos não só por causa do “arroz com feijão”, como Aparecida enfatizou.

Para finalizar a experiência de mulheres que viveram união consensual seguida de casamento legal, temos a história de Neuza. Entre nossas entrevistadas, sempre foi muito comum ouvir um lamento suspiroso: “minha vida dava uma novela”. Achamos que a de Neuza daria mesmo. Acompanhemos sua trajetória.

Aos quarenta e dois anos, ela é uma mulher alta e forte, pele clara, sorriso fácil e jeito desinibido. Manda-nos entrar em sua casa, puxa uma cadeira, traz um café. Falamos de nosso propósito, solicitamos sua permissão para a entrevista, e ela prontamente aceita. Se quiséssemos, começaria a falar naquela hora mesmo, mas preferimos agendar um segundo encontro. Ela concorda e diz que vai esperar com ansiedade. “É bom a gente falar”, diz ela, “já vivi cada coisa”.

⁴² A palavra empoderamento não é encontrada em nossos dicionários. Ela é derivada da expressão inglesa empowerment, cuja tradução mais aproximada poderia ser definida como referente a alguém que dota a outro de poder. Atualmente, contudo, a palavra está sendo utilizada, particularmente nos estudos feministas, para fazer referência àquele ou aquela que se dotou ou foi dotado de poder.

Aos dezessete anos, Neuza perdeu a mãe, mas, desde os dez anos, havia sido entregue à cunhada do seu irmão, tendo tido pouco contato com a genitora que, em função de um derrame, tinha se visto na obrigatoriedade de distribuir os filhos a conhecidos, prática comum no Brasil, variando as causas em razão de doenças ou morte do pai ou da mãe, dissolução da unidade conjugal ou de enfrentamento da pobreza.

Desde a década de 1980, a história da criança, que tem fronteiras muito tênues com a história da mulher e a história da família, desdobrou-se numa série de abordagens e de propostas de pesquisas (MOURA, 2002, p.47). Particularmente o tema da criança ilegítima e da criança abandonada tem estado em expansão em forma de teses, dissertações, artigos ou livros. Valendo-se da demografia histórica, Marcílio (1993, p.149-156) tem sido referência essencial nessa área de pesquisa, centrando-se principalmente na documentação das Santas Casas de Misericórdia, as únicas instituições a manter um serviço regular de assistência institucionalizada, de criação e manutenção do menor abandonado, a Roda dos Expostos.

Analisando o fenômeno do abandono de crianças na perspectiva histórica mais abrangente, percebemos que, apesar da importância que assumiu a chamada Roda dos Expostos das Santas Casas e, mais tarde, outras instituições voltadas ao mesmo fim, a maioria das crianças abandonadas no Brasil terminou sendo acolhida por famílias substitutas (MARCÍLIO, 1997, p.53). Como exemplifica a experiência de Neuza, a nossa entrevistada.

Com a morte da mãe, Neuza e os irmãos seguiram rumos distintos. Eles se dispersaram para locais distantes, Mato Grosso e Minas Gerais, enquanto ela permaneceu em Mandaguari.

Aos dez anos, ela já trabalhava no serviço da roça, na colheita do arroz, do café, do feijão e do milho, serviços penosos para uma menina de tão tenra idade. Antes mesmo de completar doze anos, Neuza recebeu do vizinho Sebastião, de quarenta e oito anos, uma proposta: “vamos morar comigo, Neuza. Eu tiro você dessa vida, trabalhando aí com dona N., apanhando. Vamos prá lá, você cuida da mãe que está velhinha, e mais prá frente nós casa. Vou esperar você pegar idade prá nós casar”.

A menina não teve dúvidas, apanhou depressa a pouca roupa que tinha, não se esqueceu da certidão de nascimento, talvez a única coisa de mais concreta que tinha da vida, e foi embora. A família adotiva reagiu prontamente. Embora não se negue que alguns pais adotivos estabeleçam laços de afetividade e de carinho com essas crianças, é manifesto que muitas servem, quase sempre, tão só como ajudantes para o trabalho.

A vida da menina mudou a partir de então. Aprendeu a lavar, passar, cozinhar e deixou de vez o serviço da roça. Cuidava da sogra e continuava sem ter qualquer contato mais íntimo com Sebastião, conforme ele prometera: “morava lá, mas ele não me relava o dedo em nada. Quando foi com quatorze anos comecei a namorar ele. Comecei a namorar e vai daqui, vai prá acolá, coisa e outra, aí já fui ser mulher dele”.

Neuza e Sebastião casaram-se no civil. Viveram juntos até a morte dele. Foram vinte e três anos de vida conjugal, sendo cinco em união consensual. Passados seis anos e sete meses de sua morte, Neuza encontrou outro companheiro, com quem vive há seis. As filhas estão todas casadas. “Casamento no papel”, como faz questão de informar sem disfarçar o orgulho.

O conjunto de informações trazidas nesse capítulo visou permear variados momentos na vida de nossas entrevistadas, com ênfase sobre as suas experiências conjugais. Numa primeira e superficial análise poderíamos supor que essas mulheres levam uma vida limitada ao trato com a casa, o cuidado com os filhos e com os companheiros, estando envolvidas numa luta diária pela sobrevivência que lhes embota toda a possibilidade de consciência de si e do mundo. A vida é difícil, o dinheiro é curto, as necessidades são muitas. O relacionamento com os pais nem sempre foi tranqüilo, muitas sofreram maus tratos desde muito pequenas. A vida afetiva de muitas delas é recheada por abandonos, traições, violências físicas e psíquicas. Os companheiros nem sempre são o que elas gostariam que fossem. Entretanto, o que esses depoimentos nos mostram são mulheres que não se deixam abater diante das adversidades.

Alternando subserviência e resistência, elas vão construindo suas trajetórias. Sonharam se casar de véu e grinalda, a maior parte delas, mas diante das impossibilidades, juntaram seus trapinhos e saindo de casa, fugidas ou abençoadas, iniciaram a vida de “mulher casada”. Tiveram filhos, cumprindo assim um destino, uma sina. Separaram-se quando julgaram ser hora, levando na partilha pouco mais do que a roupa do corpo e bocas para alimentar, até que acharam outro homem para lhes aliviar a carga. Fizeram e desfizeram relacionamentos. O que é normatizado pela sociedade parece só ser levado em conta por elas até determinada medida. Quando decidem, rompem todas as normas, avançam sobre todas as convenções. Suas respostas, contudo, não pareceram apontar qualquer identificação com o ideário feminista e as transgressões nos pareceram mais respostas espontâneas aos enfrentamentos cotidianos do que um rompimento consciente com os limites normalmente atribuídos à mulher. A prova disso nos

parece ser as mães que sonham para suas filhas uma vida totalmente encaixada nos padrões convencionais e mesmo aquelas mulheres que têm coragem o bastante para deixar seus companheiros, ainda que desempregadas e com filhos pequenos, logo vão à busca de outro homem que lhes ampare. Não amparo no sentido econômico, visto que algumas vezes é exatamente o contrário que ocorre, mas o amparo moral que nos parece ainda estar posto nas mãos dos homens.

O incremento das pesquisas na área da história das mulheres e gênero contribuiu para a recuperação de inúmeras discussões que extrapolaram os limites do feminino, como é o caso da história das crianças, a dicotomia entre o público e o privado, as questões do cotidiano e, a partir da incorporação de gênero como categoria de análise, também a masculinidade, dado a compreensão de que há uma imbricação natural entre a experiência das mulheres e a dos homens. Ao se voltarem para o estudo do feminino os historiadores não agiram apenas no sentido de trazer as mulheres para o palco dos debates, mas abriram possibilidades de novos estudos e questionamentos.

Certamente pela maior abundância de documentação e pela própria compreensão da história como o estudo do passado, há uma tendência natural dos historiadores a privilegiar o estudo das mulheres no período colonial, enquanto os períodos mais próximos ainda se ressentem de maior atenção. Nesse sentido há trabalhos muito importantes que merecem serem lembrados; como o **Ao Sul do Corpo**, de Mary Del Priore (1993), retratando a relação da mulher colonial com seu corpo e a vivência da sua sexualidade numa época marcada por intensa repressão e controle sexual. Englobando uma temporalidade mais ampla, a **História das Mulheres no Brasil** (DEL PRIORE, 1997), organizada pela mesma autora, propõe

uma revisão de muitos estereótipos construídos ao longo dos anos sobre uma possível “identidade” feminina.

Focalizando um período mais tardio, **Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX**, de Maria Odila da Silva Dias (1995), nos mostra a luta das mulheres pobres no espaço urbano, contribuindo para a manutenção da casa, quando não provendo sozinha o sustento da família e desmistificando o papel secundário que a historiografia tradicional lhes imputou. Essas mulheres nos são apresentadas numa pluralidade de ofícios, como os de engomadeiras, lavadeiras, quitandeiras; vivendo com seus maridos ou concubinos, não raro sozinhas, e conduzindo suas vidas de maneira bastante distante do modelo da mulher dependente e subjugada pelo regime patriarcal. O trabalho de Silva Dias (1995) nos evidencia a grande distinção existente entre norma social e a prática cotidiana, mostrando que embora as mulheres não participassem da história política e administrativa do país, isto não lhes diminuía a importância do papel que desempenhavam na história.

Miriam Moreira Leite, em **A Condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX** (LEITE, 1984) demonstra, através da ontologia de textos de viajantes estrangeiros, inclusive escritos por mulheres, como viviam as brasileiras (brancas ou negras, ricas ou miseráveis, livres, escravas ou forras) numa época de acentuado domínio masculino. Seu trabalho nos mostra que mesmo quando submetidas à opressão muitas mulheres conseguiram defender seus próprios interesses, a custa de brigas e rompimentos familiares que lhes custaram punições severas. Nesse sentido, ressaltamos a contribuição de Leila Mezan Algranti, em **Honradas e devotas** (ALGRANTI, 1993), obra valiosa no sentido de denunciar as violências e as arbitrariedades às quais as mulheres estavam sujeitas quando ousavam “desafiar”

seus pais ou maridos, não raro irmãos e tios, terminando seus dias enclausuradas em conventos.

Na mesma linha de denúncia da situação da mulher, **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920, de Rachel Soihet (1989), embora admita que o papel das mulheres esteve limitado face à manutenção dos privilégios masculinos, acusa ter havido um certo exagero quanto à defesa do papel de submissão da mulher no Brasil.

Todos esses estudos, de maneira mais ou menos aprofundada, discutem as relações conjugais no Brasil e nos deixam perceber que as uniões consensuais eram relações muito freqüentes entre as camadas populares e embora aceitas, eram tidas como inferiores ao casamento religioso e, após a República, ao casamento civil.

Estudando a família colonial, Samara (1989) nos revela um espaço onde as mulheres exerciam um poder nem sempre de maneira totalmente silenciosa e nos apresenta mulheres gerindo negócios de família, assumindo sozinhas a criação de filhos, pedindo divórcios e lutando por um espaço que lhes era concedido com extrema dificuldade. Seus trabalhos, embora ligados mais à temática da família do que diretamente vinculados à historiografia das mulheres, são fontes importantes para o estudo do tema; como exemplifica **As Mulheres, o Poder e a Família**: São Paulo século XIX.

O tema da educação feminina, importante reivindicação do feminismo, foi destacado nos trabalhos de Guacira Lopes Louro, em **Gênero, sexualidade e educação** e **Clotildes e Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República, de Etelvina Maria de Castro Trindade (1996). Esses estudos nos dão a dimensão das dificuldades apresentadas a todas as mulheres que tentavam penetrar no terreno do conhecimento, que foi durante séculos espaço privilegiado dos homens.

Os trabalhos de Margareth Rago (1985 e 1991) são inspiradores para qualquer pesquisador da temática feminina. Em **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar e em **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930), serão sempre as mulheres que estarão postas em cena, seja discutindo o papel delas na nascente industrialização paulista, seja analisando a vida das que se entregavam à venda de seus corpos.

Em 1989, Martha de Abreu Esteves chamou a atenção para o problema da sexualidade juvenil em **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque, revelando o cotidiano das jovens que eram seduzidas e abandonadas pelos namorados, o papel das mães para buscar lhes “limpar” a honra e as múltiplas estratégias que essas jovens mulheres criavam quando queriam conseguir um marido ou companheiro.

Focalizando uma temporalidade mais recente, o que nos parece bastante significativo, os trabalhos de Carla Bassanezi, em especial **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964) (BASSANEZI, 1996) também merecem destaque ao ressaltar a relação mulher e mídia, em especial mostrando as armadilhas que os novos tempos trazem no sentido de impor, através dos meios de comunicação, um modelo de comportamento feminino que é tão escravizante quanto as práticas do passado.

Para a historiografia brasileira das mulheres foi muito importante a contribuição dos trabalhos de Michelle Perrot, particularmente **Os Excluídos**: operários, mulheres e prisioneiros (PERROT, 1988), porque legitimaram esse campo de estudo, que passou a ser visto com mais seriedade dentro da própria academia.

Discutindo as condições de existência das mulheres pobres, quer no período colonial, quer nos séculos XIX e XX, todos esses trabalhos levantaram discussões

sobre a família, as relações de concubinato, a sexualidade, a misoginia que marcou o mundo do trabalho, os conflitos entre classes e nos permitiram perceber as permanências e as mudanças nos comportamentos e nos arranjos de vida das mulheres pobres no Brasil. A importância deles não é somente a de ter quebrado a hegemonia masculina e feito emergir a figura feminina na historiografia, mas especialmente a de nos ter revelado a multiplicidade de papéis vivenciados pelas mulheres em diferentes temporalidades.

Esposas adúlteras surgiram em contraposição à idéia arraigada das mulheres assexuadas; brancas e de famílias tradicionais foram encontradas expondo seus filhos bastardos; escravas foram reveladas possuindo núcleos familiares sólidos; concubinatos e bastardia mostraram-se práticas corriqueiras para negras, forras e brancas pobres; mulheres alcoviteiras; enclausuradas; gerindo negócios; solicitando divórcios; recusando casamentos arranjados; fugindo com namorados; mulheres leitoras e escritoras; analfabetas e letradas; foram múltiplos os caminhos através dos quais elas se lançaram à vida.

CAPÍTULO 4

VIVÊNCIAS FEMININAS

4 VIVÊNCIAS FEMININAS

Uma mulher de barrigão, grávida de muitos meses, contava a outra a sua história, sobriamente.

- Enquanto eu era bonita ele gostava de mim. Não havia presente que não me dava. Disse até que ia casar no padre e no juiz.

- No padre e no juiz?

- Sim, minha filha. Homem quando quer enganar é pior do que o sujo (AMADO, 1999).

No capítulo anterior apresentamos a fala de nossas depoentes que julgamos capazes de melhor captar suas experiências diretamente relacionadas à vivência de uniões conjugais consensuais. Nesse momento a fala continua com as mulheres e o propósito é de ampliar o foco de observação. Os estudos históricos da educação e do trabalho feminino no Brasil servirão como ponto de partida para discutirmos o grau de escolaridade e a experiência de nossas informantes na esfera produtiva. Também não perderemos de vista a maneira como elas lidam com a maternidade, os métodos utilizados quando decidem controlar o número de filhos, a vivência da sexualidade, o comportamento diante do fato de serem traídas ou de traírem seus companheiros. O que há de novo e o que se mantém tradicional na vida diária dessas mulheres? Discutiremos ainda as representações quanto à figura da mulher legalmente casada e aquela que vive uma união consensual. Veremos, a partir dos depoimentos apresentados, que nem sempre o discurso apresenta coerência, não tendo sido raros os momentos em que a união consensual foi apresentada como uma ligação menor em comparação com o casamento, embora repetissem de maneira muito enfática que “casar não importa, o que importa é viver bem”. Opiniões

aparentemente conflitantes e que só podem ser entendidas quando nos tornamos capazes de entender a historicidade e as especificidades que marcam a experiência de vida das mulheres.

4.1 MULHER E EDUCAÇÃO

A educação feminina tem sido apontada como um dos fatores imprescindíveis à conquista da cidadania⁴³ e de maiores possibilidades de negociação na relação com os homens, embora reconhecer o caráter potencialmente transformador da educação não implique, necessariamente, em aceitar que ela, por si só, dê conta de dirimir as desigualdades de gênero. Os padrões e os modelos de comportamento que discriminam as mulheres são transmitidos de geração a geração. Além disso, a inferioridade feminina é naturalizada, o que dificulta as mudanças porque as inscreve no nível simbólico.

⁴³ O conceito de cidadania reflete o reconhecimento social dos direitos dos indivíduos, quer na sua relação com outros indivíduos, quer com o Estado. É um conceito que se forja historicamente e que apresenta considerações variáveis no tempo. Embora se fundamente na proposta de igualdade entre todos os seres humanos, se confundindo especialmente com o livre exercício da participação política, traz no seu bojo o processo de exclusão, pois na Grécia, de onde remonta, a ágora estava reservada apenas aos homens livres e atenienses. Mulheres e escravos eram excluídos desse espaço. Na atualidade, não se cogita que indivíduos possam ser impedidos do livre exercício seus direitos pelo gênero, pela cor da pele ou qualquer outro tipo de diferenciação. Assim, cidadania é um conceito que tem sido constantemente redefinido, a fim de abarcar novos sujeitos sociais e, ao estender direitos a homens e mulheres indistintamente, produz uma profunda transformação no campo simbólico das relações de gênero (PITANGUY, Jacqueline. *Gênero, cidadania e direitos humanos*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002. p.109-121). Ver também, na mesma obra citada ÁVILA, Maria Betânia. *Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres*. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.121-142.

Apesar do avanço conquistado no âmbito educacional isso não se refletiu, por exemplo, na esfera política⁴⁴. Obviamente há um maior número de mulheres exercendo cargos políticos, mas não comparável ao percentual masculino, o que nos parece passo fundamental para que ocorra o alargamento e a consolidação das conquistas das mulheres. A educação pode sim criar as possibilidades para dissolver as diferenças entre homens e mulheres à medida que amplia o horizonte de expectativas dos indivíduos, levando à reflexão e ao questionamento do *status quo* diferenciador. Seria, contudo, ingenuidade não levarmos em conta que a Escola é também um lugar onde se elaboram princípios de dominação masculina. Por isso é que achamos que o aumento do nível de escolaridade das mulheres deve vir associado a um aumento da participação feminina efetiva na esfera política, pois isso lhes daria condições de, mais do que discutir, elaborar e implementar leis que tenham como traçado definido o fim das discriminações de gênero. É certo que a participação das mulheres nas lutas dos movimentos sociais criou legitimidade para que determinadas demandas tivessem visibilidade, mas é necessário avançar da esfera das reivindicações para a das decisões. Isso não significa dizer que um dispositivo de lei tem condições de alterar toda a estrutura social, porque isso seria

⁴⁴ No Brasil, a exclusão da esfera política não foi uma exclusividade das mulheres. Uma diversidade de sujeitos foi alijada das esferas decisórias em função de etnia, religião, classe social, entre outras. De todo modo, as brasileiras garantiram o direito de votar e de serem votadas muito antes de suas vizinhas latino-americanas e mesmo de algumas mulheres européias. O problema é que esse processo ocorreu sempre tardiamente e quando as mulheres chegaram à esfera política os lugares já estavam ocupados e a inserção delas exigiu sempre a necessidade de romper muitas barreiras e derrubar preconceitos. Ver ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Beltrão (Orgs.). **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.83.

incorrer no mesmo erro de julgar que a educação sozinha o faça. Na verdade, a conquista da igualdade entre homens e mulheres exige muitos aspectos de mudança.

A taxa de alfabetização tem sido, então, um importante indicador para a percepção das condições sociais do país. As pesquisas indicam que, quando analisado o índice de alfabetização, as mulheres se encontram no mesmo patamar que os homens, até mesmo com ligeira vantagem, mas isto não pressupõe igualdade de direitos e oportunidades, que exige transformações nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social (ÁVILA, 2001, p.19).

Em todos os países do mundo a escolarização dos meninos precedeu sempre a das meninas, mas esse quadro está se invertendo e o índice de mulheres escolarizadas encontra-se em crescimento. Dados estatísticos da UNESCO indicam que o aumento das taxas de alfabetização das mulheres é uma realidade em todos os países de que possuem informações, mas não houve uma total eliminação nas disparidades: dois terços dos adultos analfabetos do mundo, eram mulheres, a maioria vivendo na África, Ásia e América Latina (DELORS et al., 1999, p.76).

No Brasil, onde o direito à educação feminina se deu de maneira muito tardia, essas conquistas ficaram bastante prejudicadas. De uma perspectiva geral, a educação foi considerada elemento subversivo mesmo para os homens, mas foi para as mulheres que adquiriu uma conotação mais perigosa. Desde a sociedade colonial predominava uma visão bastante negativa da escolarização que somente a partir do século XVIII se atenuaria, por influência dos ideais iluministas que atingiram a América. Alguns membros da elite se compraziam em enviar os filhos à Europa, particularmente à Universidade de Coimbra. No caso dos menos abastados, o

destino podia ser o Seminário de Mariana. Desse modo, a educação estava muito marcada pela influência religiosa. Em 1808, com a transferência da família real para o Rio de Janeiro, ampliaram-se as possibilidades de educação, mas ainda mantendo-a restrita à elite masculina (VILLALTA, 1997, p.354).

Nossa primeira legislação relativa à educação feminina só surgiu em 1827, ainda assim só as admitindo em instituições de ensino elementar. A idéia prevalente era que escrever meia dúzia de palavras e efetuar as quatro operações era tudo quanto uma mulher necessitava saber, já que a sua verdadeira missão era preparar-se para papel de esposa e mãe (LOURO, 1997, p.453). Mesmo quando passaram a ser admitidas em instituições de ensino superior, em 1879, apenas um pequeno número de mulheres puderam seguir esse caminho para empregos de prestígio, salienta HANNER (1981, p.71).

Proclamada a Independência, a política oficial caminhou no sentido de tirar o país do atraso e o discurso sobre a importância da educação como instrumento de modernização se tornou bastante recorrente. Todavia é um processo que se deu sem uma preocupação em arregimentar a todos de maneira indistinta, prevalecendo uma seleção que se efetivava em nível de classe, de raça e, particularmente, de gênero.

As últimas décadas do século XIX apontaram de maneira mais eficiente para a necessidade de escolarização da mulher, compreendida como indispensável no processo de modernização da sociedade, de higienização da família e da construção da cidadania. Surgem as escolas normais, onde as mulheres têm aulas de português, matemática, história, catecismo, economia doméstica, trabalhos manuais, educação física, etc, mas que ainda não têm por fim lhes abrir perspectivas profissionais, mas tão somente prepará-las para a carreira doméstica, tornando-as

melhor companheiras para o homem. As alunas são incentivadas ao trabalho, à ordem, à economia e às virtudes da modéstia, docilidade e bondade, qualidades indispensáveis à felicidade de um lar. É uma educação que se direciona para a elite e que, portanto, exclui as meninas de famílias pobres, desde muito cedo envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho na roça e nos encargos com os irmãos menores (LOURO, 1997, p.444; TRINDADE, 1996, p.38; RAGO, 1985, p.63).

No século XX mudanças macroestruturais importantes, como o incremento da industrialização e o acelerado desenvolvimento urbano, aumentaram a necessidade de escolaridade para as mulheres, desde que uma nova dinâmica de recrutamento para o trabalho começou a se impor. Mesmo aquelas atividades que no passado haviam sido comumente desempenhadas por mulheres analfabetas ou semi-analfabetas, como empregadas domésticas, varredoras de rua, faxineiras, babás, passaram a exigir um nível mínimo de qualificação. O mundo moderno é um mundo cheio de códigos e sinais indecifráveis a quem não tem o domínio da leitura e da escrita. Níveis superiores de educação dificilmente são alcançados pelos membros procedentes dos estratos mais pobres da população, quer sejam do sexo masculino ou feminino (IBGE, 2000). Há, portanto, uma fronteira clara de demarcação que articula gênero e classe social.

Embora tenham se escolarizado mais tardiamente que os homens, a escolaridade feminina atualmente suplanta a masculina. Em 2002, a média de anos de estudos das mulheres foi de 6,4 contra 6,1 dos homens. Na área urbana, a média das mulheres era de 8,2 anos de escolaridade, contra 7,3 dos homens, e na área rural a diferença continuava favorável a elas: 3,9 anos de estudos das mulheres contra 3,4 dos homens (IBGE, 2002). A proporção de mulheres alfabetizadas no Brasil passou de 80,6%, em 1991, para 87,5%, em 2000, estando em ligeira

vantagem sobre os homens. A região Sul se destaca com a maior proporção de mulheres alfabetizadas (92,4%), continuando muito significativas o número de mulheres não alfabetizadas nas regiões Norte e Nordeste, 14,6% e 22,3%, respectivamente. A maior proporção de alfabetizadas é encontrada em mulheres até os 40 anos de idade. A partir daí os homens apresentam taxas superiores. A geração das mulheres mais velhas foi atingida pelo pensamento que considerou a educação desnecessária para o sexo feminino. Em 1990 quase 60% das mulheres estava no ensino superior; em 1997 esse percentual já era superior a 67%, o que lhes propicia melhores credenciais para o ingresso e a permanência no mercado de trabalho (IBGE, 2000, p.18).

A análise do nível educacional de nossas entrevistadas nos revela um quadro bastante precário. Seis mulheres são analfabetas; cinco entraram na escola, mas não concluíram a 4ª série do Fundamental (curso primário), enquanto nove delas concluíram. A razão da evasão escolar foi sempre atribuída à necessidade de ajudar nos serviços da roça, da casa, ou ainda como uma forma de complementação da renda familiar.

A falta de escolaridade é apontada, pela maioria delas, como a responsável pela dificuldade que encontram para arranjar serviço. Maria, Teresa, Elza e Eni são mulheres que tiveram de abandonar os estudos para auxiliar os pais nos trabalhos da roça. Embora mal soubesse ler e escrever o pai de Teresa afirmou-lhe que ela já podia mesmo ser uma “professora”. Procedimento repetido pelo pai de Eni, que nos conta:

Só sei assinar o meu nome [...] Meu pai não deixava estudar, falava que não adiantava. Para que estudar? Tinha de trabalhar. Aí eu comecei a trabalhar com oito anos. Trabalhava de babá. Nenhum

dos meus irmãos estudou. Ele (o pai) falava que não tinha precisão. Minha mãe é malfabeta (sic), meu pai é malfabeto (sic), meus irmãos é tudo malfabeto (sic). Aí foi assim (Eni).

Para Gomes (2000, p.66), nas famílias originárias do meio rural, a criança, desde muito cedo, era educada no trabalho e para o trabalho. Tão logo adquiria autonomia no andar, realizava pequenas tarefas, na roça e em casa. Dessa maneira, aprendia a compartilhar as obrigações do cotidiano e incorporava o trabalho como a atividade e o valor primordial.

O baixo grau de escolaridade das mulheres que compõem o nosso universo de pesquisa é um elemento complicador ao se buscar soluções para as difíceis condições de vida em que se encontram. Além de ser uma dificuldade no que diz respeito ao acesso a melhores condições de trabalho e de remuneração salarial, outro agravante é que o analfabetismo ou o semi-analfabetismo lança reflexos inequívocos na maneira como criam seus próprios filhos e filhas⁴⁵.

Embora a maioria das mulheres tenha demonstrado uma valorização do estudo muito superior às nossas expectativas, seus filhos e filhas irão reiterar o modelo de educação precária. Era de se supor que, não tendo freqüentado a escola, essas mulheres vissem o desinteresse dos filhos pelo estudo como algo natural. Não é o que nos foi dado perceber, embora se deva fazer a ressalva de que elas não parecem ter tomado, em momento algum, uma atitude mais enérgica para evitar que a evasão escolar ocorresse. Enquanto os filhos são ainda crianças, há maior

⁴⁵ Indicadores sociais do IBGE (Censo Demográfico/PNAD 2000), mostram que a educação da mãe é um fator de influência na saúde das crianças e nos índices de mortalidade infantil. Desse modo, filhos de mães com mais de oito anos de estudo têm uma taxa de mortalidade de 28 por mil, na região Nordeste, e de 16,4 por mil, quando vivem no Sul. Além disso, o risco de se perder os filhos antes dos cinco anos é 2,5 vezes maior para mulheres com baixa instrução, na região Nordeste, enquanto na região Sudeste, é de duas vezes. Embora a educação não seja o único fator a influenciar a saúde das crianças, devendo-se levar em consideração também as variantes regionais, é evidente que, quanto mais instruída a mãe, maior a possibilidade de sobrevivência da criança.

empenho por parte dos pais para que eles permaneçam estudando, mas, a partir de certa idade, em especial durante a adolescência, o que se denota é tão somente uma lamentação fraca quando os filhos desistem de ir à escola, como se a falta de escolarização fosse a sina natural dos pobres, algo como um destino comum a que todos eles, de um modo ou de outro, terminam por compartilhar, por vontade de Deus ou por injustiça dos homens.

As filhas de Eni sonharam em ser professora e doutora, enquanto Aparecida confessa que seu grande desejo é que a filha estude para arrumar um emprego digno: “não de médica ou promotora, porque isto é muito difícil para filho de pobre”. Esta mulher tem limites precisos até mesmo nos seus sonhos.

Curiosamente, D.Dinorá tem uma idéia acerca da escola que é de clara oposição a todos os demais depoimentos. A filha mais nova, com 17 anos, é a que possui maior escolaridade, tendo chegado até a quinta-série do Fundamental, quando, então, foi retirada da escola. Quando lhe perguntamos a razão desse procedimento D.Dinorá se esquivava. Insistimos e ela responde constrangida: “Porque aprende muito coisa assim...”. Interrompe.

Quando perguntamos se ela acredita que a escola não é um bom lugar, ela nos responde visivelmente constrangida: “é boa a escola, mas você pode só prá aprender a ler, né? Mas eu acho que fazer explicação prá menina assim, não compensa. No meu ver não carecia fazer. É bom a escola, mas só que é bom prá aprender a ler e a escrever, a respeitar os mais velhos”.

Por mais que tenhamos tentado identificar as causas que a levaram a ter tamanha resistência ao fato de a filha permanecer na escola, não nos foi possível maiores detalhes. Talvez para essa sua resistência tenha contribuído alguma informação dada sobre sexualidade aos alunos, já que questões sobre sexo na

escola ainda são alvos de muita polêmica⁴⁶, mas pode ser também que seja o resultado de sua própria experiência quando estudante numa pequena escola rural. D.Dinorá nos confessa que, quando menina, se sentia muito envergonhada quando a professora dizia frente aos colegas que ela não sabia a lição, o que invariavelmente a fazia chorar. A escola aparece assim como um local de opressão.

O que nos importa destacar é que o resultado desse fraco nível de escolaridade detectado entre nossas entrevistadas se reflete em uma baixa qualificação profissional. Isso, somado ao fato de que a cidade de Mandaguari não oferece grandes possibilidades de emprego formal, a exemplo de tantas outras pequenas cidades do interior, contribui de maneira considerável para as difíceis condições de vida dessas famílias, fragilizando-as ainda mais, pois há uma clara correlação entre o aumento de escolaridade da mulher e sua inserção nas profissões melhores remuneradas (HIRATA, 2002, p.346, MACÊDO, 2001, p.67).

4.2 A MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

É fato sabido que as mulheres sempre fizeram parte do mundo do trabalho, ainda que uma participação mais ostensiva e que fosse capaz de englobar mesmo

⁴⁶ Desde 1997 o Ministério da Educação oficializou a prática de orientação sexual nas escolas. A partir daí os professores tiveram respaldo institucional para tratar o tema. Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) apresentaram um conjunto de normas, objetivos, conteúdos e procedimentos a serem adotados em sala-de-aula. A esse respeito ver RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Nádia Geisa Silveira; SOUZA, Diogo Onofre. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v.7, n.1-2, p.109-129, 1999.

aquelas procedentes dos estratos sociais mais elevados seja um fenómeno típico do mundo contemporâneo. As mulheres sempre trabalharam, mas nem sempre exerceram “profissões” (PERROT, 2005, p.251; SOHN, 1995, p.119).

Naturalmente consideradas frágeis e pouco hábeis para desempenhar qualquer tarefa que fugisse ao universo doméstico, a participação das mulheres no mundo do trabalho foi protelada por um discurso que insistia em lhes naturalizar a inaptidão para qualquer atividade produtiva (MOURA, 1999, p.101-111). Como a execução de tarefas domésticas jamais foi valorizada, criou-se a falsa idéia de que mulher e trabalho são elementos que não se articulam. Desconsiderou-se, assim, o cuidado com os filhos, com a casa, o preparo dos alimentos, as atividades coletoras; ainda hoje significativas em muitas sociedades e fundamentais para a sobrevivência do grupo. Na demarcação de papéis masculinos e femininos predominou uma dialética que opôs o mundo da produção versus o da reprodução, da esfera pública versus esfera privada e que foi profundamente prejudicial às mulheres porque engessou a compreensão da participação delas no mundo do trabalho.

Para Bruschini (1992, p.293), os conceitos tradicionalmente utilizados para medir o trabalho, baseados nas atividades econômicas desempenhadas pelo homem, assim como os procedimentos metodológicos dos levantamentos censitários, ocultam a contribuição feminina. Os critérios de captação de dados sempre privilegiaram o trabalho regular, contínuo, em tempo integral e formalmente remunerado e que se mostraram inadequados para a análise de países cuja estrutura econômica está assentada, sobretudo, em atividades informais e agrícolas, de carácter sazonal. O trabalho feminino, por sua vez, tem freqüentemente sido realizado de maneira descontínua, em tempo parcial, concentrado nos setores

tradicionais de produção ou em pequenas empresas familiares. Isso faz com que ele se torne pouco visível e, conseqüentemente, desvalorizado.

Conquanto representando uma força de trabalho expressiva desde os primeiros momentos da Revolução Industrial, as mulheres estiveram subsumidas dentro da categoria homogênea de classe trabalhadora. Apesar da importância que a mão-de-obra feminina assumiu logo nos primeiros anos da industrialização, como nos engenhos de algodão ingleses onde, entre 1834-1847, mais da metade era de mulheres e meninas (HOBSEBAWM, 1996, p.67), os estudos específicos sobre a classe trabalhadora permaneceram, por muitos anos, centrado exclusivamente na experiência masculina.

No Brasil, embora a composição sexuada da classe trabalhadora tenha sido nítida desde a Primeira República, com as operárias têxteis e as costureiras constituindo um percentual importante da mão de obra e marcando presença, inclusive, nas lutas operárias e na imprensa anarquista, foi somente nos fins da década de 1970 e início dos anos 80 que os sociólogos e os historiadores se voltaram de maneira mais expressiva à atuação da mulher, numa tentativa de compreender as formas femininas de organização e participação no movimento operário (SOUZA-LOBO, 1992, p 254).

Embora ser esposa, mãe e dona-de-casa fossem tidos como o principal papel da mulher, como pregavam a Igreja, os médicos e os juristas, e referendavam os manuais de economia doméstica, muitas foram aquelas que fugiram a esse papel normativo, e sempre à custa de muita incompreensão. O preconceito e a discriminação enfrentados pelas mulheres que buscavam um trabalho fora de casa atingia-as de maneiras distintas. Quanto mais baixo estivessem na escala social, menor a condenação que sofriam. Desse modo, enquanto as senhoras das classes

dominantes pouco mais se aventuravam do que idas à igreja, a presença das mulheres pobres nas ruas vendendo seus corpos, comercializando gêneros alimentícios, lavando roupas para estudantes e forasteiros, trabalhando de costureiras e fiandeiras em fábricas de tecidos, era bastante freqüente. As escravas ou forras foram as que mais facilmente trabalharam, seguidas mais tarde pelas brancas de camadas pobres. O grande número das que chefiavam domicílios impunha essa necessidade, quer isso fosse visto com bons olhos, quer não (SILVA DIAS, 1995, p.23).

No século XIX predominava uma percepção do trabalho feminino muito associado à de luta pela sobrevivência, mas que vai, com o avançar do tempo, se alargando e seduzindo outros estratos sociais, além ir se apresentando outras razões para o seu desempenho. O desenvolvimento de novas tecnologias e a expansão de órgãos do governo, empresas comerciais, serviços financeiros e de comunicações proporcionou um número crescente de cargos de escritório. As moças de classe média passam a ocupar cargos de balconistas, datilógrafas, auxiliares de escritório e nas fábricas; enquanto as instruídas e de “boas” famílias dominam o magistério e, mais tarde, a enfermagem, atividades que não apresentavam riscos de “masculinizar” a mulher porque perpetuavam os estereótipos da natureza feminina (BESSE, 1999, p.163; RAGO, 1985, p.63; LOURO, 1997, p.454).

É importante ressaltar que no Brasil houve uma importante conjunção entre imigração e industrialização, com significativo número de mulheres imigrantes que ingressou na força de trabalho de maneira abundante e barata. Em 1912, em São Paulo, inspetores do Departamento Estadual do Trabalho constataram nos estabelecimentos fabris que de um total de 1.775 operários, 1.340 eram do sexo feminino. Com o passar dos anos elas foram sendo sucessivamente substituídas

pelos homens, empurradas para as atividades secundárias pelo discurso médico-higienista, que insistia no papel delas como esposa e mãe, contribuindo para a sua desvalorização profissional (RAGO, 1985, p.582; p.591).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras para sua profissionalização, sem esquecer o Código Civil de 1916 que determinava a necessidade de autorização do marido ou juiz para que uma mulher casada se empregasse (MALUF e MOTT, 1998, p.376), chegamos ao final do século XX com um enorme contingente de mulheres trabalhadoras. Cada vez mais o mercado as absorve, e não apenas as mais jovens, solteiras e sem filhos, como ocorria no passado, mas há uma tendência de inserção também daquelas mais velhas, casadas e com filhos. Esse aumento evidencia que as responsabilidades familiares não mais se constituem num fator impeditivo ao trabalho feminino, como ocorria até a década de 1970 (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001, p.163).

O aumento da atividade das mulheres não é apenas o resultado de necessidade econômica e da ampliação de oportunidades do mercado de trabalho, mas também uma consequência das transformações demográficas, culturais e sociais que estão ocorrendo no Brasil e que afeta particularmente as mulheres e as famílias (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001, p.162).

Pensar a questão da participação das mulheres na esfera produtiva implica em repensar a própria categoria trabalho, alargando sua compreensão, de modo a abarcar uma multiplicidade maior de atividades. Levamos em conta que o trabalho foi um elemento importante para a conquista de direitos pelas mulheres, ainda que esta deva ser sempre uma observação devidamente dimensionada, pois embora não se possa negar que ele melhore consideravelmente o papel da mulher, não é capaz de isolado provocar a igualdade com os homens. Isso porque a desigualdade entre

os gêneros não se fundamenta apenas na esfera econômica e material, mas se inscreve na cultura, nas idéias, na linguagem e no imaginário, enfim, no conjunto de representações sociais que impregnam as relações humanas (SILVA, 1997, p.563). Como já foi mencionado a respeito da educação ou da participação política da mulher.

Outro agravante é que, na atualidade, embora esteja definitivamente inserida na esfera produtiva, grande parte da mão-de-obra feminina está concentrada em atividades informais, de má qualidade e sem proteção da legislação trabalhista. Além disso, as mulheres ainda ganham menos do que os homens em razão do sexismo das ocupações. Os guetos femininos no mercado de trabalho criam uma divisão entre atividades tidas como masculinas e as femininas, sendo essas últimas pouco privilegiadas⁴⁷ (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2001, p.159).

Como resultado disso, o trabalho doméstico continua sendo tido como a principal atividade feminina, dando a qualquer outra o caráter de secundário ou complementar. É justamente isso que permite a prática discriminatória que a mulher ocupa no mercado de trabalho: baixas taxas de atividades, estreito número de

⁴⁷ A diferença salarial entre homens e mulheres não é uma característica apenas de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Pesquisa de Kate Purcell sobre gênero e trabalho no Reino Unido, nos mostra que também lá ocorre a mesma disparidade, apesar da lei de igualdade de oportunidades e de remuneração (PURCELL, Kate. Gênero e insegurança no trabalho no Reino Unido. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v.7, n.1-2, p.145-176, 1999). Nos Estados Unidos as mulheres também ganham menos do que os homens e aquelas que têm filhos são as piores remuneradas, contribuindo para aumentar a diferença salarial entre homens e mulheres. O crescimento de emprego de meio-período tem ajudado a melhorar o salário das mães, mas estes trabalhos ainda oferecem baixo salário (KHENG, E. E.; BRIAN, Célia. Valuing motherhood? Experience of mothers returning to paid employment. **Women's Studies Journal**, New Zealand: Otago University, v.19, n.1, p.11-24, 2005). No Brasil tem se percebido uma diminuição do hiato salarial entre homens e mulheres em todo o mundo, em especial nas gerações mais jovens, o que aponta para uma tendência da continuidade da redução de diferenciais, à medida que as mulheres mais velhas, de menor escolaridade e mais segregadas em ocupações de pior qualidade vão sendo substituídas por mulheres mais jovens. Em 1997 os homens ganhavam aproximadamente 70% mais do que as mulheres e em 1997 esse diferencial havia caído para 25%. O aumento da escolaridade feminina e a redução da discriminação contra a mulher tendem a fazer acelerar esse processo. Ver LEME, Maria Carolina da Silva; WAJMMAN, Simone. Tendências de coorte nas diferenciais de rendimento por sexo. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.251-298.

ocupações, baixos níveis salariais, breve duração de vida ativa e baixo nível de qualificação. Apesar da crescente contribuição feminina nas despesas domésticas, algumas vezes sendo mesmo superior à masculina, isso não parece refletir na representação simbólica dos papéis, pois as pesquisas do IBGE revelam que a idéia do provedor continua associada ao homem (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.34).

Segundo Abramo (1999, p.225) ter se unido alguma vez reduz pela metade as chances da mulher estar trabalhando, enquanto ter vivido em união consensual aumenta em 10% as chances de trabalho feminino, já o rompimento de uma união, consensual ou não, implica em 50% mais possibilidade das mulheres trabalharem.

No caso das mulheres pertencentes aos estratos mais empobrecidos, deve-se levar em conta que o número de filhos e a idade do mais novo é um complicador, devido à dificuldade para pagar alguém para cuidar da(s) criança(s) e a insuficiência de creches; exceto quando se pode contar com a colaboração de parentes. Apesar das dificuldades que enfrentam as mulheres pobres que desejam trabalhar é justamente nesse estrato que as taxas de participação laboral têm se incrementado mais acentuadamente nas últimas décadas na América Latina (ITABORAÍ, 2003, p.164).

A maioria de nossas entrevistadas está na informalidade, sendo bastante difícil quantificar a renda familiar mensal delas com precisão. De um modo geral, as que trabalham têm uma situação um pouco melhor do que as que são donas-de-casa. Isso porque essas últimas, quase sempre, estão em companhia de homens que também não dispõem de uma renda adequada, alguns sequer têm um trabalho fixo. Quase sempre são trabalhadores rurais sofrendo o efeito da sazonalidade e dos períodos de seca ou de chuva, o que cria uma situação de enorme instabilidade para suas famílias.

Macêdo (2001, p.69) identifica três perfis possíveis de mulheres trabalhadoras, chamando-as de avulsas, estáveis e qualificadas. No primeiro grupo, estariam

aquelas que desenvolvem atividades ligadas ao mercado informal e sem vínculo empregatício, tais como lavadeira, diarista, servente e também as empregadas domésticas. Essas últimas, embora com direitos legais já adquiridos, têm tido pouco acesso às garantias legais que lhe são devidas. O segundo grupo compõe um leque mais amplo de ocupações como auxiliar de serviços gerais, agentes de portaria e lavadeiras hospitalares, todas com baixo nível de exigência em termos de habilidades para a execução das tarefas, mas, de todo modo, com uma vinculação efetiva no mercado de trabalho, englobando também nesse grupo, as pensionistas ou aposentadas, que, embora realizem atividades avulsas, possuem uma certa segurança advinda das pensões ou das aposentadorias. Por fim, o terceiro grupo, o das qualificadas, seria constituído por trabalhadoras estáveis com uma qualificação mínima de nível médio e recebendo salários mais elevados, que é representado por professoras primárias, secretárias, funcionárias públicas com as funções de técnicas de laboratório e agentes penitenciárias.

Na relação de nossas entrevistadas, encontramos um alto índice de mulheres que se enquadrariam no grupo das avulsas, um reduzido número no grupo das estáveis e nenhuma podendo ser inserida no rol das qualificadas.

Assim, vejamos: sete mulheres trabalham como donas-de-casa; três ligadas à reciclagem de lixo, que tem se tornado, nos últimos anos, uma fonte alternativa bastante procurada por famílias de baixa renda no município; três são diaristas, isto é, prestam serviços domésticos esporádicos em casas de família, recebendo em torno de R\$10,00 a R\$20,00 por dia de trabalho, não sendo também incomum o pagamento em forma de alimento ou de roupas usadas. O trabalho de diarista é bastante instável, podendo passar duas ou mais semanas sem que elas sejam chamadas. Três entrevistadas são trabalhadoras rurais, também denominadas

bóias-frias, empregadas na colheita de café, algodão ou no corte da cana, serviço este mais pesado. Algumas podem ser enquadradas na categoria de trabalhadoras rurais, mas também prestam qualquer outro tipo de serviço, isto é, vivem de bicos, que são atividades muito incertas. Embora somente Eni tenha confessado valer-se do expediente da mendicância, pudemos constatar que um número maior delas recorre ao mesmo expediente, ainda que não o tenham confessado. Por mais de uma vez nos foi possível encontrá-las em frente a supermercados ou em pontos estratégicos da cidade solicitando ajuda.

Apenas Júlia é empregada doméstica e tem uma renda fixa que lhe assegura maior estabilidade quando comparada às demais, embora o salário não seja significativo e ela não disponha de carteira assinada. Desde a Constituição de 1988, as empregadas domésticas, segunda maior categoria de trabalhadoras no Brasil, passaram a ter assegurado direitos trabalhistas (ÁVILA, 2002, p.130-132), mas há uma evidente distância entre o que determina a lei e o que ocorre na prática.

D.Ângela é aposentada, enquanto Conceição e Neuza recebem pensão dos maridos falecidos. Teresa é outra que recebe pensão do marido, mas complementa o ganho prestando serviços de diarista com assiduidade, por isso está enquadrada em ambas categorias.

Das que trabalham na reciclagem, Maria, Fátima e Roselaine, a primeira é quem apresenta uma situação menos precária. Roselaine, que trabalha junto com o companheiro, não ultrapassa a renda média mensal de R\$200,00. Sua irmã, Fátima, que também trabalha em parceria com o companheiro, diz obter, em média, R\$240,00.

Maria, por sua vez, é a melhor sucedida. Sozinha consegue obter uma renda que gira em torno de R\$240,00. Este, somado aos ganhos do marido, ainda que

incertos, pois ele é trabalhador rural, permite à família uma situação um pouco melhor. O fato de sua renda ser maior do que a das outras duas mulheres é fácil de entender. Enquanto essas percorrem a cidade normalmente na parte da manhã e muito eventualmente na parte da tarde, Maria pode ser encontrada em qualquer horário com seu carrinho cheio de papéis e garrafas, em uma jornada de trabalho estafante.

Entre todas as entrevistadas, Neuza e Valdicéia são as que apresentam melhores condições financeiras. Neuza recebe dois salários mínimos de pensão do marido falecido. Além disso, conta com a ajuda do atual companheiro, com quem vive em união consensual. Ele colabora com R\$150,00 no orçamento da casa.

Embora Valdicéia esporadicamente preste serviço de diarista, seu atual companheiro recebe um salário que os coloca em uma posição bastante vantajosa em relação às demais famílias. Buscamos fixar a renda familiar mensal de nossas entrevistadas em até, no máximo cinco salários mínimos, e essa família foi a única que chegou a esse patamar. Entretanto Valdicéia confessou-nos que o companheiro não arca com as despesas pessoais dela, razão pela qual ela continua trabalhando sempre que pode. Além disso, diz gostar de trabalhar, coisa que fez desde muito nova, o que lhe garante uma liberdade da qual não abre mão.

A situação das mulheres que não trabalham fora é de maior dependência, especialmente porque os maridos recebem, no máximo, um salário mínimo. De modo geral as mulheres que têm uma profissão têm percepções mais críticas acerca das práticas tradicionais e são mais favoráveis à igualdade de gênero (ARAÚJO e SCALON, 2005, p.69), enquanto a adesão feminina e masculina à opinião de que a mulher não deve trabalhar em nenhuma circunstância está fortemente ligada aos indivíduos com baixa renda familiar. O fato de serem justamente os mais pobres que

não incentivam o trabalho feminino poderia ser um paradoxo, uma vez que são eles os que mais necessitam de uma complementação da renda. Tal posição, no entanto, se explica pelo fato de que há nas classes médias maior comprometimento com um discurso “moderno” que valoriza o trabalho feminino e que é o resultado de melhor escolarização (PICANÇO, 2005, p.163).

É interessante observar que em um momento em que o sistema produtivo alcança níveis altamente especializados, com a introdução de novas tecnologias de base microeletrônica, essas pessoas continuam a desempenhar trabalhos tão primários. São mulheres que não estão sequer inseridas no que os pesquisadores norte-americanos e europeus vêm denominando de “working poor”, isto é, tarefas normalmente desempenhadas por trabalhadores de tempo parcial, normalmente do sexo feminino, e quase sempre em situação particularmente vulnerável (HIRATA, 2002, p.347).

4.2.1 Mulher e Trabalho Doméstico

O trabalho doméstico tem sido acusado como uma das mais importantes formas de opressão da mulher⁴⁸. A dona-de-casa vive a repetir o mesmo ritual de tarefas diariamente e qualquer outro membro que se disponha a colaborar, quase

⁴⁸ Alguns pesquisadores vêem o trabalho doméstico de uma maneira menos crítica, pensando-o como parte de uma estratégia familiar em que os membros se dividem em atividades distintas, mas almejando sempre um fim comum: a reprodução do patrimônio familiar. Assim, o trabalho doméstico assume um papel fundamental na família e não é visto como sendo uma atividade discriminatória ou escravizante. Ver, por exemplo, FÁVARO, Cleci. **Imagens Femininas: contradições, ambivalências, violências**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002.

sempre o faz a título de ajuda, não como uma participação efetiva e obrigatória. A rotina cansativa, monótona e repetitiva não lhes propicia apenas desgaste psicológico, como já está bastante evidenciado pela literatura médica, mas também consequências físicas. A repetição de atividades historicamente desempenhadas por mulheres, como lavar, passar, varrer, costurar, bordar, ou mesmo a sua incorporação na indústria, em que de todo modo ocorre a mecanização do trabalho, tem sido responsável por uma verdadeira epidemia de LER (lesões por esforços repetitivos) ou DORT (Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho), entre a população feminina, vitimando três mulheres para cada homem.

A LER é uma excelente metáfora das condições do trabalho feminino nos tempos atuais. A LER é a linguagem que expressa e denuncia o lugar da mulher no mercado de trabalho, as condições a que está submetida, a jornada e a dupla jornada que lhe são impostas, os agravos sobre a sua saúde a que se vê sujeitada, enfim, as especificidades do trabalho feminino até este final de milênio (JACQUES, 2000, p.42).

As tarefas de uma dona-de-casa são muitas: apronta as crianças para a escola, prepara o café e varre a casa. A roupa é colocada de molho enquanto vai dando início aos preparativos do almoço ou varre o quintal. Mesmo que tenham muito trabalho a ser feito na parte da manhã esse é um horário de grande transitar de mulheres pelos bairros. Algumas ficam nas cercas ou nos portões das casas, caminhando devagar em direção às vendas ou parando com as vizinhas num bate-papo que pode se estender além do tempo de colocar o feijão no fogo, esquecidas de suas atividades.

Essa rotina de trabalho feminino, que pode parecer tranqüila, na verdade não o é. Repetido, monótono e estafante, o dia-a-dia de uma dona de casa pode terminar

causando distúrbios não só físicos, mas também psíquicos. O corpo feminino, ao contrário do que se pensa, não é silencioso e passivo, ele reage.⁴⁹

Mesmo quando está inserida no mercado de trabalho a situação de opressão da mulher não se altera porque é sempre a ela que cabe a responsabilidade do trabalho doméstico, uma vez que o ingresso no mercado de trabalho não elimina sua obrigatoriedade nos cuidados com a casa, de modo que o desempenhar de sua profissão se torna sempre uma carga adicional. Mesmo mulheres proprietárias de bens materiais não adquirem um *status* igualitário ao dos homens, pois apenas a propriedade privada não é base da supremacia masculina, assim como um grande capital cultural também não basta para alterar de forma substancial a situação feminina quase sempre desvantajosa.

Pesquisas efetuadas no Brasil junto a moradores de grandes centros urbanos mostraram que houve modificações na repartição do trabalho doméstico, com maior colaboração dos homens em diferentes tarefas. Entretanto essa mudança na divisão

⁴⁹ O corpo feminino pode ser lido como um texto onde mágoas, frustrações e angústias se inscrevem. Doenças como a histeria e a neurastenia, freqüentes na segunda metade do século XIX, e a agorafobia (medo de lugares públicos), anorexia nervosa e bulimia, na segunda metade do século XX, podem ser pensadas como uma reação involuntária e silenciosa daquelas mulheres que não se adaptaram, porque não quiseram ou não puderam, a um modelo de feminilidade que lhes era (e é) imposto. Um protesto disfarçado. O medo de lugares públicos já foi descrito por Robert Seidenberg e Karen DeCrow como uma “greve” das mulheres contra a obrigatoriedade das atividades de uma dona-de-casa “normal” e dedicada: fazer compras, levar as crianças à escola, acompanhar seus maridos a eventos sociais, etc. Para Orbach, a anorexia pode ser percebida dentro dessa mesma lógica de contestação, exprimindo na redução continuada e sofrida do corpo aquilo que a mulher é incapaz de dizer por meio de palavras. Cf. BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p.19-41 (Coleção Gênero). Também Corbin (1991), discutindo a mesma questão, nos faz saber que durante muitos séculos as mulheres francesas, impedidas de falar de seus sofrimentos mais íntimos, usavam empregar de toda sorte de mal-estares e perturbações para o extravazamento de suas angústias. De modo inesperado, muitas deixavam de obedecer aos pais e maridos, bebiam aguardente, jogavam cartas, dançavam, chegando, algumas delas, a serem submetidas a rituais de exorcismo, uma vez que fugiam totalmente e de maneira escandalosa ao ideal de identidade feminina. Ver CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, M. (Org.). **História da Vida Privada: Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.413-610. v.4.

do trabalho doméstico tem um caráter bastante restrito, de modo que a maioria das responsabilidades domésticas continua sendo atribuída exclusivamente às mulheres (ARAÚJO e SCALON, 2005; VENTURI, RECAMÁN e OLIVEIRA, 2004; HIRATA, 2002). No caso das mulheres das camadas populares a situação é ainda pior, uma vez que seus companheiros tendem culturalmente a uma posição mais conservadora e pouco se prestam aos serviços domésticos, tidos como tarefas de mulher.

Pesquisa realizada em 2001 pela Fundação Perseu Abramo junto a 2.502 mulheres, de 15 anos ou mais, moradoras de 187 municípios de 24 estados brasileiros, constatou que em 96% dos domicílios a principal responsável pelas tarefas domésticas é a mulher. Além disso, quando outra pessoa participa na responsabilidade com os serviços domésticos, em 49% dos casos tratava-se também de outra mulher. Na limpeza da casa, cozinhar, lavar e passar a roupa os maridos dedicam, em média, menos que 2,5 horas por semana, enquanto as mulheres investem quase 28 horas. Com os cuidados com as crianças, os maridos gastam quase 3 horas, enquanto suas companheiras comprometem mais de 18 horas. Já quanto aos cuidados com os idosos, os homens gastam menos que meia hora contra quase duas horas investidas pelas mulheres. A situação das mulheres que estão no mercado informal é pior do que a daquelas que estão formalmente empregadas. Os maridos destas últimas despendem, em média, quase uma hora mais por semana com as tarefas domésticas do que aqueles cujas mulheres estão no mercado informal. Possivelmente esta maior colaboração seja motivada pelo retorno obtido com o trabalho remunerado da mulher e a elevação do status familiar. Acrescente-se ainda o fato daquelas que dispõem de um emprego formal terem a capacidade de negociação mais fortalecida (SORJ, 2004, p.114).

Para Passserini (1991, p.387), mesmo a grande oferta de eletrodomésticos, que propiciou uma verdadeira proposta de “taylorização” do trabalho doméstico, não chegou a alterar muito esse quadro de sobrecarga de trabalho feminino. Isso por duas razões: para as mulheres de menor poder aquisitivo a disponibilidade desses equipamentos é rara e, mesmo aquelas que os possuem, ainda assim despendem tempo considerável na administração, na organização e no planejamento das atividades na unidade doméstica.

No caso das classes menos favorecidas e com baixos níveis de instrução e de qualificação profissional, a situação é ainda mais agravante. Quando essas mulheres prestam serviços fora de casa, esses são, quase sempre, de empregadas domésticas ou de trabalhadoras rurais, onde além de mal remuneradas, raramente possuem carteira assinada. Assim, além de baixos salários elas não têm acesso aos direitos mínimos dos trabalhadores.

Devido à falta de qualificação, muitas mulheres optam pelo serviço de empregadas domésticas, situação em que podem, de certo modo, continuar a circular no âmbito do privado, reproduzindo no universo de outras famílias seu papel feminino. Desse modo, o serviço de empregada doméstica não serve como um desencadeador para uma real tomada de consciência ativa e participativa da mulher. Sua realização se dá apenas em um nível de sobrevivência (MENEZES, 2001, p.127).

Embora se considere o trabalho doméstico como sendo inerente à personalidade feminina, muitas mulheres não se adaptam a ele. Aparecida é um exemplo claro dessa inadaptação.

Porque você vê, mulher levanta cedo, vai lavar roupa, vai fazer comida, vai cuidar de filho. Algumas né? Algumas é mais sofrida. Vai levar filho pra creche, chega em casa é casa pra limpar, roupa pra lavar, marido pra encher o saco. Quer dizer, vida de mulher é sofrida, né? Porque eles? Eles vão trabalhar, mas depois que eles chegam em casa toma banho [...] tá certo que eles dão duro lá fora, mas quando chega em casa, toma banho, perninha pra cima, televisãozinha, comidinha na mão, comidinha feita. Agora você não. Você chega do serviço e ainda tem de fazer o serviço da casa, fazer a comida pra eles comer [...] Quando chega a hora de deitar, está na hora de você levantar de novo. Agora eles não, eles chega, deita, assiste televisão, dorme, comida na hora. Homem é muito folgado. Só que eles não compreende isso. Eles acha que só eles trabalha, só eles cansa. Eles acha que a gente não cansa de ficar em casa fazendo serviço e olhando criança. Ih, eu prefiro mil vezes pegar uma roça pra mim carpir no sol quente do que cuidar de criança.

Segundo Fensterseifer (2001, p.51), enquanto o lar é visto pelos homens como local de refúgio e de descanso, para as mulheres é fonte adicional de tensão, de modo que o estresse feminino tem sido superior ao masculino.

Como os homens, quase sempre, geram mais trabalho dentro de casa do que auxiliam na realização dele, a rotina diária de uma dona-de-casa é um infindável número de tarefas. Aparecida nos diz não ter tempo para pintar a unha, arrumar o cabelo, além de não poder comprar uma roupa ou um calçado, porque o marido logo reclama que ela está gastando dinheiro à toa: “então aqui é só comida, água, luz, às vez uma roupinha para uma criança, material para as crianças, gás, só isso que a gente gasta”.

Ela nos confessa que, cansada da vida, termina por descarregar no marido suas frustrações: “às vez ele está quieto, coitado, deitado ali e eu começo [...] você só presta pra dormir, você é vagabundo, você é isto e aquilo”. Olha como eu não presto? Eu começo a falar que ele já tem outra e aí começa o ferveo”.

As mulheres nem sempre são vítimas passivas. Algumas provocam o parceiro, outras inventam fatos que eles não teriam cometido, como confessa a nossa

depoente. Embora confesse “atormentar” a vida do marido, Aparecida se diz cuidadosa em até onde pode ir com seus ataques, porque nos confessou: “de vez em quando ele começa a falar alto assim, a gente fica quieto, porque senão a gente apanha”. Rindo, interroga-nos: “você acha que a gente vai poder com homem?”.

Essa idéia de que “com homem ninguém pode” foi repetida por várias depoentes, independentemente da faixa etária. Embora uma diferença de quarenta e dois anos marque as experiências de Aparecida e D.Ângela, essa última nos diz: “se você quiser corrigir um homem é uma briga lascada. Apanha ou bate, né? Não tem como mudar a cabeça de um homem”.

Se excetuarmos Fátima e Teresa, todas as demais entrevistadas queixaram-se, com maior ou menor intensidade, da pouca ou nenhuma colaboração masculina nos trabalhos domésticos. O que mais nos surpreendeu nos depoimentos é que, mesmo em situações extremas, muitos homens se negam a colaborar ainda que esta ajuda envolva questões ligadas à saúde e ao bem estar de suas crianças:

Às vezes a criança está doente e manda eu levar (ao hospital). Ele fala assim: ‘Rosário, levanta, vai levar o fulano pro Pronto-Socorro. Fulano está passando mal, está com febre, febre alta e eu não posso ir, eu vou ter de trabalhar no outro dia, eu tenho de descansar, amanhã cinco horas eu tenho de pular da cama’. Eu falo: ‘ah, eu estou achando ruim sair numa hora dessas, de madrugada’. Vai saber se não tem nenhum maloqueiro prá rua, né? (Rosário).

‘Júlia, fulano está com febre, você tem de ir no orelhão e chamar a ambulância’. Será que custava muito ele ir no orelhão e chamar a ambulância, encaminhar tudo? Mas nem isso ele faz, é tudo eu. Pode ser qualquer hora, é eu, é só eu que sou obrigada, o dele, a obrigação dele é só trabalhar e eu acho isso errado. Eu acho que ele tinha de colaborar. ‘Fulano está doente, vou lá ligar pra ambulância, está tarde, é perigoso’ (Júlia).

Os depoimentos evidenciaram que a participação dos homens na colaboração das atividades domésticas é bastante reduzida. Assim, a crença de que o trabalho doméstico é feito para as mulheres aparece como naturalizada. Ainda que alguns homens possam realizar alguma atividade, a maior parte dos serviços está a cargo das mulheres. Quando elas possuem muitos filhos, especialmente quando de pouca idade, a carga de serviço é ainda maior. Se há meninas na casa a tendência é que essas auxiliem as mães nas tarefas menores.

Desde a infância a diferença entre os sexos e o grau de liberdade é maior para os meninos que para as meninas. Como afirmou Aparecida: “ela eu crio segura, sabe? Ela não sai para lugar nenhum. Não sai com ninguém, só comigo. Aonde eu vou, ela vai. Já os moleque não, os moleque eu crio mais solto”.

Embora em uma primeira conversa quase todas as entrevistadas tenham declarado que não criam os filhos de maneira distinta em função do sexo, uma observação mais atenta nos faz ver que essa afirmativa nem sempre encontra sustentação na realidade.

Maria, por exemplo, nos diz que os filhos pouco ajudam nos serviços da casa, mas que dispensa a eles tratamentos iguais. Não foi o que nos pareceu evidenciar sua fala. À menina cabe arrumar a casa, que é o espaço de todos, enquanto ao menino fica apenas o cuidado com aquilo que lhe pertence diretamente, como arrumar a sua cama e limpar os seus sapatos.

Heilborn (1997, p.291), discutindo o universo das relações familiares, distingue dois aspectos: o da obrigação e o da ajuda. Em razão da diferença na articulação de papéis sociais para meninos e meninas, o trabalho doméstico vem revestido de um conteúdo de obrigação para as meninas e de ajuda para os meninos, condicionada à

vontade deles. Já o trabalho no âmbito público surge como uma obrigação dos meninos e rapazes quando se encontram em torno dos quatorze anos.

Seria, desse modo, injusto dizermos que essas mulheres sempre poupam seus filhos dos trabalhos. Conforme já foi dito, os meninos de famílias pobres começam a trabalhar muito cedo, ajudando no sustento da casa, em especial quando o pai é figura ausente. O que lhes é menos atribuído, ou nunca lhes é atribuído, são as atividades domésticas, responsabilidade das meninas. O mundo da rua é o mundo dos meninos, quer para brincar, quer para desempenhar alguma atividade de auxílio à família. Buscar lenha para o fogo, por exemplo, é uma solicitação sempre dirigida aos meninos, conforme nos foi possível evidenciar em mais de uma residência visitada. Já o ir à venda pode ser uma tarefa tanto de meninos quanto de meninas, dependendo muito mais do que se vai comprar e do horário. Quando é noite, a escolha recai sobre o menino.

As mulheres com as quais conversamos nesses meses da pesquisa percebem a desigualdade de gênero presente em nossa sociedade e com maior ou menor ênfase se dizem insatisfeitas com essa situação, seja no interior da família ou fora dela. Todavia, embora consigam detectar essa realidade não nos pareceram capazes de identificar a família como agente reprodutor desses modelos machistas, pois educando as filhas da mesma maneira como foram educadas, embora digam o contrário, terminam pensando a supremacia dos homens como um processo natural e não uma situação historicamente construída. O pior é que não se trata apenas de um prejuízo legado à mulher. Ao criar meninos e meninas de formas distintas, perpetuando padrões comportamentais que lhes engessam as atitudes, as mães não vitimam apenas suas filhas. Em nosso ponto-de-vista, os meninos também

sofrem muito com uma educação que lhes impõe uma masculinidade ao qual nem sempre conseguem adequar-se com perfeição.

Vimos como diferentes aspectos conjugados contribuem para diminuir as chances de inserção de nossas entrevistadas no mercado formal: baixo nível educacional, pouca qualificação, presença de filhos pequenos e reduzida oferta de trabalho formal no município de Mandaguari. As experiências de vida relatadas por essas mulheres mostram um cotidiano marcado por labor intenso, porém desprovido de qualquer regulamentação, o que lhes coloca numa situação de grande vulnerabilidade, diminuindo as margens de negociações na luta pelos seus direitos tanto dentro quanto fora de casa.

4.3 A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE

Pesquisas desenvolvidas junto a mulheres das camadas médias urbanas apontaram que o desejo de ser mãe está deixando de ser um ideal feminino. As mulheres passaram a se sentir sufocadas com a maternidade porque tinham planos profissionais, educacionais e expectativas de vida que o cuidado com os filhos dificultava. Assim, ser mãe deixou de ter a importância que possuía e a dedicação aos filhos também enfraqueceu (VAITSMAN, 1994, p.78). Podemos, então, supor esse tipo de comportamento também esteja presente em mulheres de outros estratos sociais? Essa nova visão da maternidade contamina toda a sociedade?

Entre as mulheres das camadas populares percebemos que a vivência está profundamente marcada pela maternidade, tida como um referencial simbólico

significativo, pois é na maternidade que elas colocam suas expectativas de realização pessoal, já que não têm estudo, desempenham profissões pouco qualificadas ou são donas-de-casa. É verdade que nos tempos atuais o número de filhos está bastante redesenhado, mas, entre os pobres, no projeto de casamento está implícita a idéia de ter filhos. Apesar das dificuldades que elas enfrentam, filhos aparecem como um desejo inquestionável, por isso as mulheres pobres diminuíram o número de crianças, mas não deixaram de ser mães.

Desde muito cedo, as mulheres são ensinadas à maternagem brincando com bonecas que vestem roupas, dão banhos, servem papinhas, embalam em seus braços. Crianças pobres nem sempre têm brinquedos. A rua, mais democrática, é o espaço onde elas desenvolvem suas brincadeiras infantis, mas esse é mais um espaço reservado aos meninos, ou àquelas meninas que já desenvolveram uma certa idade e que já sabem se cuidar. As meninas mais novas ficam quase todo o tempo gravitando ao redor da mãe ou, no máximo, brincam no terreiro de suas casas ou na casa de uma vizinha de confiança.

Em depoimentos de mulheres pobres não é incomum ouvi-las se queixarem que nunca tiveram uma boneca. Embora ocorra, nem por isso elas deixam de praticar essas brincadeiras em que são mães, sendo geralmente os irmãozinhos mais novos que desempenham o papel de filhos. De todo modo, são sonhos que se cristalizam e que não podem deixar de serem vistos como referenciais importantes. O carro é sinônimo de superioridade, enquanto a boneca é a expressão de uma alma dócil e feminina. Há uma demarcação clara e óbvia desde os primeiros instantes da vida de uma criança a respeito desses brinquedos, justamente porque os pais não querem correr o risco de, no futuro, ver a inversão desses papéis que já estão normatizados. Não por outra razão, os pais temem tanto que os meninos

brinquem de boneca ou que as meninas se divirtam com carrinhos. Muito além da questão da homossexualidade que disso possa advir, como alguns terminam por supor, está o medo de ser quebrada uma ordem natural do mundo.

Mas que não se pense que a experiência da maternidade não seja usada pelas mulheres como uma forma de conquistarem mais espaço dentro das relações familiares. Simbolicamente voltadas à resignação e à descrição, é na relação com seus filhos que as mulheres podem exercer algum tipo de poder, ainda que através do amor (BOURDIEU, 2002, p.43).

Em nossas caminhadas pelos bairros era comum que conversássemos com muitas mulheres, inclusive aquelas que não faziam parte de nossa pesquisa. Observávamos que mesmo as muito jovens já tinham filhos. Quando uma mulher é casada e não tem filhos não é incomum que as outras se penalizem de sua situação. Assim, uma mulher jovem e saudável nos foi apresentada como uma “coitada” porque “não conseguia pegar barriga”.

Mas seria o caso, deixando de lado a ingenuidade, de questionarmos até que ponto esse desejo manifesto das mulheres por filhos, que inegavelmente lhes dificulta a vida material e lhes aumenta a carga de trabalho, não é apenas o desejo de se adequar a um modelo que considera a maternidade a mais sublime missão a ser desempenhada pelas mulheres.

O discurso médico que se instituiu no Brasil na virada do século XIX para o XX insistiu no instinto do amor materno e desprestigiou as mulheres que se negavam a assumir plenamente esse papel. Achemos que essa pressão, incitando as mulheres a serem mães, ainda existe, mas agora a ênfase do discurso parece ter se desviado para o controle no número de filhos. A diminuição do número de filhos passou a ser um reflexo da modernidade. Assim, a taxa de fecundidade por mãe brasileira

encontra-se em decréscimo (IBGE, 2000), acompanhando, aliás, uma tendência mundial.

A insistência na necessidade de controle do número de filhos tem recaído de maneira mais intensa sobre as mulheres pobres, taxadas de irresponsáveis por gerarem crianças sem condições adequadas de mantê-las. Nem sempre os filhos são o resultado de uma opção planejada, não sendo raro o descompasso entre o desejo e a prática. Algumas mulheres disseram ter desejado menos filhos do que terminaram tendo. Isso pode ser dar tanto por uma carência de serviços de saúde reprodutiva, que deveriam ser mais acessíveis à população, como pelo pequeno leque de alternativas contraceptivas, acredita Berquó (1991, p.67).

Quanto ao uso de métodos de métodos contraceptivos, pudemos perceber entre nossas entrevistadas um grande desconhecimento. Um agravante é que o acesso a eles, como parte fundamental do direito ao planejamento familiar, é uma questão social que apresenta um problema grave no Brasil: o uso maciço de esterilização feminina e da pílula anticoncepcional, a falta de oferta dos métodos reversíveis e de práticas educativas nos serviços de saúde e uma grande desinformação da população sobre todos os meios de evitar a gravidez. Tudo isso dentro de um contexto de acentuada pobreza e relações desiguais de gênero (ÁVILA, 2002, p.137).

Em 1986, para 26,9% das mulheres brasileiras entre 15 e 49 anos de idade a esterilização era a única medida contraceptiva. Dez anos depois, esta taxa alcançava 40,1% das mulheres, sendo considerada uma das mais altas do mundo. Leve-se ainda em conta que a idade média da mulher que recorria à esterilização no ano de 1986 era de 31,4 anos, mas em 1996 este percentual etário havia se

reduzido para a idade de 28,9 anos. O ideal contraceptivo da mulher brasileira passou a ser a esterilização, especialmente nos setores mais pobres. As taxas de esterilização são mais altas entre as mulheres com menor instrução: 45,7% das mulheres sem nenhum grau de escolaridade estão esterilizadas em relação a 35,7% daquelas que têm até 12 anos de escolarização (SCAVONE, 2004, p.60).

No caso das mulheres pobres um agravante é que, nem sempre, a esterilização se faz por livre opção da mulher. Foi o que ocorreu com Roselaine, cuja esterilização se deu em resultado de um arranjo entre sua família e o médico, sem que ela participasse dessa importante tomada de decisão. Como ela vivia da prostituição e, nessa condição, já havia tido duas crianças, a família achou plausível a opção pela laqueadura, não havendo, por parte do médico, nenhuma objeção. À época da laqueadura Roselaine não tinha ainda completado trinta anos⁵⁰.

Roselaine nos informa que nos últimos anos o companheiro começou a “encher” para que adotassem uma criança, já que ele nunca tivera filhos. Foram informados no Fórum da necessidade da apresentação de inúmeros documentos, que ela não soube precisar quais seriam. Como ela não tinha sequer a Carteira de Identidade e não dispunha de recursos para obtê-la⁵¹, terminaram deixando de lado o projeto. Embora o desejo por filhos apareça sempre mais evidenciado nas experiências femininas, os homens também não se furtam a tal desejo. Como

⁵⁰ A depoente não soube precisar a idade exata.

⁵¹ Embora a Carteira de Identidade seja um documento que pode ser obtido gratuitamente, bastando que a pessoa interessada efetivamente comprove a falta de recursos para obtê-la, a entrevistada, não sabia dessa possibilidade.

Roselaine já tivera filhos com outros parceiros, a ansiedade do companheiro pode estar vinculada a um certo sentimento de ciúme do seu passado sexual e do vínculo estabelecido com antigos parceiros através da experiência da maternidade.

As entrevistadas mais jovens afirmaram recorrer à pílula ou à esterilização, enquanto as mais idosas disseram não ter feito uso de nenhum método contraceptivo. Assim, vejamos:

QUADRO 2: Informativo do método utilizado para controle da natalidade

| Nome da Depoente | Idade | Método utilizado para Controle da Natalidade | Religião (à época da esterilização) | Número de Filhos |
|-------------------------|--------------|---|--|-------------------------|
| Andréa | 17 | Anticoncepcional | Católica | 2 |
| Elisa | 18 | Anticoncepcional | Católica | 2 |
| Júlia | 22 | Anticoncepcional | Católica | 2 |
| Rosário | 26 | Anticoncepcional | Católica | 3 |
| Maria | 28 | Laqueadura aos 20 anos | Católica | 3 |
| Aparecida | 29 | Laqueadura aos 27 anos | Católica | 4 |
| Beatriz | 29 | Laqueadura aos 26 anos | Católica | 4 |
| Fátima | 29 | Laqueadura aos 28 anos | Católica | 5 |
| Dorothea | 37 | Laqueadura aos 21 anos* | Católica | 5 |
| Graça | 37 | Laqueadura aos 37 anos | católica | 2 |
| Valdicéia | 41 | Laqueadura aos 31 anos | Católica | 1 |
| Neuza | 42 | Laqueadura aos 34 anos | Católica | 6 |
| Roselaine | 43 | Laqueadura antes dos 30 anos** | Católica | 2 |
| Teresa | 44 | Laqueadura aos 31 anos | Católica | 5 |
| Conceição | 47 | Laqueadura aos 25 anos | Católica | 2 |
| Elza | 54 | Não utilizava | Católica | 4 |
| Custódia | 55 | Laqueadura aos 31 anos | Católica | 3 |
| Dinorá | 57 | Não utilizava | Católica | 10 |
| Eni | 58 | Laqueadura aos 35 anos | Espírita | 7 |
| D.Ângela | 71 | Não utilizava | Católica | 9 |

* A depoente informa que a mãe e o companheiro assinaram, no hospital, um documento autorizando a esterilização.

** A informante não conseguiu precisar a idade exata.

O quadro mostra que a laqueadura foi o método contraceptivo escolhido por 65% das entrevistadas, seguido pela pílula, que tem sido utilizada basicamente pelas mais jovens. É curioso atentarmos para o fato de que essas mulheres, sendo

católicas, ainda assim tenham optado pelo método da laqueadura, contrariando os pressupostos da Igreja Católica. Indício flagrante de que o discurso da Igreja não chega a lhes moldar comportamentos. Maria e Dorothea foram as que se esterilizaram mais precocemente. Apesar da esterilização, Dorothea chegou a ter cinco filhos.

Entre nossas entrevistadas, o número de filhos variou. As mais idosas foram as que tiveram maior prole: D.Ângela, 71 anos, nove filhos e dona Dinorá, 57, dez filhos. O filho único foi encontrado apenas no caso de Valdicéia. Entre as demais, seis mulheres têm dois filhos, três mulheres têm três filhos, três têm cinco filhos, uma tem sete filhos e uma tem seis filhos.

D.Ângela nos confessou que “pelejou” para ver se evitava, mas era especialmente o sogro, muito religioso, muito católico, quem falava ao filho que não aceitasse que ela controlasse o número de crianças. Observemos que essa mulher viveu um verdadeiro desapossamento de seu próprio corpo e de sua vida.

Embora várias de nossas entrevistadas tenham comentado que gostariam de ter tido um número menor de filhos, nenhuma delas fez qualquer comentário referente às práticas abortivas. O assunto pareceu-nos quase tabu. Por outro lado, embora os filhos tenham sido repetidamente mencionados nas narrativas, não houve muitos comentários sobre a gravidez ou sobre o momento do parto. Aparentemente todas as mulheres tiveram gestação sem qualquer tipo de problema.

Metade das entrevistadas teve filhos com um único companheiro. Nesse grupo estão: D.Dinorá (10 filhos), D.Ângela (9 filhos), Neuza (6 filhos), Rosário (3), Graça, Elisa, Conceição e Júlia (2 filhos) e Valdicéia (1 filha).

Todas as demais tiveram filhos com mais de um companheiro. Elza (4 filhos) e Eni (7 filhos) foram as que tiveram filhos com maior número de parceiros, foram três. As outras tiveram filhos de dois parceiros: Teresa, Dorothea e Fátima (5 filhos), Beatriz e Aparecida (4 filhos), Maria e Custódia (3 filhos), Roselaine e Andréa (2 filhos).

As mulheres começam cedo e terminam tarde suas carreiras de mãe e o longo período de reprodução, somado à alta taxa de instabilidade conjugal, freqüentemente criam circunstâncias em que a mulher depende, durante boa parte de sua vida, de um homem (o pai de seus filhos mais novos) que não é parente de seus filhos mais velhos. Segundo Fonseca (2002, p.68), os recasamentos podem significar mais do que uma separação conjugal, a obrigação de se livrar de seus filhos nascidos em leitos anteriores, por imposição dos novos parceiros. Na nossa pesquisa empírica, isso não se evidenciou. Metade das mulheres teve seus filhos criados pelos novos companheiros. Não é raro que as crianças desconheçam o pai biológico e considerem esses pais adotivos como seus pais efetivos.

O outro meu, o do meio, ele nem conhece o pai, ele conhece este daí. Se você perguntar para ele como é que chama o pai dele, ele fala que é esse daí. Porque esse daí, minha filha, o carinho que o outro não deu esse daí dá. É difícil dar um tapa. Porque precisa, essas criança de hoje em dia precisa. [...] ele brinca com essas criançada, brinca prá cá e prá lá. Quer dizer, o amor que eles não teve do pai, eles tem dele, sabe? (Aparecida).

Não percebemos no grupo das entrevistadas um movimento muito significativo de colocação de suas crianças em famílias substitutivas, quer em medida de guarda,

tutela ou adoção⁵², tendo sido mais comum que as deixassem temporariamente com parentes, geralmente pais ou sogros, buscando-os mais tarde, quando estivessem vivendo uma situação mais estável.

Eni deixou a filha Dorothea um período com os seus pais, mas depois a retomou sob seus cuidados. Maria deixou a filha com o pai após a separação, mas também buscou a menina depois de um tempo. Foram mulheres, portanto, que contaram com a ajuda dos parentes por um período, mas que, de modo geral, responsabilizaram-se pelos filhos.

Teresa deixou o filho de oito anos com o ex-marido e, com a morte deste, com os avós paternos. Mais tarde o filho voltou a viver com ela, mas não tiveram um bom entrosamento e ele voltou a viver com os avós. Este seu procedimento é motivo de críticas, porque contraria o senso comum de que amor de mãe tudo suporta, aceita e compreende. O discurso de suas filhas Júlia e Rosário evidenciou de maneira muito explícita essa visão engessada do amor materno. Se elas até conseguem compreender que a mãe tenha fugido deixando o filho com o pai, desculpando-a em função das dificuldades que sabiam que ela estava passando naquele momento específico, por outro lado não aceitam que, anos mais tarde, quando o filho a

⁵² De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 33, a guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional da criança ou do adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. No processo de guarda, o requerente fica dependente da situação judicial sobre a concessão da tutela ou adoção, bem como em casos de suspensão do pátrio poder, enquanto se presta atendimento aos pais biológicos para averiguar se eles dispõem ou não de condições adequadas à restauração do vínculo com a criança ou adolescente. O parágrafo 2 do artigo 28 prevê preferência de guarda a pessoas que já mantenham algum vínculo com a criança. Em caso de tutela, geralmente após a morte dos genitores, a criança cabe, prioritariamente, aos avós, aos irmãos maiores ou aos tios, mas pode, também, na ausência ou na incompatibilidade destes, ser conferida a estranhos ao grupo familiar. Ao contrário da guarda, a tutela tem caráter definitivo, podendo ser perdida apenas em caso de destituição de pátrio poder. Respeita-se, ao designar o tutor, o mesmo procedimento dado à tutela, ou seja, há preferência de pessoas com as quais a criança tenha vínculos. Já a adoção é uma forma definitiva de se obter para a criança uma família substituta, conferindo a ela o *status* de filho, com todas as consequências jurídicas procedentes. Este assunto foi discutido por BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). **A Família Brasileira**: a base de tudo. 3.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998. p.60-76.

procura, Teresa o mande de volta. Diz Júlia: “a mãe tem de aceitar os filhos como eles são. Eu acho que ela não devia ter feito isso, mesmo que ele fosse rebelde ela tinha que atolar (sic) ele”.

Quando conversamos com Teresa sobre essa questão, ela nos diz que não conseguiu conviver com o filho por não concordar com seu comportamento irresponsável. Segundo ela, o filho não gostava de trabalhar, mentia, desobedecia a sua ordem e tinha hábitos e costumes totalmente diversos daqueles que ela possuía. Ela optou, assim, por mandá-lo de volta para os avós paternos, com quem fora criado.

Elisabeth tem uma filha de 12 anos e que vive com os avós paternos. Neuza entregou uma das filhas para o irmão e a cunhada que não podiam ter filhos. Roselaine, que vivia em um bar de mulheres, teve a filha mais velha tomada por uma desconhecida e a segunda morreu ainda bebê. E, por último, temos Dorothéa, que entregou quatro à adoção.

Quando uma mãe dá um filho para ser criado por outra pessoa, não é apenas por uma questão que envolve impossibilidades materiais, mas porque essa prática está inscrita dentro de um padrão de relações que os pobres desenvolvem entre si, caracterizado por um contínuo dar e receber. As crianças, vistas como dádivas, marcam o mundo de relações dos pobres (FONSECA, 1989, p.95-128). Podemos perceber isso especialmente no caso de Neuza, cuja filha foi “dada” ao irmão, porque sua esposa não podia ter filhos. No entanto, como fez questão de nos afirmar, ela e o marido jamais deixaram de visitar a criança, que os reconhecia como seus verdadeiros pais. Portanto, dar os filhos é uma alternativa aceitável dentro do código moral dos pobres e não significa, necessariamente, expressão de desafeto, como quis fazer pensar o discurso de religiosos e representantes de instituições

assistenciais e jurídicas, particularmente nos primeiros anos do século passado quando havia toda uma movimentação de ordenação da família.

A análise histórica acerca da maternidade no Brasil nos mostra que muitas mulheres, por distintas razões, abandonaram suas crianças. Segundo Marcílio (1997, p.52), o fenômeno de abandonar os filhos no Brasil é tão antigo como a história da colonização. A maioria dos bebês que ia sendo largada acabava por receber a compaixão de famílias que os acolhiam e os criavam, seja por espírito de caridade, seja calculando utilizá-los mais tarde como mão-de-obra suplementar gratuita. A quase totalidade destes expostos, assistidos pelas famílias substitutas, pelas câmaras municipais ou pelas rodas dos expostos, mantidas pelas Santas Casas de Misericórdias, terminavam morrendo.

Para Venâncio (1999, p.21), embora a prática do abandono não fosse fato incomum na sociedade brasileira até pelo menos meados do século 19, o discurso oficial era bastante rígido com as mulheres que tinham tal procedimento, chegando a compará-las a animais selvagens. Havia, é verdade, uma atitude mais condescendente com aquelas que expunham seus filhos, isto é, os deixavam aos cuidados de instituições assistenciais, como a Santa Casa de Misericórdia, e uma crítica mais contundente contra as que abandonavam os recém-nascidos em terrenos baldios, expondo-os cruelmente à morte.

O envio do bebê à roda podia ser apenas um expediente temporário, pois não era fato incomum que, um dia depois de sua chegada, a criança fosse “adotada” pela própria família legítima, que tentava ocultar um mau passo dado, geralmente por uma moça branca de origem nobre, já que, para as negras e mestiças, um filho bastardo não chegava a ser uma grande vergonha. A maioria das crianças expostas era ilegítima ou adulterina. Era pequena a probabilidade de filhos legítimos ou de

casais coabitantes, mesmo pobres, serem expostos. Também era insignificante o número de crianças negras, o que atesta o fato de que a pobreza não era o motivo principal do abandono de crianças, embora o possa ter sido em casos específicos (FARIA, 1998, p.75-87).

Vejamos agora como as nossas depoentes, agora mães, viveram suas experiências de filhas.

Apenas Aparecida declarou ter sido adotada desde os primeiros anos de vida e ter recebido da família o mesmo tratamento dos filhos legítimos, inclusive quando da partilha dos bens, após o falecimento da mãe. Isso nos mostra que a menina foi incorporada à família de maneira total, pois o fato de ela ter tomado parte na partilha dos bens assim o evidencia.

Sete mulheres foram criadas pelas mães e pais: Graça, Custódia, Teresa, Fátima, Eni, D.Ângela e Elisabeth. As demais estiveram sob os cuidados de um dos genitores, contando ou não com a ajuda de parentes: Andréa (avó e pai), Maria e Conceição (pai), Roselaine, Júlia, Rosário e Elisa (mãe e padrasto), Dorothea (avós e mãe), Jacira (mãe), Valdicéia (mãe) e D.Dinorá (mãe e tio materno)⁵³.

Das que foram criadas só pela mãe ou pela mãe em companhia do tio ou do padrasto, a razão foi sempre a separação do casal. Dos pais que criaram filhos, três o fizeram por terem sido abandonados pelas esposas e outro porque ficou viúvo.

A experiência dessas mulheres nos remete diretamente ao que muitos estudos já evidenciaram (OLIVEIRA, 1999; MELLO, 2000; MACÊDO, 2001): na falta da mãe, a família sempre se organiza em torno de outra pessoa, normalmente o pai, a avó ou

⁵³ Não consideramos aqui a colaboração das madrastas, uma vez que, em todos os casos em que essas se fizeram presentes na vida de nossas depoentes, elas não foram mencionadas de forma afetiva. Todas insistiram que foram criadas somente pelo pai. No caso de Andréa, por exemplo, o pai viveu sucessivas uniões consensuais enquanto ela ainda era criança, mas ela sempre enfatizou: “fui criada pelo meu pai e pela minha avó”.

uma tia, podendo mesmo ser alguém de fora do círculo familiar, como madrinhas ou vizinhas, o que erroneamente leva a se considerar tais famílias como desorganizadas quando, na verdade, sua organização é que se dá de outra maneira. No depoimento de Andréa, em especial, isso fica muito evidenciado. É a avó quem a cria quando a mãe vai embora, é ela quem lhe acolhe quando esta se encontra grávida, e é quem agora a ajuda a criar os filhos.

A idéia de que o amor de mãe a tudo supera está muito evidenciado nos depoimentos colhidos. É verdade que as mães mais jovens alternam momentos de exaltação da maternidade com uma sincera confissão das suas dificuldades e angústias. Assim, às vezes, uma fala contradiz a outra. Embora os filhos sejam descritos como uma benção, não há como negar que eles são também um pesado sacrifício para essas mulheres, que contam muito pouco ou mesmo nada com a ajuda dos companheiros no cuidado com as crianças. Essa tarefa está invariavelmente a cargo das mães, e a ajuda dos pais é sempre esporádica e incerta.

A partir das décadas de 1970 e 1980 pesquisadoras feministas trabalharam no sentido de desconstruir a mitologia feminina, revelando as tensões existentes entre o mito da mãe e as realidades concretas vividas pelas mulheres. Estas experimentam sentimentos ambíguos da maternidade que não podem ser verbalizados, como irritação, raiva, desapontamento, insatisfação e tantos outros que não se mostravam compatíveis com o estereótipo da boa mãe (MARTINS, 2005, p.62).

No depoimento daquelas mulheres que jamais deixaram seus filhos e filhas há um evidente orgulho devido ao fato de as dificuldades terem sempre sido vencidas lado a lado com os filhos. Os pais podem até ter ido embora, mas elas fazem muita questão de enfatizar que jamais abandonaram suas crianças.

Entre nossas depoentes poucas vivenciaram a experiência de mães solteiras. Não vamos considerar aqui situações de mulheres que se separaram de seus companheiros quando os bebês ainda eram pequenos e antes com a idéia de que mães solteiras seriam aquelas mulheres que durante o período da gravidez não puderam contar com a presença de um companheiro, fosse ou não o genitor da criança em questão.

Dentro desse contexto, apenas Andréa, Roselaine e Eni se enquadram⁵⁴. Andréa engravidou do namorado. Eni teve um filho em um período intermediário entre a sua primeira e segunda união consensual, quando vivia na prostituição. Não sabe quem é o pai de seu filho. Roselaine também teve duas filhas nas mesmas condições. Sabe quem é o pai de uma delas, mas nunca chegou a viver com ele, não chegou nem mesmo a ser um namoro. Parece ter sido apenas um encontro durante o período em que se prostituía.

Andréa nos confessa ter se desesperado diante da gravidez, pois não era casada, tinha apenas quatorze anos e a atitude imediata do pai foi mandar que ela sumisse de dentro de casa. Foi só após o nascimento da criança que ele terminou por aceitar a situação.

A primeira reação dos pais parece ser sempre no sentido de mandar a filha embora, livrando-se da vergonha que ela impõe à família. Com o tempo, a raiva termina por se atenuar à medida que a gravidez avança e, com o nascimento da criança, especialmente de um menino, tudo fica temporariamente esquecido. Algumas vezes o assunto pode terminar por voltar à baila em momentos de brigas e de desentendimentos, quando se “joga na cara” da jovem o erro cometido.

⁵⁴ Fátima também ficou grávida do segundo companheiro antes de chegar a ir morar com ele, mas como isso terminou acontecendo antes do nascimento da criança, optamos por não incluí-la no rol das mães solteiras.

Sarti (1996, p.53) pesquisou famílias pobres em São Miguel Paulista, zona leste da cidade de São Paulo e observou que as crianças de mães solteiras são normalmente incorporadas ao núcleo familiar materno, não tendo encontrado nenhum caso em que a jovem fosse deliberadamente expulsa de casa. A capacidade de trabalhar e de cuidar da criança torna-se o meio através do qual ela pode reparar seu erro, mostrando que é digna de respeito.

No caso de Andréa, o fato de o pai ter admitido sua gravidez, vai além de uma possível emotividade: “Falei: vou sair de casa porque? Eu estou ajudando em casa, porque é que eu vou sair de casa? Aí ele se conformou, fazer o que? E eu ia prá onde?”. É um clássico caso de perda de autoridade paterna em função do não-cumprimento de seu papel de provedor e que, associado ao alcoolismo, contribui mais para a sua pouca autoridade sobre a família. O pai de Andréa foge duplamente ao padrão ideal de chefe: “não põe comida na mesa” e, além disso, bebe. Por outro lado, a outra figura masculina da casa, no caso o irmão, tem ainda menor autoridade; por ser mais novo do que Andréa e pelo fato de não ter um emprego fixo e envolver-se em pequenos furtos. Isto lhe tira de vez qualquer autoridade. Assim, ela tem na avó, que junto com ela é quem sustenta a casa, com a sua aposentadoria, a sua única aliada.

Para Andréa o período da gravidez não foi fácil. Ela cuidava de uma senhora doente e recebia quarenta e cinco reais mensais e alguma ajuda em alimentos. O ex-namorado registrou a criança e foi obrigado a lhe dar uma pequena ajuda, mas se resumia a isso sua participação na vida dessa criança e na da mãe⁵⁵, com quem

⁵⁵ Mesmo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerado pelos especialistas da área como uma das legislações mais avançadas do mundo no que diz respeito aos direitos da população jovem, reforça a desigualdade entre homens e mulheres, à medida que se limita aos direitos que devem ser assegurados às jovens gestantes, ignorando que os adolescentes do sexo masculino também são pais e deveriam ser apoiados para exercer adequadamente a paternidade. Esse auxílio seria importante para quebrar com a mentalidade que pensa o cuidado da criança como

deixou de falar, irritado por ela ter exigido dele uma reparação. Quase sempre há uma revolta que domina os homens nesses casos em que as mulheres teimam em fazer valer seus direitos. Esse comportamento das mulheres parece ser tomado como uma afronta ao mundo masculino, porque eles tendem a transferir a incumbência de precauções contra a gravidez à mulher, seja porque entendem a reprodução biológica como assunto feminino, seja porque é ela quem tem “cabeça fria” na área da sexualidade e deveria ter tomado seus cuidados. Desse modo, na eventualidade de uma gestação, “o problema, ou azar é dela” (SALEM, 2004, p.36).

Para muitos homens, especialmente os mais jovens, a gravidez faz parte de uma estratégia das mulheres para “fiscá-los”. Muitos duvidam da paternidade, alegando que a jovem já não era mais virgem à época em que manteve relações sexuais, situação que tem se tornado mais facilmente resolvida com a existência dos testes de DNA. Não é incomum que os rapazes sejam apoiados nesse tipo de comportamento pelas suas respectivas mães, que vêem seus filhos como vítimas e as jovens, como ardilosas, que estariam apenas buscando alguém para lhes sustentar⁵⁶.

A justiça brasileira quase sempre dá vitória à mulher em pedidos de pensão alimentícia, desde que comprovada a paternidade. O problema é que na grande maioria das vezes esses homens não estão inseridos no mercado formal de trabalho, não havendo meios de obrigá-los à prestação de ajuda.

sendo exclusividade da mulher e alteraria, sem dúvida alguma, as relações de gênero. Uma discussão mais ampliada pode ser encontrada em LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescências. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem Mandou Nascer Mulher**: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Ventos, 1997. p.11-44.

Eu fui no fórum para ver se ele dava a pensão dela, porque eu pedi para o meu pai falar com ele. Porque eu segurei as ponta até aqui, porque ela está mocinha, precisa das coisa dela e uma ajuda dele ia ser bem vinda. Aí meu pai conversou com ele e ele falou que não ia ajudar de jeito nenhum, que se eu tivesse coragem que eu fosse procurar a justiça. Aí eu fui (Maria).

Há casos em que a mulher abre mão da pensão por querer afirmar a sua capacidade de cuidar sozinha dos filhos. A recusa pode também ocorrer quando é o novo companheiro que não aceita a ajuda, como aconteceu com Aparecida.

Eu levei ele no fórum, sabe, porque eu queria pensão. Aí a promotora falou que ele tinha de dar pensão. Ele não dava pensão. Ele dava uma comprinha, um pacote de fubá, um pacote de arroz, sabe. Aí logo eu conheci o Zaqueu e eu já fui morar com ele no sítio. Aí o Zaqueu não aceitou mais porque ele achava assim que se ele desse pensão ele tinha o direito de ver os moleque. O Zaqueu tinha ciúme. Ele achava que ele não ia lá para ver os moleque, ele ia lá ver eu. Aí eu peguei e dispensei a pensão.

De fato, alguns homens, quando pagam a pensão às suas ex-companheiras, tentam tirar disso algum proveito.

Até hoje, antes de ir para São Paulo, que ele está agora em São Paulo, eu encontrei com ele e a gente conversou. Ele deu dinheiro para os meus filhos. [...] Mas ele só faz alguma coisa de verdade se eu voltar com ele, se eu não voltar ele não dá a pensão certa. Dá uma micharia para agradar às crianças, mas eu não quero nem isso. Eu quero que ele fica longe que é melhor (Fátima).

Uma significativa parcela de nossas depoentes viveu relações sexuais com outros homens que não os companheiros atuais, mas o passado sexual delas parece não ser um grande problema para eles. Foi o caso de Andréa que, sendo mãe solteira, terminou encontrando um novo companheiro.

⁵⁶ Muitos relatos nos deixam perceber que as mulheres vêm-se umas às outras de maneira competitiva e não é raro que em situações de conflito se tornam cúmplices dos homens,

Antônio tinha quarenta e oito anos quando uma amiga o apresentou a Andréa, sete meses após ela ter tido o seu bebê. O namoro durou três meses até que ele lhe fizesse a proposta de irem viver juntos. Já nesse tempo, Antônio a ajudava levando pequenas coisas para a despesa da casa, passando com ela domingos inteiros, almoçando com a família, conversando com os da casa, que buscavam mostrar-lhe que, apesar do acontecido, Andréa era moça de respeito. O pedido de namoro foi feito oficialmente e os parentes não criaram obstáculos devido à significativa diferença de idade dos dois. É possível que tenham pensado ser uma sorte que uma moça solteira e com filho, atraísse o interesse de um homem em assumir um compromisso sério. Além disso, com casa própria e com o trabalho de pedreiro a lhe garantir um salário razoável em um bom mês de trabalho, Antônio era, sem dúvida, o que se pode chamar de um excelente partido.

Neste caso, o envolvimento de Andréa pode ser compreendido mais em função das possibilidades que esse relacionamento lhe proporcionaria, no sentido de melhorar suas condições concretas de existência, do que em termos de ideal romântico.

Dois meses após ter ido viver com Antônio, Andréa engravidou do segundo filho, mesmo estando tomando anticoncepcional. Mais uma vez o que se percebe é a desinformação, porque os métodos anticoncepcionais são, muitas vezes, inadequados e difíceis de seguir quando não se tem um acompanhamento médico. Além do mais, segundo Brandão (2004, p.78), o domínio da contracepção é um processo de aprendizagem e não uma mera tomada de decisão. Apesar de intensas informações repassadas pela mídia, escola, serviços de saúde, etc, a postura

contraceptiva dos jovens implica mais do que conhecimento, mas autoconfiança e intimidade para a troca de informações com o parceiro.

Visto em perspectiva, observamos que a união consensual propiciou a Andréa uma melhoria de qualidade de vida. Ela enfatiza principalmente o fato de ter sua casa própria, estabilidade que para uma criança que foi criada mudando de um barraco para outro pode representar muito. Além disso, o marido permitiu que sua avó, o pai e o irmão ficassem morando no fundo do quintal. Essa permanência do grupo doméstico, para Andréa, parece ser fundamental, mantendo-a, bem como a avó, como as figuras aglutinadoras centrais dessa família.

Embora não tenhamos incluído uma pergunta direta do tipo: “o que você pensa da virgindade?” ou “você acha que uma moça deve se manter virgem até o casamento?”, a valorização da virgindade apareceu muito evidenciada nos depoimentos de nossas entrevistadas, embora apenas quatro tenha afirmado terem se casado ou iniciado a união consensual ainda virgens, apontando para uma dissociação entre ideário e prática. Também no discurso das mães o desejo de que suas filhas se casem virgens apareceu muito claro, embora já frustrado para algumas. Entretanto, que ninguém se engane pensando que as mulheres se desesperam diante do fracasso dessa expectativa. A perda da virgindade antes do casamento aparece apenas como mais um entre tantos outros desejos irrealizados.

4.4 MULHER E SEXUALIDADE

A associação entre mulher e pecado fez parte da mentalidade de povos de diferentes temporalidades. O corpo feminino ora foi visto como fonte de desejo, ora

como instrumento de tentação do qual os homens deviam se defender, sob pena de perecerem. Os textos bíblicos, cuja influência no mundo ocidental é inquestionável, não escondem essa misoginia. O Gênesis conseguiu, como nenhum outro texto, representar a mulher como o símbolo de todos os pecados. A desvalorização de Eva é a desvalorização de todas as mulheres do mundo. Mesmo o culto a Maria não foi capaz de sobrepujar o medo que os textos antigos fizeram alastrar contra os artifícios maléficos das mulheres. Embora atualmente haja alguns bispos e teólogos preocupados em levar em conta as releituras feministas que buscam eliminar toda a desvalorização da mulher e de não mais apresentar Eva como a principal culpada pelo pecado original esse ainda é apenas o começo de uma longa luta pela busca da valorização do feminino (SCHIMITT-PANTEL, 2003, p.130-132).

No Brasil o Estado, a Igreja e a vigilância de pais, irmãos, tios e tutores agiram em conjunto para adestrar a sexualidade das mulheres. A punição àquelas que não se comportavam com pudor e recato era severa e iam desde os açoites, ao degredo, ao recolhimento em conventos a até mesmo a morte. Mas se levarmos em conta alguns documentos que chegaram até nós, vamos nos deparar com uma sexualidade feminina bem menos domável do que supunham seus controladores. Muitas se submetiam aos padrões impostos, mas algumas, e certamente não tão poucas, transgrediam, como podemos ver nas denúncias de adultério ou mesmo de homossexualismo ocorrido em conventos, local tão propício às rezas quanto aos amores clandestinos (ARAÚJO, 1997, p.45-73).

Assim como as igrejas, também o discurso médico não poupou as mulheres, mostrando-as como ardilosas, traiçoeiras, bruxas conhecedoras de ervas misteriosas que podiam destruir um homem. Nesse sentido sempre existiu a tentativa, bastante intensificada em finais do século XIX e início do XX, por parte do

estado, da igreja, da família e da escola, de empreender o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, de modo a exaltar aquelas que se enquadravam dentro de um modelo normativo rígido que compreendia prepará-las para o papel de mães e de esposas. O controle de seus corpos e, por extensão, de sua sexualidade, fez parte de todos esses discursos e só não encontrou acolhida entre aquelas mulheres consideradas incapazes de se encaixar dentro de um perfil de moralidade e de decência: as índias, as escravas, as brancas prostituídas.

Embora tenha havido consideráveis modificações na prática da sexualidade na sociedade contemporânea, esse controle ainda existe, embora apresentando novas nuances. Os indivíduos continuam submetidos a julgamentos sociais restritos, que diferem segundo a idade e o gênero. Embora não se negue a considerável melhoria das condições femininas em relação à moral sexual ainda há muitas diferenças entre o comportamento de homens e mulheres. Como exemplifica o consenso em considerar que o desejo masculino tem mais direito de se manifestar ou mais legitimidade do que o feminino (BOZON, 2003, 2004).

No caso das mulheres que entrevistamos, por exemplo, percebemos que elas rompem com o modelo de comportamento sexual preconizado, fogem de casa com seus namorados, têm filhos com diferentes companheiros, vivem várias uniões conjugais, com ou sem oficialização, mas no íntimo carregam sempre um ideal de comportamento “certinho” ao qual, embora não tenham se submetido, esperam que as filhas se submetam⁵⁷. Sob o jugo das condenações sociais e das pressões

⁵⁷ Apesar de muitas mudanças na esfera da sexualidade (a atividade sexual deixou de ser um direito exclusivo dos casados, houve significativa redução na idade de iniciação sexual dos jovens e o grupo convencionalmente chamado de terceira idade também ganhou direito a uma vida sexual mais prolongada, com a menopausa, construção social e psicológica elaborada a partir de uma realidade meramente biológica, deixando de sinalizar o fim da vida sexual, como ocorria com muitas mulheres das décadas passadas), os critérios sociais de avaliação da fase da vida na qual se inicia a relação sexual continuam a levar em conta o sexo do indivíduo. Isso significa dizer que

religiosas mulheres se sentem desqualificadas sempre que se deixam conduzir pelo desejo e pela busca do prazer.

Mostrando haver maior liberalidade nas práticas do que nas representações, nossas entrevistadas foram unânimes em valorizar a virgindade como uma “coisa muito bonita” na vida de uma mulher e, por isso mesmo, desejam que suas filhas se casem virgem. Mesmo no caso daquelas que nos pareceram menos tradicionais esse desejo prevaleceu.

Para Salem (2004, p.26) há uma diferença radical entre a sexualidade masculina e a feminina, com a primeira sendo considerada muito mais legítima. A autora observou que nos discursos dos homens das camadas populares, a categoria “necessidade masculina” é freqüentemente intercambiada com a de “vontade”. Entretanto, essa vontade sexual masculina, longe de ser pensada como um ato de volição, é tomada como um impulso incontrolável que, emanando do corpo, submete o homem. Ele não tem como se controlar. Isso é o que a autora chamou de teoria sexual pulsional, ou seja, a irresistível energia sexual masculina que deve ser descarregada sob pena de causar-lhe mesmo problemas mentais, quando o desejo não satisfeito “sobe para a cabeça”. As mulheres, ao contrário, foram descritas como tendo preferência pelo vínculo afetivo, pelo jogo da sedução e como tendo cabeça mais fria quando se trata de reprimir os desejos da carne. Esse duplo padrão moral é que faz que os homens consigam estabelecer uma dissociação muito explícita entre sexo, de um lado, e afeto ou vínculo, de outro.

a reputação das moças é sempre mais abalada do que a dos rapazes quando a vida sexual se faz precocemente ou através de experiências múltiplas e breves. Ver BOZON, Michael. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.119-150 e também BOZON, Michel. Sexualidade e conjugalidade. In: GREGORI, Maria Filomena (Org.). **Cadernos Pagu**: Erotismo, Prazer, Perigo, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, n.20, p.131-156, 2003.

Não por outra razão, os homens tendem a dividir as suas parceiras entre aquelas fixas (namoradas, noivas, esposas) e as eventuais (prostituta, menina de programa, caso). Podemos perceber que algumas mulheres com as quais conversamos compartilham dessa lógica de pensamento e, embora demonstrem certo ressentimento contra ela, no fundo a endossam⁵⁸. Não por outro motivo, a infidelidade masculina continua mais aceitável do que a feminina e mesmo quando a mulher ensaia a busca de uma paridade com o homem, como nos evidencia o depoimento de Teresa, a idéia não se sustenta.

Olha, eu não sei. Eu penso assim, se o homem pode tudo, a mulher também é a mesma coisa, tem o mesmo direito. Já que o homem está bagunçando e está fazendo assim, então como se diz, a mulher tem o mesmo direito. A mulher trabalha, a mulher também tem o direito de fazer, que não é só os homem que pode. Com as mulheres é diferente, o bairro inteiro, todo mundo atirando uma pedra e os homens é mais diferente, um esconde o outro (Teresa).

Ou no de Graça:

Se você fazer uma coisa dessas (traição), você não presta, você é vagabunda. Agora eles? [...] A gente compreende, agora o homem já não compreende não.

Em nossa pesquisa, o tema da sexualidade surgiu mais livremente nos depoimentos das mulheres mais jovens, embora o assunto não tenha sido evitado

⁵⁸ Este tipo de pensamento não é exclusivo das classes populares. Há trabalhos que tratam das diferenças entre a sexualidade masculina e a feminina nos estratos sociais médios e com relativo grau de escolaridade. Destacamos o trabalho de DAUSTER, Tânia. A invenção do amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP, 1984, p.521-539. v.1, cujos entrevistados tinham formação acadêmica que incluía as ciências sociais, a advocacia, a arquitetura, a antropologia, inclusive alguns na esfera da pós-graduação e que, entretanto, consideraram que para a mulher o sexo está ligado aos valores do coração, enquanto o padrão social do comportamento masculino foi inversamente representado através da possibilidade do sexo sem amor.

por algumas das mais idosas. D.Ângela, por exemplo, aos setenta e um anos, não teve maiores dificuldades em discutir conosco detalhes de sua sexualidade, tendo sido bastante enfática ao defender seu direito a uma vida sexual prazerosa e deixando transparecer certa resistência apenas a determinadas práticas, por ela consideradas inaceitáveis: “não tinha essas invenção, hoje é um perigo. Os homens estão muito danados”. Não mencionou a que prática se referia, foi reticente em nossas tentativas de aprofundar a questão, mas é bastante provável que se referisse ao sexo oral e ao coito anal, que, mesmo entre algumas mulheres mais jovens, não é de todo aceitável. Por causa disso, ela e o atual companheiro há dois anos vivem na mesma casa, mas praticamente separados: “eles quer aquilo que a mulher não está acostumada, não gosta, não faz. Eu tenho experiência porque eu tenho na minha casa. Quer coisa que eu não posso, não faço, não gosto, não quero, nunca”.

Sendo a nossa entrevistada de maior idade, D.Ângela mostrou um discernimento que escapou a inúmeras outras mulheres mais jovens com quem tivemos oportunidade de conversar. Quando lhe perguntamos como determinar o que é ou não aceitável em uma relação sexual, ela foi clara. Para ela, tudo depende do gosto da pessoa, do seu íntimo aceitar ou não determinadas práticas. Não é a igreja, não é a opinião de ninguém, mas tão somente a sua própria consciência que lhe dita a melhor maneira de agir com o seu parceiro.

Nesse particular, difere de mulheres bem mais jovens que acreditam ser necessário agradar o marido na cama para não ser trocada por outra, colocando, dessa maneira, o prazer deles acima do delas próprias. Foi o que pudemos perceber, por exemplo, no depoimento de Beatriz. Embora tenha apenas 29 anos ela acredita que é obrigação da mulher fazer tudo para agradar o homem na cama, caso contrário ele busca (com todo direito) outra fora de casa. Assim, um dado que

nos chama a atenção é perceber que a prática sexual continua sendo vista como uma obrigação da mulher casada e um artifício através do qual ela segura o seu homem.

Como já dito anteriormente, não estamos lidando com sujeitos abstratos e sim mulheres reais e que, portanto, têm práticas e representações que não são uniformizadas. Por isso, embora um grande número delas mantenha relações sexuais insatisfatórias apenas para não ofender a honra masculina ou por medo de serem trocadas por outras mulheres sexualmente “mais ativas”, algumas estão buscando relações mais gratificantes.

É preciso que se considere em favor dos homens, que as mudanças pelas quais a sociedade passou e continua passando nas últimas décadas, particularmente entre a população feminina, possivelmente lhes desconcerta. O que as mulheres realmente estão buscando? Há um certo desnorteamento por parte deles e, porque não dizer, também por parte de muitas mulheres, pois se os valores mudaram, as representações do que seja uma moça direita ainda estão muito presentes no imaginário de homens e mulheres. Apesar de inúmeras mudanças no padrão de comportamento sexual, muitas mães continuam ensinando às suas filhas que os homens só querem abusar das mocinhas ingênuas.

As mulheres aprendem desde muito cedo que para serem valorizadas na conquista precisam aprender uma regra tácita: não se entregarem fácil. É preciso que se estabeleça entre elas e os parceiros uma espécie de jogo. Ele sabe que deve insistir, ela que deve resistir. Mas o jogo exige cautela. Nem ele pode insistir demais, nem ela mostrar-se por demais difícil, sob pena de quebrarem-se as regras. No fundo, ambos querem o mesmo, mas, enquanto para o homem o jogo pode terminar tão logo tenha sucesso na conquista, a mulher quer um envolvimento afetivo mais

duradouro, por isso, ela se retarda na entrega, e confia mais nesse homem quanto mais ele lhe respeita os limites que ela vai impondo, aceitando o seu ritmo. É evidente que isso pode se passar e, efetivamente se passa, de maneiras distintas com alguns casais, mas, via de regra, essa é a tática, essa é a estratégia.

Vamos nos remeter novamente a Aparecida, cujo depoimento acerca do primeiro companheiro foi expressivo. Ela diz que sua decisão de fugir com ele veio do fato de, durante o período de namoro, “ele não ter tentado abusar dela, de nunca ter tentado passar dos extremos”. Portanto, a idéia que vigora é a de quanto maior a consideração do homem pela parceira, maior sua tolerância para refrear seus impulsos sexuais.

Estariam as mulheres, na prática, comportando-se de modo mais livre, mas, no fundo, pensando como suas avós? Vamos ver como isso se processa.

Segundo Lopes (2001, p.104), estamos vivendo um momento histórico em que coexistem mulheres que rechaçam seu legado cultural, mulheres que ainda se acomodam a ele e outras que convivem com um turbilhão de sentimentos ambivalentes diante de suas próprias necessidades e das pressões familiares, políticas, culturais e sociais que as confundem. São mulheres que, em um momento de suas falas, demonstram ter vencido muitos preconceitos, mas que vão deixando entrever nas entrelinhas de seus discursos pedacinhos de tabus que já nos pareciam destruídos. O que é animador é que o inverso também se deu, ou seja, mulheres que falaram sobre os deveres e as obrigações femininas de um modo conservador e que, mais tarde, ao nos falarem de suas práticas, foram se mostrando bem mais libertas desses estereótipos.

Aos quarenta e oito anos, Conceição é um exemplo do que estamos falando. Ela viveu casada no civil e no religioso por longos anos, mas após enviuvar procurou

novo companheiro. Viveram apenas sete meses juntos e ela o mandou embora. Como ela diz estar à procura de um “homem de verdade”, procuramos saber quais são os atributos que o definiriam como tal. Embora ela inicie dizendo que precisa de um homem que lhe ajude financeiramente e vá caminhando nessa lógica de argumentação que, bem analisada, mostra-nos a velha imagem de mulher em busca do provedor, termina confessando que homem de verdade é “[...] ser bom de cama. Se ele presta de cama, porque não adianta o homem ter tudo, ter dinheiro, mas se não valer na cama a mulher tem que sair com outro homem”.

Inicialmente tentando trabalhar dentro da lógica de um homem como alguém a lhe dar proteção financeira, ela termina redesenhando sua busca, que está diretamente vinculada à satisfação de sua sexualidade, ao direito ao prazer que não quer deixar de vivenciar.

Discutindo com nossas entrevistadas a vivência da sexualidade, percebemos que um agravante para a maioria delas é a falta de privacidade a que estão submetidas, pois elas vivem em casas normalmente muito pequenas, não raro dividem o mesmo quarto com seus filhos e, somado a isso, há uma proximidade com os vizinhos que pode ser perturbadora. Por outro lado, homens e mulheres têm expectativas muito diferentes da relação sexual. Muitos homens não compreendem que a companheira pode necessitar de um tempo maior para que seu corpo, normalmente domado, possa se entregar.

O Zaqueu chega, passa a mão em mim e eu acho estranho, eu não quero, sabe? Eu não sei. Eu não sei se é motivo dessa brigação nossa ou se já virou rotina nosso casamento. Também eu vejo casal por aí que eles muda o ritmo da vida, eu conheço. Eles sai, eles vão transar no mato ou então num motel, numa beirada de água. Agora a gente só em casa, em casa, em casa. O meu sogro dorme ao lado, tem os moleques. Então quer dizer, como é que você vai fazer sexo

com uma pessoa do lado que pode te escutar? Quer dizer, como é que pode relaxar? [...] A menina e o pequeninho dorme do lado. Mas suponhamos que você dormindo com uma pessoa do lado. Criança não, porque criança dormiu acabou, mas meu sogro tem quarenta e poucos anos. Se você mexe na cama ele já está tossindo aqui. Como é que vai fazer alguma coisa? Deus me livre, minha filha, acho que se eu fosse homem não levantava era nada. Com barulho não, eu não consigo.

Já ouvimos as mulheres desculparem os homens que, não satisfeitos sexualmente pelas suas parceiras, procuram “aventuras” fora de casa. E quanto a elas? Como as mulheres que não encontram satisfação sexual no relacionamento conjugal se comportam?

4.5 INFIDELIDADE: UM DIREITO DOS HOMENS?

A condenação ao adultério no Brasil é resultado do modelo de comportamento que nos foi transmitido pelo Código Filipino, que regulava a conduta de todos os moradores das colônias portuguesas. Considerado um dos pecados da luxúria, o adultério era considerado ainda um fator de alto poder desorganizador na circulação dos patrimônios (ALMEIDA, 1992, p.85).

Consideradas as detentoras da honra não só dos maridos, mas de toda a família, o comportamento das mulheres sempre foi fonte de intensos cuidados. As adúlteras, ou simplesmente “desobedientes”, eram mantidas reclusas por seus pais ou maridos. A prática de prender ou, mais extrema, de assassinar as adúlteras levaria muitos anos para deixar de ser aceita no Brasil e se arrastaria até quando já

ia bem avançado o século vinte, pois ser traído ainda é pensado como o máximo da desvalorização para um homem (ALGRANTI, 1993; DEL PRIORE, 1993, 2005).

Pode-se dizer que trabalhamos com um grupo bastante diversificado de mulheres. Assim, se tivemos aquelas que foram traídas de maneira acintosa, inclusive com os maridos levando a “outra” para dentro de suas casas, como aconteceu com D.Ângela e Teresa, também tivemos mulheres que traíram seus maridos. De um modo geral, as entrevistadas foram bastante críticas da infidelidade feminina e somente duas admitiram ter traído seus maridos. Como as mulheres adúlteras sempre foram vistas de maneira muito negativa⁵⁹, é possível que este número esteja subdimensionado.

Concluimos que a infidelidade não é, em nenhum momento, pensada como um comportamento mais específico daqueles que vivem uniões conjugais não-legalizadas. Todos os depoimentos caminharam no sentido de que, mesmo quando o casal vive em união consensual, a fidelidade é um fator importante. Opinião compartilhada até mesmo por aquelas que admitiram já terem traído seus companheiros. Embora tenha predominado nos depoimentos uma idéia bastante estereotipada de que a infidelidade masculina é mais aceitável, porque “homem é assim mesmo”, encontramos duas mulheres que contrariaram o estereótipo feminino de figuras sempre traídas, nunca traidoras.

⁵⁹ Gostaríamos de destacar dois trabalhos que discutem a infidelidade feminina dentro de uma perspectiva diferenciada desta que apresentamos, ou seja, a de um comportamento não condenável. Fonseca (1992) nos apresenta relatos em que os relacionamentos extra-conjugais das mulheres da Vila São João, um bairro popular de Porto Alegre, são tratados mais pelo viés do humor do que da condenação (FONSECA, Cláudia. Gênero, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.310-333. Quase na mesma linha interpretativa, temos o trabalho de JIMÉNEZ, Martha Patrícia Ponce. Trabalho, poder e sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, n.5, p.201-276, 1995, com mulheres camponesas no México. Aí a infidelidade feminina aparece claramente como uma estratégia de sobrevivência. Se os maridos não conseguem prover

A primeira delas nos diz que se casou virgem e apaixonada. Teve filhos e embora considerasse que a traição fosse uma prerrogativa dos homens, nunca se imaginou passando por tal situação. Quando se descobriu traída, brigou, chorou, esperneou e acabou se separando do marido, mas, como não é incomum nesses casos, voltaram a viver juntos.

Ter sido traída, não é, evidentemente uma experiência interessante para nenhuma mulher; antes ao contrário, é uma experiência de dor e de rejeição a que muitas reagem com violência. Para essa mulher, em particular, ter sido traída parece ter desencadeado a combinação do desejo de vingança com a curiosidade de conhecer outros parceiros. Ela nos confessa que já não queria mais um marido, um homem para viver com ela. Seu desejo passou a ser o de conhecer vários homens: “Eu queria conhecer preto, eu queria conhecer japonês, eu queria conhecer o velho, eu queria conhecer o novo”.

Quando o marido descobriu, separaram-se novamente e, nem é preciso dizer, dessa vez sem volta, porque os homens são muito menos propensos a perdoar e a esquecer esse tipo de comportamento de suas mulheres. Ela terminou iniciando uma nova união consensual, mas nunca mais deixou de ter outros homens. Entretanto, a infidelidade conjugal ainda aparece como uma questão conflituosa mesmo para essa mulher, que se equilibra com dificuldade entre o que lhe determina os padrões da moralidade e os seus próprios desejos.

Traio. Sei que é pecado. A Bíblia diz que sim, que a gente não pode fazer isso. Só que ainda não consegui não. Meu marido é uma pessoa muito devagar, muito devagar mesmo [...] então ele é uma pessoa que não consegue me satisfazer por completo (....) Às vezes eu olho para ele assim, fico com pena dele, porque ele é uma pessoa

adequadamente as necessidades da família, compreende-se que as mulheres busquem ajuda em troca de favores sexuais e esses casos não são vítimas de condenação.

muito boa para mim, me dá tudo e eu gosto disso, eu gosto de fazer sexo, eu gosto de fazer amor, eu gosto de fazer as coisa diferente, eu gosto de inventar as coisas e ele não consegue acompanhar eu. A Igreja proíbe, mas eles não sabe que eu faço isso, até que eu conseguir ir escondendo eu vou esconder, no dia que eu não conseguir mais. Pecado eu não acho assim não. Não me entristece o coração não. (...) Eu não sei se isto é doença, se é sem-vergonhice ou se isto é a vida que fez que eu aprendesse a ser assim porque o meu primeiro marido me traiu muito. A vingança tomou conta de mim. Eu não sei que nome eu dou para isso. Minha mãe sempre falava que tinha de ser fiel ao marido.

Se observarmos detidamente sua fala vamos facilmente notar que essa mulher se vê confusa diante dessa situação. Inicialmente ela diz que trair é um pecado, conforme define a Bíblia, mas depois, como que se justificando, ela joga a responsabilidade sobre o marido que, afinal, não dá conta de satisfazê-la adequadamente. A partir daí já caminha para outra argumentação, a de que trair não é um pecado, embora um comportamento que a deixa entristecida. Depois se debate entre qualificar-se como doente ou sem vergonha, ou, quem sabe mesmo, uma vítima da fatalidade da vida. Finalmente, justifica seu comportamento culpando o ex-marido. Em nenhum momento predomina uma postura da vivência de sua sexualidade como uma escolha consciente, um desejo legítimo.

Apesar de todas as mudanças no mundo feminino, a verdade é que a idéia de uma vida sexual desprovida de amor, do ideal de procriação e sendo conduzida unicamente pela procura do prazer, continua sendo vista por algumas como comportamento reprovável. Daí a fala da depoente que não consegue entender se o que a move é um desejo de vingança, uma falta de vergonha ou uma doença. Ela ameaça uma ruptura com o ideal de mulher e se o consegue na prática, não tem o mesmo sucesso com a sua consciência, que está marcada pelas elaborações culturais: “às vezes eu fico assim meia (sic) triste, meia com medo assim que as

minhas filhas pudesse um dia pagar pelos erros que eu faço”. Sempre a culpa, sina de mulher.

Para Chacham e Maia (2004, p.85), a sexualidade da mulher brasileira contemporânea está presa na ambigüidade do discurso progressista e dos modelos tradicionais, o que faz com que ao mesmo tempo em que ela sente necessidade de afirmar publicamente a satisfação com a sua sexualidade, se mostra conservadora na sua orientação sexual quanto ao número de parceiros e a fidelidade.

Quando falamos em infidelidade, a idéia mais freqüente é associá-la ao homem. As mulheres figuram, na maioria das vezes, como vítimas. Já observamos que a realidade não é exatamente essa. Embora um número reduzido de mulheres tenha admitido ter traído, elas também traem e, pelo que nos disse uma que já vivenciou largamente essa experiência, trair homem é muito fácil: “eles acreditam em tudo o que as mulheres falam”.

Gostaríamos de levantar, aqui, algumas questões acerca desse comentário. Achamos que essa mulher está parcialmente certa quando diz que é mais fácil trair homens, mas talvez não seja exatamente porque eles acreditam em tudo o que as mulheres dizem, mas sim porque eles também vêem a infidelidade como uma prerrogativa masculina. Particularmente aqueles muito machistas acreditam-se dotados de uma virilidade que os faria muito pouco vulneráveis à infidelidade de suas parceiras. Podemos até admitir que, no fundo, isso seja uma maneira de mascarar inseguranças maiores, mas, de todo modo, achamos que esses homens se valorizam demasiadamente.

Vejamos a tese de nossa entrevistada: “a gente sempre arranja um jeitinho de enganar. Mulher é muito fria. Eu sou mulher, mas eu sei que mulher é bicho danado e quando ela quer, ela vai e faz mesmo assim. Ela faz na cara do cara (sic) e ele

nem percebe”. Esse depoimento expressa um modelo estático de comportamento feminino: mulher é fria e trai. Embora ele se oponha frontalmente ao tradicional: mulher é sentimental e não trai, de todo modo aponta para a mesma direção: a idéia de que há um padrão de práticas a sustentar as atitudes femininas.

Levantaremos ainda outra questão. Três mulheres, todas de gerações mais velhas (D.Ângela, Teresa e Elza) afirmaram-nos que seus companheiros não só as traíram, mas chegaram a levar as “amantes” para dentro de suas próprias casas. Considerando que o lar figura no imaginário como o local sagrado da família, podemos muito bem inferir o desrespeito evidenciado em tais atitudes. Se isso nos faz ter uma idéia muito negativa a respeito dos homens, ao velho estilo de nossas mães e avós, para quem “nenhum homem presta”, podemos ficar bastante desconcertadas ao sabermos que o inverso também se dá. O cunhado de Aparecida e o ex-marido de D.Ângela viveram este tipo de experiência, ou seja, suas mulheres o traíram dentro “do sagrado recinto do lar”.

Além disso, nossas duas depoentes que afirmaram ter traído seus maridos alegaram que, algumas vezes, a traição também se deu dentro de suas próprias residências, enquanto os maridos, alcoolizados, dormiam. Talvez nesse ponto se veja, de maneira mais explícita que a vaidade masculina esteja sendo usada como uma arma contra os homens. Nos dois casos em que houve traição, os homens foram dormir deixando suas mulheres bebendo com seus amigos. Dificilmente podemos imaginar que uma mulher tomasse o mesmo procedimento, pois há uma crença muito arraigada de que o sexo para o homem é algo que “acontece”. Desse modo, as mulheres não se colocam tão facilmente numa posição vulnerável.

Já comentamos que os sujeitos nem sempre conduzem a prática cotidiana em sintonia com sua interpretação de mundo, com o modo como constroem sua idéia do

certo e do errado, do bom e do mau, do aceitável e do não aceitável. Nesse particular, interessa-nos discutir a seguinte questão: as mulheres tendem a dizer que o homem é diferente da mulher e que trair faz parte da natureza masculina. A vocação masculina para a traição é justificada ora com base na “vontade” sexual incontrolável, ora no descompasso, também naturalmente fundado, entre suas “necessidades” sexuais e as da sua parceira fixa, enquanto a traição feminina é desqualificada, inclusive pelas próprias mulheres (SALEM, 2004, p.29).

Isso parece apontar para uma compreensão e uma aceitação que a pesquisa empírica nem sempre referenda. Mulheres como Custódia, Teresa, Elza e Valdicéia deixaram seus maridos ou companheiros porque eles estavam tendo relacionamentos com outras mulheres. Ou seja, não aceitaram a traição. Portanto, a aceitação da infidelidade não é um comportamento uniformizado entre as mulheres e a produção bibliográfica que aponta para o estereótipo da passividade feminina cai por terra.

Algumas, como Eni, Dorothea e D.Ângela também foram traídas, mas a separação se deu por iniciativa dos homens. Eles as abandonaram quando se envolveram com outras mulheres.

É interessante observar que apenas uma mulher se separou por ser vítima de agressão física, embora tenha sido expressivo o número daquelas que afirmaram tê-la sofrido. Ou seja, a violência parece não ser motivo suficiente para levar à separação, exceto quando alcança limites extremos, como foi o caso de Beatriz. No quadro a seguir, tentamos estabelecer uma relação de causas indutoras de rompimentos conjugais. Utilizamos o termo “incompatibilidade” para definir as separações que ocorreram pelos seguintes motivos: fim do amor, desgaste natural da relação, incompatibilidade de gênios, etc. Conceição constitui-se num diferencial significativo. Ao afirmar ter se separado por não se sentir realizada sexualmente,

essa mulher rompe com uma prática muito antiga que é a de minimizar a importância do prazer sexual feminino dentro da relação conjugal.

Vejamos quais foram as causas que levaram ao rompimento do vínculo entre nossas depoentes e seus companheiros/maridos.

QUADRO 3: Causas da dissolução da união conjugal das entrevistadas

| Depoentes | Causas de dissolução da união |
|------------------|--------------------------------------|
| Aparecida | Incompatibilidade |
| Custódia | O marido a traiu com outra |
| Maria | Incompatibilidade |
| Teresa | O marido a traiu com outra |
| Roselaine | Incompatibilidade |
| Dorothea | Abandonada pelo companheiro |
| Fátima | Prisão do companheiro |
| Elza* | O companheiro a traiu com outra |
| Eni | Abandono do companheiro |
| D.Ângela | Abandono do companheiro |
| Valdicéia ** | O marido a traiu com outra |
| Beatriz | Agressões físicas |
| Conceição | Insatisfação sexual com o parceiro |

* As duas separações de Elza se deram em razão da infidelidade dos companheiros.

** Embora ela tenha se separado do marido quando descobriu que ele a traía, o casal terminou voltando e a separação definitiva só ocorreu quando ela o traiu, tempos depois.

A infidelidade aparece como responsável pelo rompimento de quatro uniões legais e uma união consensual. Embora estejamos trabalhando com um universo muito reduzido de pesquisa, o que nos impede generalizações, os depoimentos nos indicam que embora as mulheres pareçam entender a infidelidade como um direito dos homens, na prática, nem sempre a aceitam tão facilmente.

Apesar do adultério masculino ser considerada uma falta menos grave do que o feminino, e acreditamos que isso se dê mesmo nos dias atuais quando a paridade entre os sexos é mais acentuada, não é sempre que as mulheres o aceitam com passividade. A pesquisa empírica evidencia que quatro mulheres (Teresa, Custódia,

Elza e Valdicéia) terminaram seus relacionamentos quando os maridos a traíram, indo na contramão do estereótipo da compreensão que marca a figura feminina.

Apesar da historiografia tradicional ter construído uma visão da submissão feminina na estrutura familiar brasileira, essa é uma questão que vem sendo revista pelos historiadores atuais. Não no sentido de negar a supremacia masculina, mas de se buscar um melhor entendimento do comportamento das mulheres, eivado de ambivalências e particularidades.

Sabemos que algumas mulheres, de maneira audaciosa, pediram o divórcio no Brasil no século XVIII e XIX. O mais antigo processo de divórcio data de 1700. Essas separações atingiam indivíduos de diversas camadas sociais, sendo dissolvidos casamentos tanto de escravos quanto de forros, bem como de indivíduos de famílias tradicionais. Apesar de não ser a única causa, o adultério vai aparecer como motivo alegado pelas mulheres para solicitar o divórcio ao Tribunal Eclesiástico e, mais tarde, à Justiça Civil. Isso requer uma nova compreensão do comportamento feminino e também um novo entendimento dos valores morais que norteavam a sociedade brasileira no passado, como apontam os estudos. Em 1828, Jesuína Luiza dos Santos moveu um processo contra seu marido dizendo-se senhora honesta, de reconhecida probidade e que vinha sendo traída pelo marido, que estava, inclusive, contaminado pela “morféia”. Oito anos depois foi a vez de Antônia Joaquina Penteado, pedir o fim de seu casamento que já durava dezoito anos, justificando que o marido entregava-se aos prazeres com outras mulheres, embriagava-se e a espancava (SAMARA, 1989, p.123).

Chamamos a atenção para o fato de, em ambos os casos, as mulheres somarem ao adultério um outro fator que concorria para o desejo de por fim ao casamento; a doença e os maus-tratos, que, muito possivelmente, foram usados

estrategicamente para sensibilizar o Juízo Eclesiástico. Talvez a traição dos maridos por si só não fosse capaz de sustentar um pedido dessa natureza. Era preciso, assim, recorrer a outros argumentos, porque muito possivelmente aqueles que analisavam os pedidos de divórcio, homens naturalmente, pouco se sensibilizariam se a questão fosse referente apenas ao adultério.

4.6 UNIÕES CONSENSUAIS E CASAMENTOS LEGAIS: ANALISANDO AS DIFERENÇAS

Desde muito cedo os indivíduos são estimulados a pensar que um dia irão se casar, sendo essa imposição muito mais intensa no caso das meninas, de modo que não é de se estranhar que tal desejo esteja sempre latente em grande número de mulheres. Nas camadas populares, onde a vida das moças é sempre desprovida de grandes possibilidades de crescimento individual e a falta de perspectivas é sempre uma constante, a união conjugal, legalizada ou não, aparece como uma chance, muitas vezes única, de dar um rumo diferente as suas vidas.

Por mais que a mulher solteira que vive com parentes possa ser louvada por suas qualidades, como cuidar dos pais idosos e prestar favores à vizinhança, ela não se realiza plenamente enquanto não tiver a sua própria família. Poderíamos pensar que essa busca por um parceiro atenda a uma questão de ordem material, uma vez que o apoio entre homens e mulheres pobres faz parte também de uma estratégia de sobrevivência. Mas pode-se ir além, compreendendo que diz também

respeito à satisfação afetiva e à busca de um *status* mais respeitável (FONSECA, 2000, p.32).

De fato, ser mulher “casada” significa ter sido escolhida, não ter ficado para “titia”, “solteirona”, “encruada” e tantos outros termos pejorativos conhecidos na nossa sociedade e que marginalizam mulheres que, a partir de uma determinada idade, ainda permanecem sem um companheiro⁶⁰.

Sabemos que ainda bem jovens as meninas são direcionadas para casar e ter filhos, mas causou-nos especial surpresa a idade com que a maioria das nossas entrevistadas iniciou a vida conjugal. Com exceção de Graça, que se uniu ao companheiro quando tinha vinte e nove anos e Rosário, aos dezenove, as demais tinham de doze a quatorze anos de idade quando se casaram ou iniciaram uma união consensual, tendo ou não o consentimento dos pais. Várias questões podem contribuir para essa valorização da união conjugal, conforme já enfatizado: assistência mútua, suporte financeiro e emocional, possibilidade de sair da casa dos pais, possibilidade de exercitar a sexualidade sem qualquer empecilho, etc, mas aqui gostaríamos de acrescentar um ponto que nos parece fundamental. Sem querer resvalar em uma atitude de preconceito, sabemos que nos bairros pobres existe uma violência que é tanto maior para aqueles que estão sós. Dada a fragilidade física da maioria das mulheres perante os homens, viver sozinha pode ser mesmo uma situação perigosa.

⁶⁰ Não são somente as mulheres que são discriminadas quando ficam solteiras. Segundo Lévi-Strauss, quase todas as sociedades têm em elevada apreciação o estatuto matrimonial para ambos os sexos. O autor relata ter encontrado entre os bororos um homem aparentando trinta anos, sujo, mal alimentado, triste e solitário e que parecia gravemente doente. Entretanto este homem nada tinha em particular, exceto o fato de ser solteiro. Desse modo, o ser solteiro é, em muitas sociedades, e não só nas primitivas, apenas um meio ser humano, concluiu o antropólogo. Ver LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Família**: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Marha Ltda, 1980. p.19.

Alguns dos bairros onde realizamos a pesquisa não podem ser considerados exatamente locais onde a violência esteja muito presente; outros, no entanto, oferecem maiores riscos, principalmente pelo grande número de jovens desocupados e que vivem de praticar pequenos furtos. Conversando com as mulheres, sempre se ouve falar que esses rapazes existem e quem são eles, denominando-os e falando mesmo filhos de quem são e onde moram. Apesar disso, eles nunca são denunciados, levando-nos a pensar que essas pessoas não acreditam muito na polícia para ajudá-las na solução desses conflitos.

Em nossas visitas ao Jardim Boa Vista, pudemos conhecer Generosa⁶¹, que mora sozinha em um barraco minúsculo. Ela nos informa que, desde que o irmão morreu e ela ficou sozinha, têm sido freqüentes pequenos furtos em seu barraco. Os vizinhos reafirmaram sua história e se dizem revoltados, mas nunca ninguém faz nada, levando-nos a reafirmar tanto a suposição inicial de que a credibilidade na ação da polícia não é muito grande quanto a de que mulher sozinha está numa situação de vulnerabilidade.

Por todas essas razões de ordem prática e de ordem simbólica, a união conjugal desponta como de especial interesse tanto para os homens quanto para as mulheres, em todas as idades, visto que, se as relações são instáveis e se desfazem com facilidade, os recasamentos também estão continuamente acontecendo. Ninguém costuma ficar muito tempo só.

O número de casais vivendo uniões consensuais nas camadas populares é bastante expressivo, mas muitos têm podido legalizá-las com a ajuda de iniciativas das igrejas que, em parceria com o judiciário, promovem os casamentos

comunitários. Essas ações podem ser entendidas como uma forma de garantir acesso à cidadania a esses casais, colocando-os em uma situação mais condizente com os preceitos das igrejas e das ordenações do Estado.

As Constituições Brasileiras foram muito marcadas pela discriminação, colocando sob sua proteção apenas as famílias "legítimas", desconhecendo a família natural, a união de fato. A Constituição de 1988 buscou reverter esse quadro e reconheceu a união estável entre o homem e a mulher, mas desde que foi promulgada tem sido tema de controversos debates por partes de juristas e especialistas de Direito de Família, que a consideram sem a devida clareza que uma Carta Magna pressupõe. O texto constitucional alusivo aos modelos de formação de família assim explicita:

Art.226: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento civil é gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (CAVALCANTI, 2003, p.15).

O parágrafo terceiro do referido artigo é a fonte maior das discordâncias. Ao determinar o reconhecimento da união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, a legislação parece indicar uma linha de aceitabilidade, porém quando frisa que se deve converter tal união em casamento, ou seja, em união legal, deixa transparecer no texto constitucional a preferência pela família constituída sob

⁶¹ Esse é um nome também fictício, como todos os das demais mulheres. Ela não faz parte do nosso grupo de entrevistadas, mas tivemos oportunidade de visitá-la várias vezes nas nossas idas ao bairro.

os auspícios da lei. Se a união estável e o casamento tivessem sido igualados quanto aos efeitos que devam ou possam gerar, não haveria por que se cogitar da conversão de uma das figuras na outra: “é inerente à idéia de conversão a de desigualdade: não se converte uma coisa em outra a menos que sejam desiguais” (CAVALCANTI, 2003, p.4).

O mesmo autor reconhece ainda que em seu texto conjunto a Constituição faz distinções entre os vários modelos de família. Assim, em primeiro plano encontra-se o casamento civil; no segundo, o casamento religioso; no terceiro, a união estável e, no quarto, a família monoparental. A própria disposição do texto sugere uma ordem de preferências.

Embora se costume afirmar que “amigado com fé, casado é”, várias depoentes nos disseram que apesar das uniões consensuais não diferirem dos casamentos legais quanto às obrigações e deveres de um parceiro com o outro, foi somente após o casamento legalizado que ambos passaram a se sentir donos um do outro.

Quando você é amigada você vive naquele medo assim: ah, eu não posso brigar com ele, porque ele vai largar de mim, eu não posso brigar com ela, porque ela vai largar de mim, aí depois que você casa, que você pega a certidão do casamento a gente já se sente dono do homem, o homem se sente dono da mulher, entendeu? Mesmo a coisa que você tivesse comprado um móvel e aí ele já quer mandar mais em mim, eu quero mandar mais nele, aí começa a confusão (Aparecida).

Aparecida nos confessa que o marido é trabalhador, mas que não lhe dá a atenção que deseja, não se preocupa em ouvir seus sonhos e em lhe dar carinho. Atitude que a deixa ressentida. O trabalho sempre foi uma referência importante para se julgar um homem. Quando um marido não deixava faltar nada dentro de casa, os seus defeitos se diluíam, porque, afinal, ele cumpria com sua obrigação

principal de mantenedor. Podia mesmo beber um pouco e até ser violento com a família, mas não perdia o respeito. Era papel da mulher compreender alguns desvios do homem, desde que ele não deixasse faltar o pão em casa. Atualmente, as mulheres querem uma participação mais efetiva do marido/companheiro.

Percebemo-nos como que diante de duas Aparecidas. Uma que dá ênfase à segurança que um companheiro proporciona, que é muito mais conservadora e “ajuizada”, e uma outra muito mais consciente de si e de seu direito à felicidade conjugal e a uma relação prazerosa e feita de cumplicidade. Aparecida está lidando com a difícil tarefa de se posicionar em um mundo marcado por transformações nos valores femininos e nas práticas do ser mulher.

Ao mesmo tempo em que associa a crise conjugal a um desgaste natural provocado pela rotina que assola todos os casais, Aparecida parece deduzir que, quando eram “amigados”, eram mais felizes. A causa de tantos transtornos é o fato de ambos se sentirem mais presos e “donos um do outro”.

Não, ele não liga de eu ir, mas como que uma mulher casada vai sozinha para uma festa? Um carnaval que seja, ou num forró, numa discoteca? Como é que uma mulher casada vai? Vai fazer o que lá? Vai ficar sentada olhando? Agora se você tiver com seu marido você dança, toma uma cerveja, vai prá lá e prá cá (Aparecida).

Assim como Aparecida, outras mulheres vêm na oficialização do casamento um marco entre uma atitude mais libertária e um comportamento mais comedido.

De primeiro quando eu não era casada, eu saia de casa, essas coisa assim. Saia com os amigos, depois que eu casei [...] amiguei com essa pessoa eu não saio mais de casa. Nunca mais saí. Se eu saio é só com ele ou senão com a minha avó (....) (Andréa).

Ah, é difícil eu ir (à rua). Quando eu saio é só com a minha cunhada e a minha sogra. Que nem antes eu saía a hora que eu queria. Agora tem a hora certa, não saio mais com ninguém, só com parente. Se você fala: 'eu vou a tal lugar' e seu marido fala: 'não' e você vai, não dá certo. Muita coisa mudou. Nossa até o tipo que eu vestia eu não visto mais. Muda tudo (Graça).

A idéia que emerge desses depoimentos é clara: lugar de mulher casada é dentro de casa. À rua só se sai em casos de extrema necessidade e quase sempre acompanhadas de algum parente. Foi o que muitas disseram, não o que de fato pôde ser percebido. É bastante evidente que o que ocorre com essas mulheres é uma tentativa de se aproximar de um modelo tradicional e idealizado de comportamento, porém bastante irreal. Se a ida aos bailes e forrós, como diz Aparecida, de fato são pouco prováveis sem a companhia do marido, passeios pela cidade são muito freqüentes. Vejamos uma outra parte da fala de Graça, que já havia nos confessado pouco sair de casa e, ainda assim, somente quando acompanhada por parentes.

Eu saio bastante, eu tenho minhas colegas, mas é colega mais velha. Este negócio de moça solteira, essa colegada que eu tinha primeiro, isto não. Minha vida é outra. É melhor, porque tem colega da gente que o marido da gente não topa o jeito da pessoa. Começa a brigar com a gente. A gente não sabe porque é. Eu saio de casa do mesmo jeito. Ih! Eu não paro em casa não.

A partir do que nos foi dito tentamos compreender a fala dessa mulher que ora diz jamais sair de casa, ora afirma não parar em casa. Isso é importante para que não haja o risco de desqualificarmos o seu depoimento, mas vamos buscar entendê-lo dentro de uma lógica própria. Quando Graça diz que não sai de casa, ela parece estar se referindo especificamente à ida em algum tipo de divertimento, como bailes e festas, que entende serem vedados às mulheres casadas, pois de fato ela sai de

casa. Inúmeras vezes a encontramos nas ruas da cidade. O diferencial parece estar no fato de que nessas horas ela estava sempre acompanhada dos filhos, indo ou voltando da Prefeitura em busca de cesta básica ou medicamento. Portanto, o que parece ser considerado não é exatamente o fato de mulher casada ter de ficar ou não em casa, mas os motivos que impulsionam as suas saídas.

De maneira mais velada, algumas, de modo bastante explícito, outras, uma grande maioria das mulheres faz uma distinção clara entre uma relação consensual e um casamento legal. Embora a fidelidade conjugal para elas apareça como uma obrigatoriedade em qualquer modelo de relacionamento, no casamento legal elas se vêem mais comprometidas com a continuidade da relação. Assim, romper uma união consensual aparece como uma atitude bem mais fácil de ser tomada do que romper com um casamento legalizado.

Quem mais expressivamente demarcou os limites entre o homem com quem se casa legalmente e o homem com quem se vive “amigada” nos parece ter sido Conceição.

Meu marido, pai da minha filha, tudo o que o meu marido fazia eu aceitava, porque ele era meu marido legítimo. Agora esse amante⁶² não. Esse meu marido legítimo era marido, pai das minhas filhas. A minha família gostava dele, os meus irmãos gostava dele, as minhas irmã trazia ele na palma da mão. Agora esse daí não, esse daí não é parente nosso. É outro caso. Não é marido legítimo. Aqui se eu quero comprar uma coisinha é os documentos do meu marido legítimo [...] que tirou eu da casa do meu pai e ficou comigo até o dia que Deus quis e foi velado aqui em casa. Aqui nessa sala.

Acreditamos que o fato de Conceição não ter filhos com o companheiro seja uma explicação razoável para o seu aparente descomprometimento. Como já

⁶² Essa foi a única vez que uma depoente chamou o companheiro com quem vivia união consensual de “amante”.

comentado, os filhos parecem cimentar a união consensual dando-lhe caráter de maior formalidade.

D.Ângela, indo na mesma linha de pensamento de Conceição, diz que no casamento a mulher aceita tudo, faz tudo. Já na união consensual é um pouco diferente, a mulher não aceita tudo porque pode se separar a qualquer momento, não tem nada que a prenda. Embora não seja uma idéia compartilhada igualmente por todas as entrevistas, a união legal aparece como uma relação que é levada mais a sério. Não por outra razão o casamento oficializado é sempre mencionado como o “casar certinho”: “uma coisa mais firme, porque eu acho que a palavra assim morar junto, você vê, amigado, eu acho essa palavra feia. Eu tenho vergonha sim, eu não casei até hoje porque eu não tenho condições” (Beatriz).

Embora a superioridade do casamento legal tenha aparecido nos depoimentos, considerações distintas também puderam ser observadas. Aparecida, que tem experiência de união consensual e casamento legal, acredita que embora “ser amigada” marginalize a imagem da mulher, o estigma maior recai sobre a mulher sozinha:

Tinha gente que nem vinha na minha casa porque lá era casa de mulher sozinha, eu vou ficar falada. E agora minha filha, escreveu não leu, está aqui na minha casa. Ah, me empresta uma caneca de tal coisa. [...] Antigamente se tinha uma festa numa casa de família ninguém me convidava. Não por eu ser o que eu era, mas por eu ser sozinha. Agora não, quando tem festa, novena...Agora é dona Aparecida, senhora Aparecida.

Embora não discordemos desse depoimento, a idéia prevalecente é que as mulheres legalmente casadas são vistas com mais respeito na comunidade onde vivem. Entretanto, se a união consensual não dota a mulher do mesmo respeito que

ela alcança com o casamento legal, nem por isso o modelo de comportamento que é esperado dela é diferente daquele das legalmente casadas. Mesmo que a mulher viva uma união não legalizada deve seguir determinadas regras e a mais significativa é a da fidelidade.

A crescente complexidade do mundo moderno, que se torna cada vez mais burocrático, faz também com que o fato de ser legalmente casada propicie à mulher maior segurança. Embora as novas leis concedam à companheira os mesmos direitos da esposa, muitas confessaram que se sentiriam mais seguras “se tivessem o papel”, maneira usual de se referirem à certidão de casamento.

Conforme já enfatizamos, nossas entrevistas tiveram um caráter mais livre, com o diálogo sendo conduzido de maneira espontânea. Apenas algumas questões foram previamente elaboradas, tais como: “você acha que vida de mulher casada é muito diferente da vida de mulher que vive amigada?⁶³” e “a vida de mulher é mais fácil ou mais difícil do que a vida dos homens?”.

A primeira pergunta foi feita a quatorze mulheres. Buscamos computar apenas aquelas cujas respostas não apresentassem nenhuma dúvida, de modo que seis ficaram de fora, pois suas respostas pareceram-nos ambíguas. Entre estas, sete consideraram que a vida de mulher casada é muito diferente daquela de uma mulher que vive união consensual. As casadas foram consideradas mais expostas ao sentimento de posse dos maridos, mais controladas pela sociedade e com menor grau de liberdade no direcionamento de suas vidas, mesmo por aquelas mulheres que, momentos antes, com a questão sendo colocada de modo menos claro, haviam afirmado que casar ou amigar era tudo igual. O casamento legalizado apareceu, assim, como uma união que prende a mulher.

Quanto ao segundo questionamento foi possível analisar onze respostas. Oito mulheres consideraram que a vida das mulheres é muito mais difícil do que a dos homens. Porque elas trabalham mais, porque têm menos liberdade e porque os atos femininos passam por um julgamento muito mais rigoroso do que os masculinos foram as justificativas apresentadas. Três mulheres, no entanto, foram de opinião que a vida do homem é muito mais difícil.

Porque a do homem é mais difícil. A gente não, a gente é mais querida. Parece né? É mais querida, a (vida) de homem é mais difícil (Elza).

Às vez a gente sofre de um jeito, eles sofre de outro né? Eu acho que às vez a gente acha que a gente sofre, só que a gente não pára prá gente ver que é difícil para eles também trazer as coisas em casa (Maria).

Eu acho que não, às vezes até meio igual porque tem homem que sofre também. Tem homem que sofre igual uma mulher. Tem homem que às vez trabalha doente, sofre no serviço dos outros, às vez não pode falhar do serviço porque perde o serviço. Está doente e tem de trabalhar. Não é fácil. De todo jeito não é fácil (Dinorá).

Pelos registros, parece-nos que as mulheres percebem como diferenças entre mulheres unidas consensualmente e aquelas legalmente casadas algumas características que, na verdade, terminaram também alocando como restrições da vida feminina em geral. Assim, ter menos liberdade e ser julgada de maneira mais severa pela sociedade aparece tanto como uma realidade para a mulher legalmente casada como a razão da vida da mulher ser mais difícil do que a do homem. Uma coisa, no entanto, parece ser parte do senso comum, perpassando os mais variados

⁶³ Utilizamos conscientemente o termo amigado, pois era assim que as mulheres se expressavam.

depoimentos: é o homem quem manda na casa. A mulher pode até compartilhar decisões com ele, mas a palavra final é sempre a do homem.

Acho que tem, não tem? (de obedecer o homem). Tem, porque senão não veve (Custódia).

Eu acho assim, na hora certa, na hora assim que tem alguma coisa errada, eu acho que o marido tem de erguer a voz assim, falar um pouco mais alto para ter autoridade, para ter o respeito, porque você sabe que o chefe da casa é o homem (Beatriz).

Mas será mesmo o homem o chefe da casa? Não teriam as mulheres aprendido “estratégias” sutis de lidar com esse tão propalado poder masculino? A pesquisa empírica evidenciou-nos que os homens não detêm o mando em todas as situações e, muito menos, as mulheres aceitam passivamente uma relação totalmente desigual de poder. Ainda que na maioria das vezes elas não desafiem o autoritarismo deles de forma conflitiva, tecem de maneira silenciosa (diríamos mesmo ardilosa) os fios que lhes possibilitam uma mediação na vida conjugal e familiar de uma maneira muito mais expressiva do que, em princípio, podemos supor.

Vejamos, como exemplo, a própria Custódia. Ela nos informa que o marido já a agrediu fisicamente, deixando-a com o olho roxo. Conta-nos também que ele, agora que está doente, tem implicado muito com o fato dela ir aos bailes, de que tanto gosta. Numa noite em que ela o desobedeceu e foi ao baile, ele trancou a porta e queria impedi-la de entrar em casa. Também não permite que ela fume, o que Custódia faz às escondidas, como uma adolescente rebelde. Que imagem essa mulher nos passa? Segundo Adelman (1998), quando analisamos as práticas de negociações dentro da relação conjugal podemos encontrar três tipos de comportamentos das mulheres: a acomodada, que faz pouco esforço no sentido de

obter e manter poder no casamento; a negociadora, que se engaja ativamente numa luta para definir ou redefinir os termos do casamento, na busca de mais poder e autonomia; e a igualitária, que se distingue por um compromisso mais evidenciado com a igualdade.

Seguindo esse perfil traçado, sentimo-nos bastante tentados a incluir Custódia no grupo das acomodadas. Mero engano, uma vez que as reações femininas são feitas de disfarces muito delicados. Custódia não é essa mulher submissa que, em princípio, podemos supor. Senão vejamos.

O marido a quer dentro de casa, reduzindo-lhe a sociabilidade. Custódia, no entanto, não se rende. Quando realizamos os primeiros contatos para a entrevista, ela estava trabalhando esporadicamente como diarista e também no desmanche de pneus, mas, aproveitando-se das eleições, foi cabo eleitoral, distribuindo santinhos pela cidade. Agora é vendedora. Estivemos na sua casa uma infinidade de vezes quando buscávamos esclarecer alguns dados de sua entrevista, mas jamais conseguíamos encontrá-la. A vizinha nos explica: “Ela não está viajando não. Ela já esteve aqui em casa hoje conversando comigo, mas é que ela está vendendo calcinha e, por isso, sai de manhã e só volta na hora do almoço. Aí ela sai de novo e só volta de tardinha”.

Mais do que um recurso econômico, e obviamente não refutamos essa causa, o que Custódia parece buscar é um meio aceitável de ganhar o espaço das ruas diariamente sem que o marido possa impor qualquer objeção, uma vez que ela está trabalhando. Além disso, é importante frisar, ela não descumpre suas obrigações, pois volta para casa para preparar o almoço e, no fim da tarde, o marido a encontra em casa esperando por ele, dever de mulher.

Embora Salem (1981, p.51-97) enfatize que, por estarem segregadas em posições marginais, o assalariamento não propicia às mulheres pobres nenhum caráter libertador, antes pelo contrário, funcionam como mais uma (e mesmo principal) instância de opressão, vemos no trabalho fora de casa uma válvula de escape dos limites restritos do lar. É certo que é cansativo, que muitas mulheres gostariam de ter uma vida mais tranqüila e sossegada, sem tanto trabalho e tanta “canseira”, como dizem, mas trabalhando fora elas conseguem burlar os ciúmes dos maridos e não ficam expostas a julgamentos de outras mulheres. Afinal, é bastante comum que, quando uma mulher não trabalha fora e é muito “passeadeira”, expressão dita com evidente desdém, ela é vista com maus olhos pelos familiares e pela vizinhança. Já daquelas que saem para o trabalho, nada há a ser dito.

Outra maneira que as mulheres encontram de contrabalançar a autoridade dos maridos é na parceria com os filhos e filhas. É muito evidente a cumplicidade entre as mães e suas crianças, independente da idade. Omitir do homem algum detalhe importante, mentir para ele, ainda que em pequenas coisas, sonegar informações, é uma maneira de vê-lo diminuído. O “não conta para o seu pai” é uma frase que carrega muito mais rebeldia feminina do que podemos, num primeiro momento, supor.

Quanto mais autoritário e agressivo é o marido, mais a cumplicidade entre as mães e seus filhos e filhas se fortalece. Se o homem é sempre o último a ficar sabendo sobre o que se passa dentro de sua própria casa, que espécie de autoridade é essa de que tanto se fala?

Embora muitas mulheres em uniões consensuais enfatizem possuir uma liberdade conjugal maior do que a realidade nos mostrou, acreditamos que elas têm, de fato, maior autonomia no interior da relação quando comparadas com aquelas

mulheres que se encontram casadas legalmente. O fato de viverem em uma relação que, de certo modo, elas percebem “inferior” ao casamento legal, por si só já funciona como um estímulo a romper com padrões pré-estabelecidos de submissão e obediência.

Lamphere (1979), valendo-se das considerações de Weber, enfatiza que o poder é a probabilidade de um protagonista, num relacionamento social, estar em posição de realizar seu próprio desejo apesar das resistências, indiferente às bases nas quais essa probabilidade se apóie. Quando o poder se apóia na legitimidade, ou seja, no direito de impor sua vontade, é definido como autoridade. Os homens são, por isso mesmo, chamados de chefes da casa, porque são os que têm autoridade sobre a família. Mas há outras formas de poder, que se apresenta de forma mais dissimulada, e que essa autora chama de “poder indeterminado”, melhor definido, segundo ela, em termos de estratégias: “as estratégias femininas são uma reação à distribuição do poder e da autoridade” (LAMPHERE, 1979, p.124).

Assim, as mulheres, uma vez que não dispõem de autoridade, conquistam a parcela de poder através do uso de estratégias. Uma delas, já foi dito, é a união com os filhos, outra é a influência sobre os maridos, feita sempre de maneira muito sub-reptícia. Lamphere (1979, p.125) cita ainda dois outros tipos de estratégias femininas para a obtenção de poder: mexericos entre vizinhas de modo a afetar as decisões da comunidade masculina e queixas às suas respectivas famílias contra seus maridos.

Questionamos um pouco a eficácia dessa última possibilidade, que nos parece nem sempre ser capaz de trazer bons resultados. Tivemos oportunidade de conversar com mulheres cujas famílias sempre se posicionam a favor dos homens, dando-lhes todo tipo de apoio, como se fossem as mulheres que sempre

merecessem reprimendas. Não podemos nos esquecer que estamos lidando com famílias que estão imbuídas da idéia da superioridade masculina, portanto marcadas pela aceitação da desigualdade entre os gêneros.

Todavia, é prudente reforçar que, à parte o machismo que predomina na nossa sociedade, é possível perceber a influência das mulheres no seio das unidades domésticas. Não por outra razão, não é incomum que os homens se refiram às suas mulheres como “minha patroa”, o que embora pareça uma simples brincadeira, a nosso ver comporta um sentido maior e que pode nos colocar frente a mulheres com relativo poder de decisão dentro da família.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O tempo transcorrido entre o primeiro contato com as nossas entrevistadas e o momento de consolidação do trabalho foi longo e lento. Durante esse período foi possível rever algumas posições e fortalecer outras, possibilitando-nos um caminhar mais seguro na condução do trabalho. Levantamos, de início, a tese da maior autonomia das mulheres que vivem uniões conjugais pautadas na informalidade e parte dos depoimentos caminharam no sentido de referendar esse pressuposto. Algumas admitiram que ser casada no papel e no “padre” as leva, necessariamente, a uma maior dependência dos maridos. Mesmo aquelas que não endossaram essa opinião, tiveram parte de seus depoimentos temperados por revelações que pareciam apontar nessa direção. Considerada uma união menor frente ao casamento legalizado, a união consensual não chega a produzir no casal a sensação de total pertencimento um ao outro, e é como se houvesse sempre uma porta aberta e pronta a ser cruzada. Não há o descomprometimento com a relação conjugal, mas existe a consciência de que essa é uma relação que é feita para durar apenas enquanto se vive bem.

Não obstante os discursos apontarem para a similaridade entre o casamento legal e a união consensual, como muitas depoentes insistem em enfatizar, não nos foi possível deixar de perceber que, do ponto de vista moral, ela é considerada, nas classes populares, uma união “menor”, o que lhes facilita tanto o seu início quanto o seu fim. É verdade que as mulheres que vivem uniões consensuais também procuram ser boas donas de casa, zelar dos maridos e cuidar dos filhos, mas não só

a fluidez desses relacionamentos nos pareceu mais evidente, como também a maneira delas falarem sobre um possível fim dessas uniões vinha bem menos carregada do peso de um fracasso que, normalmente, acompanha o esfacelamento de uma união conjugal legal.

Embora não seja correto afirmar que as uniões consensuais sejam vividas de maneira irresponsável, são, certamente, ligações mais tênues. Mesmo os vizinhos e os familiares, que tratam o casal como se casado fosse, mostram-se menos surpresos quando o vínculo se quebra, porque, de todo modo, uniões consensuais têm um caráter de transitoriedade. Em nosso ponto-de-vista é justamente essa idéia do efêmero que cria as condições necessárias para o surgimento de uma autonomia que o casamento legal sufoca, senão de maneira concreta, pelo menos imaginária. As mulheres unidas consensualmente talvez efetivamente não sejam mais livres do que as legalmente casadas, mas assim se pensam e assim se definem.

Acompanhando as trajetórias de nossas entrevistadas e comparando-as com as histórias de outras mulheres pobres, moradoras de distintas partes do país e vivendo em temporalidades as mais diversas, percebermos que as uniões consensuais constituem-se numa maneira muito particular de enfrentamento da vida. Inserem-se dentro das estratégias de sobrevivência ao qual recorreram escravas, forras e brancas pobres do Brasil colonial e que tiveram seus passos seguidos e seus comportamentos reproduzidos ao longo de toda a história do Brasil.

Há, portanto, uma dupla questão a ser considerada no que diz respeito à possibilidade de maior ou menor autonomia das mulheres que vivem uniões consensuais quando comparadas às legalmente casadas. O resultado nos mostrou que as uniões consensuais são sim relações mais instáveis, que nelas as mulheres estabelecem com seus companheiros uma relação bem menos petrificada e que as

deixa mais livres para romperem a relação, partirem com seus filhos e darem um novo rumo à vida. Por outro lado, não é possível deixar de reconhecer que a situação de pobreza, o não ter “nada a perder” também lhes garante essa facilidade na tomada de atitudes transformadoras. São questões que se completam.

O contato com as entrevistadas não se findou por completo após a coleta dos depoimentos, pois voltamos várias vezes aos bairros e embora esses encontros não fossem diários permitiram, ao menos, que as conversas não emudecessem de todo. Várias delas modificaram o curso da vida que vinham levando, mas apenas uma delas, Valdicéia, oficializou o relacionamento. Casou-se usando guirlanda de flores, com direito a fotos ao lado de um bolo de dois andares e o casalzinho de noivos de gesso em cima. Tudo como manda o figurino.

Conceição, que havia deixado o companheiro por julgar que ele não a satisfazia sexualmente, voltou a viver com ele e embora não tenhamos discutido as razões da reconciliação talvez possamos arriscar um palpite: ela não queria apenas um homem na cama, mas também um companheiro para as horas de desamparo e solidão. Assim, apesar de todas as transformações é possível dizer que as mulheres ainda trazem dentro de si a necessidade incomensurável do outro? É possível que sim, mas preferimos pensar essa necessidade não como sendo o resultado de uma fragilidade feminina, mas de um vazio inerente a toda alma humana.

Duas uniões consensuais foram rompidas, a de Fátima, aquela que se apaixonava com facilidade, e a de Teresa, sendo que a primeira logo iniciou um novo relacionamento, que também já foi rompido.

Roselaine e Miltinho ouviram falar na televisão de uma cidade onde a prefeitura ajudava os moradores pobres e decidiram ir para lá. A única coisa que conseguiram foram as passagens de volta, cedidas pela Secretária de Assistência Social. Ficaram

vivendo um tempo nas ruas de Maringá até que retornaram a Mandaguari, onde foram mais uma vez recebidos pelos familiares que os ajudaram na construção de um pequeno barraco. Retornaram ao trabalho com reciclagem por uns meses, mas novamente se mudaram da cidade à procura de trabalho.

Maria também não vive mais em Mandaguari depois que o Conselho Tutelar recebeu a denúncia de que seu companheiro molestava a menina mais velha. A história transformou-se num estopim e ele fugiu. Curiosamente todos passaram a apontar Maria como a grande culpada e, por isso, ela não conseguiu mais permanecer no bairro.

Andréa foi a única que conseguiu um emprego fixo. Agora é doméstica numa clínica e ganha um pouco mais de um salário mínimo, o que já lhe permite pensar em deixar o companheiro e alugar uma casa para viver sozinha, conforme nos confidenciou. Todas as outras mulheres seguem a vida sem apresentar grandes mudanças. Porém, é preciso que não nos enganemos, as mudanças femininas nem sempre se dão de maneira visível. A revolução das mulheres, ao contrário da dos homens, pode se fazer de maneira muito, muito silenciosa.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. ¿Inserción laboral de las mujeres em América Latina: una fuerza de trabajo secundaria? **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v.7, n.1-2, p.224-235, 1999.

ABREU, Capistrano. **Capítulos de História Colonial** (1500-1800). 7.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

ADELMAN, Míriam. **No Caminho da Igualdade?** Relações de gênero e poder no casamento. Caxambu: ANPOCS, out. 1998 [Texto digitado, versão ampliada do trabalho apresentado na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais].

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.11-93.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e Devotas**: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil. 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edumb, 1993.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. **O Gosto do Pecado**: casamento e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ALMEIDA, Ângela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: _____. (Org.). **Pensando a Família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e tempo: UFRJ, 1987. p.53-66.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. **Usos e Abusos da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

AMADO, Jorge. **Jubiabá**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Beltrão (Orgs.). **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. p.82-98.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: _____. (Orgs.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.15-77.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.45-77.

ARIÉS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

_____. O amor no casamento. In: ÁRIES, P.; BÉJIN, A. (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais**. Lisboa: Contexto, 1983. p.128-137.

ARPINI, Dorian Mônica. **Violência e Exclusão**: adolescência em grupos populares. Bauru: EDUSC, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.121-142.

_____. (Org.). **Textos e Imagens do Feminismo**: mulheres construindo a igualdade. Recife: SOS Corpo, 2001.

AZEVEDO, Maria Amélia. Pensando a mulher. In: MULHER E SAÚDE MENTAL. Seminário Mulher e Saúde Mental, Conselho Estadual da Condição Feminina e Conselho Regional de Psicologia, 6.Região, 1985, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Graphpd, 20-21 jun. 1988.

AZEVEDO, Thales de. Namoro à antiga: tradição e mudança. In: VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, S. A. (Orgs.). **Família, Psicologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 1981. p.219-275.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: o mito do amor materno. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BASSANEZI, Carla. **Virando as Páginas, Revendo as Mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v.1.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). **A Família Brasileira**: a base de tudo. 3.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 1998. p.60-76.

BERGSON, Henri. **Cartas, Conferências e Outros Escritos**. Seleção de textos de Franklin Leopoldo e Silva. Tradução Franklin Leopoldo e Silva; Nathanael Caxeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Coleção os Pensadores).

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHWARCZ, Lilia M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.411-437. v.4.

_____. O crescimento da população da América latina e mudanças na fecundidade. In: AZEREDO, Sandra; STOLCKE, Verena (Coords.). **Direitos Reprodutivos**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 1991. p.61-71

_____. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.243-266.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta; CAMARGO, Cândido P. F. Tipos de uniões e padrões de casamento. In: _____. **A Fecundidade em São Paulo**: características demográficas, biológicas e socioeconômicas. São Paulo: CEBRAP, 1997. p.55-87.

BESSE, Susan K. **Modernizando a Desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil. 1914-1940. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (Orgs.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997. p.19-41 (Coleção Gênero).

BOSI, Ecléa; BOSI, Ecléa. As outras testemunhas-Prefácio In: SILVA, Maria Odila. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.7-11.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOZON, Michael. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.119-150.

_____. Sexualidade e conjugalidade. In: GREGORI, Maria Filomena (Org.). **Cadernos Pagu**: Erotismo, Prazer, Perigo, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, n.20, p.131-156, 2003.

BRANDÃO, Denis M. S.; CREMA, Roberto (Orgs.). **O Novo Paradigma Holístico**: ciência, filosofia, artes e mística. São Paulo: Summus, 1991.

BRANDÃO, Elaine Reis. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.63-86.

BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. **Horizontes Plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 1998. p.51-84.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**: Relatório de Implementação. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRITO, Maria Noemi Castilho. Memória e gênero. In: FONSECA, Cláudia (Org.). **Memória e Gênero**: horizontes e territórios da antropologia na América Latina. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1993. p.188-194.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHANUM, Sandra G. **Mulher, Casa e Família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

_____. ; _____. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: FCC, 1992. p.289-309.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHANUM, Sandra G.; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**: Desafios da Equidade, Campinas: UNICAMP, v.17-18, p.157-196, fev. 2001.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **História e Teoria Social**. Tradução Klauss Brandini Gerhasdt, Roneide V.Majer. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

CALDEIRA, Teres Pires do Rio. **A Política dos Outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v.8, n 2, p.91-107, 2000.

CAMPOS, Carmem Hein de. Violência doméstica no espaço da lei. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina (Orgs.). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001. p.301-322.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000. p.9-40.

CARSON, Alejandro Cervantes. Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher. **Cadernos Pagu**: Fazendo História das Mulheres, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, v.4, p.187-218, 1995.

CARVALHO, Luiz Domingos Moreno de. **O posicionamento e o traçado urbano de algumas cidades implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e sucessora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná**. Maringá, 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **As Vicissitudes da Família na Sociedade Moderna**: estudo sobre o casamento e as relações familiares. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. O lugar da família na política social. In: _____. **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p.13-22.

CASAGRANDE, Iolando. O trabalhador rural volante (bóia-fria) na região de Maringá, nos anos 70. in: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história geral. Maringá: EDUEM, 1999. p.221-237.

CASTRO, Rosimeire. Uma história das mulheres e sua visibilidade em Londrina (1930-1960). In: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne (Orgs.). **Mulheres na História do Paraná**: séculos 19 e 20. Curitiba: UFPR, DHI, 1997. p.127-142.

CAVALCANTI, Lourival Silva. **União Estável**: a inconstitucionalidade de sua regulamentação. São Paulo: Saraiva, 2003.

CEBRAP. Relatório Final de Pesquisa. **O Panorama da Nupcialidade Brasileira no Período 1960-1980**. São Paulo: CEBRAP, dez. 1986.

CHACHAM, Alessandra Sampaio; MAIA, Mônica Bara. Corpo e sexualidade da mulher brasileira. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004. p.75-106.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.215-218.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CHAUÍ, Marilena; CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Celi (Orgs.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. p.23-62. v.4.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a História do Presente**. Tradução Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CMNP. Publicação Comemorativa do Cinquentenário. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Paraná, set. 1975.

CORBIN, Alain. Bastidores. In: PERROT, M. (Org.). **História da Vida Privada: Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.413-610. v.4.

CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORRÊA, M. et al. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.7-38.

CORRÊA, Sônia. Gênero e saúde: campo em transição. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUN, Sandra G. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002. p.357-388.

DAUSTER, Tânia. A invenção do amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: ABEP, 1984, p.521-539. v.1.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edumb, 1993.

_____. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.217-235.

_____. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DELORS, Jacques et al. **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1999.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elizabeth. **De que Amanhã**: diálogo. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIEHL, Astor Antônio. A experiência do concubinato: um pretexto para uma possível aproximação entre história e psicologia. In: CENCI, Cláudia M. B.; PIVA, Maristela; FERREIRA, Vinícius R. T. (Orgs.). **Relações Familiares**: uma reflexão contemporânea. Passo Fundo: UPF, 2002b. p.231-248.

_____. **Cultura Historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002a.

DOURADO, Autran. **Ópera dos Mortos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninas e meninos em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia R. (Org.). **Quem Mandou Nascer Mulher?** estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Ventos, 1997. p.343-398.

DURHAN, Eunice. **A Caminho da Cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. A sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.1, p.84-99, jun. 1986.

EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-Modernismo**. Tradução Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ELAN, Diane. Romancing the postmodern, Feminism and deconstruction. In: JENKINS, Keith (Ed.). **The Postmodern History Reader**. London, New York: Routledge, 1997. p.65-74.

ESTEVES, Marta de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 10.ed. São Paulo: Editora Globo, Publifolha, 2000. v.1 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995 (Didática).

FÁVARO, Cleci Eulália. **Imagens Femininas**: contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2002.

FENSTERSEIFER, Gilda Puchério. Mulheres da saúde mental: quem são elas?. In: STREY, Marlene Neves et al. (Orgs.). **Construções e Perspectivas em Gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p.49-62.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral e tempo presente. In: MEINY, José Carlos Sebe (Org.). **(Re)Introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p.11-21.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.141-188.

FONSECA, Cláudia. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.267-294.

_____. **Família, Fofoca e Honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Gênero, humor e relações de gênero: um estudo de caso. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.310-333.

_____. Pais e filhos na família popular (início do século XX). In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Amor e Família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989, p. 95-127. (ACHO QUE NO CORPO DO TRABALHO O ANO ESTÁ ERRADO, MODIIFICAR)

FONTANA, Joseph. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1998.

FONTES, Elizabeth Ana; BIANCHINNI, Nair de Matos. **Cinquentenário de Mandaguari**: Mandaguari e sua história. Mandaguari: [s.e], 1975.

FORQUIN, Jean-Claude. **Relações entre Gerações e Processos Educativos**: transmissões e transformações. 2003. Disponível em: <<http://www.ses.sp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/83.rtf.2003>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: o cuidado de si. Tradução Maria Tereza Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v.3.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: o uso dos prazeres. Tradução Maria Tereza Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984. v.2.

FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.59-78.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. São Paulo: Humanitas/FFLCH, USP, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

_____. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

GOLDSCHMIDT, Eliana Maria Réa. **Convivendo com o Pecado na Sociedade Colonial Paulista (1719-1822)**. São Paulo: Annablume, 1998.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: _____. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.7-24.

GOMES, Jerusa Vieira. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência: In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p.61-72.

GOVERNO DO PARANÁ. **Mapa da Pobreza**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, jun. 1997.

GREENE, Margareth E.; RAO, Vijayendra. A compressão do mercado matrimonial brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.9, p.167-182, 1992.

GUIDDENS, Anthony. **A Transformação da Intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GUTIÉRREZ, Alicia B. **Pobre, como Siempre...**: estratégias de reproducción social em la pobreza. Um estúdio de caso. Argentina: Ferreyra Editor, 2005.

HABERMANS, J. A família burguesa e a institucionalização de uma esfera privada referida à esfera pública. In: CANEVACCI, Massino (Org.). **Dialética da Família**: gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.226-234.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas**. 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Michael M. História oral: os riscos da inocência. In: HALL, M. M. **O Direito à Memória**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p.157-160.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando (Coord.); SCHARCZ, Lilia Mortiz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.439-558.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R. (Org.). **Quem Mandou Nascer Mulher?** estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Ventos, 1997. p.291-342.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução Carlos Nélon Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HIRATA, Helena. Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma nova divisão sexual?. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.339-356.

HOBSEBAW, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Tradução Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Heloísa Buarque. Feminismo em tempos pós-modernos. In: _____. **Tendências e Impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.7-19.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados do Censo 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo>>. Acesso em: 29 set. 2003.

_____. **Perfil das Mulheres Responsáveis pelos Domicílios no Brasil 2000**. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p.9-30.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/trabalhoerendimento/pnad2001>>. Acesso em: 20 set. 2003.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças no Brasil (1984-1996): explorando relações. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas: UNICAMP, Nepo, v.20, n.2, p.157-176, 2003.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Mulher & trabalho: perspectivas para o século XXI. In: STREY, Marlene Neves et al. (Orgs.). **Construções e Perspectivas em Gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 2000. p.41-48.

JIMÉNEZ, Martha Patrícia Ponce. Trabalho, poder e sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, n.5, p.201-276, 1995.

KHENG, E. E.; BRIAN, Célia. Valuing motherhood? Experience of mothers returning to paid employment. **Women's Studies Journal**, New Zealand: Otago University, v.19, n.1, p.11-24, 2005.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. Memórias de 'histórias femininas', memórias e experiências. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, v.8-9, p.343-354, 1997.

KOGUT, Edy Luís. **Análise Econômica do Fenômeno Demográfico no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Tradução Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru: EDUSC, 2002.

LAMPHERE, Louise. Estratégias, cooperação e conflito entre as mulheres em grupos domésticos. In: ROSALDO, M.; LAMPHERE, L. (Orgs.). **A mulher, a Cultura e a Sociedade**. Tradução Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.121-137.

LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e adolescências. In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). **Quem Mandou Nascer Mulher: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Ventos, 1997. p.11-44.

LEITE, Miriam Moreira Leite (Org.). **A Condição Feminina no Rio de Janeiro: século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros**. São Paulo: Hucitec/Editora

da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

LEME, Maria Carolina da Silva; WAJMMAN, Simone. Tendências de coorte nas diferenciais de rendimento por sexo. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.251-298.

LEONZO, Nanci. O casamento e a moral doméstica. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.). **Mulheres e Família no Brasil**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005. p.201-224.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Família**: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Marha Ltda, 1980.

LIPOVETSKY, Gilles. **A Terceira Mulher**: permanência e revolução do feminismo. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOPES, Eliane Cristina. **Tratar-se como Casado e Procriar**: concubinato, campo fértil da bastardia. São Paulo: Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, USP. 1996 [Texto 01. Série Seminários Internos]

LOPES, Janecy T. S. Mulher e família: a construção de uma nova forma de ser. In: STREY, M. N. et al. (Orgs.). **Construções e Perspectivas em Gênero**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. p.101-108.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. Mulheres na Sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.443-479.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato. In: BARRETO, A. E. M. Et al. **História Econômica**: ensaios. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983. p.43-58.

LYOTARD, Jean-François. The postmodern condition. In: JENKINS, Keith (Org.). **The Postmodern History Reader**. London and New York: Routledge, 1997. p.36-38.

MACÊDO, Márcia dos Santos. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina (Orgs.). **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001. p.53-84.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-422.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a assistência à criança abandonada na história do Brasil. In: _____. (Org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p.149-156.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997. p.51-76.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Entrevista**. Rio de Janeiro: Fundação Fiocruz, 2005a. Disponível em: <<http://www.fiocruzbr/ccs/entrevista/ana-martins.htm>>. Acesso em: 09 jul. 2005.

_____. Memórias maternas: experiências da maternidade na transição do parto doméstico para o parto hospitalar. **Revista História Oral**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.61-76, 2005b.

MELLO e SOUZA, Laura. **Os Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MELLO, Annette. **Mulheres em Construção**: casas, sonhos, subjetividades. São Paulo: EDUC, 1999.

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p.51-60.

MENEZES, Ana Maria T. de. Mulheres: fruto de dominação e fruta para libertação. In: STREY, M. N. et al. (Orgs.). **Construções e Perspectivas em Gênero**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. p.125-134.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Oralidade, Memória e História**: questões metodológicas. Porto Alegre: PUC, 2005 [Texto apresentado no Encontro Nacional de História Oral na PUC].

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a Virtude e o Pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.169-190.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1978.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. A história da criança no Brasil: algumas reflexões a partir de dois textos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia Brasileira em Debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2002. p.47-54.

_____. Frente a frente com a América: mulheres trabalhadoras e o inconsistente discurso da fragilidade feminina. In: BUARQUE de HOLANDA, Heloísa Buarque; CAPELATO, Maria Helena Rolin (Coords.). **Relações de Gênero e Diversidades Culturais nas Américas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1999. p.101-112.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: S.A Queiroz, Editora USP, 1984.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **História**, São Paulo: PUC, n.10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Vidas compartilhadas**: cultura e co-educação de gerações na vida cotidiana. São Paulo: Hucitec, 1999.

PASINI, Elisiane. Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina. **Tempos e Lugares de Gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2001. p.275-300.

PASSERINI, Luisa. Mulheres, consumo e cultura de massas. In: DUBY, George; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente: o século XX**. Porto: Afrontamento, São Paulo: Ebradil, 1991. p.381-401. v.5.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, Clarice E. (Org.). **Família e Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p.57-84.

PERARO, Maria Adenir. **Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Fardas, Saias e Batinas: a ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90**. Curitiba, 1997. 333f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná.

PERROT, Michelle. **As Mulheres e os Silêncios da História**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos e Relações de Gênero, v.4, p.9-28, 1995.

_____. Maneiras de morar. In: _____. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. Tradução Bernardo Joffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p.307-324.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Representações** – Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Contexto, v.5, n.29, p.9-28, 1995.

_____. **Uma Outra Cidade: o mundo dos excluídos no final do século XX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, Clara;

SCALON, Celi. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.149-172.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: USP, Editora 34, 1999 [Curso de Pós-Graduação em Sociologia].

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003 (Coleção História do Povo Brasileiro).

PINTO, Celi Regina. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34, 2002. p.79-96.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Orgs.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2002. p.109-121.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo: EDUC, n.15, p.13-33, abr. 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Maria da Penha**: coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

PURCELL, Kate. Gênero e insegurança no trabalho no Reino Unido. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v.7, n.1-2, p.145-176, 1999.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. **Casados Não Casados**: uniões consensuais nas camadas populares e médias. Campinas: Nepo/UNICAMP, 1990.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e código de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930.** 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Pensar diferentemente a história: viver femininamente o presente. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos et al. (Org.). **Questões da Teoria e Metodologia da História.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p.41-58.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SOUZA, Nádia Geisa Silveira; SOUZA, Diogo Onofre. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v.7, n.1-2, p.109-129, 1999.

RODRIGUES, Almira; CORTÊS, Íaris (Orgs.). **Os Direitos das Mulheres na Legislação Brasileira Pós-Constituinte.** Brasília, DF: Letras Livre, 2006.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral.** 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.93-101.

SAFFIOTTI, Heleieth. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004b. p.43-94.

SAFFIOTTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SALEM, Tânia. Homem... já viu, né?: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e Sexualidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.15-62.

_____. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETT, B. et al. **Perspectivas Antropológicas da Mulher.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.51-97.

SALHINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Tradução Sérgio Tadeu de Niemayer Lamarão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, o Poder e a Família**: São Paulo século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências**. Porto: Afrontamento, 1987.

SARTI, Cintia Andersen. **A Família como Espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2000. p.39-49.

SCAVONE, Lucila. **Dar a Vida e Cuidar da Vida**: feminismo e ciências sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHIMITT-PANTEL, Pauline. A criação da mulher: um ardil para a história das mulheres? In: MATOS, Maria Izilda de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p.129-156.

SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário de Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorga Zahar, 2000.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As diferentes formas de organização familiar em Portugal (século XVIII e XIX). In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Historiografia Brasileira em Debate**: olhares, recortes e tendências. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. p.199-234.

_____. **Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português**: séculos XVIII e XIX. Portugal: NEPS-Universidade do Minho, 1999.

_____. Velhos portugueses ou novos brasileiros? Reflexões sobre a família luso-brasileira setecentista. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Mulheres e Família no Brasil**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005. p.15-36.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.63-96.

_____. Prefácio a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**: Desacordos, Desamores e Diferenças, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, v.3, p.11-27, 1994.

SEGALEN, Martine. A revolução industrial: do proletário ao burguês. In: BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise; KLAPICH-ZUBER, Christiane. **História da Família**: ocidente: industrialização e urbanização. Lisboa: Terramar, 1986. p.5-36. v.4.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**: as tiranias da intimidade. Tradução Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHORTER, Edward. **A Formação da Família Moderna**. Lisboa: Terramar, s/d.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA DIAS, Maria Odila Leite. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Coords.). **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p.554-577.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. **Não Existe Pecado ao Sul do Equador**: Uniões Consensuais nas Camadas Populares de Mandaguari 1980-2000. Maringá, 2001. 180f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Setor de Ciências Humanas, Universidades Estaduais de Maringá e Londrina.

SLEENES, Robert W. **Na Senzala uma Flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção das mulheres brasileiras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.161-182.

SOHN, Anne-Marie. Entre duas guerras: os papéis femininos em França e na Inglaterra. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Tradução Maria Helena da Cruz Coelho; Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, 1995. p.115-145.

SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e Formas de Violência**: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.15-23.

_____. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p.107-120.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.252-265.

SUASSUNA, Ariano. **O Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**: a família no mundo 1900-2000. Tradução Elisabete Dória. São Paulo: Contexto, 2006.

TILLY, Louise. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**: Desacordos, Desamores e Diferenças, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, v.3, p.29-62, 1994.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construção e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique

Rollo (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná**: estudos de história geral. Maringá: EDUEM, 1999. p.51-85.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, Rose Maria; PUPPIN, Andréa Beltrão (Orgs.). **Mulher, Gênero e Sociedade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001. p.13-20.

_____. **Micro História**: os protagonistas anônimos da história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. Moralidades brasílicas. In: MELLO E SOUZA, Laura de. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.221-274. v.1.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VANNUCCHI, Aldo. **Cultura brasileira**: visão e previsão. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu**: Desacordos, Desamores e Diferenças, Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de Gênero, v.3, p.63-84, 1994.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (Org.). **Pensando a Família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRJ, 1987. p.79-87.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador. Séculos XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). **A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

VERUCCI, Florisa. Esboço de um novo Estatuto Civil da Mulher. In: CARVALHO, Nanci Valadares (Org.). **A Condição Feminina**. São Paulo: Vértice Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.56-84.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.331-386.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

WOORTMANN, Klaas. **A Família das Mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília, DF: CNPq, 1978.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: NOVAIS, F. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.245-318.

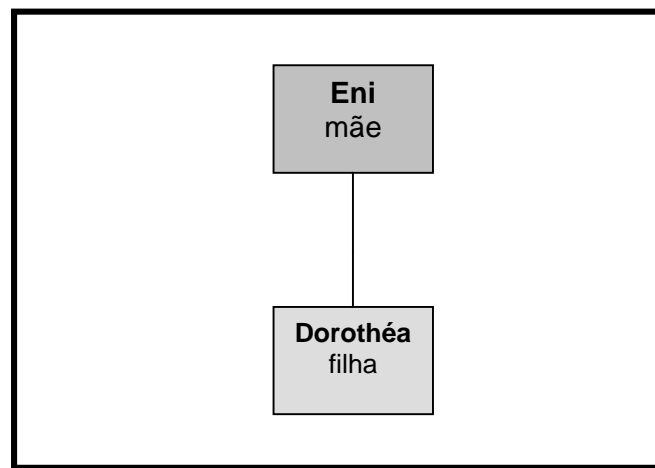
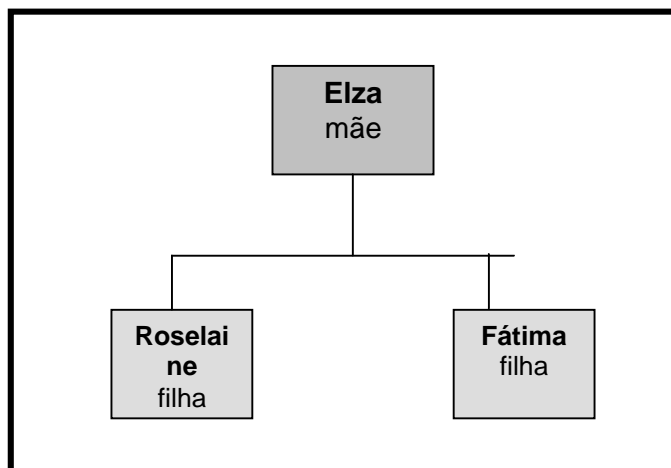
ANEXO A MAPA DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA MANDAGUARI E
CIDADES VIZINHAS

ANEXO B MAPA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI

ANEXO C DOCUMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL: PROJETO DE LEI

APÊNDICES

APÊNDICE A ORGANOGRAMA DAS MÃES E FILHAS ENTREVISTADAS



Valdicéia
filha

- 301 -

Teresa
mãe

Elisa
filha

Rosário
filha

Júlia
filha

APÊNDICE B CARACTERIZAÇÃO DAS ENTREVISTADAS

| Nome fictício | Idade | Instrução | Vida conjugal | Ocupação feminina | Renda aproximada do casal |
|---------------|-------|---------------------|---|---|---------------------------|
| Andréa | 17 | Primário completo | União consensual | Dona de casa | variável |
| Elisa | 18 | Primário completo | União consensual | Dona de casa | 1 s.m. |
| Júlia | 22 | Primário incompleto | União consensual seguida de casamento civil | Empregada doméstica | 2 s.m. |
| Rosário | 26 | Primário incompleto | União consensual | Dona de casa | 1 s.m. |
| Maria | 28 | Primário completo | Casamento civil seguido de união consensual | Coleta de material para reciclagem | variável |
| Aparecida | 29 | Primário completo | 2 uniões consensuais seguidas de casamento civil e religioso | Trabalhadora rural | 1 s.m. |
| Beatriz | 29 | Primário completo | 2 uniões consensuais | Dona de casa | variável |
| Fátima | 29 | Primário completo | 2 uniões consensuais | Coleta de material para reciclagem | menos de 1 s.m. |
| Dorothea | 37 | Primário completo | 3 uniões consensuais | Desempregada | sem renda |
| Graça | 37 | Primário completo | União consensual seguida de casamento civil e religioso | Dona de casa | variável |
| Valdicéia | 41 | Primário completo | Casamento civil e religioso seguido de 2 uniões consensuais | Diarista | 5 s.m. |
| Neuza | 42 | Primário completo | União consensual seguida por um casamento civil e nova união consensual | Pensão do marido/viúva | 3 s.m. |
| Roselaine | 43 | Analfabeta | Casamento civil seguido de 5 uniões consensuais | Coleta de material para reciclagem | 1 s.m. |
| Teresa | 44 | Primário incompleto | Casamento civil e religioso seguido de união consensual | Diarista + pensão do ex-marido/viúva | 1 s.m. |
| Conceição | 47 | Analfabeta | Casamento civil e religioso seguido de união consensual | Pensão do ex-marido/viúva | 1 s.m. |
| Elza | 54 | Analfabeta | 3 uniões consensuais | Dona de casa | 1 s.m. |
| Custódia | 55 | Primário incompleto | Casamento civil e religioso seguido de união consensual | Diarista, vendedora ambulante (bicos) | |
| Dinorá | 57 | Analfabeta | União consensual | Dona de casa | 1 s.m. |
| Eni | 58 | Analfabeta | 2 uniões consensuais | Aposentadoria Trabalhadora rural/ bicos | 1 s.m. |
| D.Ângela | 71 | Analfabeta | Casamento civil e religioso seguido por uma união consensual e por um casamento civil | Dona de casa | menos de 2 s.m. |

S.M. = salário mínimo (R\$260,00).

A renda classificada como variável refere-se, normalmente, a trabalhos sazonais, como os de bóias-frias ou atividades de pedreiro, pintor, etc.